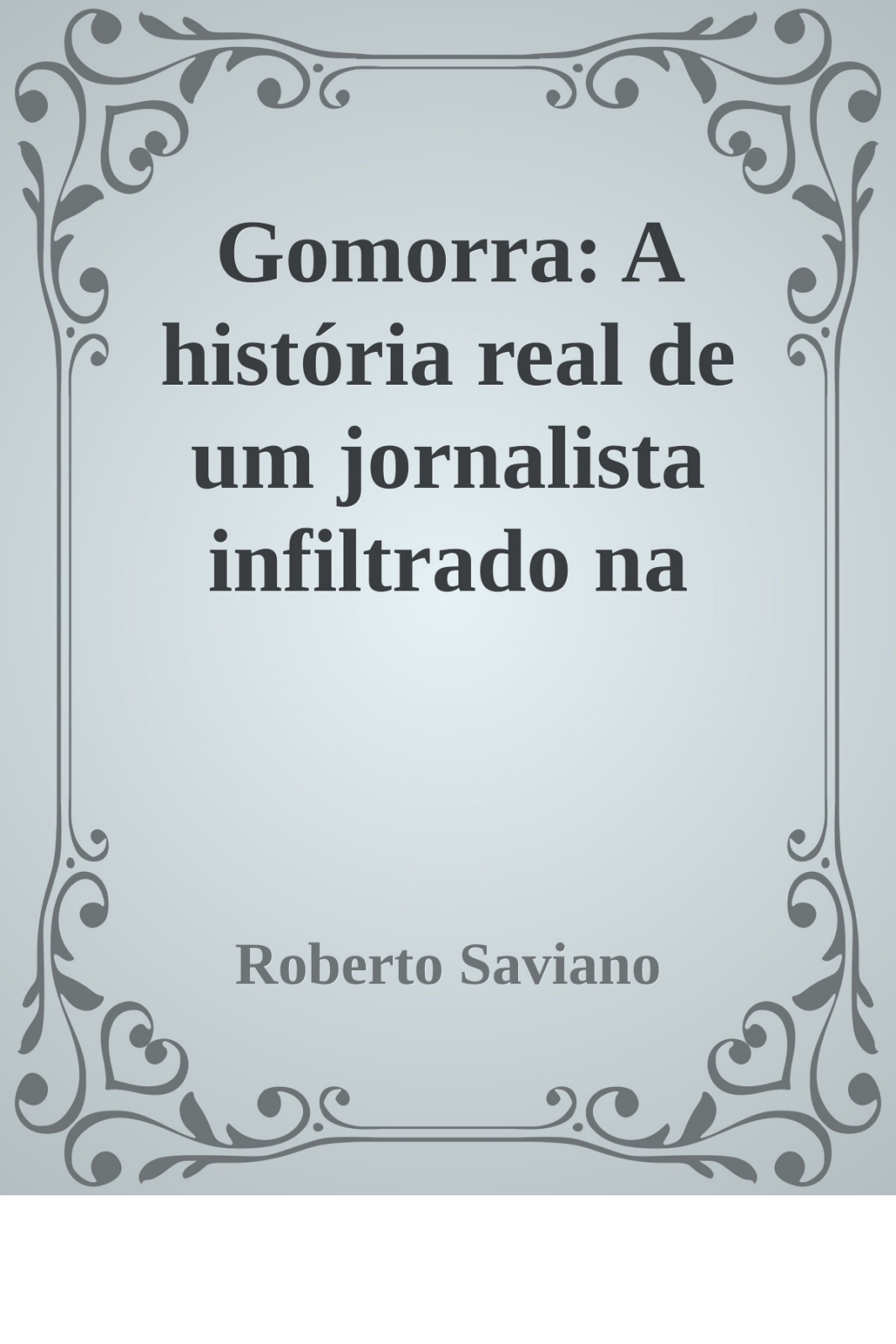


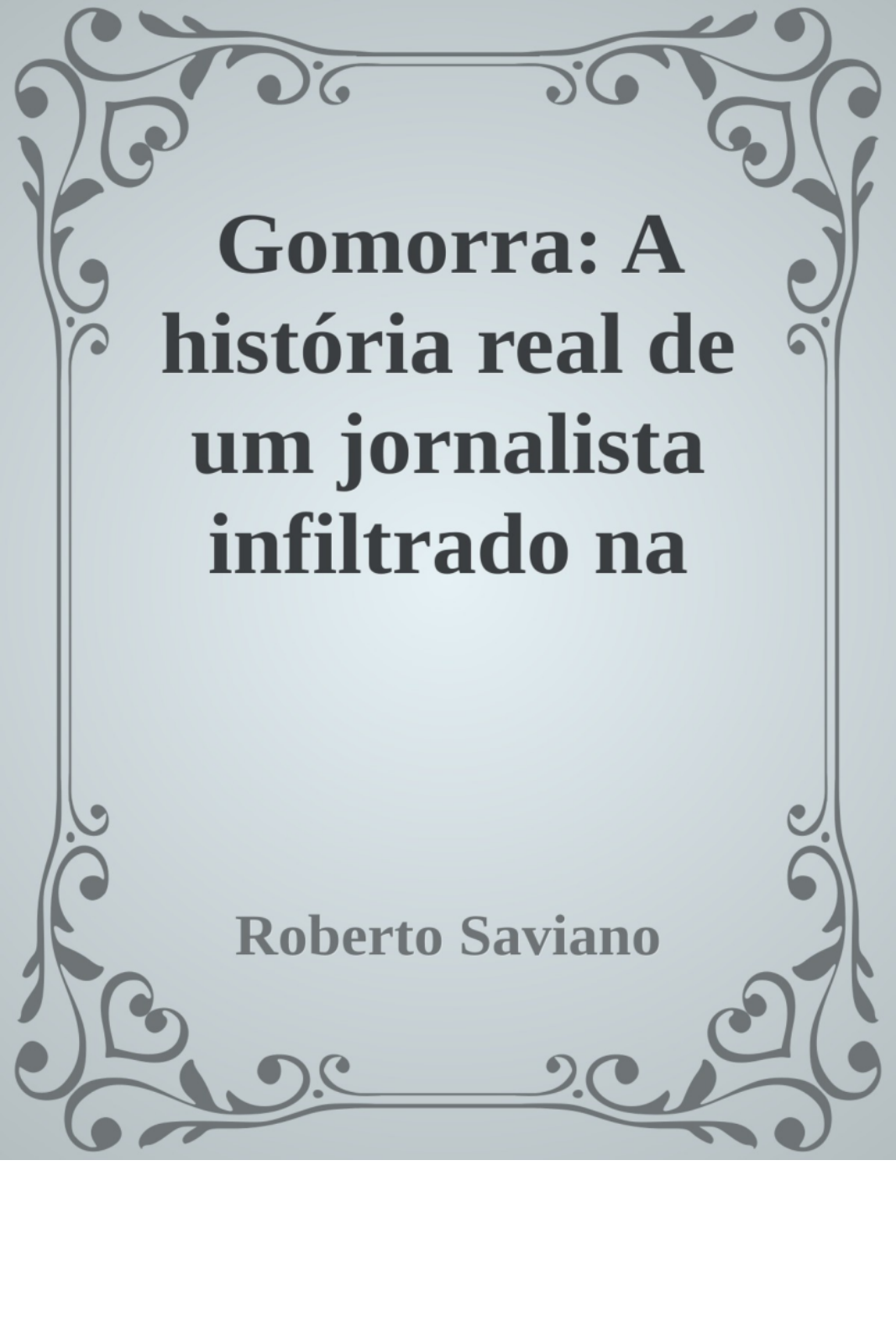
A decorative border with symmetrical floral and scrollwork patterns in a light gray color, framing the central text.

Gomorra: A história real de um jornalista infiltrado na

Roberto Saviano

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

A decorative border with intricate floral and scrollwork patterns in a light gray color, framing the central text.

Gomorra: A história real de um jornalista infiltrado na

Roberto Saviano

ROBERTO SAVIANO

A HISTÓRIA REAL DE UM JORNALISTA INFILTRADO
NA VIOLENTA MÁFIA NAPOLITANA



GOMORRA



CRÍTICA



TOTAL FILM



VENCEDOR
GRAND PRIX CANNES
2008



Mais de 2 milhões de exemplares vendidos

BB

BERTRAND BRASIL

Roberto Saviano

GOMORRA

*A história real de um jornalista
infiltrado na violenta máfia napolitana*

B
BERTRAND BRASIL

Tradução

Elaine Niccolai

1ª edição

Rio de Janeiro | 2016

Copyright© 2006, Arnoldo Mondadori Editore SpA., Milão Título original: Gomorra

Capa: Raul Fernandes (baseada no cartaz oficial do filme Gomorra)
Foto do autor: Piero Pompili

Editoração da versão impressa: DFL

1ª edição: dezembro de 2008

2ª edição: dezembro de 2008

3ª edição: janeiro de 2009

4ª edição: fevereiro de 2009

5ª edição: abril de 2009

6ª edição: maio de 2009

7ª edição: setembro de 2009

8ª edição: julho de 2011

9ª edição: novembro de 2014

10ª edição: junho de 2015

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 2016

Produzido no Brasil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Saviano, Roberto

S278g

Gomorra [recurso eletrônico] : a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana / Roberto Saviano; tradução Elaine Niccolai. – 1ª ed. –

Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2016.

recurso digital

Tradução de: Gomorra Formato: epub Requisitos do sistema: adobe digital editions Modo de acesso: world wide web ISBN 978-85-286-2154-9 (recurso eletrônico)

1. Camorra – Itália. 2. Camorra – Aspectos econômicos. 3. Livros eletrônicos.

I. Título.

16-37887

CDD: 364.1060945

CDU: 343.341(45)

Todos os direitos reservados pela:

EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.

Rua Argentina, 171 – 2º andar – São Cristóvão

20921-380 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0xx21) 2585-2000 – Fax: (0xx21) 2585-2084

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito da Editora.

Atendimento e venda direta ao leitor:

mdireto@record.com.br ou (0xx21) 2585-2002

a S., maldito seja

Compreender o que significa o atroz,

não negar-lhe a existência, enfrentar

despudoradamente a realidade.

HANNAH ARENDT

Aqueles que vencem, não importa como

vençam, nunca carregam vergonha.

MAQUIAVEL

As pessoas são vermes e devem continuar vermes.

De uma escuta telefônica

O mundo é teu.

Scarface, 1983

Sumário

PRIMEIRA PARTE

O porto

Angelina Jolie

O Sistema

A guerra de Secondigliano

Mulheres

SEGUNDA PARTE

Kalashnikov

Cimento armado

Dom Peppino Diana

Hollywood

Aberdeen, Mondragone

Terra dos fogos

Primeira Parte





O porco

O contêiner balançava enquanto a grua o deslocava para o navio. Como se estivesse flutuando sozinho no ar, o sprider, gancho que o prendia à grua, não conseguia domar o movimento. Suas portas mal-fechadas se abriram bruscamente e dezenas de corpos começaram a cair. Pareciam manequins.

Mas no chão as cabeças rachavam como se fossem crânios verdadeiros. E

eram crânios. Saíam do contêiner homens e mulheres. Também alguns rapazes. Mortos. Congelados, todos juntos, uns sobre os outros. Em fila, apertados como sardinhas em lata. Eram os chineses que nunca morrem. Os eternos cujos documentos são passados de um para outro. Eis onde iam parar.

Os corpos, que a imaginação mais fantasiosa acreditava cozinhados nos restaurantes, enterrados nas hortas do entorno das fábricas, jogados na boca do Vesúvio. Estavam ali. Caíam às dezenas do contêiner, com o nome escrito

num crachá pendurado num cordão em volta do pescoço. Tinham economizado, em vida, dinheiro para serem enviados, depois de mortos, à sua cidade na China. Deixavam descontar um percentual do salário para, em troca, ter garantida uma viagem de volta, uma volta morta. Trabalhavam por um espaço em um contêiner e por uma cova em qualquer pedaço de terra chinesa. Quando o manobreiro da grua me contou isso, cobriu a cara com as mãos, mas continuava me olhando pelo vão entre os dedos. Como se aquela máscara de mãos lhe desse mais coragem para contar. Vira caírem corpos e não tivera tempo nem mesmo de acionar o alarme, de avisar alguém. Quando o contêiner tocou o chão, dezenas de pessoas apareceram do nada, recolocaram dentro todos os corpos e, com uma mangueira, limpavam os restos. Era assim que as coisas aconteciam. Ele ainda não conseguia acreditar, esperava que tudo aquilo fosse uma alucinação devido às excessivas horas extras. Cobriu completamente o rosto com as mãos e continuou a falar choramingando, mas eu já não conseguia entendê-lo.

Tudo que existe passa por aqui. Aqui, o porto de Nápoles. Não existe manufatura, tecido, peça de plástico, brinquedo, martelo, sapato, chave de fenda, porca, videogame, casaco, calça, furadeira, relógio que não passe pelo porto. O porto de Nápoles é uma ferida. Grande. Ponto final das viagens intermináveis das mercadorias. Os navios que chegam, atracam no golfo aproximando-se da doca como filhotes à procura de tetas, só que não são eles que mamam; ao contrário, são mamados. O porto de Nápoles é o buraco no mapa-múndi de onde sai o que se produz na China, no Extremo Oriente, como os jornalistas ainda se divertem em defini-lo. Extremo. Longíssimo.

Quase inimaginável. Fechando-se os olhos para imaginá-lo, surgem quimonos, a barba de Marco Polo e um golpe de Bruce Lee. Na realidade, este Oriente está atrelado ao porto de Nápoles como a nenhum outro lugar. Aqui

o Oriente não tem nada de extremo. Aliás, poderia ser chamado de vizinho Oriente, ou de mínimo Oriente. Tudo que se produz na China é despejado aqui. Como um baldinho cheio d'água que, quando derramada dentro de um buraco de areia, o alarga ainda mais e o faz crescer também em profundidade.

Só o porto de Nápoles movimenta 20% do valor das importações

têxteis da China, mas mais de 70% da quantidade de produtos também passam por aqui. É uma coisa complicada de entender, mas as mercadorias possuem magias raras: conseguem ser não sendo; chegar não chegando; ser caras para o cliente mesmo sendo ordinárias; ser de pouco valor para o fisco mesmo sendo preciosas. Fato é que os têxteis têm muitas lógicas mercadológicas, e basta um risco de caneta na nota de acompanhamento para caírem radicalmente os preços e o IVA — Imposto sobre Valor Agregado. No silêncio do buraco negro do porto, a estrutura molecular das coisas parece decompor-se, para depois se reagrupar ao se afastar do perímetro da costa. As mercadorias devem sair rapidamente do porto. Tudo acontece com tanta velocidade que desaparece enquanto ainda está acontecendo. Como se nada tivesse acontecido, como se tudo tivesse sido apenas um gesto solitário. Uma viagem inexistente, um atracadouro falso, um navio fantasma, uma carga evanescente. Como se nunca tivesse estado ali. Uma evaporação. A mercadoria deve chegar às mãos do comprador sem deixar rasto do seu percurso; deve chegar ao armazém com enorme rapidez, antes do tempo começar, o tempo do controle, da fiscalização. Toneladas de mercadorias são movimentadas como se fossem um envelope entregue em mãos por um carteiro numa residência. No porto de Nápoles, com seus 1.336.000 metros quadrados ao longo de 11,5 quilômetros, o tempo possui dilatações únicas. O

que em outro lugar se conseguiria fazer em uma hora, no porto de Nápoles pode acontecer em pouco mais de um minuto. A proverbial lentidão, que no imaginário torna lentíssimo qualquer gesto de um napolitano, aqui é

destruída, desmentida, negada. A Alfândega aciona o próprio controle numa dimensão

temporal

que

as

mercadorias

chinesas

ultrapassam.

Desumanamente velozes. Aqui cada minuto parece ser assassinado. Uma chacina de minutos, um massacre de segundos raptados dos documentos, arrancados dos aceleradores dos caminhões, empurrados

pelas gruas e tratores que esvaziam o interior dos contêineres.

No porto de Nápoles opera o maior armador do Estado chinês, a COSCO, que possui a terceira maior frota do mundo e administra o maior terminal de contêineres, em consórcio com a MSC, que possui a segunda maior frota do mundo, com sede em Genebra. Suíços e chineses são sócios em Nápoles, onde decidiram investir a maior parte dos seus negócios. Aqui dispõem de mais de 950 metros de cais, 130 mil metros quadrados de terminal para contêineres e 30 mil metros quadrados externos, absorvendo a quase totalidade do tráfego em trânsito por Nápoles. É preciso recriar a própria imaginação para tentar compreender como a imensidão da produção chinesa consegue se apoiar no degrauzinho do porto napolitano. A imagem evangélica parece apropriada: o buraco da agulha assemelha-se a um porto, e o camelo que o atravessa são os navios. Proas colidem, filas indianas de enormes cargueiros esperam sua vez fora do golfo numa confusão de popas que balançam, emitindo rumores de ferros, chapas e porcas que enfim adentram lentamente o pequeno buraco napolitano. Como um ânus de mar que se alarga com muita dor dos esfíncteres.

Mas não. Não é assim. Nenhuma confusão aparente. Todos os navios entram e saem regularmente, ou pelo menos assim parece a quem observa de terra firme. No entanto, 150 mil contêineres transitam por aqui, cidades inteiras de mercadorias se erguem no porto para depois serem levadas embora. A qualidade do porto é a sua velocidade. Qualquer lentidão burocrática, qualquer controle meticuloso transformariam o guepardo do

transporte em um bicho preguiça lento e pesado.

Perco-me sempre no embarcadouro. O embarcadouro Bausan parece feito de Lego. Uma estrutura imensa, que aparenta não ter espaço suficiente e é preciso inventá-lo. Há um recanto no embarcadouro que se parece com um ninho de vespas. Colmeia feia que ocupa uma parede enorme. São milhares de tomadas elétricas para alimentação dos contêineres reefer, ou seja, os contêineres com alimentos congelados cujas caudas ficam ligadas no vespeiro.

Todos os nuggets de batata e peixe do mundo são empilhados naqueles contêineres congelados. Quando vou ao embarcadouro Bausan, tenho a impressão de estar vendo por onde passam todas as mercadorias produzidas pela espécie humana. Onde passam a última noite antes de serem vendidas.

Como se eu estivesse vendo a origem do mundo. Em poucas horas

circulam pelo porto as roupas que os meninos parisienses usarão por um mês, os nuggets que eles comerão em Brescia por um ano, os relógios que cobrirão os pulsos dos catalães, a seda de todos os vestidos ingleses de uma estação. Seria interessante poder ler em algum lugar não só onde a mercadoria é produzida, mas também que trajeto ela fez para chegar às mãos do consumidor. Os produtos têm cidadanias múltiplas, híbridas e bastardas. Começam nascendo pela metade no centro da China, depois são completados em alguma periferia eslava, aperfeiçoados no nordeste da Itália, confeccionados em Puglia ou ao norte de Tirana, para depois terminarem em quem sabe qual loja da Europa.

A mercadoria tem o passe livre que nenhum ser humano jamais terá. Todos os acessos de uma estrada, os percursos acidentais e oficiais têm paragem certa em Nápoles. Quando os navios, os enormes fullcontainers, entram lentamente no golfo e se aproximam do porto, eles parecem pequenos animais, mas logo que atracam no embarcadouro tornam-se pesados mamutes de chapas e correntes, com suturados flancos enferrujados vertendo água. Navios nos quais se imagina que vivam tripulações numerosíssimas,

mas dos quais desembarcam, em seu lugar, grupos de pequenos homenzinhos que parecem incapazes de domar aquela fera imensa em pleno oceano.

A primeira vez que vi um navio chinês atracar pareceu-me estar diante de toda a produção do mundo. Meus olhos não conseguiam contar, quantificar, o número de contêineres. Não conseguiam organizá-los numericamente.

Parece mentira eu não conseguir lidar com números, mas a verdade é que eu perdia a conta, porque as cifras se tornavam muito elevadas e se embaralhavam.

Em Nápoles são descarregadas quase exclusivamente mercadorias provenientes da China: 1.600.000 toneladas. O registrado. Pelo menos outro milhão passa sem deixar rasto. Somente no porto de Nápoles, segundo a Agência Alfandegária, 60% das mercadorias escapam do controle aduaneiro, 20% das notas fiscais não são verificadas e existem 50 mil contrafações: 99%

são de proveniência chinesa, e calcula-se que 200 milhões de euros em taxas são evadidos por semestre. Os contêineres que devem desaparecer antes de serem inspecionados são os das primeiras filas. Cada contêiner é regularmente numerado, mas há muitos com a

mesma numeração. Assim, um contêiner inspecionado batiza todos os seus homônimos ilegais. Aquele que na segunda-feira é descarregado, na quinta-feira pode ser vendido em Modena ou Gênova ou acabar nas vitrines de Bonn e Munique. Boa parte da mercadoria distribuída no mercado italiano deveria estar em trânsito, mas os passes de mágica das alfândegas permitem que esse trânsito se torne o ponto final. A gramática das mercadorias tem uma sintaxe para os documentos e outra para o comércio. Em abril de 2005, em quatro operações desencadeadas quase que por acaso, a pouca distância uma da outra, o Serviço de Vigilância Antifraude da Alfândega apreendeu 24 mil jeans destinados ao mercado francês, 51 mil objetos provenientes de Bangladesh com a etiqueta made in Italy e cerca de 450 mil bonecos — barbies, spiderman — e mais outros 46 mil

brinquedos de plástico por um valor total de cerca de 36 milhões de euros.

Uma fatia da economia, um punhado de ouro que, em poucas horas, passou pelo porto de Nápoles. E do porto para o mundo. Não há hora ou minuto em que isso não aconteça. E as fatias de economia tornam-se bíceps, depois quartos e em seguida bezerros inteiros de comércio.

O porto fica afastado da cidade. Um apêndice infectado que nunca degenerou em peritonite, sempre conservado no abdômen da costa. Há partes desérticas enclausuradas entre a água e a terra, mas que parecem não pertencer nem ao mar nem à terra. Um anfíbio de terra, uma metamorfose marinha. Adubo e lixo, anos de resíduos levados à margem pelas marés, criaram uma nova formação. Os navios descarregam suas latrinas, limpam os porões, deixando cair uma espuma amarelada na água. As lanchas e os iates expectoram e limpam seus motores, jogando tudo na lixeira marinha. E tudo se acumula na costa, primeiro como massa mole e depois crosta dura. O sol acende a miragem de mostrar um mar feito de água. Na realidade, a superfície do golfo assemelha-se ao brilho dos sacos plásticos de lixo. Aqueles pretos. E, mais que de água, o mar do golfo parece uma enorme latrina de percolação. O

cais, com milhares de contêineres multicoloridos, é um limite intransponível.

Nápoles está circunscrita por muralhas de mercadorias. Muralhas que não defendem a cidade; ao contrário, são defendidas pela cidade. Não há exércitos de estivadores, nem a romântica arraia-miúda do porto. Imagina-se o porto como lugar de balbúrdia, de vaivém de homens, de cicatrizes e línguas impossíveis, de frenesi de gente. Ao contrário, aqui

impera um silêncio de fábrica mecanizada. No porto, parece já não existir mais ninguém. Os contêineres, os navios e os caminhões parecem mover-se animados por um moto-contínuo. Uma velocidade sem barulho.

Eu costumava ir ao porto para comer peixe. Não é a proximidade do mar que garante um bom restaurante. No prato eu encontrava pedras-pomes, areia e até mesmo alguma alga cozida. Os vôngoles, tal como apanhados, são jogados na panela. Uma garantia de serem frescos e, ao mesmo tempo, uma roleta-russa de infecção. Mas todos já se resignaram com o sabor da piscicultura que faz com que uma lula se pareça com um frango. Para se provar o indefinível sabor do mar é preciso correr algum risco. E este risco eu corria de bom grado. Enquanto estava ali no restaurante do porto, pedi informações sobre como encontrar um apartamento para alugar.

“Não sei de nenhum, aqui os apartamentos estão desaparecendo. Se aparece um, os chineses o pegam...”

Um cara que se pavoneava no meio da sala, grande mas não o suficiente para a voz que tinha, olhando-me, gritou:

“Talvez ainda tenha alguma coisa!”

Não disse mais nada. Depois de termos acabado de comer, dirigimo-nos para a estrada que margeia o porto. Não foi nem preciso que ele me dissesse para segui-lo. Chegamos na entrada de um prédio quase fantasma, um condomínio dormitório. Subimos ao terceiro andar onde havia a única casa de estudantes sobrevivente. Estavam mandando todos embora para deixar o espaço vazio. Nos apartamentos não devia ficar mais nada. Nem armários, nem camas, nem quadros, nem mesas de cabeceira, nem mesmo redes. Devia haver só espaço, espaço para os pacotes, espaço para as enormes caixas de papelão, espaço para as mercadorias.

No apartamento me deram uma espécie de quarto. Mais bem-definido como um quartinho com lugar apenas para uma cama e um armário. Não se falou de aluguel, de recibos para assinar, de conexões e instalações telefônicas.

Apresentaram-me a quatro rapazes, meus coinquilinos, e tudo acabou ali.

Explicaram que, no prédio, aquele era o único apartamento efetivamente

ocupado, e que servia para dar abrigo a Xian, o chinês que controlava “os prédios”. Eu não precisaria pagar aluguel, mas me pediram para trabalhar todos os fins de semana na casa-armazém. Tinha ido procurar um quarto e encontrara um trabalho. De manhã derrubávamos as paredes, de noite recolhíamos os restos de cimento, revestimentos de paredes e tijolos. O

entulho era amontoado em sacos de lixo comuns. Derrubar muros gera barulhos inesperados. Não de pedra quebrando, mas de vidros sendo quebrados com uma pancada. Cada apartamento tornava-se um depósito sem paredes. Não sei explicar como o prédio onde trabalhei ainda consegue estar de pé. Muitas vezes derrubamos vigas mestras, conscientes do que estávamos fazendo. Mas precisávamos do espaço para as mercadorias e era prioridade pensar na conservação dos produtos em vez do equilíbrio do cimento.

O projeto de amontoar os pacotes nos apartamentos nasceu da cabeça de algum comerciante chinês, depois que a autoridade portuária de Nápoles apresentou o plano sobre a security a uma delegação do Congresso americano. Este prevê uma divisão do porto em quatro áreas: de cruzeiro, de cabotagem, de mercadorias e de contêineres, bem como a identificação dos riscos de cada uma das áreas. Depois da publicação deste “plano-security”, para evitar que se pudesse constranger a polícia a intervir, os jornais a escrever sobre o assunto durante muito tempo, e até mesmo qualquer câmara de tevê a intrometer-se em busca de alguma cena escandalosa, muitos empresários chineses decidiram que tudo devia transcorrer mergulhado em um grande silêncio. Também por causa de um aumento dos custos era necessário tornar ainda mais imperceptível a presença das mercadorias. Fazê-

las desaparecer nos barracões alugados de fazendas distantes da província, entre lixeiras e plantações de tabaco, mas isto não eliminava o trânsito de carretas. Assim, pelo porto entravam e saíam diariamente não menos de dez pequenos furgões entulhados de pacotes até o teto. Depois de percorrerm

poucos metros, já estavam nas garagens dos prédios em frente ao porto.

Entrar e sair, só isso bastava.

Movimentos inexistentes, imperceptíveis, perdidos nas manobras cotidianas do tráfico. Apartamentos alugados. Com paredes derrubadas.

Garagens comunicantes entre si, quatinhos de despejo repletos até o teto de mercadorias. Nenhum proprietário ousava lamentar-se. Xian lhes pagara tudo. Aluguel e indenização pelas modificações indevidas. Milhares de caixas subiam num elevador montado como uma empilhadeira. Uma gaiola de aço instalada dentro do prédio fazia deslizar entre os andares um estrado que subia e descia continuamente. O trabalho era realizado em poucas horas. A escolha das caixas não era aleatória. A mim coube descarregar nos primeiros dias de julho. Um trabalho que dá um bom dinheiro, mas que não se consegue fazer sem um bom e constante preparo físico. O calor era muito úmido. Ninguém ousava pedir um aparelho de ar condicionado. Ninguém. E

não por medo de punição ou por alguma espécie de cultura da obediência e submissão. As pessoas que descarregavam vinham dos quatro cantos do planeta: africanos, chineses, albaneses, e também napolitanos, calabreses, lucanenses. Ninguém pedia, todos constataavam que o calor não danificava as mercadorias e isso era motivo suficiente para não se gastar dinheiro com ar-condicionado.

Empilhávamos as caixas de jaquetas, guarda-chuvas, capas impermeáveis, k-way, camisas de lã. Era pleno verão e parecia uma opção maluca reabastecer roupas de outono em vez de estocar artigos de praia, vestidos de alça e sandálias. Nos apartamentos-depósito não se guardavam os produtos como em uma loja, pois tratava-se de mercadorias para serem introduzidas imediatamente no mercado. Mas os empresários chineses haviam previsto que seria um verão com pouco sol e muita chuva. Nunca mais esqueci a lição de John Maynard Keynes sobre o conceito de valor marginal: como varia, por

exemplo, o preço de uma garrafa de água num deserto ou perto de uma cachoeira. Naquele verão, então, a indústria italiana colocava garrafas perto dos bebedouros, enquanto a indústria chinesa construía fontes no deserto.

Depois dos primeiros dias de trabalho no prédio, Xian veio dormir conosco. Falava um italiano perfeito, com um leve r trocado pelo v. Como os nobres decadentes imitados por Totó em seus filmes. Xian Zhu tinha sido rebatizado como Nino. Em Nápoles, quase todos os chineses que se relacionam com italianos se dão um nome napolitano. É um costume tão difundido que nem causa mais espanto ouvir um chinês se apresentar como Tonino, Nino, Pino, Pasquale. Xian Nino, em vez de dormir, passou a noite na mesa da cozinha, telefonando e assistindo televisão. Eu estava deitado na cama, mas dormir era impossível. A voz de Xian nunca se interrompia; saía disparada entre

os dentes como uma metralhadora. Falava sem sequer respirar, como em uma apneia de palavras. E ainda por cima os peidos dos seus guarda-costas empestevam a casa de um odor agridoce, infestando também o meu quarto. Não era só o fedor que me causava nojo, mas também as imagens que ele provocava na minha mente. Rolinhos primavera em putrefação no estômago deles e arroz à cantonesa macerado pelos sucos gástricos. Os outros inquilinos estavam habituados. Fechada a porta, nada mais existia além do sono. Para mim, no entanto, não existia outra coisa senão o que estava acontecendo para além da minha porta. Assim, fui para a cozinha. Espaço comum. Portanto, em parte, também meu. Ou assim deveria ser. Xian parou de falar e começou a cozinhar. Fritava frango. Vinham-me à mente dezenas de perguntas que eu queria fazer-lhe, curiosidades, lugares-comuns que eu queria entender. Comecei a falar da Tríade. A máfia chinesa.

Xian continuava a fritar. Eu queria perguntar detalhes. Mesmo que apenas simbólicos, eu não esperava, é claro, confissões sobre seu grau de filiação. Eu demonstrava conhecer o mundo mafioso chinês, achando que saber dos seus

movimentos fosse o caminho para obter um retrato da realidade. Xian levou o frango frito para a mesa, sentou-se e não disse nada. Não sei se achava interessante o que eu dizia. Eu nunca soube se ele fazia parte da organização.

Bebeu cerveja e depois se levantou um pouco da cadeira, tirou a carteira do bolso da calça, enfiou os dedos nela sem olhar e pegou três moedas. Lançou-as na mesa e parou-as na toalha com um copo deitado.

“Euro, dólar, iuane. Eis a minha tríade.”

Xian parecia sincero. Nenhuma outra ideologia, nenhuma espécie de símbolo e paixão pela hierarquia. Lucro, negócios, capital. Nada mais. Tende-se a considerar misterioso o poder que determina certas dinâmicas e por isso inscrevê-lo em uma entidade obscura: máfia chinesa. Uma síntese que tende a desprezar todos os termos intermediários, todas as negociações financeiras, toda a qualidade do investimento, tudo aquilo, enfim, que faz a força de um grupo econômico criminoso. Há, pelo menos, cinco anos que cada relatório da Comissão Antimáfia assinala “o perigo crescente da máfia chinesa”, mas, em dez anos de investigações, a polícia conseguiu apreender perto de Florença, em Campi Bisenzio, apenas 600 mil euros. Algumas motos e uma porção de produtos. Nada, em comparação a uma força

econômica que conseguia movimentar centenas de milhões de euros, segundo o que escreviam diariamente os analistas americanos. O empresário sorria para mim.

“A economia tem um em cima e um embaixo. Nós entramos embaixo, e saímos em cima.”

Antes de ir dormir. Nino Xian me fez uma proposta para o dia seguinte.

“Você acorda cedo?”

“Depende...”

“Se amanhã você conseguir estar de pé às cinco, venha conosco ao porto.

Nos dará uma mão.”

“Pra fazer o quê?”

“Se você tiver um casaco com capuz, melhor, use-o.”

Não me disse mais nada, nem eu perguntei mais, para não parecer muito curioso em participar da coisa, ou insistente na curiosidade. Fazer mais perguntas poderia comprometer a proposta de Xian. Restavam-me poucas horas para dormir. E a ansiedade era demais para me deixar cair no sono.

Às cinco em ponto ele me encontrou pronto, no térreo do prédio onde apareceram outros rapazes. Além de mim e do meu coinquilino, havia dois marroquinos de cabelos grisalhos. Entramos no furgãozinho e fomos para o porto. Não sei quanto de caminho percorremos e por quais becos do porto nos metemos. Adormeci apoiado na janela do furgão. Descemos perto das pedras, um pequeno píer se esticava no beco. Ali estava atracado um barco com um motor muito grande que fazia a traseira parecer pesadíssima em relação à sua estrutura frágil e estreita. De capuz na cabeça parecíamos uma ridícula banda de rap. O capuz, que achei necessário para não sermos reconhecidos, na verdade servia só para nos proteger dos esguichos de água gelada e dissipar a dor de cabeça que dá nas têmporas, em mar aberto, nas primeiras horas da manhã. Um napolitano jovem ligou o motor e outro começou a conduzir o barco. Pareciam irmãos. Ou pelo menos tinham rostos parecidos. Xian não veio conosco. Depois de cerca de meia hora de viagem nos aproximamos de um navio. Parecia que íamos bater contra ele. Enorme.

Era até difícil levantar o pescoço para ver onde terminava o casco. No mar, os navios soltam gritos de ferro, como o barulho de árvores quando são abatidas.

Sons abafados que o fazem engolir duas vezes um muco com sabor de sal.

Do navio um mecanismo de roldanas fazia descer uma rede cheia de enormes caixas de papelão. Cada vez que a rede batia na madeira do barco, este oscilava a ponto de eu me preparar para sair nadando. Mas não acabamos

no mar. As caixas não eram muito pesadas. Só que depois de ter colocado umas trinta na popa, meus pulsos estavam entorpecidos e os antebraços vermelhos do contínuo roçar na aspereza dos papelões. Nosso barco deslocou-se depois para o outro lado, contra a costa, e atrás de nós outros dois barcos emparelharam com o navio para recolher mais caixas de papelão.

Não tinham partido do nosso píer. Mas, de repente, estavam seguindo o nosso rasto. Sentia a boca do estômago girar continuamente cada vez que o navio batia a proa na superfície das ondas. Apoiei a testa sobre algumas caixas. Tentava adivinhar pelo cheiro o que continham. Apoiei a orelha para tentar descobrir, pelo barulho, o que havia ali dentro. Comecei a ter um sentimento de culpa. Do que eu tinha participado sem pensar, sem fazer uma escolha verdadeira. Que eu me fodesse, sim, mas pelo menos com consciência. Tinha acabado, por mera curiosidade, descarregando mercadoria clandestina. Acredita-se estupidamente que um ato criminoso, por qualquer razão, seja primeiro planejado e desejado, ao contrário de um ato inocente.

Na realidade, não há diferença. Os gestos conhecem uma flexibilidade que os juízos éticos ignoram. Chegados ao cais, os marroquinos começaram a descer do barco com duas caixas grandes nas costas. Para fazer-me andar em ziguezague bastavam minhas pernas. Sobre as pedras, Xian nos esperava.

Aproximou-se de uma enorme caixa, já tendo na mão uma navalha, e cortou uma faixa larga de fita adesiva que fechava as duas abas da caixa. Eram tênis.

Tênis de ginástica, originais, das marcas mais famosas. Modelos novos, novíssimos, que ainda não tinham chegado às lojas italianas. Temendo um controle da Alfândega, tinha preferido descarregar em mar aberto. Uma parte da mercadoria podia, assim, ser colocada no mercado sem

o peso dos impostos; os atacadistas a teriam sem as despesas alfandegárias. Vencia-se a concorrência na base de descontos. A mesma qualidade de mercadoria, mas com quatro, seis, dez por cento de desconto. Percentuais que nenhum

representante comercial poderia propor, e os percentuais de desconto fazem crescer ou morrer um negócio, permitindo abrir centros comerciais, e ter lucros seguros, e, com os lucros seguros, créditos bancários. Os preços devem baixar. Tudo deve chegar, mover-se velozmente, às escondidas. Apertar sempre mais a diferença entre compra e venda. Um oxigênio inesperado para os comerciantes italianos e europeus. Este oxigênio entrava pelo porto de Nápoles.

Distribuímos todos os pacotes em diversos furgões. Chegaram também outros barcos. Os furgões rumaram para Roma, Viterbo, Latina, Formia. Xian nos acompanhou de volta para casa.

Tudo havia mudado nos últimos anos. Tudo. Inesperadamente.

Repentinamente. Intui-se a mudança, mas ainda não é possível compreendê-

la. O golfo, há dez anos, era sulcado por barcos de contrabandistas, as manhãs eram cheias de varejistas que andavam ali para se reabastecerem de pacotes de cigarro. Ruas cheias de gente, carros lotados de estantes de madeira, recantos com cadeiras e balcão para a venda. Travavam-se as batalhas entre guarda costeira, receita federal e contrabandistas. Davam-se centenas de pacotes de cigarros em troca de uma prisão, ou alguém se deixava prender para salvar toneladas de pacotes de cigarro amontoados em algum fundo falso de um barco em fuga. Noites em claro, vigias noturnos dos contrabandistas, assovios para alertar movimentos estranhos de automóveis, walkie-talkies ligados para acionar alarmes e filas de homens ao longo da costa passando os pacotes de mão em mão. Carros que voavam da costa de Puglia para o interior e dali rumavam para a Campânia. Nápoles-Brindisi era um eixo fundamental, a estrada da próspera economia dos cigarros baratos. O contrabando, a FIAT

do sul, o Welfare dos desempregados, 20 mil pessoas que trabalhavam exclusivamente no contrabando entre Puglia e Campânia. O contrabando deu

início à grande guerra da Camorra nos primeiros anos da década de 1980.

Os clãs da Puglia e da Campânia reintroduziam na Europa os cigarros

não mais sujeitos aos monopólios do Estado. Importavam mensalmente milhares de caixas de Montenegro, faturando 500 milhões de liras por carregamento.

Agora tudo está dividido e transformado. Não interessa mais aos clãs. Mas, na realidade, a máxima de Lavoisier tem status de dogma: nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Na natureza, mas sobretudo nas dinâmicas do capitalismo. Os produtos do cotidiano, e não mais o vício da nicotina, são o novo objetivo do contrabando. Está nascendo a guerra dos preços, terrivelmente cruel. Os percentuais de desconto dos representantes, dos atacadistas e dos comerciantes determinam a vida e a morte de cada um desses objetos econômicos. Os impostos, o IVA, a carga máxima de cada carreta são obstáculos para o lucro, verdadeiras barreiras alfandegárias de cimento armado à circulação de mercadoria e dinheiro. As grandes empresas, então, deslocam a produção para o Leste, para a Romênia e a Moldávia, para o Oriente, para a China, a fim de ter mão de obra de baixo custo. Mas só isso não basta. A mercadoria produzida a baixo custo deverá ser vendida num mercado em que cada vez mais pessoas a buscam com salários precários, poupanças mínimas, atenção obsessiva aos centavos. O que não é vendido aumenta, e então as mercadorias, originais, falsas, semifalsas, parcialmente verdadeiras, chegam silenciosamente. Sem deixar rasto. Com menos visibilidade do que na época dos cigarros, já que não têm uma distribuição paralela. Como se nunca tivessem sido transportadas, como se tivessem surgido da terra e mãos anônimas as tivessem recolhido. Se o dinheiro não fede, a mercadoria, por sua vez, perfuma. Não deixa o cheiro do mar percorrido, do odor das mãos que a produziram, nem da graxa dos braços mecânicos que a empilharam. A mercadoria é o que é. Este odor não tem origem; sua única origem é aquilo que está sobre o balcão do comerciante e só

termina na casa do comprador.

Deixando o mar para trás, chegamos a casa. O furgão só nos deu tempo de desembarcar. Depois voltou ao porto para pegar, pegar, pegar ainda mais e mais caixas de mercadorias. Subi pelo elevador de carga já muito cansado.

Tirei a camisa encharcada de água e suor antes de me atirar na cama. Não sei quantas caixas eu havia transportado e empilhado. Mas a sensação era de ter descarregado sapatos para os pés de metade da Itália. Eu estava cansado como se tivesse chegado ao fim de uma jornada extenuante e penosíssima. Em casa, os outros rapazes acordavam. Era tão somente o início da manhã.

Angelina Jolie



Nos dias seguintes acompanhei Xian em seus encontros de negócios. Na realidade, ele tinha me escolhido para acompanhá-lo nas viagens e almoços.

Eu falava muito ou muito pouco. Ambas as opções agradavam-lhe. Assim, eu via como se semeavam e se cultivavam as sementes do dinheiro, via como se preparava e fertilizava o terreno da economia. Chegamos a Las Vegas. Ao norte de Nápoles. Chamamos essa zona de Las Vegas por diversas razões. Tal como a Las Vegas de Nevada, que foi construída no meio do deserto, a daqui também parece ter surgido do nada. Chega-se nela por um deserto de estradas. Quilômetros de asfalto, de estradas enormes que em poucos minutos nos levam para fora deste território, à autoestrada rumo a Roma, direto para o norte. Estradas que foram feitas não para automóveis, mas para caminhões;

não para o deslocamento de pessoas, mas para o transporte de vestidos,

sapatos e bolsas. Vindo de Nápoles em direção ao norte, surgem cidadezinhas do nada, fincadas na terra, uma ao lado da outra. Coágulos de cimento.

Estradas que se cruzam ao lado de uma reta, na qual se sucedem, sem solução de continuidade: Casavatore, Caivano, Sant'Antimo, Melito, Arzano, Piscinola, San Pietro a Patierno, Frattamaggiore, Frattaminore, Grumo Nevano. Emaranhados de estradas. Cidadezinhas sem diferenças que parecem uma única cidade maior. Estradas divididas, metade pertencendo a uma cidadezinha e metade a outra.

Já ouvi centenas de vezes chamarem essa zona foggiana de Califoggia, ou mesmo o sul da Calábria de Calafria ou Calabria Saudita, ou ainda chamarem Sala Consilina de Sahara Consilina ou Terceiro Mundo para indicar uma zona de Secondigliano. Mas, aqui, Las Vegas é realmente Las Vegas. Qualquer pessoa que quisesse e tivesse empreendido uma escalada empresarial neste território, em alguns anos, seria bem-sucedida. Podia-se realizar um sonho. Com um empréstimo, com boa liquidez e uma boa economia, podia-se montar uma fábrica. Erguer uma empresa: com eficiência, produtividade, velocidade, silêncio e mão de obra barata seria possível vencer. Vencer como se vence apostando no vermelho ou no preto.

Se perdesse, fecharia em poucos meses. Las Vegas. Porque nada era planejado, administrativa ou economicamente. Sapatos, vestidos, confecções, eram as produções que se impunham nebulosamente no mercado internacional. As cidades não se gabavam dessa produção preciosa. Os produtos eram mais aceitos quando introduzidos silenciosamente e clandestinamente. Territórios que há décadas produziam os melhores estilistas da moda italiana. E talvez os melhores talentos da moda mundial. Não tinham clube de empresários, não tinham centros de formação, não tinham nada que não fosse trabalho, máquina de costura, pequena confecção, caixas fechadas e mercadorias expedidas. Nada mais que um rodízio dessas fases. Qualquer outra coisa era

supérflua. A formação acontecia na mesa de trabalho. O talento empresarial mostrava-se na vitória ou na derrota. Nada de financiamentos, projetos e estágios. Tudo rápido para a arena do mercado. Ou se vendia ou se falia. Com o crescimento dos salários, as casas foram reformadas, os carros, comprados entre os mais caros. Tudo levava a crer tratar-se de uma riqueza coletiva. Uma riqueza

roubada, conquistada por alguém e levada para o seu buraco.

Chegavam de toda parte para investir. Unidades que produziam ternos, camisas, saias, jaquetas, casacos, luvas, chapéus, sapatos, bolsas, carteiras para empresas italianas, alemãs, francesas. Nesta zona, desde os anos 1950, não há necessidade de se ter alvará, contratos, local adequado. Garagens, vãos de escadas, salinhas transformam-se em fábricas.

Nos últimos anos a concorrência chinesa arrasou aqueles que fabricavam produtos de qualidade média. Não havia mais espaço para amadores. Ou se atingia a perfeição com velocidade, ou logo alguém que soubesse trabalhar num nível médio e de maneira mais veloz tomava o seu lugar. Um número elevado de pessoas viu-se sem trabalho. Os proprietários das fábricas terminaram afogados em dívidas por causa dos juros altos. Muitos acabaram fugindo.

Há um lugar que, com o fim dessas empresas terceirizadas de baixa qualidade, não respirou mais, não cresceu, não sobreviveu. Esse lugar parece ser o emblema do fim da periferia. Com suas casas sempre iluminadas e apinhadas de gente, com os pátios lotados. Os carros sempre estacionados.

Ninguém sai de lá. Um ou outro entra. Poucos ficam. Em nenhum momento do dia ouve-se o silêncio coletivo, aquele que se percebe quando todos vão para o trabalho ou para a escola. Aqui tem sempre confusão, um rumor contínuo de ocupação. Esse lugar vai de Parco Verde a Caivano.

Parco Verde surge logo que se sai do eixo mediano, uma faixa de asfalto que corta direto todas as cidadezinhas do entorno napolitano. Em vez de um

bairro, mais parece um pacotinho de cimento, com sacadas de alumínio que incham como furúnculos sobre cada varanda. É um daqueles lugares que talvez o arquiteto tenha projetado inspirando--se nas construções praianas ou nos castelos de areia que se fazem virando o baldinho de plástico na areia.

Prédios básicos, pardos. Numa esquina vislumbra-se uma capelinha minúscula. Quase imperceptível. Nem sempre foi assim. Antes, havia uma capela. Grande, branca. Um verdadeiro mausoléu, erguido em homenagem a um rapaz, Emanuele, morto no trabalho. Um trabalho que, em algumas zonas, é até mesmo pior do que o trabalho ilegal na fábrica. Mas é uma ocupação. Emanuele roubava. E o fazia sempre aos

sábados, todos os sábados, havia um bom tempo. E sempre na mesma rua. Na mesma hora, na mesma rua, no mesmo dia da semana. Porque o sábado era o dia das suas vítimas. O

dia dos namorados. E a Estatal 87 era o lugar aonde iam todos os jovens namorados da região. Uma rua de merda, entre asfalto remendado e pequenos esgotos. Cada vez que passo lá e vejo os namorados penso que é preciso estar muito apaixonado para conseguir se sentir bem em meio a tanta imundície. Justo aqui, Emanuele e dois amigos se escondiam e esperavam o carro do casal que estacionava, a luz que se apagava. Esperavam alguns minutos depois que a luz era apagada para que tirassem a roupa, e, no momento de máxima vulnerabilidade, chegavam. Com a coronha da pistola quebravam o vidro e depois a apontavam para o nariz do rapaz. Depenavam o casal e iam embora para o weekend, com dezenas de assaltos feitos e 500 euros no bolso: um resultado minúsculo com sabor de tesouro.

Uma noite, porém, uma patrulha de carabinieri os interceptou. Emanuele e seus companheiros foram tão imbecis que não previram que fazer sempre os mesmos movimentos, roubar sempre no mesmo lugar, é o melhor modo de ser pego. Os dois carros emparelharam e os carabinieri dispararam. Depois, tudo ficou parado. No carro está Emanuele, morto. Tinha nas mãos uma

pistola, e tinha feito o gesto de apontá-la contra os carabinieri. Mataram-no com 11 tiros disparados em poucos segundos. Disparar 11 tiros à queima-roupa significa ter a pistola apontada e estar pronto ao menor sinal para disparar. Disparar para matar primeiro e depois pensar para não ser morto.

Os outros dois tinham parado o carro. Os projéteis haviam entrado no carro como se fossem vento. Todos atraídos para o corpo de Emanuele. Seus amigos iam abrir as portas, mas viram que Emanuele estava morto e ficaram imobilizados. Depois abriram as portas sem demonstrar resistência aos socos na cara que antecedem toda prisão. Emanuele estava dobrado sobre si mesmo, tinha na mão uma pistola de brinquedo. Uma daquelas reproduções que eram usadas na roça para afugentar bandos de ladrões de galinheiros. Um brinquedo que era usado como se fosse verdadeiro; no mais, Emanuele era um menino que agia como se fosse um homem maduro, com olhar assustado que fingia ser mau, a vontade de ganhar algum troco para fingir ser desejo de riqueza. Emanuele tinha 15 anos. Todos o chamavam simplesmente de Manù.

Tinha uma cara magra, escura e angulosa, um daqueles arquétipos de

gente que se deve evitar. Emanuele era um menino deste território onde honra e respeito não são dados pelo dinheiro, mas pelo modo como ele é obtido.

Emanuele fazia parte de Parco Verde. E não há erro ou crime que possa apagar a marca de pertencer a certos lugares que marcam com fogo. Todas as famílias de Parco Verde fizeram uma coleta. E construíram um pequeno mausoléu. Dentro colocaram uma fotografia de Nossa Senhora do Arco e um porta-retratos com o rosto sorridente de Manù. Construíram também a capela de Emanuele entre outras vinte que os fiéis tinham edificado em homenagem a todas as nossas senhoras possíveis, uma para cada ano de desemprego. O prefeito, porém, não podia suportar que se construísse um altar para um ladrãozinho e mandou uma escavadeira demoli-lo. Em poucos minutos o cimento demolido se esfarelou como massinha de modelar. Em

poucos minutos se espalhou a notícia no Parco, os rapazes chegaram com suas Vespas e motos perto da escavadeira. Ninguém disse nada. Mas todos olhavam o operário que estava movendo as alavancas da escavadeira. Sob o peso dos olhares, o operário parou e fez sinal para eles verem o delegado de polícia. Era ele quem havia dado a ordem. Como um gesto para indicar que o alvo da raiva não devia ser ele, mas outra pessoa. Sentia medo. Fechou-se dentro da cabina. Assediado. Em um segundo começou a briga. O operário conseguiu escapar no carro da polícia. Deram socos e pontapés na escavadeira, esvaziaram as garrafas de cerveja e encheram-nas de gasolina.

Inclinando as motos, fizeram o combustível cair diretamente nas garrafas.

Jogaram pedras nos vidros de uma escola, perto do Parco. Se a capela de Emanuele havia desmoronado, tudo mais devia desmoronar. Das janelas dos prédios havia quem jogasse pratos, vasos, talheres. Depois jogaram garrafas incendiárias contra a polícia. Fizeram barricadas. Puseram fogo em tudo que queimasse e pudesse propagar o incêndio. Prepararam-se para a briga. Eram centenas, podiam resistir um longo tempo. A revolta se alastrou e começou a contagiar os bairros napolitanos.

Mas logo em seguida chegou alguém, de não muito longe. Tudo estava cercado pelos carros da polícia e dos carabinieri, mas um veículo preto conseguiu furar as barricadas. O motorista fez um sinal, alguém abriu a porta e um grupinho de revoltosos entrou. Em pouco mais de duas horas tudo foi desmantelado. Sem ocultarem o rosto, desmantelaram as barricadas de lixo.

Os clãs entrevistaram, mas ninguém sabia quais. Parco Verde é uma mina para a mão de obra camorrista. Aqui todos conseguem a mão de obra mais barata, até mesmo que a dos carregadores nigerianos ou albaneses. Todos procuram os rapazes de Parco Verde: os Casalesi, os Mallardo di Giugliano, os

“tigrinhos” de Crispano. Trabalham como vendedores com salário sem percentual sobre as vendas. E também como motoristas e olheiros,

defendendo territórios mesmo a quilômetros de distância de suas casas. E

nem pedem o reembolso da gasolina que gastam para ir trabalhar. Rapazes de confiança, escrupulosos em seus afazeres. Às vezes acabam viciados em heroína. A droga dos miseráveis. Um ou outro se salva, se alista no exército e vai embora; algumas moças conseguem partir para nunca mais voltar. Quase ninguém das novas gerações pertence à organização. A maior parte trabalha para os clãs, mas nunca será camorrista. Os clãs não os querem, não confiam neles, fazem-nos trabalhar usufruindo dessa grande oferta. Não têm competência, talento comercial. Muitos se fazem de mulas. Transportam mochilas cheias de haxixe para Roma. Exigindo o máximo dos motores, uma hora e meia e já estão às portas da capital. Não conseguem nada em troca dessas viagens, mas depois de umas vinte delas ganham a moto. Sentem isso como uma retribuição preciosa, quase inigualável, certamente inatingível com qualquer outro trabalho que se pudesse encontrar naquele lugar. Mas a essa altura já transportaram mercadoria capaz de faturar dez vezes o preço da moto. Não o sabem nem conseguem imaginá-lo. Se a polícia os interceptar, serão condenados a até dez anos, e não sendo filiados não terão as despesas legais pagas nem a assistência familiar garantida pelos clãs. Mas na cabeça há apenas o ronco da moto e Roma a alcançar.

Algumas barricadas continuaram ainda a resistir, mas lentamente, conforme a quantidade de raiva no fígado. Depois, tudo esmoreceu. Os clãs não tinham medo da revolta, nem dos clamores. Podiam matar-se e deixar-se queimar por dias, nada teria acontecido. Mas a revolta não os deixaria trabalhar. Não deixaria Parco Verde ser o reservatório de emergência do qual recrutar mão de obra especializada a baixíssimo custo. Tudo, e rápido, devia voltar ao normal. Todos deviam voltar ao trabalho, ou melhor, voltar a estar disponíveis para um trabalho eventual. O palco da revolta devia acabar.

Fui ao enterro de Emanuele. Quinze anos, em alguns lugares do mundo, são apenas um número. Morrer aos 15 anos nesta periferia

parece o cumprimento de uma sentença de morte, mais do que ser privado da vida.

Na igreja havia muitos, muitíssimos rapazes. Todos de cara fechada. De vez em quando fora da igreja, gritavam alguma coisa. E tinham até mesmo um coro ritmado: “Sem-pre conosco, es-tarás sem-pre conosco... sempre conosco...” Que é o grito da torcida quando um jogador famoso é substituído.

Pareciam estar no estádio, mas o coro era de raiva. Havia policiais à paisana que procuravam ficar afastados da nave central da igreja. Todos os haviam reconhecido, mas brigar ali não era o caso. Na Igreja consegui logo identificá-

los. Ou melhor, eles me identificaram como um estranho naquele lugar, não encontrando na memória deles qualquer registro do meu rosto. Como que para vir ao encontro da minha cara fechada, um dos policiais se aproximou dizendo-me: “Estes aqui são todos marginais: drogas, furto, receptação, assalto... alguns até fazem prostituição. Não tem ninguém limpo. Aqui, quantos mais morrerem, melhor pra todo mundo...”

Palavras a que se responde com um soco ou uma cabeçada no septo nasal.

Mas era, na realidade, o pensamento de todos. E talvez até mesmo um pensamento sábio. Aqueles rapazes que provavelmente irão para a prisão por causa de um assalto de 200 euros — rapazes de merda, imitação de gente, desgraçados —, eu os olhava, um por um. Não tinham mais de 20 anos. Padre Mauro, que celebrava a missa, sabia quem estava ali. Sabia também que os rapazes não tinham nada de inocência.

“Hoje não morreu um herói...”

Não tinha as mãos espalmadas, como as dos padres que leem parábolas aos domingos. Tinha os punhos cerrados. Ausente qualquer tom de homilia.

Quando começou a falar, sua voz parecia alterada devido a uma dor de garganta estranha, como aquela que dá quando já aguentamos calados por

muito tempo. Falava com um tom raivoso, nenhuma pena pelo jovem, não revelava nada.

Parecia um daqueles padres sul-americanos durante os motins da guerrilha em El Salvador, quando não podiam mais celebrar funerais de massacres e então paravam de falar com compaixão e começavam a gritar.

Mas aqui ninguém conhece Romero. 1 Padre Mauro tem uma energia rara.

“Por mais responsabilidade que possamos atribuir a Emanuele, impressionam os seus 15 anos. Os filhos das famílias que nascem em outros locais da Itália com esta idade vão nadar, fazer balé. Aqui não é assim. O Pai Eterno levará em conta o fato de que o erro foi cometido por um rapaz de 15 anos. Se 15

anos no sul da Itália são suficientes para trabalhar, decidir roubar, matar ou ser morto, são também suficientes para assumir a responsabilidade por tais atos.”

Depois inspirou com força o ar viciado da igreja: “Mas 15 anos é tão pouco que nos fazem ver melhor o que está por detrás e nos obrigam a distribuir a responsabilidade. Quinze anos é uma idade que bate na consciência de quem tagarela sobre legalidade, trabalho, compromisso. Não bate com palmas, bate com socos.”

O padre terminou a homilia. Ninguém entendeu inteiramente o que ele queria dizer, nem estavam presentes autoridade ou instituição. O tumulto dos rapazes tornou vulto. O caixão saiu da igreja, quatro homens o seguravam, mas de repente não estava mais apoiado nos ombros deles e passou a navegar na multidão. Todos o seguravam com as palmas das mãos, como se faz com um astro do rock, quando pula do palco sobre os espectadores. O caixão ondulava no mar de dedos. Um cortejo de rapazes em motos se formou atrás do carro funerário, o carro comprido dos mortos, pronto para levar Manú para o cemitério. Aceleravam. Com o freio apertado. O ronco dos motores

fez-se coro para o último percurso de Emanuele. Estridente, fazendo todo o barulho possível com os canos de descarga, pareciam querer levar Emanuele até as portas do outro mundo. Logo uma fumaça densa e fedendo a gasolina se espalhou pelas roupas dos que acompanhavam o cortejo fúnebre. Tentei entrar na sacristia. Queria falar com aquele padre de palavras desconcertantes. Uma mulher passou a minha frente. Queria dizer-lhe que, na verdade, o rapaz a teria procurado, que sua família não tinha lhe ensinado nada. Depois, orgulhosa, confessou: “Meus sobrinhos, mesmo que estivessem desocupados, nunca teriam roubado...”

E continuando nervosa:

“Mas o que é que este rapaz aprendeu? Nada?”

O padre olhou para baixo. Estava vestindo a batina. Não tentou responder, não a encarou e, continuando a olhar os sapatos, resmungou: “O fato é que aqui só se aprende a morrer.”

“O quê, padre?”

“Nada senhora, nada.”

Mas nem todos aqui estão debaixo da terra. Nem todos acabaram no pântano de derrota. Até agora. Há ainda fábricas vencedoras. A força dessas empresas é tal que conseguem fazer frente ao mercado da mão de obra chinesa porque trabalham para as grandes grifes. Velocidade e

qualidade. Altíssima qualidade. O monopólio da beleza dos padrões da excelência ainda é seu. O made in Italy se constrói aqui. Caivano, Sant’Antimo, Arzano, e assim por diante, toda a Las Vegas da Campânia. “A imagem da Itália no mundo” tem as linhas dos tecidos confeccionados no contorno da cidade de Nápoles. As grifes não têm confiança em mandar tudo para o Leste, em terceirizar no Oriente. As fábricas se amontoam nos vãos de escadas, no térreo das vilas construídas como casas populares, em ruas paralelas. Na

periferia dessas terras de periferia. Trabalha-se costurando, cortando couro, montando sapatos. Em fila. Com as costas do colega diante dos olhos e a própria coluna diante dos olhos do colega de trás. Um operário do setor têxtil trabalha cerca de dez horas por dia. Os salários variam de 500 a 900 euros. As horas extras são geralmente bem-remuneradas, até 15 euros a mais em relação a uma hora normal de trabalho. Raramente as empresas têm mais do que dez empregados. Nos cômodos onde se trabalha, geralmente há um rádio ou uma televisão sobre uma mesa. O rádio se escuta pela música e, quando muito, alguém cantarola. Mas nos momentos de máxima produção, todos calados. E batem só as agulhas das máquinas. Mais da metade dos empregados dessas empresas são mulheres. Hábeis, nascidas em frente a uma máquina de costura. Aqui as fábricas não existem formalmente. E não existem nem mesmo os trabalhadores. Se o mesmo trabalho de alta qualidade fosse registrado, os preços subiriam e não haveria mais mercado. O trabalho voaria para longe da Itália. Os empresários desta parte têm esta lógica na ponta da língua. Nessas fábricas frequentemente não há rancor entre operários e proprietários.

Aqui o conflito de classes é mole como um biscoito molhado. O patrão é, em geral, um ex-operário. Partilha o mesmo horário de trabalho com seus empregados, na mesma sala, sobre o mesmo tipo de cadeira. Quando erra, paga diretamente com hipoteca e empréstimos. Sua autoridade é paternalista. Discute-se por um dia de férias e algum centavo de aumento. Não há contrato, não há burocracia. É uma relação cara a cara. E

assim são traçados os passos das concessões e das obrigações que têm sabor de direito e de eficiência. A família do empresário vive no andar de cima de onde se trabalha. Nessas fábricas, geralmente as operárias confiam seus filhos às filhas do proprietário, que se tornam babás, ou à mulher do proprietário, que se torna avó adotiva. Os filhos dos operários crescem com a família do proprietário. Tudo isso cria uma vida comum, realiza o sonho horizontal do

pós-fordismo — conseguir compartilhar o almoço entre operários e dirigentes, frequentar-se mutuamente, fazendo-os sentir-se parte de uma mesma comunidade.

Nessas fábricas não há olhares cabisbaixos. Sabem que trabalham com a excelência e sabem que têm salários ínfimos. Mas sem um não há o outro.

Trabalham para a obtenção do mínimo necessário à sobrevivência, da melhor maneira possível. Assim, ninguém encontra motivo para ser mandado embora. Não há nenhuma proteção trabalhista: direitos, demissão sem justa causa, licenças, férias. O direito é construído. As férias são imploradas. Não há lamentações. Tudo acontece como tem de ser. Há somente um corpo, somente uma máquina e somente um salário. Não se conhecem os dados precisos de quantos são os trabalhadores informais desta zona. Nem quantos, ao contrário, estão registrados. Mas são constrangidos a assinar todo mês contracheques com somas declaradas nunca recebidas.

Xian deveria participar de um leilão. Entramos na sala de aula de uma escola, nenhuma criança, nenhuma professora. Só as folhas de cartolina coladas nas paredes com enormes letras desenhadas. Na sala, outros vinte representantes de empresas aguardavam o leilão. Xian era o único estrangeiro. Cumprimentou somente dois dos presentes e sem muita intimidade. Um carro parou no estacionamento da escola. Saltaram três pessoas. Dois homens e uma mulher. A mulher vestia uma saia de couro, sapatos de verniz, de saltos altos. Todos se levantaram para cumprimentá-la.

Os três tomaram seus lugares e começaram o leilão. Um dos homens desenhou três linhas verticais no quadro-negro. A mulher ditou e ele escreveu na primeira coluna:

“800”

Era o número de vestidos a serem produzidos. A mulher listou tipos de tecidos e qualidade das peças. Um empresário de Sant’Antimo aproximou-se deles, dando as costas a todos, e propôs seu preço e seu prazo:

“Quarenta euros por vestido em dois meses...”

A proposta foi escrita no quadro-negro:

“800/40/2”

Os outros empresários não pareciam preocupados. Não tinha pretendido com a sua proposta entrar na dimensão do impossível. E isso evidentemente agradava a todos. Mas os leiloeiros não estavam satisfeitos. O pregão continuou.

Os leilões que as grandes grifes fazem nestes lugares são estranhos.

Ninguém perde e ninguém vence. O jogo está em participar da corrida para mais ou para menos. Alguém lança uma proposta, definindo o tempo e o preço que pode bancar. Mas se as suas condições forem aceitas não será o único vencedor. Sua proposta é como uma arrancada que os outros empresários podem tentar seguir. Quando um preço é aceito pelos mediadores, os empresários presentes podem decidir participar ou não; quem aceita recebe o material. Os tecidos. As grifes os enviarão diretamente ao porto de Nápoles e os empresários participantes irão até lá buscar. Mas serão pagos somente após terminado o trabalho. Aquele que entregar primeiro as peças confeccionadas com altíssima qualidade de acabamento. Os outros empresários que participaram do jogo poderão ficar com os materiais, mas não verão um centavo. As empresas da moda ganham tanto assim, que sacrificar tecidos não é uma perda relevante. Se um empresário não cumpre sua palavra muitas vezes, tirando vantagem do leilão para conseguir material gratuito, ele é excluído dos seguintes. Com este método, os mediadores das grifes garantem a velocidade de produção, porque, se alguém atrasar a entrega, outro ocupará o lugar do proponente. Nenhuma prorrogação é possível para os tempos da alta costura.

Um outro braço se levantou para alegria da mulher atrás da mesa. Um empresário bem-vestido, elegantíssimo.

“Vinte euros em 25 dias.”

Aceitaram esta última proposta. Juntaram-se a ele nove dos vinte empresários presentes. Xian não ousou dizer-se disponível. Não podia coordenar velocidade e qualidade em tempo tão curto e com preços tão baixos. Terminado o leilão, a mulher escreveu numa caderneta os nomes dos empresários, o endereço das fábricas, os números de telefone. O vencedor ofereceu um almoço em sua casa. Tinha a fábrica no andar térreo; no primeiro andar vivia com a esposa e no segundo morava seu filho.

Orgulhosamente contava:

“Agora estou pedindo licença para construir um outro andar. Meu segundo filho vai se casar.”

Continuava falando sobre sua família, construção, assim como em sua casa.

“Não se deve nunca colocar homens para controlar operárias. Só criam confusão. Tenho dois filhos e ambos casados com duas empregadas nossas.

Deve-se colocar gays para gerir turnos e controlar o trabalho, como se fazia algum tempo atrás...”

As operárias e os operários subiram para brindar o resultado do leilão.

Deveriam fazer turnos muito rígidos: das 6 às 21 horas, com uma parada de uma hora para almoço; e das 21 às 6 da manhã. As operárias estavam todas maquiadas, usando brincos e avental para se proteger das colas, da poeira, da graxa das máquinas. Assim como o Super-Homem, que tira a camisa e debaixo já está vestido com o seu uniforme azul, essas moças tiravam os aventais e já estavam prontas para jantar fora. Os operários, ao contrário, estavam muito desarrumados, com camisetas e calças de trabalho. Depois do brinde, o dono da casa se retirou com um convidado. Juntaram-se a eles,

discretamente, os outros que tinham aceitado a proposta vencedora do leilão.

Não estavam se escondendo, mas respeitavam o antigo costume de não falar de dinheiro na mesa de jantar. Xian me explicou em detalhes

quem era aquela pessoa. Era idêntico a como eu imaginava que fosse um gerente de banco.

Devia antecipar o dinheiro para a produção e, portanto, estava discutindo as taxas de juros. Mas não era, na verdade, um gerente de banco. As grifes italianas pagam somente após o término do trabalho. Aliás, somente depois de aprovado o trabalho. Salários, custos de produção e até mesmo de expedição... tudo é antecipado pelos produtores. Os clãs, segundo sua influência territorial, emprestam dinheiro às fábricas. Em Arzano aos Di Lauro; em Sant'Antimo aos Verde; em Crispano aos Cennamo, e assim por diante em todo território. Essas empresas recebem dinheiro da Camorra a juros baixos. De 2 a 4%. Nenhuma empresa, em tese, poderia ter mais acesso a créditos bancários do que elas, já que produzem para a fatia de mercado mais importante da Itália. Mas são fábricas fantasmas, e seus espectros não são recebidos por diretores de bancos. O dinheiro da Camorra é também a única possibilidade para os empregados conseguirem empréstimo. Assim, numa cidade onde mais de 40% dos moradores vivem de trabalho ilegal, seis famílias em dez conseguem comprar uma casa. E os empresários que não satisfizerem as exigências das grifes também encontrarão um comprador.

Venderão tudo aos clãs, que farão entrar aquela produção no mercado negro.

Toda a moda das passarelas, todas as luzes das *premières* mais chiques provêm daqui. Da região de Nápoles e de Salento. Os centros principais da confecção trabalham na informalidade: as cidadezinhas de Las Vegas e as

“dintru lu Capu”. 2 Casarano, Tricase, Taviano, Melissano, isto é, Capo di Leuca, o baixo Salento. Daqui parte tudo. Deste buraco. Todas as mercadorias têm essa origem obscura. É a lei do capitalismo. Mas observar este buraco, tê-

lo diante dos olhos, dá uma sensação estranha. Uma ansiedade pesada. Como

sentir a verdade no estômago.

Entre os operários do empresário vencedor conheci um particularmente hábil: Pasquale. Tinha uma fisionomia magra e era alto. Magérrimo e um pouco encurvado. Sua altura caía sobre o peito. Trabalhava nas peças e desenhos enviados diretamente pelos estilistas. Modelos destinados exclusivamente para as suas mãos. Seu salário não

flutuava, mas variavam as tarefas. De qualquer modo exibia um certo ar de satisfação. Pasquale me pareceu simpático assim que pus os olhos no seu narigão. Tinha uma cara de velho, apesar de ser jovem. Uma cara sempre enfiada entre tesouras, cortando tecidos, os dedos percorrendo as costuras. Pasquale era um dos poucos que podia comprar diretamente os tecidos. Algumas grifes, confiando na sua capacidade, deixavam-no encomendar os materiais diretamente da China. E

era ele mesmo quem depois conferia a qualidade. Por esse motivo, Xian e Pasquale haviam se conhecido.

No porto, uma vez nos encontramos para almoçar juntos. Terminado o almoço, Xian e Pasquale se cumprimentaram e entramos imediatamente no carro. Estávamos indo em direção ao Vesúvio. De repente, surgem os vulcões de cores escuras. O Vesúvio é verde. De longe, parece um manto infinito de musgo. Antes, porém, de pegar a estrada para as cidadezinhas vesuvianas, entramos no pátio de uma casa. Ali estava Pasquale nos esperando dentro de seu carro. Eu não entendia o que estava acontecendo. Ele saiu do seu carro e entrou imediatamente no porta-malas do carro de Xian. Busquei alguma explicação:

“O que está acontecendo? Por que no porta-malas?”

“Não se preocupe. Agora vamos a Terzigno, à fábrica.”

No volante estava uma espécie de Minotauro. Tinha saído do carro de Pasquale e parecia saber de cor o que fazer. Deu marcha à ré, saiu do portão e,

antes de entrar na estrada, pegou uma pistola. Uma semiautomática.

Carregou-a e colocou-a entre as pernas. Fiquei calado. Mas o Minotauro, olhando pelo espelho retrovisor, viu que eu o olhava preocupado...

“Faz pouco tempo que quase nos mataram.”

“Quem?”

Tentava fazer com que me explicassem tudo desde o início.

“Quem não quer que os chineses aprendam a trabalhar com alta-costura.

Quem da China quer só o pano e pronto.”

Continuava sem entender. Xian interveio com o seu tom tranquilizador de sempre.

“Pasquale nos ajuda a aprender. Aprender a trabalhar com peças de qualidade que ainda não nos dão. Aprendemos com ele como fazer essas roupas.”

O Minotauro, depois da síntese de Xian, procurou explicar o motivo da pistola:

“É que... outro dia uma pessoa saiu de surpresa do meio da praça, vê, bem ali, e atirou contra o carro. Acertou o motor e o limpador de para-brisa. Se quisessem teriam nos matado. Mas era só um aviso. Se tentarem de novo, desta vez estou preparado.”

O Minotauro depois me explicou que, quando se dirige, manter a arma entre as pernas é a melhor técnica. Apoiá-la no painel do carro retarda os gestos, os movimentos para pegá-la. Para chegar a Terzigno a estrada era uma subida, e a embreagem soltava um cheiro fedorento. Mais do que temer uma rajada de metralhadora, eu temia que, entre uma passagem de marcha e outra naquela subida, os solavancos do carro fizessem a pistola disparar nos genitais do motorista. Chegamos tranquilamente. Tão logo o carro parou, Xian se apressou em ir abrir o porta-malas. Pasquale saiu. Parecia um guardanapo embolado que tentava se desamassar. Aproximou-se de mim e disse:

“Toda vez é a mesma história. Pareço um fugitivo. Mas é melhor que não me vejam no carro, senão...”

E fez o gesto de uma lâmina cortando o pescoço. O galpão era grande. Sem ser exagerado. Xian o mostrava a mim, orgulhoso. Era sua propriedade, mas no interior havia nove microfábricas alugadas a nove empresários chineses.

Ao se entrar, de fato parecia estarmos diante de um tabuleiro de xadrez.

Cada fábrica tinha seus próprios operários, suas próprias bancadas de trabalho bem circunscritas nas baias. A cada fábrica Xian tinha concedido o mesmo espaço das fábricas de Las Vegas. Cada encomenda também era concedida por leilão. O método era o mesmo. Tinha decidido não deixar crianças na área de trabalho e havia organizado os turnos como faziam as fábricas italianas. Além disso, quando trabalhavam para outras empresas, não pediam adiantamento.

Resumindo, Xian estava se tornando um verdadeiro empresário da moda italiana.

As fábricas chinesas na China estavam fazendo concorrência às fábricas chinesas na Itália. Assim, as fábricas chinesas em Prato, Roma e as da Chinatown da Itália estavam quebrando irremediavelmente. Como tiveram um boom de crescimento muito veloz, a quebraadeira também se tornou mais rápida. Havia um único modo para as fábricas chinesas se salvarem: fazer com que seus operários se tornassem experts em alta-costura, capazes de trabalhar na Itália no mercado de excelência. Aprender com os italianos, com os empresariotinhos das cidadezinhas de Las Vegas. Deixar de ser vendedores de quinquilharias, para tornar-se referência para as grifes no sul da Itália.

Tomar o lugar, a lógica, o espaço, a linguagem das fábricas clandestinas italianas, procurando fazer o mesmo trabalho. Só com um pouco menos de dinheiro e um pouco mais de horas de trabalho.

Pasquale tirou um tecido da maleta. Era para um vestido que deveria ser

cortado e costurado em sua fábrica. Em vez disso, fez a operação sobre uma mesa diante de uma câmera que mandava a imagem para um enorme telão pendurado atrás dele. Uma moça com um microfone traduzia para o chinês o que ele dizia. Era a sua quinta aula.

“Deve-se ter o máximo de cuidado com a costura. Ela deve ser leve, mas não inexistente.”

O triângulo chinês. San Giuseppe Vesuviano, Terzigno, Ottaviano. É o centro empresarial têxtil chinês. Tudo que acontece na comunidade chinesa da Itália acontece primeiro em Terzigno. Os primeiros trabalhos, a qualidade da produção, e também os primeiros assassinatos. Aqui foi morto Wang Dingjim, imigrante quarentão que chegou de Roma em um carro para participar de uma festa com os seus conterrâneos. Convidaram-no e depois atiraram na sua testa. Wang era uma cabeça-de-serpente, ou seja, um líder.

Ligado aos cartéis criminosos de Pequim que organizam a entrada clandestina de cidadãos chineses. Frequentemente, os diversos cabeças-de-serpente se encontram com os entregadores de homens-mercadoria.

Prometem aos empresários uma quantidade de pessoas que depois não entregam. Do mesmo modo que se mata um distribuidor de drogas quando retém para si uma parte do ganho, assim acontece com um

cabeca-de-serpente que desviou a sua mercadoria — os seres humanos. Mas não eram só os mafiosos que morriam. Fora da fábrica havia uma foto pendurada numa porta. A foto de uma moça. Um belo rosto, faces rosadas, olhos negros que pareciam maquiados. Estava exatamente no lugar onde, nos filmes, se espera ver a foto amarelada de Mao. Era Zhang Xiangbi, uma moça grávida, assassinada e jogada em um poço havia alguns anos. Ela trabalhava aqui. Um mecânico desta zona estuprara-a. Ela sempre passava em frente à sua fábrica, cumprimentava-o, e ele acreditava que isso bastava para possuí-la.

Os chineses trabalham como animais, rastejam como cobras, são mais

silenciosos que os surdos-mudos, não podem ter questionamento nem vontade. É esse o lema na mente de todos, ou de quase todos. Zhang, ao contrário, tinha resistido, tentou fugir quando o mecânico se aproximara dela, mas ela não podia denunciá-lo à polícia. Era chinesa. Qualquer gesto que gerasse visibilidade estava proibido. Quando ele se aproximou outra vez, não suportou a rejeição; chutou-a até fazê-la desmaiar, e depois cortou sua garganta, jogando seu corpo no fundo de uma cisterna, deixando-o inchar de água por dias. Pasquale conhecia essa história, ficara transtornado; cada vez que dava a sua aula tinha a gentileza de ir cumprimentar o irmão de Zhang e perguntar-lhe como estava, se precisava de alguma coisa. E ouvia sempre a mesma resposta:

“Não, obrigado.”

Eu e Pasquale nos dávamos muito bem. Quando falava de tecidos parecia um profeta. Nos negócios era exigente. Não era possível nem mesmo passear.

Plantava-se na frente de cada vitrine insultando o corte de uma jaqueta, envergonhando-se no lugar do alfaiate que tinha costurado uma saia. Era capaz de prever a duração de vida de uma calça, de uma jaqueta, de um vestido. O número de lavagens que aqueles tecidos suportariam antes de ficarem murchos no corpo. Pasquale me iniciou no complicado mundo dos tecidos. Comecei a frequentar também a sua casa. Sua família, seus três filhos, sua mulher me davam alegria. Eram sempre ativos mas nunca frenéticos.

Naquela noite, as crianças menores corriam pela casa descalças. Mas sem fazer barulho. Pasquale tinha ligado a televisão, mudando de canal até que ficou imóvel diante da tela; piscava os olhos várias vezes para a imagem, como um míope, mesmo vendo-a muito bem. Naquele momento ninguém estava falando, mas o silêncio pareceu tornar-se

mais denso. Luisa, a esposa, percebeu que alguma coisa estava acontecendo, e por isso se aproximou da televisão e colocou as mãos sobre a boca, como quando se assiste a uma coisa

grave e soltou um grito. Na tevê, Angelina Jolie pisava a passarela da noite do Oscar, vestindo um terno de seda branca, belíssimo. Um daqueles feitos sob medida, que os estilistas italianos, brigando entre si, oferecem às estrelas.

Aquela roupa tinha sido costurada por Pasquale numa fábrica clandestina de Arzano. Tinham dito a ele: “Este vai para a América.” Pasquale trabalhara em centenas de peças destinadas aos Estados Unidos. E se lembrava bem daquele *tailleur* branco. Lembrava-se ainda das medidas, de todas as medidas. O corte da gola, os milímetros dos pulsos. E a calça! Tinha passado as mãos por dentro das pernas e imaginava ainda o corpo nu que cada costureiro imagina.

Um nu sem erotismo, desenhado com base em músculos de um manequim, de uma cerâmica de osso. Um nu por vestir, uma mediação entre músculo, osso e movimento. Tinha ido ao porto pegar a peça de tecido, lembrava-se bem daquele dia. Tinham-lhe encomendado três daqueles ternos, sem lhe dizer mais nada. Sabiam a quem estavam destinados, mas ninguém lhe avisara.

No Japão, o alfaiate da esposa do herdeiro do trono tinha sido homenageado com uma recepção de Estado; um jornal berlinense dedicara seis páginas ao costureiro da primeira mulher chanceler alemã. Páginas e páginas em que se elogiavam o talento e a qualidade artesanal, de criação, de elegância. Pasquale sentia raiva, mas uma raiva impossível de extravasar.

Afinal, a satisfação é um direito, pois se há mérito, este deve ser reconhecido.

Sentia uma fígada no fígado ou no estômago, por ter feito um ótimo trabalho e não poder receber o devido reconhecimento. Sabia que merecia algo diferente. Mas não lhe tinham dito nada. Soube do ocorrido ali, por acaso, por uma falha. Era uma raiva profunda em si mesma, cheia de razão, mas contra a qual não podia fazer nada. Não podia nem dizer nada a ninguém.

Nem mesmo cochichar nos ouvidos dos outros sobre o noticiário, ou o jornal do dia seguinte. Não podia dizer: “Esta roupa fui eu que fiz.” Ninguém teria

acreditado. À noite do Oscar, Angelina Jolie veste uma roupa feita em

Arzano, por Pasquale. O máximo e o mínimo. Milhões de dólares e 600 euros por mês. Quando tudo o que era possível foi feito, quando talento, bravura, maestria, empenho fundiram-se numa ação, numa técnica, quando tudo isto não serve para mudar nada, então só resta a vontade de deitar e ficar imóvel.

Desaparecer lentamente, deixar o tempo passar, voltar-se para dentro, como que tragado em areia movediça. Parar de fazer seja o que for. E parar, parar de respirar. Nada mais. Nada pode mudar a sua situação: nem mesmo um terno feito para Angelina Jolie usar na noite do Oscar.

Pasquale saiu de casa, não tomou cuidado nem mesmo de fechar a porta.

Luisa sabia aonde ele iria, sabia que iria a Secondigliano e sabia quem ia encontrar. Depois se jogou no sofá e enfiou a cara na almofada como uma menina emburrada. Não sei por quê, mas quando Luisa começou a chorar, me vieram à mente os versos de Vittorio Bodini.

Uma poesia que contava as estratégias que os camponeses do sul usavam para não se tornarem soldados, para não encherem as trincheiras da Primeira Guerra, na defesa de fronteiras cujas existências ignoravam. Dizia assim:

“No tempo da outra guerra camponeses e contrabandistas / colocavam folhas de Xanti-Yaca debaixo do braço / para caírem doentes. / A febre artificial, de falsa malária / que lhes fazia tremer e bater os dentes, / era a sua resposta ao governo e à história.”

O pranto de Luisa me pareceu também uma resposta ao governo e à história. Não um desabafo. Não uma decepção por uma satisfação não conquistada. Pareceu-me um capítulo de O Capital, de Marx, um parágrafo de A Riqueza das Nações, de Adam Smith, um verso da Teoria Geral da Ocupação, de John Maynard Keynes, uma nota da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber. Uma página acrescida ou subtraída.

Não escrita por esquecimento ou talvez escrita em seguida, mas não no

espaço da página. Não era um ato desesperado, mas uma análise. Severa, detalhada, precisa, argumentada. Imaginei Pasquale pela rua, a bater o pé no chão como quando se quer retirar terra do sapato. Como uma criança que se indaga o porquê de a vida ser assim tão dolorosa. Até aquele momento ele tinha aguentado. Tinha aguentado fazer seu trabalho, desejar fazê-lo. E fazê-

lo como nenhum outro. Mas naquele momento, quando viu aquela roupa, aquele corpo mover-se dentro dos tecidos por ele acariciados, sentiu-se só.

Muito só. Porque quando alguém conhece uma coisa só na própria carne e na própria cabeça é como se não a soubesse. É assim o trabalho, quando serve somente para a pessoa não afundar, para deixá-la apenas sobreviver, então gera a pior das solidões.

Revi Pasquale dois meses depois. Tinham-no transferido para os caminhões. Transportava todo tipo de mercadoria — legal e ilegal — por conta da empresa ligada à família Licciardi de Secondigliano. Ou, pelo menos, assim diziam. O melhor costureiro do mundo dirigia um caminhão da Camorra entre Secondigliano e o Lago di Garda. Ele me ofereceu um almoço.

Demos uma volta no seu enorme caminhão. Tinha as mãos vermelhas e as juntas calejadas. Como todos os caminhoneiros que por horas a fio estão com as mãos sobre o volante, as mãos gelam e a circulação fica presa. Não tinha um semblante sereno, havia escolhido aquele trabalho por despeito, por despeito ao seu destino, um chute na bunda da sua vida. Mas não podia suportar essa situação para sempre, ainda que para mandar tudo para o inferno significasse viver pior. Enquanto comíamos, ele se levantou para cumprimentar alguns colegas. Deixou a carteira sobre a mesa. Dela saía um pedaço de jornal dobrado em quatro partes. Abri. Era uma foto, uma capa de Angelina Jolie vestida de branco. O terno feito por Pasquale. O paletó diretamente sobre a pele. Era preciso ter talento para vesti-la sem escondê-la.

O tecido devia acompanhar o corpo, desenhá-lo, fazendo-se desenhar conforme o movimento.

Tenho certeza de que Pasquale, algumas vezes sozinho, talvez quando terminava de comer, quando em casa as crianças adormeciam, cansadas de brincar, deitadas no sofá, quando a mulher antes de lavar os pratos telefonava para a mãe, exatamente naquele momento, lhe vinha à mente abrir aquele jornal e olhar aquela página. E estou certo de que, olhando aquela obra-prima que criou com as próprias mãos, Pasquale é feliz. Uma felicidade raivosa. Mas isso ninguém nunca saberá.

Notas:

[1. Referência ao arcebispo de São Salvador, dom Oscar Romero, assassinado enquanto celebrava missa](#)

em 24 de março de 1980. (N. E.)

2. Lu Capu corresponde ao território de Salento, no dialeto local. (N. E.)



O Sistema

Era o Sistema que alimentava o grande mercado internacional da moda, o enorme arquipélago da elegância italiana. Cada recanto do globo fora atingido pelas grifes, pelos homens, pelos produtos do Sistema. Sistema, um termo aqui conhecido de todos, mas que em outros lugares ainda está por ser decifrado, uma referência desconhecida para quem não conhece as dinâmicas do poder da economia do crime. Camorra é uma palavra inexistente, para policiais. É usada pelos magistrados, pelos jornalistas, pelos cineastas. É uma palavra que faz rir seus filiados, é uma indicação genérica, um termo

para estudiosos, relegado à dimensão histórica. O termo com que se definem os pertencentes a um clã é Sistema: “Pertença ao Sistema de Secondigliano.” Um termo eloquente, um mecanismo mais do que uma estrutura. A organização criminosa coincide diretamente com a economia, a dialética comercial é a

estrutura dos clãs.

O Sistema de Secondigliano já governava todas as filiais de confecções. A periferia de Nápoles era o verdadeiro território produtivo, o verdadeiro centro empresarial. Tudo aquilo que em outros lugares não era possível obter pela via rígida dos contratos, da lei, do Copyright, no norte de Nápoles obtinha-se. A periferia, estruturando-se em torno do poder empresarial do clã, permitia movimentar capitais astronômicos, inimagináveis para qualquer aglomerado industrial legal. Os clãs tinham criado redes inteiras de produção têxtil e de fabricação de calçados e de couro tão eficientes que produziam vestidos, jaquetas, sapatos e camisas, idênticos aos das grandes casas de moda italiana.

Usufruíam neste território de uma mão de obra de elevadíssima qualidade, formada em décadas de trabalho sobre grandes modelos da alta-costura, sobre os mais importantes designs dos estilistas italianos e europeus. As mesmas mãos mestras que tinham trabalhado clandestinamente para as maiores grifes eram absorvidas pelos clãs. Não só a confecção era perfeita, os materiais eram os mesmos, comprados diretamente no mercado chinês ou então enviados pelas grifes às fábricas clandestinas que participavam dos leilões. As roupas copiadas pelos clãs secondiglianesi, portanto, não eram a clássica mercadoria falsificada, de péssima imitação, não eram o similar distribuído como autêntico. Eram uma espécie de falso-verdadeiro. Afinal, à peça faltava apenas a autorização da casa-mãe, a sua assinatura. Mas os clãs mandavam pôr as etiquetas sem pedir nada a ninguém. O cliente, em resto, de qualquer parte do mundo, estava interessado na qualidade e no modelo. A marca existia, a qualidade também. Nada de diferente, então. Os clãs de Secondigliano tinham criado uma rede comercial no mundo todo, em condições de adquirir cadeias inteiras de lojas e, assim, dominar o mercado do vestiário internacional. Sua organização econômica previa também o mercado de

outlet. Produções de qualidade pouco inferior tinham um outro mercado, o dos distribuidores ambulantes africanos, os camelôs nas ruas. Da produção, nada se perdia. Da fábrica à loja, do atacadista à distribuição, participavam centenas de empresas e de trabalhadores,

milhares de braços e de empresários que pressionavam para entrar no grande negócio têxtil dos secondiglianesi.

Tudo era coordenado e administrado pelo Diretório. Eu ouvia constantemente este termo. Em qualquer discussão de bar sobre qualquer negócio ou sobre a simples e comuníssima lamentação acerca da falta de trabalho: “É o Diretório que quer assim.” “É o Diretório que deveria se mexer para fazer as coisas crescerem.” Pareciam fragmentos de um discurso da época napoleônica. Diretório era o nome que os procuradores da DDA de Nápoles tinham dado a uma estrutura econômica, financeira e operacional composta por empresários e boss representantes de diversas famílias de camorristas da área norte da cidade. Uma estrutura com grandes responsabilidades econômicas. O Diretório — como o órgão colegiado do Termidor francês — representava o poder real da organização, mais do que o pessoal de ponta ou dos encarregados do trabalho sujo.

Faziam parte do Diretório os clãs ligados à Aliança de Secondigliano, o cartel camorristico que reunia diversas famílias: Licciardi, Contini, Mallardo, Lo Russo, Bocchetti, Stabile, Prestieri, Bosti, e ainda, num nível de maior autonomia, os Sarno e os Di Lauro. Um território sob a hegemonia de Secondigliano, Scampia, Piscinola, Chiaiano, Miano, San Pietro a Paterno até Giugliano e Ponticelli. Uma estrutura federativa de clãs que progressivamente foram ficando cada vez mais autônomos, deixando desagregar definitivamente a estrutura orgânica da Aliança. De setor da produção, no Diretório sentavam-se empresários de diversas empresas, como a Valent, a Vip Moda, a Vocos, a Vitec, que confeccionavam, em Casoria, Arzano, Melito, os produtos falsos de Valentino, Ferré, Versace, Armani, depois

revendidos em cada canto do planeta. O inquérito de 2004, coordenado pelo juiz Filippo Beatrice da DDA de Nápoles, levou à descoberta de todo o império econômico da Camorra napolitana. Tudo começou com um detalhe, um daqueles que podem passar despercebidos. Um boss de Secondigliano havia se destacado numa loja de roupas na Alemanha, a Nenentz Fashion da Dresdner Strasse 46, em Chemnitz. Um fato estranho, insólito. Na realidade, a loja, em nome de um testa de ferro, era de sua propriedade. Seguindo esta linha descobriu-se toda a rede produtiva e comercial dos clãs secondiglianesi.

As investigações da DDA de Nápoles conseguiram, através de aliados arrependidos e de escutas telefônicas, reconstruir todos os elos comerciais dos clãs, dos armazéns às lojas.

Não havia lugar em que não tivessem implantado o seu negócio. Na Alemanha, tinham lojas e armazéns em Hamburgo, Dortmund, Frankfurt.

Em Berlim, as lojas Laudano, na Gneisenaustrasse 800 e na Witzlebenstrasse 15. Na Espanha, no Paseo de la Ermita del Santo 30; em Madri e também em Barcelona. Na Bélgica, em Bruxelas; e em Portugal, na Avenida da Boavista, no Porto. Em Viena, na Áustria. Na Inglaterra, uma loja de casacos em Londres; e na Irlanda, uma em Dublin. Na Holanda, em Amsterdã, e ainda na Finlândia e Dinamarca, em Sarajevo e Belgrado. Atravessando o Atlântico, os clãs de Secondigliano investiram no Canadá e nos Estados Unidos, chegando à América do Sul. No 253 Jevlan Drive, em Montreal, e em Woodbridge, Ontário; a rede norte-americana era imensa, milhões de jeans vendidos nas lojas de Nova York, Miami Beach, Nova Jersey, Chicago, monopolizando quase totalmente o mercado na Flórida. Os negociantes americanos, os proprietários dos centros comerciais, queriam negociar exclusivamente com mediadores secondiglianesi. Peças de vestuário da alta-costura, dos grandes estilistas a preços acessíveis, permitiam que seus centros comerciais, seus shopping malls inchassem de pessoas. As marcas impressas nos tecidos eram

perfeitas.

Numa oficina na periferia de Nápoles foi descoberta uma matriz para estampar a etiqueta Versace. Em Secondigliano se dizia que o mercado norte-americano era dominado por roupas do Diretório, e isto tornava as coisas mais fáceis para os rapazes que quisessem ir aos Estados Unidos trabalhar em representação comercial, seguindo o sucesso dos jeans da moda Vip que enchiam as lojas do Texas, onde eram vendidos como jeans Valentino.

Os negócios se espalharam também pelo outro hemisfério. Na Austrália, a

“Moda Italiana Emporio”, na New South Wales, 28 Ramsay Road, Five Dock, tornou-se um dos locais mais procurados para a compra de roupas elegantes, e também em Sydney havia magazines e lojas. No Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os secondiglianesi dominavam o mercado de roupas. Em Cuba tinham um projeto de abrir uma loja para os turistas europeus e americanos, e na Arábia Saudita e na África Magreb (Marrocos, Líbia e Tunísia) já investiam há muito tempo. O mecanismo de distribuição que o Diretório aplicava era o mesmo dos atacadistas. Assim revelaram as escutas telefônicas: são verdadeiros centros de divisão de homens e mercadorias.

Depósitos aonde chegava todo tipo de roupa. Os galpões eram o centro da rota comercial onde aportavam as roupas e os representantes comerciais, que pegavam as mercadorias para entregar aos negociantes do clã ou a outros negociantes. A estratégia vinha de longe. Fora herdada dos mascates: os vendedores napolitanos que depois da Segunda Guerra Mundial invadiram meio mundo, percorrendo milhares de quilômetros, levando em bolsas abarrotadas meias, camisas, jaquetas. Aplicando em escala maior essa experiência comercial, os mascates se transformaram em verdadeiros representantes comerciais, em condições de vender em todo lugar: dos pátios de estacionamento a lojas de conveniência. Os vendedores mais bem-preparados podiam dar o salto de qualidade e tentar vender grande estoque

de mercadorias a varejistas. Alguns empresários, segundo as investigações, organizavam a distribuição dos produtos falsificados, oferecendo assistência logística aos agentes, “aos mascates”. Antecipavam as despesas de viagem e hospedagem, forneciam furgões e carros, e, em caso de prisão ou apreensão da mercadoria, garantiam assistência jurídica. E, obviamente, pegavam o dinheiro das vendas. Negócios que faturavam para cada família, no decorrer de um ano, montantes de cerca de 300 milhões de euros.

As grifes da moda italiana só começaram a protestar contra o grande mercado das falsificações, gerido pelos cartéis de Secondigliano, depois que a Antimáfia descobriu todo o mecanismo. Até então, não tinham planejado nem mesmo uma única campanha publicitária contra os clãs, nunca tinham feito denúncias nem procurado os jornais para revelar os mecanismos de produção paralela. É difícil compreender por que as grifes nunca se colocaram contra os clãs. Os motivos poderiam ser vários. Denunciar o grande mercado significava renunciar para sempre à mão de obra barata que utilizavam na Campânia e em Puglia. Os clãs teriam fechado os canais de acesso à área das fábricas têxteis da região metropolitana de Nápoles e dificultado as relações com as fábricas do Leste Europeu e do Oriente.

Denunciar teria comprometido milhares de contatos de venda nas lojas, já que muitos pontos comerciais eram administrados diretamente pelos clãs. A distribuição, os agentes e os transportes, em muitas partes, são oriundos das famílias. Denunciando, teriam sofrido aumento dos preços na distribuição.

Além disso, os clãs não cometiam um crime que atentasse contra as imagens das grifes. Exploravam somente seu carisma publicitário e simbólico.

Produziam as roupas sem modificá-las, não reduziam sua qualidade ou modelo. Conseguiram não fazer concorrência simbólica à grife, mas divulgar sempre mais produtos cujos preços de mercado os tinham tornado proibitivos ao grande público. Promoviam a marca. Se ninguém mais vestir as

roupas de grife, se as roupas forem vistas somente nas modelos das passarelas, o mercado diminuirá lentamente e o prestígio enfraquecerá. Além disso, nas fábricas napolitanas eram produzidos vestidos e calças de tamanhos que as grifes, por questão de imagem, não produzem. Os clãs, ao contrário, não se impunham questões de imagem em face da possibilidade de lucro. Os clãs de Secondigliano, através das falsificações e do dinheiro do narcotráfico, conseguiram comprar lojas e shopping centers, onde cada vez mais os produtos autênticos e as imitações eram misturados, impedindo qualquer distinção. O Sistema, de alguma forma, tinha sustentado o império da moda legal, não obstante o aumento dos preços e, ao contrário, tirando partido da crise do mercado. O Sistema, ganhando cifras imensas, tinha continuado a promover em todo o mundo o made in Italy.

Em Secondigliano tinham entendido que a rede internacional de pontos de venda era o seu business mais exclusivo, não secundário ao da droga.

Através dos canais do escoamento das peças de vestuário, em muitos casos movia-se também o narcotráfico. A força empresarial do Sistema não se restringiu ao setor de vestuário, investindo também em tecnologia. Da China, pelo que se apurou na investigação de 2004, os clãs deslocam e distribuem na Europa, através da sua rede comercial, diversos produtos hi-tech. A Europa entrava com o espaço, a marca, a fama, a publicidade; a China, com o conteúdo, o produto em si, a produção a baixo custo e os materiais a preços irrisórios. O Sistema camorristico uniu as duas coisas, tornando-se convincente em qualquer mercado. Os clãs viram que o sistema econômico estava sufocado, e então — seguindo o percurso das empresas que antes investiam nas periferias do sul da Itália e depois lentamente se deslocaram para a China — conseguiram identificar os distritos industriais chineses que produziam para os grandes centros ocidentais. Pensaram, assim, em encomendar grandes lotes de produtos de alta tecnologia para revendê-los na

Europa, obviamente com uma marca falsa que os tornaria mais apetitosos.

Mas não confiaram logo de cara: tal como para um lote de coca, primeiro experimentaram a qualidade dos produtos que lhes vendiam as fábricas chinesas. Somente depois de testar se eram bons naquele mercado, deram vida a um dos tráficos intercontinentais mais prósperos que a história criminal jamais conhecera. Máquinas fotográficas digitais e filmadoras, mas também utensílios para a construção civil: furadeiras, serras elétricas, martelos pneumáticos, esmerilhadeiras, lixadeiras. Todos produtos comercializados com as marcas Bosch, Hammer, Hilti. O boss de Secondigliano, Paolo Di Lauro, decidiu investir em máquinas fotográficas, chegando na China dez anos antes de a Cofindustria² estreitar relações comerciais com o Oriente. No mercado do Leste Europeu, milhares de modelos Cannon e Hitachi foram vendidos pelo clã Di Lauro. Produtos que antes eram apanágio da média e alta burguesias tornaram-se, através da importação da Camorra napolitana, acessíveis a um público mais vasto. Os clãs se apropriaram somente da marca final, para melhor aceitação no mercado, mas o produto era praticamente o mesmo.

Os investimentos dos clãs Di Lauro e Contini — alvo também do inquérito de 2004 da DDA de Nápoles —, na China, demonstram a visão de negócios de longo prazo dos boss. A grande empresa tinha chegado ao fim e assim tinham se ampliado os aglomerados criminosos. A Nova Camorra Organizada de Raffaele Cutolo dos anos 1980 era uma espécie de empresa enorme, um conglomerado centralizado. Depois veio a Nova Família de Carmine Alfieri e Antonio Bardellino, estruturada de modo federativo, com famílias economicamente autônomas e unidas por interesses operacionais conjuntos, mas também paquidérmica.

Agora, contudo, a flexibilidade da economia determinou que os pequenos grupos de boss gestores com centenas de agregados, cada um com

responsabilidades precisas, se impusessem na arena econômica e social. Uma estrutura horizontal, muito mais flexível do que a Cosa Nostra, muito mais permeável a novas alianças da 'ndrangheta³, capaz de alimentar-se continuamente de novos clãs, de novas estratégias, lançando-se no mercado de vanguarda. Dezenas de operações policiais nos últimos anos demonstram que tanto a Máfia siciliana quanto a 'ndrangheta tiveram necessidade de negociar com os clãs napolitanos para a aquisição de grandes lotes de droga.

Os cartéis de Nápoles e da Campânia forneciam cocaína e heroína a preços convenientes, tornando-se, em muitos casos, mais cômodos e econômicos do que o contato direto com traficantes sul-americanos e

albaneses.

Não obstante a reestruturação dos clãs relativamente ao número de filiados, a Camorra é a maior organização criminoso da Europa. Para cada filiado siciliano há cinco da Campânia, para cada 'ndrangheta, até mesmo oito, ou seja, quase o triplo, o quádruplo das outras organizações. Na sombra da atenção dada permanentemente à Cosa Nostra, no cuidado obsessivo reservado às bombas da Máfia, a Camorra encontrou a adequada distração midiática para permanecer praticamente desconhecida. Com a reestruturação pós-fordiana dos grupos criminosos, os clãs de Nápoles cortaram as

“doações” em massa. O aumento da pressão microcriminoso na cidade se explica neste corte de salários provocado pela progressiva reestruturação dos cartéis criminosos ocorrida nos últimos anos. Os clãs não tiveram necessidade de um controle exagerado, militarizado, ou, pelo menos, nem sempre têm necessidade dele. Os negócios principais dos grupos camorristas acontecem fora de Nápoles.

Como demonstram as investigações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles, a estrutura federal e flexível dos grupos camorristas transformou completamente a composição das famílias: hoje, mais do que falar em alianças diplomáticas e em pactos estabelecidos, é necessário referir-se aos clãs como

comitês de negócios. A flexibilidade da Camorra é a resposta à necessidade das empresas de fazer girar capital, de criar e desfazer sociedades, de fazer circular dinheiro e de investir com agilidade em imóveis sem o peso excessivo da escolha territorial ou da mediação política. Agora os clãs não têm necessidade de constituir-se como macrocorpos. Um grupo de pessoas hoje pode decidir trabalhar junto, assaltar, quebrar vitrines, roubar sem sofrer, como no passado, o massacre ou a integração num clã. As gangues de Nápoles não são compostas exclusivamente de indivíduos que cometem crimes para aumentar a própria renda, para comprar carro de luxo ou viver com conforto. São frequentemente conscientes de que, unindo-se e aumentando a quantidade e a violência das próprias ações, podem melhorar sua capacidade econômica, tornando-se interlocutores dos clãs ou suas unidades agregadas. A estrutura da Camorra se compõe de grupos que começam a sugar como piolhos ferozes, travando cada percurso econômico, e de outros que, ao contrário, como uma vanguarda velocíssima, levam o próprio negócio ao máximo grau de desenvolvimento e comércio. Entre essas duas forças cinéticas opostas, mas complementares, rasga-se e dilacera-se a epiderme da cidade. Em Nápoles, a ferocidade é a prática mais complicada e conveniente para

alguém tentar tornar-se empresário bem-sucedido, o clima da cidade em guerra que se absorve por todos os poros tem o cheiro rançoso de suor, como se as ruas fossem academias de ginástica a céu aberto, onde se pode exercitar a possibilidade de saquear, roubar, furtar, experimentar a ginástica do poder, o spinning do crescimento econômico.

O Sistema cresceu como uma massa que se coloca para fermentar nos tachos de lenha da periferia. A política local e regional pensou poder afrontá-

la à medida que não fazia negócios com os clãs. Mas isso não bastou.

Negligenciando atenção ao fenômeno, subestimando o poder das famílias ou mesmo o considerando uma degradação da periferia, levou a que a região da

Campânia chegasse em primeiro lugar na história com o maior número de prefeituras sob inquérito penal por infiltração camorrista. Nada menos do que 71 câmaras de vereadores na Campânia foram dissolvidas de 1991 até hoje. Somente na província de Nápoles foram dissolvidas: Pozzuoli, Quarto, Marano, Melito, Portici, Ottaviano, San Giuseppe Vesuviano, San Gennaro Vesuviano, Terzigno, Calandrino, Sant'Antimo, Tufino, Crispano, Casamarciano, Nola, Liveri, Boscoreale, Poggiomarino, Pompei, Ercolano, Pimonte, Casola di Napoli, Sant'Antonio Abate, Santa Maria la Carità, Torre Annunziata, Torre del Greco, Volla, Brusciano, Acerra, Casoria, Pomigliano d'Arco, Frattamaggiore. Um número elevadíssimo que supera em muito os municípios com câmaras de vereadores dissolvidas de outras regiões italianas: 44 na Sicília, 34 na Calábria, 7 em Puglia. Somente nove municípios dos 92 da província de Nápoles nunca estiveram sob intervenção, inquéritos, auditorias.

As empresas dos clãs determinaram planos diretores, infiltraram-se nas ASL⁴, adquiriram terrenos um segundo antes que se tornassem edificáveis e depois construíram, em subempreitada, shopping centers. Neles impuseram fatias patronais e as próprias empresas de multisserviços, desde o setor de alimentação às empresas de limpeza, dos transportes à coleta de lixo.

Nunca antes tivemos uma presença tão marcante e esmagadora dos negócios ilegais na vida econômica de um território como nos últimos dez anos, no território da Campânia. Os clãs da Camorra não precisam de políticos como os grupos mafiosos sicilianos. São os políticos que têm extrema necessidade do Sistema. Introduziu-se na Campânia uma

estratégia que deixou as estruturas políticas mais visíveis e mais expostas midiática e formalmente imunes a conivências e contiguidades. Porém, na periferia, nas cidadezinhas onde os clãs têm necessidade de apoio militar, de cobertura para fugitivos, de manobras econômicas mais ousadas, as alianças entre os políticos e as famílias camorristas são mais estreitas. Os clãs da Camorra

chegam ao poder pela potência dos seus negócios. E essa é condição suficiente para dominar todo o resto.

Os responsáveis pela transformação empresarial-criminal da periferia de Secondigliano e Scampia foram os Licciardi, a família que tem seu centro de operações em Masseria Cardone — um verdadeiro feudo inexpugnável.

Gennaro Licciardi, “a Scigna” (“o Macaco”) foi o primeiro boss que determinou a metamorfose de Secondigliano. Fisicamente parecia-se mesmo com um gorila ou um orangotango. No final dos anos 1980, Licciardi era o braço direito em Secondigliano de Luigi Giuliano, o boss de Forcella, no coração de Nápoles. A periferia era uma zona com má reputação, onde não há lojas, não nascem centros comerciais, um território na marginalidade de qualquer riqueza onde as sanguessugas dos bandos extorsivos não aceitavam alimentar-se de percentuais. Mas Licciardi achou que eles podiam se tornar uma ligação para as redes de distribuição, um porto seguro para os transportadores, uma mina de mão de obra a preços baixíssimos. Um território onde logo despontariam as construções dos novos aglomerados urbanos de uma cidade em expansão. Gennaro Licciardi não conseguiu colocar toda a sua estratégia em prática. Morreu aos 38 anos, na prisão, em decorrência de uma banalíssima hérnia umbilical, um final impiedoso para um boss. Ainda mais porque, quando era mais jovem, nas prisões de segurança do Tribunal de Nápoles, aguardando uma audiência, envolveu-se numa briga entre membros da NCO5 de Cutolo e membros da Nova Família, os dois grandes fronts da Camorra, e tomou nada menos que 16 facadas em todo o corpo. Mas saiu vivo.

A família Licciardi transformou um lugar que era somente reservatório de mão de obra em uma máquina para o narcotráfico: numa empresa do crime organizado internacional. Milhares de pessoas foram cooptadas, filiadas,

presas no Sistema. Têxtil e drogas. Investimentos no comércio antes de qualquer coisa. Depois da morte de Gennaro, “o Macaco”, os irmãos Pietro e Vincenzo tomaram o poder militar, mas era Maria, chamada “a piccerella” (“a Pequenininha”), que detinha o poder econômico do clã.

Depois da queda do muro de Berlim, Pietro Licciardi transferiu a maior parte dos próprios investimentos, legais e ilegais, para Praga e Berna. A República Tcheca foi completamente dominada pelos clãs secondiglianesi que, utilizando a lógica da periferia produtiva, iniciaram investimentos para conquistar os mercados na Alemanha. Pietro Licciardi tinha um perfil de manager, e era chamado pelos empresários aliados de “O Imperador Romano”, dado o seu comportamento autoritário e prepotente em acreditar que o mundo inteiro era uma extensão de Secondigliano. Tinha aberto um comércio de roupas na China e um pied-à-terre comercial em Taiwan que lhe permitiram usufruir do mercado interno chinês e não somente da mão de obra. Foi preso em Praga em junho de 1999. Quando usava armas, era impiedoso; matou muitas pessoas, foi acusado de ter mandado colocar um carro-bomba na via Cristallini, no bairro de Sanità em Nápoles, em 1998, durante os conflitos entre os clãs da periferia e os do centro histórico. Uma bomba que devia punir o bairro inteiro e não somente os responsáveis do clã.

Quando o carro explodiu, chapas e vidros atingiram, como projéteis,
13

pessoas. Faltaram, porém, provas para condená-lo e ele foi absolvido. Na Itália, o clã Licciardi deslocou a maior parte de suas próprias atividades empresariais do setor têxtil e comercial para Castelnovo del Garda, na região do Vêneto. Não muito longe dali, em Portogruaro, foi preso Vincenzo Pernice, cunhado de Pietro Licciardi, e, com ele, alguns asseclas mais próximos do clã, entre os quais Renato Peluso, morador de Castelnovo del Garda. Comerciantes e empresários da região do Vêneto, ligados ao clã, tinham coberto a fuga de Pietro Licciardi, não mais como asseclas, mas

plenamente enquadrados na organização empresarial-criminal. Os Licciardi tinham também, ao lado de uma articulada capacidade empresarial, uma estrutura militar. Depois da prisão de Pietro e Maria, o clã atualmente é dirigido por Vincenzo, o boss foragido que coordena não só a parte militar como também a econômica.

O clã sempre foi particularmente vingativo. Vingaram exageradamente a morte de Vincenzo Esposito, neto de Gennaro Licciardi, morto com 21 anos em 1991, no bairro Monterosa, território dos Prestieri, uma das famílias mais ferrenhamente ligadas à Aliança. Esposito, chamado “o Príncipezinho” por ser o neto dos soberanos de Secondigliano, tinha ido de moto pedir explicações sobre uma violência contra alguns de seus amigos. Usava capacete, e o mataram, confundindo-o com um killer. Os Licciardi acusaram os Di Lauro, dos

quais os Prestieri eram estreitos aliados, de terem fornecido os killers para eliminarem “o Príncipezinho”, e, segundo o arrependido Luigi Giuliano, foi o próprio Di Lauro quem organizou o assassinato, já que Esposito estava se metendo muito em certos negócios. Qualquer que tenha sido o mandante, o poder dos Licciardi era de tal forma inatacável, que obrigaram os clãs envolvidos a matarem os possíveis responsáveis pela morte de Esposito. Deu-se início a uma matança que, em poucos dias, eliminou 14

pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, no homicídio do jovem herdeiro.

O Sistema conseguiu também transformar a clássica extorsão e a lógica da usura. Como os comerciantes tinham sempre necessidade de liquidez e os bancos eram cada vez mais rígidos, ele se inseriu na relação entre fornecedores e lojistas. Os comerciantes que precisam adquirir mercadorias podem pagá-las em dinheiro ou com letras de câmbio. Se pagam em dinheiro, o preço é menor, podendo variar da metade até dois terços do que pagariam com as letras. Nessas circunstâncias, os comerciantes têm todo interesse em pagar em dinheiro, assim como a loja vendedora. O dinheiro é oferecido pelo

clã a taxas de juros médias de 10%. Desse modo, cria-se automaticamente uma relação de sociedade de fato entre o comerciante comprador, vendedor e o financiador oculto, ou seja, o clã. Para o comerciante, a mercadoria pode até chegar a custar a metade, mas pode acontecer também, se ele não pagar ao clã, de os juros irem aumentando até um ponto em que o comerciante começará a perder toda a sua propriedade; só que o clã não faz como os bancos, que tomam a propriedade. Ele deixará que o comerciante continue a trabalhar para pagá-lo, de modo que, ao final, o comerciante não será mais do que um empregado assalariado. Segundo a declaração de um arrependido no inquérito da DDA de 2004, cerca de 50% das lojas de Nápoles são comandadas pela Camorra.

Entretanto, hoje, a extorsão, aquela vista no filme *Mi manda Picone*, de Nanni Loy, ou aquela que vai de porta em porta no Natal, na Páscoa ou em Ferragosto, ⁶ é uma praxe de clãs pobres, usada por grupos que procuram sobreviver, incapazes de iniciar um empreendimento. Tudo mudou. Os Nuvoletta de Marano, periferia ao norte de Nápoles, introduziram um mecanismo mais articulado e eficiente de racket, fundado sobre o princípio da vantagem recíproca e imposição de comprar somente de determinado fornecedor. Giuseppe Gala, conhecido como “Showman”, tornou-se um dos mais importantes representantes comerciais no ramo de alimentação. Era

representante da Bauli e da Von Holten, e, através da Vip Alimentari, conquistou um lugar de exclusividade na Parmalat para a zona de Marano.

Em uma escuta telefônica gravada pela DDA de Nápoles, no outono de 2003, Gala se vangloriava de sua posição de representante, dizendo: “Eu acabei com todos. Somos os mais fortes do mercado.”

As empresas que ele representava tinham a certeza de estar presentes em todo o território por ele coberto, tendo em vista o grande número de pedidos.

Do outro lado, os comerciantes e os supermercados estavam muito felizes de poder relacionar-se com Peppe Gala, pois ele dava descontos muito altos na mercadoria, podendo fazer pressão sobre empresas e fornecedores. Sendo um homem do Sistema, “Showman” podia garantir, controlando também os transportes, preços favoráveis e entregas pontuais.

O clã não impõe, por meio de intimidação, o produto que o comprador decide “adotar”, mas o convence com a conveniência. As empresas que Gala representava declararam, na investigação da DDA, que tinham sido vítimas do racket da Camorra, de terem sofrido o diktat do clã. Mas observando os dados comerciais — disponíveis na Confcommercio —, é possível concluir que as empresas que procuraram Gala no período de 1998 a 2003 tiveram um incremento de vendas que vai de 40 a 80%. Com a sua estratégia econômica, Gala conseguia até mesmo resolver problemas de liquidez dos clãs. Chegou a impor um peso maior ao panetone na época do Natal para financiar o décimo terceiro salário das famílias dos detentos aliados aos Nuvoletta. O sucesso, porém, foi fatal para “Showman”. Tentou, segundo o relato de alguns arrependidos, tornar-se exclusivo também no mercado da droga. A família Nuvoletta não quis saber. Encontraram-no carbonizado em janeiro de 2003, dentro do seu carro.

Os Nuvoletta são a única família fora da Sicília que pertence à cúpula da Cosa Nostra. Não são simples aliados ou filiados, mas estruturalmente ligados aos Corleonesi, um dos grupos mais poderosos no seio da máfia. Tão poderoso que — segundo o arrependido Giovanni Brusca —, quando iniciaram as explosões de bombas pela Itália no final dos anos 1990, pediu o parecer das famílias de Marano e a sua colaboração. Os Nuvoletta consideraram maluca a estratégia de explodir bombas pela Itália, mais ligados a favores políticos do que a efetivos resultados militares. Recusaram-se a participar dos atentados e a dar sustentação logística aos terroristas. Uma

recusa explícita que não sofreu qualquer tipo de retaliação. O próprio Totò Riina implorou ao boss Angelo Nuvoletta para intervir e corromper os magistrados do seu primeiro megaproceto, mas também nesse caso o clã de Marano não deu ajuda à ala militar dos Corleonesi. Nos anos de guerra entre os membros da Nova Família, depois da vitória sobre Cutolo, os Nuvoletta mandaram chamar o assassino do juiz Falcone, Giovanni Brusca, o boss de San Giovanni Jato, para fazê-lo eliminar cinco pessoas na região da Campânia, duas das quais dissolvendo-as em ácido. Chamaram-no, assim como poderiam ter chamado um bombeiro hidráulico. Ele revelou aos promotores a estratégia para dissolver Luigi e Vittorio Vastarella:

“Demos instruções para que comprassem 100 litros de ácido muriático e recipientes de 200

litros, daqueles destinados à conservação de azeite, cortados na parte superior. Segundo a nossa experiência, era necessário que cada recipiente recebesse 50 litros de ácido. E estando prevista a eliminação de duas pessoas, preparamos dois tambores.”

Os Nuvoletta, ligados aos subclãs dos Nettuno e dos Polverino, também renovaram o mecanismo dos investimentos no narcotráfico, criando um verdadeiro sistema de ações populares da cocaína. A DDA de Nápoles, em um inquérito de 2004, demonstrou que o clã, através dos intermediários, permitiu a todos participar da aquisição de lotes de coca. Aposentados, empregados, pequenos empresários davam dinheiro a alguns representantes que depois o reinvestiam para a aquisição de lotes de drogas. Investir uma pensão de 600

euros em coca significava receber o dobro depois de um mês. Não havia garantias além da palavra dos mediadores, mas o investimento era sistematicamente vantajoso. O risco de perder o dinheiro não era comparável ao lucro recebido, sobretudo levando-se em conta os rendimentos que teria recebido se o dinheiro tivesse sido depositado no banco. As únicas desvantagens eram operacionais. Os papelotes de coca às vezes eram entregues ao próprio pequeno investidor para guarda. Uma maneira de ter

depósitos ambulantes e tornar praticamente impossíveis as apreensões. Os clãs camorristas conseguiram assim aumentar o capital de giro a investir, envolvendo também uma pequena burguesia distante dos mecanismos criminosos, mas cansada de confiar aos bancos seus próprios ganhos. Tinham também transformado a distribuição a varejo. Os Nuvoletta-Polverino fizeram dos barbeiros e dos centros de bronzeamento os novos varejistas da coca. Os lucros do narcotráfico

eram depois reinvestidos, por intermédio de alguns laranjas, na aquisição de apartamentos, hotéis, quotas de sociedades de serviços, escolas particulares e até mesmo galerias de arte.

A pessoa que controlava os capitais mais consistentes dos Nuvoletta era, segundo a acusação da promotoria de Nápoles, Pietro Nocera. Um dos gestores mais poderosos do território, andava sistematicamente de Ferrari e dispunha de um avião particular. Em 2005, o Tribunal de Nápoles determinou o embargo de seus bens imóveis e empresas estimados em mais de 30 milhões de euros; na realidade, correspondente a somente 5% do seu império econômico. O colaborador de Justiça Salvatore Speranza revelou que Nocera é o administrador de toda a riqueza do clã Nuvoletta e que cuida “de todos os investimentos em matéria de aquisição de terras e de construção civil”. Os Nuvoletta investiram nas regiões de Emilia Romagna, Vêneto, Marche, e Lácio por meio da Enea, cooperativa de produção e trabalho administrada por Nocera mesmo durante o período em que esteve foragido.

Faturavam quantias elevadíssimas, dado que a Enea tinha vencido licitações públicas de milhões de euros para obras em Bolonha, Reggio Emilia, Modena, Veneza, Ascoli Piceno e Frosinone. Os negócios dos Nuvoletta se deslocaram durante anos também para a Espanha. Tenerife era a cidade onde Nocera fora para explicar a Armando Orlando, considerado pelos investigadores o boss do clã, as despesas declaradas na construção de um imponente complexo arquitetônico, o Marina Palace. Nocera lhe explicou estar gastando muito

porque usavam material muito caro. Vi o Marina Palace somente na internet, e seu site é eloquente: um enorme conglomerado turístico, piscinas e concreto que os Nuvoletta construíram para participar e alimentar o turismo na Espanha.

Paolo Di Lauro provinha da escola do clã de Marano. Sua carreira criminosa começou como braço direito deles. Lentamente Di Lauro se afastou dos Nuvoletta, tornando-se, nos anos 90, braço direito do boss de Castellammare, Michele D'Alessandro, e ocupando-se diretamente do seu esconderijo. Seu projeto consistia em poder coordenar as redes de distribuição de droga com a mesma lógica com que tinha administrado as cadeias de lojas e as fábricas de casacos. O boss entendeu que, depois da morte de Gennaro Licciardi na prisão, o território do norte de Nápoles podia tornar-se o maior mercado de drogas a céu aberto, nunca antes visto na Itália nem na Europa. Tudo administrado por seus homens. Paolo Di Lauro sempre agiu silenciosamente com qualidade mais financeira do que estratégica, não

invadindo aparentemente os territórios de outros boss. Não era, por isso mesmo, citado em inquéritos nem perseguido.

Um dos primeiros a revelar o organograma da sua organização foi Gaetano Conte, um arrependido com uma história particularmente interessante. Era um carabinieri. Servira em Roma como guarda-costas do presidente da República Francesco Cossiga. Suas qualidades de homem de escolta de um presidente da República tinham-no promovido a homem de confiança do boss Di Lauro. Conte, depois de ter gerido extorsões e narcotráfico para o clã, decidiu colaborar com os promotores da Justiça, com informações detalhadas e peculiares que somente um carabinieri com aquelas qualidades saberia dar.

Paolo Di Lauro é conhecido como “Ciruzzo, o Milionário”: um apelido ridículo. Mas sobrenomes e apelidos têm uma lógica própria. Uma

sedimentação calibrada. Sempre ouvi os pertencentes ao Sistema serem chamados pelos apelidos, a tal ponto que o nome e sobrenome em muitos casos chegam a ser esquecidos. Não se escolhe o próprio apelido. Ele surge inesperadamente de alguma situação, por algum motivo, e é adotado. Assim, por acaso, nascem os apelidos dos camorristas. Paolo Di Lauro foi rebatizado de “Ciruzzo, o Milionário” pelo boss Luigi Giuliano, que o viu uma vez apresentar-se à mesa de pôquer enquanto deixava cair dos bolsos dezenas de cédulas de 100 mil liras. Giuliano exclamou: “Olha quem chegou: Ciruzzo, o milionário.” Um nome saído numa noite ébria, num instante, um apelido perfeito.

Mas a flora de apelidos é infinita. Carmine Alfieri, “o ntufato” (“o Raivoso”), o boss da Nova Família, foi assim apelidado em decorrência de sua expressão facial, puxada para um lado só, que dava a impressão de ele estar sempre com raiva e insatisfeito. Há ainda os contra-apelidos, que são os apelidos dos antepassados da família, dados também aos herdeiros, como o caso do boss Mario Fabbrocino, chamado “o graunar” (“o Carvoeiro”): porque seus antepassados vendiam carvão, e isso bastou para definir o boss que colonizou a Argentina com o capital da Camorra vesuviana. Há apelidos decorrentes de alguma paixão de um determinado camorrista, como o caso de Nicola Luongo, apelidado “o Wrangler”, um filiado apaixonado pelos jipes Wrangler que se tornaram modelos prediletos dos homens do Sistema. Há ainda os apelidos nascidos devido a características físicas particulares.

Giovanni Birra, por exemplo, foi apelidado de “a mazza” (“a Bengala”) em decorrência do seu corpo ser magro e comprido. Outro é o caso de

Ciro Mazzarella, “o scellone” (“o Escápula”), em função de ter as escápulas —

omoplatas — muito visíveis. Costantino Iacomino, “capaianca” (“Cabeça Branca”), pelos cabelos brancos que nasceram muito cedo. Nicola Pianese, chamado “o mussuto” (“o Bacalhau”) por causa da sua pele branquíssima.

Rosario Privato, “mignolino” (“Mindinho”), e Dario De Simone, “o nano” (“o Anão”), por suas estaturas baixas. Há ainda os apelidos inexplicáveis, como o de Antonio Di Fraia, chamado “u urpachielo” (“o Frustino”), que é uma espécie de chicote feito com o pênis seco do burro. E ainda Carmine Di Girolamo, chamado “o sbirro” (“o Policial”), pela sua capacidade de envolver nas suas operações policiais civis e carabinieri. Ciro Monteriso, chamado de

“o Mago”, sabe-se lá por que razão. Pasquale Gallo, nascido em Torre Annunziata, de rosto gracioso, conhecido por “o bellillo” (“o Bonitinho”). Os Lo Russo são chamados de “i capitoni” (“Capitoni”), os Mallardo,

“Carlantoni”, os Belforte, “Mazzacane”, e os Piccolo conhecidos por

“Quacquaroni”, velhos nomes de família. Vincenzo Mazzarella, “o pozzo” (“o Doido”) e Antonio Di Biasi, apelidado de “Pavesino”, porque levava consigo nas operações “militares” um pacote de biscoito da marca Pavesino.

Domenico Russo, o “Mimi dos Cachorros”, boss dos Quartieri Spagnoli, chamado assim porque desde menino vendia cães ao longo da Calle Toledo. E

ainda Antonio Cario D’Onofrio, “Carlucciello o mangiavatt” (“Carlinhos, o Come Gato”), porque a lenda diz que ele aprendeu a atirar mirando nos gatos de rua. Gennaro Di Chiara, que reagia violentamente quando alguém lhe tocava o rosto, era chamado “file scupierito” (“Fio Desencapado”). Ainda há os apelidos oriundos de expressões onomatopéicas intraduzíveis, como Agostino Tardi, chamado de “Picc Pocc”, Domenico Di Ronsa, conhecido por “Scipp Scipp”, ou a família De Simone, chamada de “Quaglia Quaglia”, e os Aversano, chamados de “Zig Zag”, Raffaele Giuliano, de “Zuì”, e Antonio Bifone, de “Zuzù”.

A Antonio Di Vicino bastou pedir duas vezes a mesma limonada para receber o apelido de “Lemon”. Vincenzo Benitozzi, com o rosto redondo, foi apelidado com o nome do boneco italiano “Ciccibello”.

Gennaro Lauro, talvez pelo número da casa onde morava, era conhecido por “o dezassete” (“o

Dezessete”), e ainda Giovanni Aprea, chamado “punt e curtiello” (“Ponta de Faca”) porque o avô, em 1974, tinha participado do filme de Pasquale Squitieri, I guappi, interpretando o papel de um velho camorrista que treinava os meninos no manejo da faca.

Há ainda apelidos encomendados que podem fazer a sorte ou o azar midiático de um boss, como aquele célebre de Francesco Schiavone chamado

“Sandokan”, um nome feroz escolhido pela sua semelhança com Kabir Bedi, o ator que interpretou o herói salgariano. Pasquale Tavoletta, chamado “Zorro”

pela semelhança, por sua vez, com o ator televisivo que interpretava o Zorro.

E ainda aquele de Luigi Giuliano, “o re” (“o Rei”), chamado também de

“Lovigino”, inspirado pelas suas amantes americanas que na intimidade lhe sussurravam: I love Luigino. Daí, Lovigino. O apelido do seu irmão Carmine,

“o liono” (“o Leão”), é aquele de Francesco Verde, vulgo “Negus” como o imperador da Etiópia, grave e solene, e também por ser boss já há muito tempo. Mario Schiavone, chamado “Menelik”, como o famoso imperador etíope que se opôs às tropas italianas; e Vincenzo Carobene, chamado

“Kadafi”, pela sua extraordinária semelhança com o filho do general líbio. O

boss Francesco Bidognetti é conhecido como “Ciccio di Mezzanotte”

(“Chico da Meia-Noite”), um apelido nascido do fato de que qualquer um que se metesse no meio dele e do seu negócio veria a meia-noite, mesmo se fosse de manhã. Alguns sustentam que esse apelido lhe foi dado porque desde pequeno começou a escalada no clã protegendo as prostitutas. Todo o seu clã já era conhecido como “o clã da Meia-Noite”.

Quase todos os boss têm um apelido: é, sem dúvida, o traço único, identificador. O apelido está para o boss como o estigma para um

santo.

Demonstra pertencer ao Sistema. Todos podem ser Francesco Schiavone, mas somente um será “Sandokan”. Todos podem chamar-se Carmine Alfieri, mas somente um atenderá quando chamarem “o Raivoso”. Qualquer um pode

chamar-se Francesco Verde, mas só um responderá ao nome de “Negus”.

Todos podem estar inscritos no registro civil como Paolo Di Lauro, mas só um será “Ciruzzo, o Milionário”.

Ciruzzo escolheu uma organização silenciosa para os seus negócios, com um “perfil militar” difuso, de baixa intensidade. Foi um boss desconhecido por muito tempo até mesmo das forças policiais. A única vez, antes de tornar-se um foragido, que se viu convocado pelos promotores de justiça foi por causa do seu filho Nunzio, que agrediu um professor que ousou reprová-lo.

Paolo Di Lauro tinha condições de conectar-se com cartéis sul-americanos e de criar redes de grande distribuição com os cartéis albaneses. A estrada do narcotráfico nos últimos anos tem rota precisa. A coca parte da América do Sul, chega à Espanha, e ali ou é diretamente utilizada, ou passada por terra para a Albânia. A heroína, ao contrário, parte do Afeganistão e pega a estrada da Bulgária, do Kosovo, da Albânia. O haxixe e a maconha partem do Magreb e têm a mediação dos turcos e albaneses no Mediterrâneo. Di Lauro conseguiu ter contatos diretos para cada acesso ao mercado de drogas, depois de uma estratégia escrupulosa a fim de se tornar reconhecido como empresário das peles e do narcotráfico. Fundou, em 1999, a célebre empresa Confezioni Valent Di Paolo Di Lauro & C., que segundo seu estatuto deveria encerrar as atividades em 2002, mas em novembro de 2001 foi embargada pelo Tribunal de Nápoles. A Valent adjudicou diversas licitações em toda a Itália para a instalação de cash and carry. Alcançava uma enorme gama de atividades: do comércio de móveis ao setor têxtil, das confecções e comércio de carnes à distribuição de água mineral. A Valent fornecia alimentos a diversas empresas públicas e privadas, bem como abatia animais de toda espécie. Além disso, sempre conforme seus objetivos sociais, a Valent de Paolo Di Lauro planejava investir em hotelaria, cadeias de restaurantes e tudo

o mais destinado ao “lazer”. Ao mesmo tempo declarava que: “A sociedade poderá adquirir terrenos, construir direta ou indiretamente prédios diversos, shopping centers ou casas para habitação civil.” A

licença comercial foi expedida pelo Município de Nápoles em 1993, e a sociedade era administrada pelo filho de Di Lauro, Cosimo. Paolo Di Lauro, por motivos ligados ao clã, saiu de cena em 1996, dando suas quotas à sua mulher Luísa. Os Di Lauro são uma dinastia construída com abnegação. Luísa Di Lauro teve dez filhos e, como as grandes matronas da indústria italiana, aumentara progressivamente a prole com base no sucesso industrial. Todos inseridos no clã, Cosimo, Vincenzo, Ciro, Marco, Nunzio, Salvatore, e depois os pequenos, ainda menores de idade. Paolo Di Lauro tinha uma espécie de predileção pelos investimentos na França. Seus negócios se encontravam em Nice, mas também em Paris, na rue Charenton, 129, como também em Lyon, no 22 do Quai Perrache. Queria que a moda italiana na França fosse veiculada pelas suas lojas, transportada pelos seus caminhões, que a Champs Élysées emanasse o cheiro do poder de Scampia.

Mas em Secondigliano a enorme empresa dos Di Lauro estava quebrando.

Tinha crescido depressa demais e com grande autonomia por toda parte, nas redes de distribuição o ar começava a ficar pesado. Em Scampia, entretanto, havia a esperança de que tudo se resolvesse como da última vez. Quando, com um só longo gole de bebida, toda crise era solucionada. Uma bebida bem especial, que aconteceu enquanto Domenico, um dos filhos de Di Lauro, agonizava no hospital após um gravíssimo acidente automobilístico.

Domenico era um rapaz irrequieto. Frequentemente, os filhos dos boss caem numa espécie de delírio de onipotência e acham que podem dispor de cidades inteiras e de seus moradores. Segundo a investigação da polícia, em outubro de 2003, Domenico, junto com sua escolta e um grupo de amigos, depredou de noite uma cidade inteira, Casoria, quebrando janelas, garagens, carros,

queimando lixeiras, pichando portões com spray e queimando com isqueiros os botões de plástico dos interfones. Danos que o pai conseguiu indenizar em silêncio, com a diplomacia das famílias que devem remediar os desatinos dos filhos sem prejudicar a sua respeitabilidade. Domenico estava pilotando sua moto quando perdeu o controle numa curva, caiu e ficou gravemente ferido, morrendo após alguns dias no hospital. Esse episódio trágico gerou um encontro da cúpula, uma punição e ao mesmo tempo uma trégua. Na cidade de Scampia, todos conhecem essa história. Uma lenda, talvez inventada, mas importante para compreender como os conflitos encontram mediação na dinâmica da Camorra.

Conta-se que Gennaro Marino, conhecido por “McKay”, braço direito de Paolo Di Lauro, foi ao hospital onde se encontrava o rapaz moribundo para confortar o boss. O seu conforto foi aceito. Di Lauro depois o chamou num canto, pegou um copo, urinou dentro e ofereceu-lhe sua própria urina para que ele bebesse. O boss recebera notícias sobre o comportamento de seu predileto que ele não podia aceitar de jeito nenhum. McKay tinha tomado algumas decisões econômicas sem discuti-las com o boss, algumas somas de dinheiro haviam sido subtraídas sem que ele soubesse. O boss se deu conta da vontade do seu predileto de tornar-se autônomo, mas queria perdoá-lo por ser muito eficiente no seu próprio negócio. Conta-se que McKay bebeu tudo até o fim. O longo copo de urina resolveu o primeiro racha ocorrido no interior da cúpula do clã Di Lauro. Um trégua fraca que nenhum rim depois conseguiria drenar.

Notas:

1. DDA, sigla da Divisão Distrital Antimáfia. (N. E.)
2. Confederação das Indústrias Italianas. (N. T.)
3. Grupo organizado de mafiosos da Calábria, no dialeto local. (N. E.)
4. Aziende Sanitarie Locali — Centros de Saúde Locais. (N. T.)
5. NCO — Nova Camorra Organizada. (N. E.)
6. Ferragosto: na Itália, o dia 15 de agosto, auge do verão, é um feriado, com comemorações profanas e sacras, entre as quais a da Ascensão de Nossa Senhora. (N. E.)

A guerra de Secondigliano



McKay e Angioletto decidiram: queriam oficializar a formação de seu próprio grupo. Todos os dirigentes mais antigos estavam de acordo e não queriam entrar em conflito com a nova organização. Seriam apenas seus concorrentes. Leais concorrentes num vasto mercado. Lado a lado, mas autônomos. Por isso — segundo as declarações do arrependido Pietro Esposito — enviaram uma mensagem a Cosimo Di Lauro, regente do cartel.

Queriam encontrar Paolo Di Lauro, pai de Cosimo, o número um, o topo da pirâmide, o chefe do clã. Queriam falar-lhe pessoalmente, dizer-lhe que não compartilhavam das escolhas de reestruturação feitas por seus filhos.

Queriam ficar cara a cara com ele, olhos nos olhos, evitando

mensagens que, ao passar da boca para o ouvido, costumam chegar ao seu destino invariavelmente distorcidas pelas salivas de tantas línguas. Além do mais, o

encontro pessoal era necessário porque não podiam usar os celulares para não revelar o esconderijo de Paolo. Genny McKay queria encontrar Paolo Di Lauro, o boss que lhe havia propiciado a ascensão empresarial.

Cosimo aceitou formalmente o pedido de encontro. Tratava-se, afinal, de reunir todos os cabeças da organização, os capi, os responsáveis. Impossível.

Mas Cosimo, pelo visto, já tinha tudo em mente. Parece até que já sabia que direção dar aos negócios e como preparar sua defesa. E assim, ouvindo aqui e ali o que diziam as investigações e as declarações dos arrependidos, dos colaboradores da justiça, Cosimo não mandou substitutos. Não mandou o

“cavalheiro” Giovanni Cortese, porta-voz oficial da família Di Lauro, que sempre cuidou dos negócios da família com o mundo exterior. Mandou seus irmãos Marco e Ciro supervisionarem o local marcado para o encontro. Eles vão discretamente, sem alertar ninguém sobre sua ida. Vão de carro, sem escolta. Velozes, mas nem tanto. O suficiente para identificar ruas preparadas para fuga, seguranças postados em locais estratégicos. Não são vistos.

Retornam a Cosimo e contam-lhe tudo em detalhes. Cosimo conclui: tinham preparado uma emboscada para matar seu pai e quem estivesse com ele. O

encontro era uma armadilha, um jeito de coroar a nova era na gestão do cartel. Afinal, um império não se divide com um aperto de mãos, mas cortando-se uma delas com um cutelo. Isso é o que se diz, e isso também é o que consta dos inquéritos, segundo as confissões dos arrependidos.

Cosimo, o filho a quem Paolo entregou a gestão do tráfico de drogas, a mais alta das responsabilidades, deve decidir. Será uma guerra, mas não uma guerra declarada, pensa ele. Guarda tudo em segredo, espera e observa para entender bem os movimentos do inimigo. Não quer alarmar seus rivais. Sabe que mais cedo ou mais tarde virão ao seu encalço. Sabe que tem de esperar as unhas deles entrarem na sua carne, mas quer dar tempo ao tempo, armar uma estratégia precisa, infalível, vitoriosa. Para isso precisa saber exatamente com

quem pode contar, de que forças dispõe, quem está com ele e quem está contra ele. Não há outra saída para o jogo de xadrez senão o xeque-mate.

Os Di Lauro comparecem ao encontro justificando a ausência do pai em razão da dificuldade de removê-lo do esconderijo em meio às buscas da polícia. Afinal, ele é um fugitivo procurado há mais de dez anos. Não comparecer a um encontro nessas circunstâncias não é grave para um foragido que está entre os trinta mais perigosos da Itália. Entretanto, a maior holding do narcotráfico, uma das mais fortes na Itália e no mundo, está para atravessar a mais letal das suas crises, depois de décadas de perfeito funcionamento.

O clã Di Lauro sempre foi uma empresa perfeitamente organizada. O boss a estruturou de acordo com o modelo dos grupos empresariais muito bem-estruturados. A empresa é composta de um primeiro escalão de promotores e financiadores, constituído pelos dirigentes do clã que controlam a atividade de tráfico e venda através de seus filiados diretos, formado, segundo a Procuradoria Antimáfia de Nápoles, por Rosário Pariente, Raffaele Abbinante, Enrico D'Avanzo e Arcangelo Valentino. O segundo escalão é composto de pessoas que se ocupam materialmente da droga, ou seja, a compra e o acondicionamento, e administram as relações com os pushers, garantindo-lhes assistência jurídica em caso de prisão. Os elementos mais importantes são: Gennaro Marino, Lucio De Lucia e Pasquale

terceiro escalão é constituído pelos responsáveis de zona, ou seja, pelos membros do clã que têm contato direto com os pushers, coordenando a segurança, cuidando dos meios de eventuais fugas, assim como da administração e dos depósitos onde é estocada a mercadoria e dos lugares onde ela é confeccionada. O quarto escalão, o mais exposto, é constituído pelos próprios pushers. Cada nível é dividido em níveis intermediários cujos elementos se relacionam diretamente com o seu responsável e não com a

estrutura inteira. Essa organização permite um lucro de aproximadamente 500% do investimento inicial.

Diante do modelo de empresa dos Di Lauro sempre me vem à mente o conceito matemático de fractais, tal como nos explicam os manuais: fractais são como um cacho de bananas cuja banana tem por sua vez um cacho de bananas, cuja banana tem por sua vez um outro cacho de bananas, e assim por diante. O clã Di Lauro, só com o narcotráfico, fatura 500 mil euros por dia. Pushers, gerentes de depósitos e aviões geralmente não fazem parte da organização, são meros assalariados. A venda da droga emprega uma mão de obra considerável, milhares de pessoas que ignoram quem realmente as dirige. Apenas desconfiam para qual família camorrista trabalham, mas nada mais do que isso. Assim, se alguém for preso e decidir colaborar com as autoridades, seu conhecimento da estrutura se limitará a um perímetro muito preciso, circunscrito, uma vez que não tem uma ideia clara do conjunto do organograma, do enorme poder econômico e estratégico da organização.

Toda parte financeira tem o seu braço armado: um comando cruel e uma vasta rede de cúmplices. No grupo dos killers figuram: Emanuele D'Ambra; Ugo De Lucia, conhecido por "Ugariello"; Nando Emolo, conhecido por "o schizzato" ("o Agitado"); Antonio Ferrara, chamado de "o tavano", Salvatore Tamburino, Salvatore Petriccione, Umberto La Monica, Antonio Mennetta.

Abaixo desses, os cúmplices, ficam os responsáveis de zona: Gennaro Aruta, Ciro Saggese, Fulvio Montanino, Antonio Galeota, Giuseppe Prezioso, guarda-costas pessoal de Cosimo, e Costantino Sorrentino. Uma organização que, ao todo, conta com pelo menos trezentas pessoas, todas assalariadas.

Uma estrutura complexa, onde tudo se concatena numa ordem precisa. Há uma enorme frota de carros e motos, sempre disponível

em caso de emergência; um setor de armamentos; uma rede de ferreiros prontos para destruir uma arma depois de um assassinato; apoio logístico que permite aos

killers, logo depois de uma execução, ir treinar num polígono de tiro onde o seu ingresso é registrado, de modo a confundir os traços de pólvora do disparo e constituir um álibi para eventual exame espectroscópico. É o que o killer mais teme: os sinais de pólvora que nunca saem completamente de suas mãos e que constituem, portanto, uma prova infalível. Há até mesmo uma rede que fornece roupa ao assassino: conjunto esportivo de moletom ou outro material, com propaganda de alguma academia anônima, e capacete de motociclista, tudo para ser destruído logo em seguida. Uma empresa inatacável, dotada de mecanismos perfeitos... ou quase. Que nunca tenta dissimular uma operação, um homicídio, um investimento, mas simplesmente torná-lo indemonstrável perante um tribunal.

Eu frequentava Secondigliano há algum tempo. Desde quando parou de costurar, Pasquale me atualizava sobre o clima da área, um clima que estava mudando rapidamente, na mesma velocidade dos capitais e dos fluxos financeiros.

Eu andava pela zona norte de Nápoles numa Vespa. O que me dava mais prazer quando pilotava em Secondigliano ou em Scampia era a luz. As ruas enormes, largas, limpas, comparadas às ruelas do centro histórico de Nápoles, dão a sensação de que, debaixo do asfalto, a natureza ainda vive. Daí Scampia, de descampada. Possui o espaço no nome. Scampia, palavra do dialeto napolitano em desuso, definia terra, terrenos baldios cobertos de ervas daninhas, onde, depois da metade dos anos 1960, ergueram-se muitos bairros e seus famosos arranha-céus. O símbolo da feiura arquitetônica delirante ou, mais simplesmente, da utopia do cimento não pôde fazer nada contra o narcotráfico que se enraizou no tecido social dessa parte do planeta. O

desemprego crônico e a ausência total de um projeto de crescimento social fizeram com que esse lugar se tornasse ideal para estocar drogas e produzir

verdadeiros laboratórios de lavagem de dinheiro. Secondigliano é um degrauzinho da escada que dá vitalidade ao mercado ilegal. Em 1989, o Observatório da Camorra afirmou, numa publicação sua, que o norte de Nápoles registrava a relação pushers-número de habitantes mais elevada da Itália. Quinze anos depois, essa relação tornou-se a maior de toda a Europa, e hoje está entre as cinco primeiras do mundo.

Com o tempo, minha cara ficou conhecida, uma cara que para os seguranças, os vigias do clã, tinha um valor neutro. Em um território controlado pela visão, a cada segundo aparece alguém que tem um valor negativo — como os policiais, os carabinieri, os infiltrados de famílias rivais

— ou um valor positivo: os consumidores. Tudo que não é indesejável nem constitui um obstáculo é neutro, inútil. Fazer parte dessa categoria significa não existir. As redes de tráfico de drogas sempre me fascinaram pela sua organização perfeita, o que entra em contradição com a visão puramente degradante que temos delas. O mecanismo do tráfico é o mesmo de um relógio. Preciso. Os indivíduos se movem como a engrenagem que põe o tempo em movimento. Não há um gesto que não desencadeie outro. Cada vez que eu os observo, fico encantado. Os salários são pagos semanalmente: 100

euros para os seguranças, 500 para os coordenadores e tesoureiros dos pushers, 800 para os próprios pushers e 1.000 para quem cuida de depósitos ou esconde a droga em casa. Os turnos vão das três da tarde à meia-noite e da meia-noite às quatro da madrugada. De manhã dificilmente se vende porque há muita polícia fazendo a ronda. Todos têm um dia de descanso semanal.

Caso cheguem atrasados, para cada hora de atraso são descontados 50 euros do pagamento semanal.

A via Baku é um vaivém ininterrupto de comércio. Os clientes chegam, pagam a mercadoria e vão embora. Algumas vezes há até filas de carros atrás dos pushers, principalmente sábado à noite. Nessas ocasiões, outros homens

são deslocados para a zona do engarrafamento. Nessa única rua fatura-se meio milhão de euros por mês. A Divisão de Narcóticos estima que, em média, são vendidas quatrocentas trouxinhas de maconha e quatrocentos papелotes de cocaína por dia. Quando os policiais chegam, os pushers sabem exatamente onde esconder a droga e em qual casa se refugiar. Quando um carro da polícia se aproxima do bairro, alguém da organização entra com um carro ou uma Scooter na frente para obstruí-lo, fazê-lo reduzir a velocidade e dar tempo para que os olheiros passam recolher os pushers nas motos e sumir com eles. Em geral, os seguranças não têm ficha na polícia nem andam armados, e por isso, mesmo se forem presos, correrão pouco risco de serem incriminados. Quando os pushers são presos, outros vêm substituí-los.

Costumam ser drogados ou consumidores habituais da região que se apresentam para o trabalho em caso de emergência. Para cada pusher preso, outro é chamado a ocupar interinamente o lugar. O comércio deve continuar.

Mesmo em momentos críticos.

A via Dante é outra rua que tem faturamento alto. Os pushers são sempre muito jovens. É um ponto próspero na distribuição e um dos mais recentes criados pelos Di Lauro. O mesmo acontece também na viale della Resistenza, velho ponto de venda tradicional de heroína, mas também de kobret¹ e cocaína. Os responsáveis por esse ponto dispõem de verdadeiros “centros operacionais”, de onde organizam a sobrevivência do território. Os olheiros comunicam-lhes por celular o que está ocorrendo, e o coordenador da zona, ao ouvir todos pelo viva voz e tendo um mapa à sua frente, consegue visualizar, em tempo real, os deslocamentos da polícia e o movimento dos clientes.

Uma das novidades que o clã Di Lauro introduziu em Secondigliano foi a tutela do consumidor. Antes da gestão do clã nesta praça, os olheiros protegiam somente os pushers dos riscos de prisão e flagrante. No passado, os

consumidores podiam ser parados, identificados e levados para a delegacia.

Di Lauro, então, colocou os olheiros para proteger também os consumidores, de modo que qualquer um pudesse ter acesso às zonas administradas por seus homens, com total segurança. O máximo de comodidade para os pequenos consumidores, que são a alma do comércio secondiglianese de droga. Na região do bairro Berlingieri, basta um telefonema, e eles preparam a mercadoria; quando se chega, já é encontrada pronta. É assim também na via Ghisleri, no Parco Ises, em todo o bairro don Guanella, no setor H da via Labriola, nos Sette Palazzi. Territórios transformados em mercados extremamente rentáveis, em ruas controladas, em locais onde seus habitantes aprenderam a ter um olhar seletivo, como se os olhos, quando veem alguma coisa horrenda, escurecessem o objeto ou a situação. Um hábito de escolher o que ver e o que ignorar, um modo de sobreviver. Um imenso supermercado de droga de todo tipo. Não há entorpecente introduzido na Europa que não passe antes pela zona de Secondigliano. Se a droga fosse destinada somente a napolitanos e campanianos, as estatísticas seriam delirantes. Praticamente, em cada família napolitana, dois membros deveriam consumir cocaína, e um, heroína. Sem contar o haxixe e a maconha. Heroína, kobret, drogas

leves, assim como comprimidos, que insistem em chamar genericamente de ecstasy, mas que possuem 179 variações, são muito vendidos em Secondigliano. Esses últimos são chamados de X-file, ficha ou bala. Os comprimidos permitem margens colossais: um euro para produzir, de 3 a 5 euros o preço no atacado, chegando ao preço de revenda, em Milão, Roma ou em outras regiões de Nápoles, de 50 ou 60 euros. Em Scampia, 15 euros.

O mercado de Secondigliano superou a velha rigidez do mercado de droga, reconhecendo na cocaína uma nova fronteira. No passado era droga da elite. Hoje, graças às novas políticas econômicas dos clãs, tornou-se absolutamente acessível ao consumo de massa, com diversos graus de pureza;

portanto, capaz de satisfazer qualquer nível de exigência. Noventa por cento dos consumidores de cocaína são trabalhadores ou estudantes, segundo a pesquisa feita pelo grupo Abele². A coca se emancipou da categoria de orgias noturnas para tornar-se substância usada em qualquer hora do dia, ou depois de uma extenuante jornada de trabalho, para relaxar, para se ter uma energia extra numa noite e não se sentir um bagaço. A coca é usada pelos caminhoneiros para dirigir uma noite inteira. Muitas pessoas a utilizam para resistir horas na frente de um computador ou para trabalhar praticamente sem descanso por toda a semana. Um solvente do cansaço, um anestésico da dor, uma prótese de felicidade. Para satisfazer um mercado que tem necessidade da droga como um recurso e não só como uma excentricidade, foi necessário transformar o tráfico, torná-lo flexível, desligado da rigidez da ilegalidade. Foi este o salto de qualidade realizado pelo clã Di Lauro: a liberação da venda e do armazenamento da droga. Para os antigos cartéis italianos, a venda de grandes lotes é tradicionalmente preferida à venda de lotes médios ou pequenos. Para os Di Lauro, ao contrário, a venda de lotes médios foi escolhida para encorajar pequenos empreendedores a se lançarem no negócio e encontrar assim novos clientes. Pequenos negociantes livres, autônomos, que podem fazer o que bem entendem com a mercadoria, investir as somas que desejarem, fixar o preço, vender como e onde quiserem.

Qualquer um pode ter acesso ao mercado, para qualquer tipo e quantidade, sem necessidade de negociar com um intermediário do clã. A Cosa Nostra e a

'ndrangheta estão presentes em todos os mercados, mas querem conhecer seus consumidores, ou seja, para comprar droga, para traficar por intermédio delas, é necessário ser apresentado por

membros ou aliados dos clãs. Para essas duas organizações, é fundamental saber em que região se fará o tráfico e como será articulada sua distribuição. Não é assim que funciona o Sistema de Secondigliano. A ordem é: laissez faire, laissez passer. Liberalismo total e

absoluto. A teoria é que o mercado se autorregula. E assim, em pouquíssimo tempo, todos que querem fazer um pequeno comércio entre amigos, que querem comprar a 15 e vender a 100, e assim pagar suas férias, um mestrado, uma prestação, procuram o Secondigliano. A liberalização absoluta do mercado da droga provocou uma forte queda dos preços.

A venda no varejo fora de certas zonas de distribuição pode até desaparecer. Agora existem as chamadas “rotas”: a rota dos médicos, a rota dos pilotos, a rota dos jornalistas, a rota dos servidores públicos. A pequena burguesia cai como uma luva na distribuição informal e hiper liberada desta mercadoria. A venda completamente distante da estrutura criminoso parece mais uma relação de amizade, tal como as das donas de casa que oferecem cremes ou aspiradores de pó às amigas. Ótimo também para eximir o sistema de responsabilidades morais excessivas. Tornou-se também desnecessário ter um pusher vestido de roupa de ginástica, parado na esquina o dia todo, protegido pelos olheiros. Nada é necessário, a não ser o produto e o dinheiro.

Espaço suficiente para a dialética do comércio. Segundo os dados fornecidos pelas maiores delegacias de polícia da Itália, uma em cada três pessoas presas por tráfico de drogas é primária, sem qualquer relação com a rota do crime. O

consumo de cocaína, segundo os dados do Instituto Superior de Saúde, alcançou níveis históricos: mais de 80% (1999-2002). O número de pessoas dependentes que procuram o SERT (Serviço de Recuperação de Toxicodependentes) dobra a cada ano. A expansão do mercado é imensa: graças ao cultivo transgênico, é possível colher quatro safras por ano; portanto, não há problemas com o abastecimento de matéria-prima, e a ausência de monopólio favorece a livre iniciativa. Robbie Williams, famoso cantor cocainômano, repetiu durante anos que “a cocaína é o modo que Deus inventou para nos dizer que temos muito dinheiro”. Essa frase, que li em algum jornal, me veio à mente quando encontrei jovens das Casas Celestes

exaltando o produto e o local: “Se há coca nas Casas Celestes, isso significa que Deus não dá nenhum valor ao dinheiro.”

“Casas Celestes” é o nome dado a uma rua chique de Nápoles, por causa da cor que as casas ali tinham originalmente: azul-claro. Estas casas costeiam a via Limitone d’Arzano e se tornaram uma das melhores zonas de cocaína da Europa. Antes não era assim. Quem fez isso acontecer, segundo as investigações do Ministério Público, foi Gennaro Marino McKay. Ele é a referência do clã neste território. Não só a referência: o boss Paolo Di Lauro, que aprecia a sua gestão, deu-lhe a zona em sistema de franchising. Isso quer dizer que ele pode fazer tudo com autonomia. Obriga-se somente a depositar uma quota mensal na conta do clã. Gennaro e seu irmão Gaetano são conhecidos como os McKay. Tudo devido à semelhança que o pai deles tinha com o xerife Zeb McKay do seriado A conquista do Oeste. Toda a família, assim, tornou-se McKay e não mais Marino. Gaetano não tem mais as mãos, mas duas próteses de madeira, rígidas e laqueadas de preto. Perdeu-as, combatendo, em 1991, na guerra contra os Puca, uma velha família cutoliana (Cutolo era o “capo”). Estava manejando uma granada quando ela explodiu, fazendo seus dedos voarem. Gaetano McKay tem sempre um acompanhante, uma espécie de mordomo que faz às vezes das suas mãos. Mas quando precisa assinar alguma coisa, consegue fazê-lo firmando a caneta na prótese, deixando-a apoiada como um prego preso no papel, girando a caneta como um compasso, formando, com movimentos dos ombros e do pulso, traços ininteligíveis, que são a sua assinatura.

Genny McKay, segundo a investigação da Procuradoria Antimáfia de Nápoles, conseguiu criar uma boa zona de estoque e venda, cujo bom preço se devia, justamente, à capacidade que a selva de pedra de Secondigliano, com seus 100 mil habitantes, seus corpos, suas casas, suas vidas cotidianas, tinha de se constituir em uma grande muralha para os depósitos de drogas. A

própria zona das Casas Celestes permitiu uma grande queda dos custos da coca. Normalmente, a coca que custaria de 50 ou 70 euros a 200 euros o grama, nesta praça caiu para 25 a 50 euros, e mantendo uma boa qualidade.

Lendo o resultado das investigações da DDA, conclui-se que Genny McKay é um dos empreendedores italianos mais competentes no ramo da coca, tendo conseguido impor-se num mercado em crescimento exponencial incomparável a qualquer outro. A organização das redes de distribuição poderia ocorrer em qualquer lugar como Posillipo, Parioli, Brera³, mas se estabeleceu em Secondigliano porque a mão de obra em qualquer outro lugar custaria um preço altíssimo. Em Secondigliano, a total falta de alternativas de trabalho e de outra solução de vida que não a imigração possibilitou os salários baixos,

aliás, baixíssimos. Não há nenhum mistério nisso. Não precisamos recorrer à sociologia da miséria ou à metafísica do gueto. Não poderia ser gueto um território capaz de faturar 300 milhões de euros por ano somente com a condução de uma única família. Um território onde operam dezenas de clãs e as cifras de lucro atingem níveis comparáveis somente a ajustes orçamentários do Governo. O trabalho é meticuloso e cada passo da produção custa muitíssimo: um quilo de coca para o produtor custa mil euros, mas quando chega no atacadista já custa 30 mil euros. Trinta quilos se transformam em 150 quilos depois da primeira mistura: um valor de mercado de cerca de 15 milhões de euros. E, se a mistura é ainda maior, com três quilos podem ser obtidos 200 quilos. A mistura exerce um papel fundamental. Ela é basicamente de cafeína, glicose, manitol, paracetamol, lidocaína, benzocaína e anfetamina. E algumas vezes também de talco e cálcio para os pobres, quando a emergência assim o exige. A mistura determina a qualidade, e a mistura malfeita causa morte e atrai a polícia, prisões e obstrui a artéria do comércio.

Também nisso os clãs de Secondigliano estão na frente, e essa vantagem

lhes é muito preciosa. Para testar as misturas, usam os Visitors: os heroinômanos. Eles têm o mesmo nome dos personagens de uma série televisiva dos anos 1980, que devoravam ratos e que, debaixo de uma aparente epiderme humana, escondiam escamas esverdeadas e viscosas. Os Visitors são usados como cobaias, cobaias humanas, na prova das misturas. Eles provam se a mistura é danosa, que reação provoca, e até que ponto podem ir aumentando o pó. Quando os “misturadores” precisam de muitas cobaias, eles baixam o preço, de 20 para 10 euros a dose. A notícia circula e os heroinômanos se deslocam, às vezes vêm de longe, de Marche, da Lucania, por algumas doses. A heroína é um mercado em queda livre. Os heroinômanos estão em extinção e cada vez mais desesperados. Pegam ônibus, fazem baldeação tomando trens, viajam de noite, pegam carona ou caminham a pé por quilômetros. Mas a heroína mais barata do planeta vale qualquer esforço. Os “misturadores” dos clãs acolhem os Visitors, dão a eles uma dose e depois esperam. Numa escuta telefônica realizada com autorização do Tribunal de Nápoles em março de 2005, dois membros da organização falam sobre uma experimentação, um teste em cobaias humanas para avaliar uma determinada mistura. Primeiro tratam da preparação:

“Leve cinco papelotes... para os testes de alergia?”

Depois de algum tempo telefonam de novo:

“Então, experimentaram a máquina?”

“Sim...”

O outro insiste para saber se haviam mesmo testado:

“Mamma mia, já disse, é muito bom, somos o number one a inventar isso, os outros vão ter que fechar.”

Eles exultavam, felizes com o fato de as cobaias não terem morrido, mas, ao contrário, terem apreciado o produto. Uma mistura bem-feita pode dobrar as vendas e, se de ótima qualidade, é logo requisitada no mercado nacional e a

concorrência é desbaratada.

Só depois de ter ouvido essa gravação é que fui entender um fato que me ocorrera tempos antes. Não conseguia, até então, entender o que tinha acontecido diante dos meus olhos. Lá pelos lados de Miano, não muito distante de Scampia, havia cerca de uns dez Visitors. Tinham sido escolhidos a dedo para ir a um terreno baldio em frente aos galpões. Eu não estava ali por acaso, mas presumindo que, por farejar o hálito da realidade, aquele hálito quente, o mais genuíno possível, poderia chegar a compreender o âmago das coisas. Não tenho certeza se é fundamental observar e estar presente para tomar conhecimento das coisas, mas é indispensável estar lá para que as coisas conheçam você. Tinha um sujeito bem-vestido, aliás muito bem-vestido, num terno branco, camisa azulada, sapatos esportivos novíssimos. Ele desdobrou um pedaço de pele de alce sobre o teto do carro.

Dentro havia algumas seringas.⁴ Os Visitors se aproximaram, empurrando-se, como aquelas cenas — mesmíssimas, sempre iguais, que vemos há anos — em que os telejornais mostram quando na África chega algum caminhão com sacos de farinha. Um dos Visitors, porém, começou a gritar:

“Não, não quero isso; se é de graça, não quero... vocês vão nos matar...”

Bastou que um suspeitasse para que imediatamente todos os outros se afastassem. O cara parecia não ter vontade de convencer ninguém e esperava.

De vez em quando cuspia no chão a poeira que os Visitors levantavam caminhando e que vinha pousar-lhe nos dentes. Um deles aproximou-se. Ou melhor, um casal. Tremiam, estavam realmente no limite. “No

fim da linha”, como se costuma dizer. Ele tinha as veias dos braços inutilizadas. Tirou os sapatos, e também as plantas dos pés estavam arruinadas. A moça pegou uma seringa enrolada num pedaço de pano e apoiou-a entre os dentes enquanto com as mãos desabotoava muito lentamente a camisa do parceiro, como se tivesse cem botões, e depois aplicou a injeção no pescoço dele. A seringa tinha

coca. Aplicá-la na veia permite saber em pouco tempo se a mistura é boa, ruim ou mais ou menos. O rapaz começou a balançar, soltou uma espuma no canto da boca e caiu. No chão, começou a debater-se com gestos convulsivos, depois ficou duro como um pedaço de pau e fechou os olhos. O corpo enrijeceu. O cara vestido de branco começou a falar pelo celular:

“Pra mim parece morto... ok, tá bem, vou fazer a massagem...”

Então, começou a bater com a sola da bota no peito do rapaz. Levantava o joelho e depois deixava cair a perna com violência. Ele fazia a massagem cardíaca com chutes. A moça a seu lado resmungava alguma coisa, balbuciando: “Você está machucando ele, está machucando... Você está machucando...”

Sem forças, a moça tentava empurrar o cara de branco para que ele não continuasse a fazer aquilo em seu amigo, mas ele fazia cara de nojo, ou de medo dela e dos outros Visitors.

“Não me toque. Você me dá nojo... não fique perto de mim ou eu te mato!”

E continuou a fazer a massagem. Depois, com o pé apoiado sobre o peito do rapaz, deu outro telefonema:

“Este morreu. Ah, o lenço de papel... espera, que já vejo...”

Tirou um lenquinho do bolso, molhou-o com uma garrafinha de água e o estendeu aberto sobre os lábios do rapaz. Se ele desse somente um mínimo suspiro, levantaria o lenço, demonstrando estar vivo ainda. A precaução era porque ele não queria nem mesmo tocar aquele corpo. Telefonou pela última vez:

“Morreu. Devemos misturar menos...”

O cara entrou no carro, onde o motorista não parou, nem mesmo por um segundo, de se balançar ao som de uma música que não dava para ouvir, mas que ele dançava como se ela estivesse no volume máximo. Em poucos

minutos, todos se distanciaram do corpo, dando meia-volta, levantando um pouco de poeira. O rapaz continuava esticado duro, e a namorada, choramingando. Também o seu lamento permanecia preso entre os dentes, como se a heroína só permitisse uma cantilena rouca como forma de expressão vocal.

Não entendi o que aconteceu em seguida. A namorada abaixou a calça, acocorou-se na cara do rapaz e mijou em cima. O lenço de papel grudou na cara dele, no nariz e na boca. Logo depois, o rapaz recobrou os sentidos.

Passou a mão sobre a boca e o nariz, como quem tira água quando sai do mar.

Este Lázaro de Miano, ressuscitado por quem sabe qual substância presente na urina, se levantou lentamente. Juro que, se eu não estivesse horrorizado com a situação, teria gritado que era um milagre. Em vez disso, eu só caminhava de um lado para o outro. Faço isso sempre que não entendo alguma coisa ou quando não sei o que fazer. Ocupo o espaço por puro nervosismo. Fazendo assim, devo ter chamado a atenção dos Visitors, que começaram a se aproximar de mim e a insultar-me. Pensavam que eu era alguém ligado ao cara que estava matando aquele rapaz. Gritavam coisas contra mim: “Você... você... queria matá-lo...”

Fizeram um círculo à minha volta. Bastou que eu alongasse o passo para que eles recuassem. Porém, continuavam atrás de mim, lançando-me qualquer coisa que encontrassem no chão. Eu não tinha feito nada. Porém, se você não usa, é traficante. Do nada surgiu um caminhão. Dos depósitos saíam vários desses caminhões, todas as manhãs. Parou perto de mim e ouvi uma voz que chamava meu nome. Era Pasquale. Ele abriu a porta e eu subi. Não era um anjo da guarda salvando o seu protegido, mas, sim, dois ratos percorrendo o mesmo esgoto e salvando-se com o rabo.

Pasquale me olhou com a severidade de um pai que havia entendido tudo.

Aquela expressão que diz tudo e dispensa palavras de repreensão. Eu olhava

suas mãos. Sempre mais avermelhadas, descascadas, inchadas nas juntas e pálidas nas palmas. Dedos habituados às sedas e aos veludos da alta-costura não eram feitos para segurar por dez horas o volante de um caminhão.

Pasquale falava, mas as imagens dos Visitors continuavam a me distrair.

Imbecis. Mais do que imbecis. Cobiaias. Arriscam-se a provar uma mistura de droga que, para ser colocada no mercado europeu, tem que ser testada antes para não haver o risco de matar alguém. Cobiaias humanas que permitirão a romanos, napolitanos, lucanos e bolonheses não terminarem mal, não perderem sangue pelo nariz nem espumar pela boca. Um Visitor morto em Secondigliano não é mais do que um fulano desesperado a respeito do qual ninguém perderá tempo investigando. Já será muito recolhê-lo do chão, limpar-lhe o rosto do vômito e da urina e enterrá-lo. Em outro lugar fariam autópsia, investigações, conjecturas sobre a sua morte. Aqui, só uma coisa: overdose.

O caminhão de Pasquale atravessava a rodovia que passa no território norte de Nápoles. Galpões, depósitos, lugares onde se amontoam detritos e objetos dispersos, enferrujados e jogados em qualquer lugar. Não há uma zona industrial. Há cheiro de poluição, mas faltam as fábricas. As casas são geminadas e construídas ao longo da estrada. E as praças são feitas em volta de um bar. Um deserto confuso, complicado. Pasquale viu que eu não estava escutando o que ele dizia. Então, freou de repente. Sem encostar, só para me dar um susto e me acordar. Depois me olhou fixamente e disse: “Em Secondigliano as coisas estão indo mal... “a vicchiarella” (“a Velhinha”) está na Espanha com o dinheiro de todo mundo. Você tem que parar de andar por esta parte. Sinto tensão em todo lugar. Até o asfalto quer se soltar da terra para ir embora daqui...”

Eu estava decidido a acompanhar o que estivesse para acontecer em

Secondigliano. Quanto mais Pasquale mostrava o perigo da situação, mais eu me convencia de que era impossível não tentar compreender este mundo. E

compreender significava, pelo menos, fazer parte dele. Não há escolha, e não acredito que haja outra maneira de entender as coisas. A neutralidade e a distância objetiva são coisas que eu nunca consegui encontrar. Raffaele Amato, “a Velhinha”, o responsável pelos mercados espanhóis, um dirigente do segundo escalão do clã, tinha fugido para Barcelona com o dinheiro do caixa dos Di Lauro. Era o que se dizia. Na verdade, não tinha depositado a sua quota para o clã, mostrando, com tal atitude, não ter mais nenhum tipo de submissão a quem queria dar-lhe um salário. Tinha oficializado o racha. Por enquanto, trabalhava só na Espanha, território a vida inteira

dominado pelos clãs. Na Andaluzia, pelos Casalesi da região de Caserta; nas ilhas, os Nuvoletta de Marano, e em Barcelona, os “separatistas”. Sim, separatistas foi o nome que os primeiros jornalistas deram aos homens dos Di Lauro que se afastaram. Os jornalistas das crônicas policiais. Para todos, em Secondigliano, eles são conhecidos como os Spagnoli, assim chamados justamente porque na Espanha está o seu líder e lá começaram a controlar não só os mercados, mas também o tráfico, já que Madri é um dos elos fundamentais para o tráfico da cocaína proveniente da Colômbia e do Peru. Os homens sempre ligados a Amato por anos, segundo as investigações, tinham feito circular toneladas de drogas através de um estratagema genial. Usavam os caminhões de lixo. Em cima, lixo; embaixo, droga. Um método infalível para evitar controles.

Ninguém pararia um caminhão da limpeza urbana à noite, enquanto carrega e descarrega lixo e ao mesmo tempo transporta toneladas de drogas.

Cosimo Di Lauro pressentiu — segundo o que se conclui dos inquéritos

que os dirigentes estavam depositando cada vez menos capital na conta do clã. As apostas tinham sido feitas com o capital dos Di Lauro, mas uma

grande parte do lucro, que devia ser repartido, tinha sido retida. As apostas são investimentos que cada dirigente faz na aquisição de um lote de drogas com capital dos Di Lauro. Chamam isso de puntata, ou seja, um chute forte em direção ao gol. Pontaria. O nome deriva da economia irregular e hiperliberal da coca e dos comprimidos para os quais não há possibilidade de certeza sobre seu calibre. Apostam-se, também nesse caso, como na roleta.

Apostam-se 100 mil euros e, se as coisas vão bem, em 14 dias esses 100 mil tornam-se 300 mil. Quando penso nestes dados de aceleração econômica, lembro-me sempre de quando Giovanni Falcone, encontrando-se em uma escola, deu um exemplo que acabou depois em centenas de cadernos escolares. “Para entender que a droga é uma economia próspera, pensem que 1.000 liras investidas em 1º de setembro na droga tornam-se 100 milhões de liras no dia 1º de agosto do ano seguinte.”

* * *

As cifras que os dirigentes depositavam nos cofres dos Di Lauro

continuavam a ser astronômicas, mas progressivamente menores. A longo prazo, uma prática do gênero teria reforçado uns em detrimento de outros e, lentamente, assim que o grupo conseguisse a força organizacional e combativa necessária, daria um golpe em Paolo Di Lauro. Um golpe final, aquele que não tem saída. Aquele que chega com chumbo e não com a concorrência. Assim, Cosimo ordenou que todos se tornassem assalariados.

Dessa forma os manteria sob sua dependência. Uma escolha na contramão das decisões que até então vinham sendo tomadas por seu pai, mas necessária para proteger os próprios negócios, a própria autoridade, a própria família.

Nada de investidores consorciados, livres para decidir a quantidade de dinheiro a investir, a qualidade e os tipos de droga a introduzir no mercado.

Não mais níveis autônomos dentro de uma empresa estratificada, mas dependentes. Cinquenta mil euros por mês, alguém disse. Uma cifra enorme.

Mas sempre um salário. Para sempre um papel de subordinado. Para sempre o fim do sonho empresarial em detrimento de um trabalho de gerência. E a revolução administrativa ainda não terminava aqui. Os arrependidos contaram que Cosimo havia imposto uma troca administrativa. Os dirigentes não deviam ter mais de 30 anos. Rejuvenescer a liderança, substituindo subitamente os dirigentes. O mercado não permite concessão à mais-valia humana. Não permite nada. A ordem é vencer. Vender. Vencer. Todo vínculo, seja ele de afeto, lei, direito, amor, emoção, religião, todo e qualquer vínculo é uma concessão à concorrência, um escorregão rumo à disputa.

Depois, pode dar-se tudo, mas só depois da disputa, depois da certeza do domínio econômico. Por uma espécie de respeito residual, os velhos boss eram ouvidos mesmo quando propunham ideias absurdas, ordens ineficazes, e suas decisões eram levadas em consideração exclusivamente em razão da sua idade. Afinal, somente a idade podia colocar em discussão a liderança dos filhos de Paolo Di Lauro.

Agora estavam todos no mesmo barco: não podiam invocar passados místicos, experiências anteriores, respeito devido. Todos deviam confrontar-se com a qualidade das próprias propostas, a capacidade de gestão, a força do próprio carisma. Quando os grupos de fogo secondiglianesi começaram a mostrar sua força militar, a cisão ainda não se iniciara. Estava amadurecendo.

Um dos primeiros objetivos foi Ferdinando Bizzarro, conhecido como “bacchetella” ou “tio Fester”, aquele personagem careca, baixo e viscoso da Família Adams. Bizzarro era um “rás” da cidade de Melito. Rás é o termo que define quem possui uma autoridade forte, mas não absoluta, porque sempre submetida ao boss, em última instância. Bizzarro tinha deixado de ser um diligente rás para os Di Lauro. Ele queria gerir sozinho o dinheiro. E as decisões mais importantes, não apenas as administrativas, queria tomá-las sozinho. Sua revolta não era uma revolta clássica, ele queria ser promovido a

interlocutor novo, autônomo. E se autopromoveu. Os clãs de Melito são vorazes. Território de fábricas clandestinas de produção de sapatos italianos de alta qualidade para comércio de meio mundo, essas fábricas são fundamentais para a liquidez de empréstimos de usura. O proprietário de uma fábrica clandestina apoia quase sempre o político, ou o chefe de zona, o rás do clã, o qual fará com que seja eleito o político que exercerá o menor controle possível sobre sua atividade clandestina. Os clãs camorristas secondiglianesi nunca tiveram necessidade de estabelecer pactos programáticos com os políticos, mas era fundamental ter amigos.

E foi justamente aquele que tinha sido o ponto de apoio de Bizzarro no Poder Público que se tornou o seu anjo da morte. Para matá-lo, o clã pediu a ajuda de um político: Alfredo Cicala. Foi o próprio Cicala, segundo o inquérito da DDA de Nápoles, quem deu indicações precisas de onde encontrar Bizzarro. Ele, o próprio ex-prefeito de Melito, além de ex-dirigente local do partido da Margherita. Ouvindo as gravações das escutas telefônicas, não parece que estão planejando um homicídio, mas simplesmente demitindo chefes. Não há diferença alguma. Os negócios devem continuar, e a decisão de Bizzarro de tornar-se autônomo ameaçava prejudicar o business. É preciso acabar com isso, seja com que meios for, seja com que força for. Quando a mãe de Bizzarro morreu, os aliados de Di Lauro combinaram ir ao funeral e disparar contra tudo e todos. Eliminar Bizzarro, o filho, os parentes. Todos.

Estavam prontos. Mas Bizzarro e seu filho não apareceram no funeral. A organização do assassinato, entretanto, continuou. Detalhista a tal ponto, que o clã comunicou por fax aos seus membros o que estava acontecendo e o que fazer:

“Não há mais ninguém de Secondigliano, ele despediu todos... está saindo só às quartas e sábados com quatro carros... a vocês, recomenda não sair por nenhuma razão. Tio Fester mandou mensagem

dizendo que, para a Páscoa,

quer 250 euros por loja e que não tem medo de ninguém. Nesta semana vão torturar Siviero.”

E assim, via fax, se organiza uma estratégia. Agenda-se uma tortura como se fosse uma fatura comercial, uma ordem de serviço qualquer, a reserva de um bilhete aéreo. E se denunciavam as ações de um traidor. Bizzarro saía com uma escolta de quatro carros, tinha imposto um racket de 250 euros mensais.

Siviero, homem de Bizzarro, seu motorista fiel, seria torturado até dizer os percursos que seu patrão iria fazer. Mas o leque de hipóteses cogitadas para assassinar Bizzarro não terminou aqui. Pensaram em ir à casa de seu filho e

“não poupar ninguém”. Um telefonema registrou um killer quase desesperado pela oportunidade perdida, quando soube que Bizzarro tinha posto o nariz de fora, em praça pública, mostrando novamente seu poder e sua incolumidade.

O assassino gritava:

“Cara, olha o que perdemos, ele passou a manhã inteira na rua...”

Nada é escondido. Tudo está claro, óbvio, costurado na pele do cotidiano.

Mas o ex-prefeito de Melito disse em qual hotel Bizzarro se encontrava com a amante, com quem se aliviava de tensão e esperma. Bizzarro podia deixar de fazer tudo: podia viver com as luzes apagadas para não dar sinal de presença em casa; podia sair com uma escolta de quatro carros, podia não telefonar e não receber telefonemas, podia até mesmo não ir ao funeral da própria mãe.

Mas deixar de encontrar a amante era o fim do mundo, sinal do fim de qualquer poder.

Bizzarro estava no Hotel Villa Giulia, no dia 26 de abril de 2004, no terceiro andar. Na cama com a amante. O comando chega. Usam colete da polícia. No saguão do hotel exigem o cartão magnético da porta do quarto de Bizzarro. O porteiro nem mesmo pede a identificação dos supostos policiais.

Batem na porta. Bizzarro ainda está de cueca. Ouvem seus passos se aproximando da porta. Começam a atirar. Dois disparos de pistola

rompem a

fechadura, ultrapassam a porta e atingem seu corpo. Outros tiros arrancam a porta e eles o matam disparando na cabeça dele. Projéteis e estilhaços de madeira cravados na carne. O plano da matança enfim se realizou. Bizzarro foi o primeiro, ou um dos primeiros. Ou, pelo menos, o primeiro sobre quem foi testada a força do clã Di Lauro. Uma força que podia ser dirigida a qualquer outro que ousasse romper a aliança, destruir o pacto da organização.

O ar que se respira é tenso, mas espera-se ainda por mais alguma coisa. O

organograma dos separatistas não está bem definido, ainda não é possível compreendê-lo. Mas tudo seria esclarecido quando, alguns meses depois do assassinato de Bizzarro, aconteceu uma coisa para dar origem ao conflito, algo como uma declaração de guerra. Em 20 de outubro de 2004, Fulvio Montanino e Cláudio Salerno — segundo os inquéritos, homens da maior confiança de Cosimo e responsáveis por algumas zonas de distribuição de drogas — são assassinados com 14 tiros. Frustrada a reunião-armadilha, na qual Cosimo e seu pai deveriam ser despachados, esse acontecimento deu início às hostilidades. Quando começam a aparecer os mortos, nada mais há a fazer senão combater. Todos os chefões decidiram rebelar-se contra os filhos de Di Lauro: Rosário Pariente, Raffaele Abbinante e, depois, os novos dirigentes Raffaele Amato, Gennaro McKay Marino, Arcangelo Abate, Giacomo Migliaccio. Fiéis a Di Lauro permanecem os De Lucia, Giovanni Cortese, Enrico D'Avanzo e um bem-nutrido grupo de acólitos. Bastante nutrido. Homens a quem é prometida rápida escalada ao poder, crescimento social e econômico no clã. A direção do grupo é assumida pelos filhos de Paolo Di Lauro: Cosimo, Marco e Ciro. Cosimo, muito provavelmente, intuiu que estava condenado à morte ou à prisão. Prisões e crises econômicas. Mas a escolha é obrigatória: ou esperar ser desafiado por um clã nascido dentro do próprio seio, ou tentar salvar os negócios, ou, pelo menos, a própria pele. Mas ser derrotado no poder econômico significa automaticamente ser derrotado

na própria pele.

É guerra. Ninguém sabe como se combaterá, mas todos têm certeza de que a guerra será terrível e longa. A mais cruel que o sul da Itália jamais vira nos últimos dez anos. Os Di Lauro têm menos homens, são muito menos fortes e menos organizados. No passado, sempre reagiram com vigor a rachas internos. Já as cisões datadas da fase de

gestão liberal, que a alguns parecia um

“deixa-pra-lá”, liberdade à autonomia, serviam somente para colocá-los no centro da prática empresarial. Entretanto, aquela liberdade dada pelo clã Di Lauro era uma liberdade concedida e não se poderia jamais pretender tomá-la à força. Em 1992, o velho grupo dirigente resolveu a cisão de Antonio Rocco, chefe de zona de Mugnano, no bar Fulmine, entrando armado de metralhadora e granadas. Massacraram cinco pessoas. Para salvar-se, Rocco se arrependeu, e o Estado, acolhendo sua colaboração, colocou sob proteção quase duzentas pessoas, todas selecionadas para entrar na mira dos Di Lauro.

Mas não serviu para nada o arrependimento. Os dirigentes da organização não sofreram nem um arranhão pelas declarações do arrependido.

Desta vez, entretanto, os homens de Cosimo Di Lauro começaram a ficar preocupados, tendo em vista a ordem de prisão preventiva emitida pelo juiz de Nápoles no dia 7 de dezembro de 2004. Dois filiados, Luigi Petrone e Salvatore Tamburino, comentaram por telefone a declaração de guerra a partir do assassinato de Montanino e Salerno.

Petrone: “Mataram Fulvio.”

Tamburino: “Ah...”

Petrone: “Entendeu?”

Começa a tomar forma a estratégia de luta. Segundo Tamburino, a estratégia ditada por Cosimo Di Lauro. Massacrar um por um até o fim, se fosse necessário até com bombas.

Tamburino: “Até bombas, certo ou não? Cosimino disse que agora tenho

que pegar um de cada vez... tudo bem, eu disse... pouco a pouco, ele disse...

todos eles...”

Petrone: “Aqueles lá... O importante é que tem gente que trabalha...”

Tamburino: “Gino, há milhões aqui. São todos jovens... todos jovens... agora você vai ver o que ele vai fazer...”

A estratégia é nova. Usar rapazes na guerra, elevando-os à condição de soldados. Transformar a máquina perfeita da distribuição de drogas, de investimento, de controle do território em um efetivo militar. Garçons, açougueiros, mecânicos, jovens desempregados. Todos devem se tornar a nova força combativa inesperada do clã. A partir da morte de Montanino começa um longo e sangrento processo de interrogatório, com mortes seguidas de mortes: uma ou duas emboscadas por dia, primeiro os agregados dos dois clãs, depois seus parentes, o incêndio de casas, os espancamentos, os suspeitos.

Tamburino: “Cosimino está frio, disse que ‘comemos, bebemos, fodemos’.

O que podemos fazer... fazemos e seguimos em frente.”

Petrone: “Mas eu não consigo comer. Como por comer...”

A ordem de combater não deve ser desesperada. O importante é mostrar-se vencedor. Para um exército, assim como para uma empresa, quem se mostra em crise, quem foge, quem desaparece, quem se encolhe em si já perdeu. Comer, beber, foder. Como se não tivesse acontecido nada, como se nada estivesse acontecendo. Mas os dois personagens estão morrendo de medo, não sabem quantos filiados passaram para os Spagnoli e quantos ficaram do seu lado.

Tamburino: “E o que sabemos sobre quantos deles passaram pro lado de lá... não sabemos nada!”

Petrone: “Ah! Quantos eles levaram? Ainda há um monte deles aqui, Totore! Não entendo... estes daqui... não gostam dos Di Lauro?”

Tamburino: “Eu, se fosse Cosimino, sabe o que eu faria? Começaria a matar todo mundo. Mesmo se tivesse só dúvida... todos. Começaria a limpar...

entende! Já a primeira camada da lama...”

Matar todo mundo. Mesmo que só por dúvida. Mesmo não sabendo de que lado estão, mesmo não sabendo se têm um lado. Atirar! É lama. Lama. Só lama. Diante da guerra, do perigo da derrota, aliados e inimigos são papéis intercambiáveis. Mais do que indivíduos, tornam-se elementos sobre os quais testar a própria força e objetivá-la. Só depois se revelarão os aliados, e os inimigos. Antes disso, é preciso começar a atirar.

No dia 30 de outubro de 2004 foram à casa de Salvatore de Magistris,

um senhor de 60 anos casado com a mãe de Biagio Esposito, um separatista, um Spagnolo. Queriam saber onde ele estava escondido. Os Di Lauro queriam pegar todos eles antes que se organizassem, antes que se dessem conta de estar em maioria. Quebraram seus braços e pernas com bastonadas e deixaram seu nariz em frangalhos. A cada golpe, pediam informação sobre o filho de sua mulher. Ele não respondia. A cada silêncio, aplicavam outro golpe. Encheram-no de chutes, devia confessar. Mas não confessou. Talvez porque não soubesse mesmo o lugar do esconderijo. Morreu depois de um mês de agonia.

Em 2 de novembro mataram Massimo Galdiero em um estacionamento.

Queriam chegar ao seu irmão Gennaro, suspeito de ser amigo de Raffaele Amato. Em 6 de novembro mataram Antonio Landieri na via Labriola, disparando contra todos que estavam por perto. Cinco pessoas ficaram gravemente feridas e ele morreu. Todos administravam um ponto de venda de coca e, ao que tudo indica, eram empregados de Gennaro McKay. Os Spagnoli, porém, responderam. Em 9 de novembro, um Fiat Punto branco é encontrado no meio de uma estrada. Driblaram várias barreiras policiais e

deixaram o carro na via Cupa Perrillo. É pleno meio-dia quando os policiais encontram três cadáveres: Stefano Maisto, Mario Maisto e Stefano Mauriello.

Os policiais, qualquer porta que abrissem, encontravam um corpo. A da frente, a de trás, a do porta-malas. Em Mugnano, em 20 de novembro, mataram Biagio Migliaccio. Foram encontrá-lo na concessionária onde trabalhava e lhe disseram: “Isso é um assalto”, e depois dispararam na altura do peito. O objetivo era seu tio Giacomo. No mesmo dia, os Spagnoli respondem matando Gennaro Emolo, pai de um fidelíssimo dos Di Lauro acusado de fazer parte do braço militar. Em 21 de novembro, os Di Lauro vão à desforra, despachando, numa tabacaria, Domenico Riccio e Salvatore Gagliardi, pessoas próximas de Raffaele Abbinante. Uma hora depois é morto Francesco Tortora. Os killers não vão de carro, mas de moto. Aproximam-se, atiram, depois recolhem o corpo. Colocam-no dentro do carro e o levam para a periferia de Casavatore onde ateiem fogo no carro e no corpo. Duas coisas úteis em uma só. À meia-noite do dia 22, os carabinieri encontram um carro queimado. Mais um.

Para acompanhar a sequência de vinganças eu tinha conseguido um rádio sintonizado na frequência da polícia. Eu chegava com a minha

Vespa mais ou menos sincronizado com os carros da polícia, mas naquela noite adormeci. A voz metálica e cadenciada das centrais tinha se tornado uma espécie de canção de ninar para mim. Por isso, dessa vez foi um telefonema que, em plena madrugada, me informou, sobre o ocorrido. Cheguei ao local, encontrei um carro completamente incendiado. Tinham-no encharcado de gasolina.

Litros e litros de gasolina por todo lado. Sobre os bancos da frente, nos de trás, nos pneus, no volante. As chamas já tinham se apagado e os vidros já tinham explodido quando os bombeiros chegaram. Não sei bem por que me precipitei sobre aquela carcaça de carro. Tinha um cheiro horrível, de plástico queimado. Poucas pessoas em volta, um guarda com uma lanterna olhava

dentro da lataria. Havia um corpo, ou qualquer coisa parecida. Os bombeiros abriram as portas e tiraram de lá um cadáver, fazendo cara de nojo, de desgosto. Um policial sentiu-se mal, foi apoiar-se no muro, vomitando o jantar comido poucas horas antes. O corpo era só um tronco enrijecido, todo preto, o rosto só uma caveira escura, as pernas em carne viva. Pegaram o corpo pelos braços e pousaram-no no chão, à espera do rabecão da polícia.

O rabecão roda continuamente, é possível vê-lo de Scampia à Torre Annunziata, lugares distantes um do outro. Recolhe, condiciona e registra no seu relatório toda aquela gente morta. A região de Campânia é o território que apresenta o maior número de assassinatos de toda a Itália, e está entre os primeiros lugares do mundo. Os pneus do rabecão estão carecas, basta uma fotografia das rodas corroídas e do cinza da parte interna para se ter a imagem simbólica desta terra. Os caras saíram do rabecão calçando luvas plásticas imundas, usadas e reutilizadas mil vezes, e puseram mãos à obra.

Enfiaram o cadáver em um saco, daqueles pretos, os body bag nos quais, em geral, se colocam os corpos dos soldados mortos.

O cadáver parecia um daqueles encontrados sob as cinzas do Vesúvio depois que os arqueólogos jogam gesso no buraco deixado pelo corpo. As pessoas aglomeradas ao redor do carro já eram dezenas. Todas em silêncio.

Parecia até não ter ninguém. Nem mesmo as narinas se arriscavam a respirar com força. Desde que começou a guerra da Camorra, muitas pessoas deixaram de pôr limite à própria tolerância. Param para ver o que acontece. A cada dia aprendem quanta coisa ainda é possível acontecer e o quanto poderão ainda sofrer. Aprendem, levam aquilo

para casa e vão tocando a vida.

Os carabinieri começam a tirar fotos, depois o furgão parte com os corpos.

Vou para a delegacia. Alguma coisa concluirão sobre essa morte. Na sala da imprensa estão os jornalistas de costume e alguns policiais. Depois de algum tempo começam a tecer comentários: “Se eles se matam entre si, melhor.” “Se

você é camorrista, táí o que acontece.” “Gostou de ganhar a vida assim, né, imbecil; agora aproveite a morte.” Os mesmos comentários habituais cada vez mais exasperados. Como se todos tivessem alguma coisa para jogar na cara daquele cadáver, para culpá-lo por aquela noite arruinada, por aquela guerra sem fim, por aquelas patrulhas militares atulhando cada esquina de Nápoles.

Os médicos precisaram de muitas horas para identificar o cadáver. Alguém disse que se tratava de um chefe de zona desaparecido alguns dias antes, um daqueles tantos cadáveres sem reconhecimento, estocados no necrotério do Hospital Cardarelli. Depois chega o desmentido.

Uns colocavam a mão na boca, os jornalistas engoliam em seco. Os policiais balançavam a cabeça olhando os sapatos. Os comentários cessaram, por sentimento de culpa. Aquele corpo era de Gelsomina Verde, uma moça de 22 anos. Sequestrada, torturada, morta com um tiro à queima-roupa na nuca que saiu pela testa. Depois a colocaram num carro, no seu próprio carro, e o queimaram. Ela tinha saído com um rapaz, Gennaro Notturmo, que decidira ficar com os clãs e depois se aproximara dos Spagnoli. Tinha ficado com ele por alguns meses, tempos atrás. Certamente alguém os tinha visto abraçados, ou andando de Vespa, ou no carro, juntos. Gennaro tinha sido condenado à morte, mas se escondera, sabe-se lá onde, em alguma garagem perto da estrada onde mataram Gelsomina. Não sentiu necessidade de protegê-la porque não tinha mais relações com ela. Mas os clãs golpeiam os inimigos atingindo as pessoas que eles conhecem, os parentes, e até mesmo seus relacionamentos passageiros tornam-se alvos. Alvos sobre os quais se escreve uma mensagem. A pior das mensagens. É preciso punir. Se alguém permanece sem punição, torna-se um risco muito grande, capaz de legitimar novas possibilidades de traição, novas hipóteses de racha. Deve-se atacar, e da maneira mais dura possível. Essa é a ordem. O resto é bobagem. Então, os fiéis de Di Lauro procuram Gelsomina, vão ao seu encontro com uma

desculpa qualquer: sequestram-na, batem nela, torturam-na e perguntam onde está Gennaro. Ela não responde. Talvez não saiba onde ele se encontra ou prefira sofrer aquilo que estariam fazendo com ele. E assim a massacram.

Os camorristas mandados para fazer o “serviço” talvez estivessem cheios de coca ou talvez sóbrios, quem sabe, para tentar perceber o mais microscópico detalhe. Mas todos sabem que métodos usaram para eliminar qualquer tipo de resistência, para anular qualquer minúsculo traço de humanidade. O fato de o corpo ter sido queimado me pareceu um modo de ocultar as torturas. O

corpo de uma moça torturada teria gerado uma raiva profunda em todos, e, se não se pretende o consenso do bairro, tampouco se quer a hostilidade. E, então, queimar, queimar tudo. As provas da morte não são graves. Não mais graves do que qualquer outra morte na guerra. Mas não é fácil imaginar como aconteceu aquela morte, como foi realizada aquela tortura. Foi escarrando e cuspiendo no chão que eu consegui bloquear as imagens na minha mente.

Gelsomina Verde, “Mina”: o diminutivo com que era chamada no bairro.

Os jornais também a chamam assim quando começam a homenageá-la no dia seguinte com sentimento de culpa. Teria sido fácil não distingui-la da carne daqueles que se matam entre si. Ou, se estivesse ainda viva, podia até ser considerada a namorada de um camorrista, uma das tantas que os aceitam por dinheiro ou pelo status que lhes dão. Nada mais que a enésima “senhora”

que goza da riqueza do marido camorrista. Mas o “Saracino”, como chamam Gennaro Notturmo, está só no começo. Depois, se vier a se tornar um chefe de zona e controlar os distribuidores, chegará a mil ou dois mil euros. Mas é uma longa carreira. Dois mil e quinhentos euros parece ser o preço da indenização por um homicídio. E, se você ainda tiver necessidade de se esconder porque os carabinieri estão no seu rasto, o clã pagará um mês no norte da Itália ou no exterior. Talvez ele também sonhasse tornar-se um boss, dominar meia Nápoles e investir em toda a Europa.

Se paro por um minuto e prendo a respiração, consigo imaginar facilmente como tudo aconteceu, mesmo se nunca os vi. Talvez tenham se conhecido no bar de sempre, os malditos bares meridionais de periferia, em torno dos quais circula como um redemoinho a existência de todos, dos jovens rapazinhos aos velhotes catarrentos de

90 anos. Ou talvez tenham se conhecido em alguma discoteca. Uma volta na piazza Plebiscito, um beijo antes de ir para casa. Depois vieram os sábados passados juntos, alguma pizza com os amigos, a porta do quarto trancada no domingo depois do almoço, quando os outros dormem profundamente depois de ter comido muito. E

assim por diante. Como se faz sempre, como acontece com todos que têm sorte. Depois, Gennaro entra no Sistema. Talvez tenha ido procurar algum amigo camorrista, tenha sido apresentado e, em seguida, começado a trabalhar para os Di Lauro. Imagino que talvez a moça tenha sabido, tenha tentado demovê-lo da ideia, tenha até procurado alguma outra coisa para ele fazer, como acontece a muitas moças dessa parte que lutam por seus namorados. Mas talvez, no final, tenha se cansado, esquecido o trabalho de Gennaro. Afinal, um trabalho como outro qualquer. Dirigir um automóvel, transportar alguns pacotes. Começa-se com pequenas coisas. Do nada. Mas do nada que dá para viver, trabalhar e às vezes até experimentar a sensação de realização, autorreconhecimento, estima. Depois a história entre eles terminou.

Aqueles poucos meses, no entanto, bastaram. Foram o suficiente para associar Gelsomina à figura de Gennaro. Torná-la “marcada” pela sua pessoa, pertencente ao seu círculo afetivo. Mesmo se a relação já tivesse terminado, ou mesmo que nunca tivesse nascido. Não importa. São só conjecturas e imaginação. O fato é que uma moça foi torturada e morta porque a viram enquanto fazia um carinho ou dava um beijo em alguém, alguns meses antes, em alguma parte de Nápoles. É difícil de acreditar. Gelsomina ralava muito,

como todos por aqui, especialmente as moças, as mulheres que têm de manter sozinhas as famílias, porque muitos homens caem em depressão por anos.

Mesmo quem vive em Secondigliano, mesmo quem vive no “Terceiro Mundo”, tem uma psiquê. Não trabalhar durante anos transforma-nos.

Sermos tratados como um monte de merda pelos próprios superiores, sem nenhum contrato, nenhum respeito, nenhum dinheiro, isso mata. Ou nos torna animais, ou nos coloca à beira do precipício. Gelsomina trabalhava muito em, pelo menos, três lugares, para conseguir um salário e passar a metade para a família. Fazia, além disso, trabalho voluntário para idosos da região, o que levou os jornais a gastarem páginas e mais páginas nesse fato, a ponto de parecer que estavam numa competição pela melhor imagem da moça. Ao lado das matérias sobre Mina Verde apareceu uma entrevista com a esposa de Raffaele

Cutolo. A senhora Immacolata sustenta que a Camorra verdadeira, aquela de seu marido, nunca mata mulheres. Tem uma sólida ética, feita por homens honrados. Talvez devêssemos lembrar que, nos anos 1980, Cutolo mandou disparar no rosto de uma menina pequena, filha do juiz Lamberti, na frente do pai. Mas os jornais ouvem-na, confiam nela, dão-lhe crédito e autoridade, esperando que o poder da Camorra possa voltar a ser como outrora. A Camorra do passado era sempre melhor comparando-se ao que é ou ao que será.

Na guerra já não é possível ter relações de amor, ligações, relacionamentos, pois tudo pode se tornar um elemento de fraqueza. O

terremoto emocional que atinge os filiados jovens está registrado em escutas telefônicas feitas pelos carabinieri, como aquela entre Francesco Venosa e Anna, sua namorada, transcrita no auto de prisão emitido pela Procuradoria Antimáfia de Nápoles, em fevereiro de 2006. Foi a última chamada que ele fez antes de trocar de número de telefone. Francesco fugiu para a região do Lácio,

alertando seu irmão Giovanni com uma mensagem para ele não ousar sair de casa, porque estava na mira: “Meu querido irmão, t.v.t.b (ti voglio tanto bene), não saia de casa por motivo nenhum, ok?”

Francesco tenta explicar à sua namorada por que deve fugir e por que a vida de um homem do Sistema é complicada:

“Eu já tenho 18 anos... não se brinca... eles te machucam... te matam, Anna!”

Anna, porém, é obstinada, quer fazer concurso para sargento dos carabinieri, mudar a vida dela e fazer Francesco mudar a dele. O rapaz não desgosta do fato de que Anna queira se tornar uma carabinieri, mas sente que já é tarde para mudar de vida:

Francesco: “Já te disse, fico satisfeito por você... Porém, a minha vida é outra... E não vou mudá-la.”

Anna: “Pois muito bem, fico satisfeita por você... continue assim, entendeu?”

Francesco: “Anna, Anna... não faça isso...”

Anna: “Mas você tem só 18 anos e pode muito bem mudar de vida... Mas por que você já está assim conformado? Não sei, não...”

Francesco: “Não mudo a minha vida por nenhum motivo deste

mundo.”

Anna: “Ah, então você está bem como está?”

Francesco: “Não, Anna, eu não estou bem assim, mas é que agora estamos perdendo... e devemos recuperar o respeito perdido... As pessoas, quando caminhávamos no bairro, não tinham coragem de olhar na nossa cara... agora todos levantam a cabeça.”

Para Francesco, que é um Spagnolo, o ultraje mais grave é que ninguém mais se sente intimidado ante seu poder. Muitos morreram, e assim, no seu bairro, todos o veem como pertencente a um grupo de assassinos vagabundos, camorristas falidos. Isso é intolerável, é preciso reagir, mesmo

que com o custo da própria vida. A namorada procura convencê-lo a não se sentir como se já estivesse condenado:

Anna: “Não, você não deve se meter na confusão, isto é, você pode muito bem viver...”

Francesco: “Não, não quero mudar a minha vida...”

O jovem separatista está aterrorizado pelo fato de os Di Lauro poderem pegá-la, mas a tranquiliza dizendo que tem muitas outras namoradas; portanto, ninguém pode associá-la com ele. Depois lhe confessa, como adolescente romântico, que ela agora é a única...

“... Afinal, eu tinha umas trinta mulheres pela região toda... mas agora, dentro de mim, só há você...”

Anna parece desconsiderar qualquer medo de represálias; como toda moça, pensa só na última frase que Francesco pronunciou.

“Gostaria de acreditar em você.”

A guerra continua. Em 24 de novembro de 2004 mataram Salvatore Abbinante. Dispararam na sua cara. Neto de um dos dirigentes dos Spagnoli, Raffaele Abbinante, homem de Marano. O território dos Nuvoletta. Os maraneses, para terem uma participação ativa no mercado de Secondigliano, transferiram para o bairro Monterosa muitos homens e suas famílias, e, segundo as acusações, Raffaele Abbinante é o dirigente dessa quota mafiosa no seio de Secondigliano. Era um dos personagens de maior carisma na Espanha, onde mandava no território da Costa do Sol. Em uma megaoperação de 1997, foram apreendidos 2.500 quilos de haxixe, 1.020

comprimidos de ecstasy, 1.500 quilos de cocaína. Os promotores de justiça demonstraram que os cartéis napolitanos dos Abbinante e dos Nuvoletta dominavam a quase totalidade do tráfico de droga sintética na Espanha e na Itália. Depois do homicídio de Salvatore Abbinante, temia-se que os

Nuvoletta interviessem, que a Cosa Nostra decidisse dar sua contribuição na vingança secondiglianese. Mas não aconteceu nada. Pelo menos, não partiram para o confronto. Os Nuvoletta abriram os confins dos seus territórios aos separatistas em fuga, e esta foi a mensagem dos homens da Cosa Nostra sediados em Campânia, contrários à guerra de Cosimo. Em 25 de novembro, os Di Lauro mataram Antonio Esposito na sua loja de produtos alimentares.

Quando cheguei ao local, seu corpo estava entre garrafas de água e pacotes de leite. Dois homens recolheram-no, levantando-o pelo casaco e pelos pés, e o colocaram num caixão de metal. Quando o rabecão foi embora, apareceu na loja uma senhora que começou a colocar tudo no lugar: recolheu os objetos caídos no chão, limpou o sangue esguichado na vitrine da loja... Os carabinieri deixaram-na fazer tudo. As provas balísticas, as pegadas e os indícios já tinham sido recolhidos. O inútil inventário das provas já tinha sido realizado. Durante toda a noite aquela mulher colocou a bagunça no lugar, como se arrumar tudo pudesse apagar o acontecido, como se reajeitar os pacotes de leite e de biscoitos enfileirados pudesse relegar o peso da morte exclusivamente aos poucos minutos em que a traição aconteceu.

No entanto, em Scampia se espalhou a notícia de que Cosimo Di Lauro daria 150 mil euros a quem informasse o paradeiro de Gennaro Marino McKay. Uma recompensa alta, mas não excessiva, para um império econômico como o do Sistema de Secondigliano. Ao se decidir a soma a ser dada como recompensa, levou-se em conta não superestimar o inimigo. Mas a recompensa não deu frutos. A polícia chegou antes. Na via Fratelli Cervi, no décimo terceiro andar de um prédio, estavam reunidos todos os dirigentes dos separatistas que ainda permaneciam na região. Como precaução, tinham blindado o andar de cima. No final da escada, colocaram uma grade bloqueando o acesso. Além da grade, portas blindadas protegiam

completamente o lugar de refúgio. A polícia cercou o edifício. Aquilo que lhes serviria contra um eventual ataque dos inimigos os condenava agora a esperar sem poder fazer nada, esperar que as barras de ferro e as portas blindadas fossem arrancadas das paredes. Enquanto aguardavam a prisão, jogaram pela janela uma mochila com uma metralhadora, pistolas e granadas. Ao cair, uma metralhadora

disparou. Uma bala atingiu de raspão um policial que vigiava o prédio, quase acertando sua nuca. Nervoso, ele começou a pular, a suar, e acabou tendo uma crise de pânico, respirando convulsivamente. Morrer por causa de uma bala perdida disparada de uma metralhadora lançada do décimo terceiro andar era uma hipótese que ninguém poderia levar em consideração. Quase delirando, começou a falar sozinho, a insultar todo mundo, balbuciando nomes e agitando as mãos como se quisesse espantar pernilongos do rosto, e continuava:

“É uma armadilha... já que eles não podem vir, mandam a gente... Nós fazemos o jogo de um e de outro, salvamos a pele deles, destes desgraçados...

deixem eles pra lá, que se fodam, que se matem todos... o que é que nós temos a ver com essa merda?”

Seus colegas acenaram para que eu ficasse longe dele. Naquela noite, na casa da via Fratelli Cervi, prenderam Arcangelo Abete e sua irmã Anna, Massimiliano Cafasso, Ciro Mauriello, Gennaro Notturmo, o ex-namorado de Mina Verde, e Raffaele Notturmo. Mas o verdadeiro trunfo da prisão foi Gennaro Marino McKay, o líder separatista. Os Marino tinham sido alvo de violência antes mesmo de a guerra começar. Suas propriedades foram queimadas: o restaurante “Orchidea”, na via Diacono, em Secondigliano, uma padaria na avenida Secondigliano e uma pizzaria na via Pietro Nenni, em Arzano. E também a casa de Gennaro McKay, toda de madeira, estilo datcha russa, situada na via Limitone de Arzano, foi incendiada. Entre quadrados de cimento armado, estradas destruídas, esgotos entupidos e iluminação

esporádica, o boss das Casas Celestes tinha conseguido tomar uma parte do território e organizá-la como um recanto de montanha todo seu. Mandara construir uma casa de campo de madeira nobre e jardins de palmeiras exóticas, as mais caras, as líbias. Dizem que quando ele foi à Rússia a negócios ficou hospedado em uma datcha, e adorou. E foi daí que ninguém mais conseguiu demover Gennaro Marino da ideia de construir uma datcha no coração de Secondigliano, símbolo dos seus negócios e também símbolo de uma esperança de sucesso para os “rapazes” que trabalhavam para ele, pois, conforme se comportassem, poderiam chegar a ter aquele luxo, ainda que na periferia de Nápoles, ainda que na margem mais funda do Mediterrâneo.

Agora, da datcha restam apenas o esqueleto de cimento e a madeira

carbonizada. O irmão de Gennaro, Gaetano, foi encontrado pela polícia em um quarto do luxuoso hotel La Certosa em Massa Lubrense. Para não arriscar a pele, ele se fechou num quarto de frente para o mar, um modo inesperado para escapar do conflito. Quando os carabinieri chegaram, o mordomo, o homem que fazia tudo por ele, encarou-os, dizendo: “Ah, não, vocês estragaram as minhas férias...”

Entretanto, a prisão do grupo dos Spagnoli não conseguiu estancar a hemorragia da vingança. Giuseppe Bencivenga foi morto em 27 de novembro.

No dia 28, dispararam em Massimo de Felice, e depois, em 5 de dezembro, foi a vez de Enrico Mazarella.

A tensão é como uma espécie de tela que se coloca entre as pessoas. Em tempos de guerra não há olhos distraídos. Cada rosto, cada pequeno detalhe devem significar alguma coisa. E é preciso decifrá-la. Deve-se saber fixá-la, pois tudo muda muito. Deve-se saber em que loja entrar, que palavras pronunciar. Para sair com alguém, deve-se saber de quem se trata. Deve-se ter acesso a pessoas que deem certeza absoluta de que ela não é mais um peão no

jogo de xadrez do conflito. Caminhar junto, virar-se para alguém ou falar com uma pessoa podem significar entrar em campo. Na guerra, todos os sentidos se multiplicam como se subitamente dotados de aguda percepção, como se vissem fundo e sentissem o cheiro das coisas de modo mais intenso.

Mesmo que todos os sentidos não tenham nenhuma importância diante de um massacre, é assim que eles funcionam. Quando se ataca, não se distingue a quem salvar e a quem condenar. Numa escuta telefônica, Rosário Fusco, acusado de ser um dos chefes de zona dos Di Lauro, com uma voz muito tensa procurava convencer o filho:

“...Você não deve estar com ninguém, isso é pouco mas certo, eu até já escrevi: se quiser sair, siga o conselho do papai, se quiser ir dar uma caminhada com uma moça, tudo bem, só não se encontre com nenhum cara porque não sabemos com quem está ou a quem pertence. Então, se tiverem que fazer alguma coisa com alguém e se você estiver por perto, farão também com você. Entendeu qual é o problema hoje, é este, ouça seu pai...”

O problema é que ninguém pode se sentir excluído da guerra. Não basta presumir que a própria conduta ou história de vida será uma proteção contra o perigo. Não vale mais dizer a si mesmo: “Que se

matem.” Durante um conflito da Camorra, tudo aquilo que foi duramente construído é posto em perigo, como um castelo de areia derrubado por uma onda do mar. As pessoas procuram passar despercebidas, procuram reduzir ao máximo a sua presença no mundo. Pouca maquiagem, cores pastéis, mas não é só isso.

Quem tem asma e não consegue correr fica trancado à chave em casa, mas sempre dando uma desculpa, inventando um motivo, porque ficar fechado em casa também pode parecer uma declaração de culpa: não se sabe de qual culpa, mas acaba sendo sempre uma confissão de medo. As mulheres não usam saltos altos, inadequados para corridas. A uma guerra não declarada oficialmente, não reconhecida pelos governos e não narrada pelos repórteres

corresponde um medo não declarado, um medo escondido debaixo da pele.

O medo incha como um almoço farto ou uma noitada com péssimo vinho.

Um medo que não explode nos outdoors ou nas manchetes dos jornais. Não há invasão por terra, ou céus tomados por aviões. É uma guerra que se sente dentro. Quase como uma fobia. Não se sabe bem se se deve demonstrar medo ou escondê-lo. Não se consegue compreender se se está exagerando ou subestimando. Não há sirenes de alarme, e as informações que nos chegam são as mais disparatadas. Dizem que a guerra da Camorra é entre bandos que se matam. Mas ninguém sabe onde “eles” terminam e onde começam. As camionetes dos carabinieri, as cabines da polícia, os helicópteros que sobrevoam as barreiras a todo momento não tranquilizam, parecem estreitar ainda mais o espaço. Ou, melhor, eles subtraem espaço. Não transmitem segurança. Eles circunscrevem e tornam o espaço mortal da luta ainda mais sufocante. E a sensação é a de se estar encurralado, costas contra costas, achando insuportável o calor do outro.

Eu atravessava com a minha Vespa esta atmosfera de tensão. Toda vez que ia a Secondigliano durante o conflito, eu era revistado, pelo menos, dez vezes por dia. Se eu levasse um daqueles mínimos canivetes suíços de acampamento, eles me obrigariam a engoli-lo. Os policiais me paravam, depois os carabinieri, às vezes os federais e também os olheiros dos Di Lauro, e, ainda, os seguranças dos Spagnoli. Todos com a mesma detalhada autoridade, gestos mecânicos, palavras idênticas. As forças da ordem pedem documentos e depois revistam; por sua vez, os seguranças revistam e fazem mais perguntas, percebem sotaques, radiografam mentiras. Os olheiros,

durante os dias de maior conflito, revistam tudo e todos. Olham todos os carros por dentro, catalogam rostos, tudo para descobrir se estão armados.

Primeiro se aproximam de moto que até nos perscrutam a alma, depois de Vespa, e por fim algum carro me segue.

Os enfermeiros denunciam que antes de poderem socorrer alguém, qualquer um, não só feridos com arma de fogo, mas também uma velhinha com uma fratura no fêmur ou um enfartado, eles são obrigados a sair da ambulância, deixar-se revistar, deixar o segurança entrar no furgão para ver se realmente se trata de um transporte médico ou se nele há armas, assassinos ou fugitivos. Nas guerras da Camorra, a Cruz Vermelha não é reconhecida.

Nenhum clã assinou o tratado de Genebra, Até mesmo os carros dos carabinieri à paisana correm perigo. Certa vez, descarregaram metralhadoras num carro que levava um grupo de carabinieri à paisana, confundidos com rivais, só fazendo feridos. Alguns dias depois se apresentou no quartel um rapazinho com a sua malinha de mão, sabendo muito bem como se comportar em caso de prisão. Confessa tudo e depressa. Talvez porque a punição que sofreria por ter disparado contra o carro dos carabinieri fosse bem pior do que a prisão. Ou ainda, o que é mais provável, o clã, para não provocar ódio entre fardados e camorristas, o terá encorajado a entregar-se, prometendo-lhe pagar o devido, bem como as despesas com a sua defesa. No quartel, o rapaz declarou, sem hesitar: “Pensei que fossem os Spagnoli e desapareci.”

Em 7 de dezembro acordei com um telefonema em plena madrugada. Um fotógrafo amigo meu me disse que estava havendo uma blitz. Não uma blitz qualquer, mas aquela que os políticos locais e nacionais pediam como gesto de reação à guerra da Camorra.

O Terceiro Mundo, um bairro enorme, estava cercado por mil homens entre policiais e carabinieri. Um bairro enorme, cujo nome deixa clara a sua situação, assim como a frase que foi pichada no muro à entrada da sua rua principal: “Bairro Terceiro Mundo: não entrar.” Trata-se de uma operação midiática. Depois desta blitz, Scampia, Miano, Piscinola, San Pietro a Paterno e Secondigliano serão territórios invadidos por jornalistas e câmeras de TV. A

Camorra volta a existir depois de anos de silêncio. De repente. Mas os critérios dos analistas estão ultrapassados, não houve atualização nenhuma.

Como se um cérebro tivesse hibernado por vinte anos e agora fosse descongelado. Como se se encontrasse diante da Camorra de Raffaele Cutolo e das operações mafiosas que fizeram voar estradas e matar promotores de justiça. Hoje tudo mudou, exceto os olhares dos observadores, experts ou não.

Entre os presos está também Ciro Di Lauro, um dos filhos do boss. O

contador do clã, disse alguém. Os policiais arrombaram portas, perseguiram pessoas, apontaram fuzis para garotos. A única cena que consigo lembrar é a de um carabinieri que grita para um garoto que lhe aponta um canivete:

“Bota no chão! Bota no chão! Anda logo! Bota no chão!”

O garoto deixa-o cair. O carabinieri dá um chute no canivete, que bate num balde e faz com que a lâmina se feche. É de plástico, um canivete das tartarugas ninjas. Os carabinieri, não obstante, apalparam, fotografam, movem-se por toda parte. Dezenas de barricadas são abatidas. Derrubam muros de cimento armado erguidos debaixo das escadas para estocar drogas.

Arrombam os portões que fechavam partes de ruas onde se organizava o comércio de drogas.

Centenas de mulheres saem às ruas queimando lixeiras, jogando objetos contra os carros da polícia. Estão prendendo seus filhos, netos, vizinhos. Seus patrões. E eu não conseguia ver naqueles rostos, naquelas palavras de raiva, naquelas coxas gordas cingidas pelas indefectíveis calças que de tão apertadas parecem que vão rasgar, uma solidariedade criminosa. O mercado da droga é fonte de sustento, um sustento mínimo que para a maior parte das pessoas de Secondigliano não tem qualquer valor de enriquecimento. Os empresários dos clãs são os únicos a ter um lucro exponencial. Todos que trabalham nas atividades acessórias do tráfico — comércio, depósito, esconderijo, locais —

não recebem mais do que salários ordinários em troca do risco de meses ou

anos na prisão. Aqueles rostos tinham um quê de raiva. Uma raiva que nasce no estômago. Uma raiva que vem tanto como defesa do próprio território, como de acusação contra quem sempre considerou aquele um lugar perdido, inexistente, um lugar a ser esquecido.

Esta gigantesca mobilização de forças militares que chega de repente

somente depois de dezenas de mortos, somente depois do corpo carbonizado e torturado de uma moça do bairro, parece uma encenação. As mulheres daqui sentem cheiro de tapeação. As prisões, as movimentações não são feitas para mudar o estado de coisas, mas para satisfazer quem agora precisa prender e derrubar paredes. Como se de repente alguém mudasse as categorias de interpretação até então existentes e concluísse que o modo de vida daquelas pessoas era um equívoco. Sabiam muito bem que ali estava tudo errado. Não era preciso chegar de helicópteros e carros blindados para que a população percebesse ou se lembrasse disso. Aquela forma de vida errada desde sempre era a sua forma de sobrevivência. Além disso, ninguém, depois daquela irrupção que complicava e muito a vida deles, procuraria realmente mudá-la para melhor. E, então, aquelas mulheres queriam, elas mesmas, dar conta daquele total esquecimento, daquele total isolamento, daquelas vidas erradas e expulsar quem de repente tinha se metido naquela escuridão.

Os jornalistas já estavam a postos nos seus carros, mas somente depois de não atrapalhar mais os passos dos carabinieri é que estes retomaram a blitz.

No final da operação algemaram 53 pessoas, o mais jovem era de 1985. Todos tinham crescido na Nápoles do Renascimento, no percurso novo que deveria ter mudado o destino dos indivíduos. Enquanto entram na frequência dos rádios da polícia, enquanto são algemados, todos já sabem o que fazer: chamar este ou aquele advogado, esperar que no dia 28 de cada mês chegue em casa o salário pago pelo clã, os pacotes de macarrão para a mulher ou a

mãe. Os mais preocupados são os homens com filhos adolescentes: não sabem qual o papel que lhes será designado depois da sua prisão. Mas também a esse respeito não podem dar palpite.

Depois da blitz, a guerra não dá descanso. Em 18 de dezembro, Pasquale Galasso, homônimo de um dos boss mais poderosos dos anos 1990, foi abatido atrás do balcão de um bar. E, depois, Vincenzo Iorio foi assassinado em 20 de dezembro numa pizzeria. No dia 24 mataram Giuseppe Pezzella, de 34 anos. Ele procurou refugiar-se em um bar, mas descarregaram um pente nele assim mesmo. No Natal faz-se uma pausa. Cessam as baterias de fogo.

Todos se reorganizam. Procura-se regular e dar algum rumo ao mais desregulado dos conflitos. Em 27 de dezembro, Emanuele Leone é morto com um tiro na testa. Tinha 21 anos. Em 30 de dezembro, é a vez dos Spagnoli: Antonio Scafuro, de 26 anos, e atiram na perna do

seu filho. Era parente do chefe de zona dos Di Lauro na cidadezinha de Casavatore.

A coisa mais difícil era entender. Entender como era possível aos Di Lauro levar a cabo um conflito e sair vencedores. Atacando e desaparecendo.

Usando pessoas como escudos, imiscuindo-se nos bairros. Lotto T, Vele, Parco Postale, Casas Celestes, Casa dos Puffi e o Terceiro Mundo tornam-se uma espécie de selva, uma floresta de cimento armado onde passam despercebidos, onde desaparecem mais facilmente do que em outros lugares, onde também é mais fácil tomarem-se fantasmas. Os Di Lauro perderam todos os dirigentes e chefes de zona, mas conseguiram pôr em prática uma guerra impiedosa sem grandes perdas. Era como se um Estado tivesse sofrido um golpe e o Presidente destituído — para conservar o próprio poder e tutelar os próprios interesses — tivesse armado os estudantes e transformado os carteiros, funcionários públicos, chefes de seção em força militar, permitindo-lhes entrar no novo centro de poder em vez de relegá-lo a uma

posição secundária.

Ugo De Lucia, fidelíssimo dos Di Lauro acusado pela DDA de Nápoles de ser o responsável pelo homicídio de Gelsomina Verde, é interceptado, conforme detalhado na ordem de prisão de dezembro de 2004 por um microfone escondido em seu carro:

“Eu, sem ordem, não me mexo, sou assim mesmo!”

O soldado-modelo demonstra assim sua total obediência a Cosimo.

Depois comenta sobre um ferimento:

“Eu matava, vê lá se eu só ia disparar numa perna... se fosse eu estourava logo os miolos dele, você sabe disso!... Vamos nos apoiar no meu bairro, que é tranquilo, podemos trabalhar lá...”

Ele falava de Ugariello, como é conhecido no bairro, que devia ter sido morto e não só ferido.

“Agora, eu te digo uma coisa, somos só nós, vamos ficar... todos num lugar, de cinco em cinco em cada casa, e deverão nos chamar somente quando for a hora de sair para estourar os miolos deles.”

Organizar grupos de ataque de cinco pessoas, deixá-los entocados dentro de casas seguras para sair dos esconderijos somente para

matar. Não fazer outra coisa. Estes grupos armados são chamados de paranza.⁵ Mas Petrone, seu interlocutor, não parece tranquilo:

“Sim, mas e se um corno desses... vai que encontra o esconderijo de alguma paranza, vem e nos mata.... acho que devemos matar pelo menos um pouco antes de sermos mortos, entende o que eu digo? Me deixa limpar ao menos uns quatro ou cinco deles antes!”

O ideal para Petrone é matar quem não sabe que foi descoberto:

“A coisa mais simples é quando são companheiros, é só levá-los pro carro...”

Vencem porque são mais imprevisíveis para atacar, mas também porque já sabem o seu destino. Antes do fim, devem impor o maior número de perdas possível ao seu inimigo. Uma lógica kamikaze sem explosões. A única que, em uma situação de minoria, pode dar esperança de vitória. Antes de organizarem-se em paranza, precisavam atacar.

Em 2 de janeiro de 2005 é a vez de Crescenzo Marino, o pai dos McKay. A cabeça caída para trás num Smart, um modelo inadequado para um homem de 70 anos. O mais caro da série. Talvez ele acreditasse que, usando um Smart, conseguiria enganar os olheiros. Parece que um único tiro o acertou na testa. Nada de sangue, exceto um fio que atravessou sua face. Talvez ele tenha pensado que sair de casa por um instante, um fragmento de minuto, não seria coisa perigosa. Mas foi o bastante. No mesmo dia, os Spagnoli despacharam Salvatore Barra num bar em Casavatore. Naquele dia, em Nápoles, chega o presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi, a fim de pedir à cidade para reagir, lançando palavras de encorajamento institucional, de apoio governamental. Foram três emboscadas somente enquanto ele pronunciava essas palavras.

Em 15 de janeiro, disparam na cara de Carmela Attrice, mãe do separatista Francesco Barone, “o Russo”, indiciado nos inquéritos como homem de confiança dos McKay. Há muito tempo a mulher não saía de casa. Então, para eliminá-la, usam um rapazinho como isca. Toca o interfone. Ela o reconhece, sabe bem quem é, e não imagina o perigo. Desce ainda de pijama, abre o portão e alguém aponta o cano da pistola para sua cabeça e dispara. Sangue e líquido cerebral saem como um ovo quebrado.

Quando cheguei ao local do assassinato, nas Casas Celestes, não tinham ainda coberto o corpo. As pessoas caminhavam no seu sangue,

deixando pegadas por todo lado. Engoli em seco, um modo para acalmar o estômago.

Carmela Attrice não tinha conseguido escapar. Tinham-na alertado, sabia que

seu filho estava com os Spagnoli, mas a incerteza da guerra da Camorra é esta.

Nada é definido, nada é claro. Tudo se torna verdade somente quando acontece. Não há, nas dinâmicas do poder, nada que vá além dos fatos concretos. E, assim, fugir, ficar, escapar, denunciar tornam-se escolhas muito aleatórias, incertas; todo conselho encontra sempre um contraconselho, e só mesmo um acontecimento concreto pode fazer alguém tomar uma decisão.

Mas quando ela é tomada é porque já não há mais escolhas.

Quando alguém morre na rua, provoca uma gritaria horrenda ao seu redor. Não é verdade que se morre sozinho, mas com caras nunca vistas diante do nariz, pessoas que tocam pernas e braços para ver se o corpo já é um cadáver ou se vale a pena chamar a ambulância. O rosto dos feridos graves, o rosto das pessoas que estão prestes a morrer parecem acometidos do mesmo medo. E da mesma vergonha. Parece estranho, mas um momento antes de tudo acabar há como que uma espécie de vergonha. Scuorno, como dizem aqui. Um pouco como estar nu em público. A mesma sensação de quando se é ferido mortalmente na rua. Não consigo me acostumar a ver mortos na rua. Enfermeiros, policiais, todos ficam calmos, impassíveis, fazem os seus gestos automaticamente, qualquer que seja o cadáver. “Temos calos no coração e couro forrando o estômago”, disse-me um jovem motorista de rabecão. Quando se chega antes da ambulância, é difícil tirar os olhos do ferido, ainda que se preferisse nunca tê-lo visto. Nunca se compreende que aquele é o modo como se morre. A primeira vez que vi um morto assassinado tinha 13 anos. Lembro-me daquele dia muito bem. Eu havia acordado tremendamente embaraçado porque do pijama, vestido sem cueca, sobressaía uma clara ereção involuntária. Aquela clássica ereção matutina, impossível de dissimular. Lembro-me deste episódio porque, enquanto estava indo para a escola, me deparei com um cadáver na mesma situação que eu ao acordar.

Éramos cinco, com as mochilas cheias de livros. Tinham baleado um Alfa

Romeo que estava no nosso caminho para a escola. Meus colegas se

apressaram, curiosíssimos, para olhar. Viam-se os pés do morto no encosto de cabeça do banco. O mais medroso de nós perguntou a um carabiniere por que estavam no lugar da cabeça. O carabiniere não hesitou em responder, como se não tivesse percebido a idade do seu interlocutor.

“A rajada o fez capotar...”

Eu era menino, mas sabia que “rajada” significava tiros de metralhadora.

Aquele camorrista tinha levado tanta bala que seu corpo dera uma espécie de cambalhota, a cabeça indo parar no chão do carro e os pés no encosto do banco. Depois os policiais abriram a porta e o cadáver caiu no chão como um picolé derretido. Observávamos indiferentes, sem que ninguém nos dissesse que aquilo não era espetáculo para crianças. O morto tinha uma ereção. Do jeans sujo via-se claramente. E isso me impressionou. Rememorei a cena durante muito tempo. Durante dias pensei como aquilo podia ter acontecido.

No que o morto estava pensando, o que estava fazendo antes de morrer.

Enchi os meus dias pensando no que ele tinha em mente antes de morrer; fiquei atormentado, até quando tive coragem de pedir explicação e me disseram que a ereção era uma reação comum nos cadáveres dos assassinados. Naquela manhã, uma menina chamada Linda, do nosso grupo, quando viu o cadáver escorregar pela porta do carro, começou a chorar e se escondeu atrás de dois meninos. Um choro contido. Um policial à paisana pegou o cadáver pelos cabelos e cuspiu na cara dele. Depois, voltando-se para nós, disse:

“Por que vocês estão chorando? Ele era um lixo, não aconteceu nada, está tudo bem. Não aconteceu nada. Parem de chorar...”

Desde então não acredito mais em cenas da polícia científica usando luvas e caminhando devagar para não deslocar pólvora e cápsulas de bala. Quando chego perto de um corpo antes da ambulância chegar e observo os últimos

momentos de vida de quem está se dando conta de que está morrendo, me vem à mente o momento final de O coração das trevas, quando uma mulher pergunta a Marlowe, já de volta à sua pátria, pelo homem que ela amou. Ela pede que ele conte o que lhe disse Kurtz antes de morrer. E Marlowe mente.

Responde que ele chamou o nome dela, quando na realidade não pronunciou palavra nenhuma, doce ou preciosa. Kurtz disse apenas: “O horror.” É

comum pensar que a última palavra pronunciada por um moribundo, seu último pensamento, seja o mais importante, fundamental. Que se morre pronunciando o que valeu a pena na vida. Não é assim. Quando alguém morre, nada revela senão medo. Todos ou quase todos repetem a mesma frase, banal, simples, imediata: “Não quero morrer.” Rostos que se contrapõem ao de Kurtz, que exprimem o desespero, o nojo, e a recusa de acabar de modo horrendo, no pior dos mundos possíveis. No horror.

Depois de ter visto dezenas de pessoas assassinadas, empapadas do próprio sangue misturado à sujeira da rua, exalando odores nauseabundos, olhadas com curiosidade ou indiferença profissional, removidas como lixo perigoso ou comentadas pela turba convulsa, cheguei a uma só certeza, um pensamento tão elementar que beira a idiotice: a morte dá nojo.

Em Secondigliano, os rapazes, garotos, as crianças sabem perfeitamente como se morre e como é melhor morrer. Eu estava andando para o local onde Carmela Attrice fora morta, quando ouvi um garoto falar com seu amigo. O

tom era seríssimo;

“Eu quero morrer como esta senhora. Na testa, pam, pam... e acaba tudo.”

“Mas na cara... deram o tiro na cara dela... na cara é pior!”

“Não, não é pior, é rápido. Na frente ou atrás, é sempre cabeça!”

Eu me intrometi na conversa procurando dizer a minha preferência e fazendo perguntas. E então perguntei aos garotos:

“É melhor ser atingido no peito, não acham? Um tiro no coração acabou...”

Mas o garoto conhecia muito melhor do que eu as dinâmicas da dor e começou a contar em pormenores as dores do tiro de arma de fogo, com uma experiência de perito.

“Não, no peito dói, dói muito e demora uns dez minutos até que o pulmão fique cheio de sangue. Além do mais, a dor é como uma

agulha de fogo que entra e gira dentro. Dói demais também nos braços e nas pernas. Como uma mordida fortíssima de cobra. Uma mordida que não larga a carne. Por isso, na cabeça é melhor, assim não se faz xixi nas calças, não sai merda pra fora, nem se fica debatendo durante meia hora no chão...”

Tinha visto. E bem mais do que um corpo. Ser atingido na cabeça evita tremer de medo, mijar ou soltar fedor do interior dos buracos na barriga.

Continuei a fazer-lhe perguntas sobre detalhes da morte, sobre emboscadas.

Todas as perguntas possíveis, exceto a única que deveria fazer, ou seja, perguntar por que, aos 14 anos, ele se preocupava em como morrer. Mas este pensamento não me veio nem mesmo por um instante. O garoto se apresentou pelo apelido. Chamavam-no de Pokémon, o desenho animado japonês. O garoto era louro e gordinho, o quanto bastava para ser rebatizado de Pikachu. Ele me indicou dois caras, no meio da multidão que se criou em torno da mulher morta, que estavam olhando o cadáver. Pikachu abaixou a voz:

“Olha lá, tá vendo? Foram eles que mataram Pupetta...”

Carmela Attrice era conhecida como Pupetta. Procurei examinar os rostos dos rapazes que Pikachu me indicava. Tinham um ar emocionado, palpitante, afastavam ombros e cabeças para ver melhor os policiais cobrindo o corpo.

Tinham matado a mulher sem nem cobrir seus rostos, depois ficaram

esperando por ali, sentados debaixo da estátua de padre Pio, e, logo que a multidão se formou em torno dela, eles foram ver. Alguns dias depois foram presos. Um grupo bastante numeroso para uma mulher inofensiva, morta de chinelos e pijama. Um grupo em seu batismo de fogo, ou seja, que matava pela primeira vez, empregados na distribuição do varejo que se transformaram em braço armado. O mais jovem tinha 16 anos, o mais velho, 28. O suposto assassino, 22. Quando os prenderam, um deles, vendo os flashes e as câmeras, começou a rir e a piscar um olho para os jornalistas.

Prenderam também o menino usado como isca, o de 16 anos, que tocou o interfone e a fez descer. Dezesesseis anos, a mesma idade da filha de Carmela Attrice, que, quando ouviu os tiros, chegou na janela e começou a chorar porque entendeu tudo. Ainda segundo as investigações, os executores tinham retornado ao lugar do delito.

Excesso de curiosidade. Como participar do próprio filme. Antes no papel de ator e depois no de espectador, mas dentro do mesmo filme. Deve ser verdade que quem dispara não consegue ter uma exata recordação dos seus gestos, já que aqueles rapazes retornaram curiosíssimos para ver o que tinham aprontado e que cara tinha a vítima.

Perguntei a Pikachu se aqueles caras eram paranza dos Di Lauro ou se queriam se tornar uma. O rapazinho começou a rir:

“Mas que paranza o quê... gostariam de ser, mas... são verminhos de aquário. Eu vi uma paranza...”

Eu não sabia se ele estava mentindo ou simplesmente repetindo o que ouvia por Scampia, mas a sua narração era precisa. Um garoto preciso nos detalhes, tão rigoroso que tornava irreal qualquer sombra de dúvida. Estava contente de ver a minha cara estupefata enquanto ele contava. Pikachu me disse que tinha um cachorrinho chamado Careca, como o atacante brasileiro do Nápoles, campeão italiano. O cão saía sempre passeando pelo andar do apartamento. Um dia, ouvindo alguém atrás da porta do apartamento em

frente ao dele, geralmente vazio, começou a arranhar a porta com as unhas.

Pouco depois um disparo de metralhadora furou a porta e o pegou em cheio.

Pikachu me contava reproduzindo todos os ruídos:

“Tra-tra-tra... Careca morreu logo ali... e a porta, pam... se abriu... com força.”

Pikachu se agachou no chão perto de um muro, sentado sobre o traseiro, com os pés apoiados no muro e os braços que imitavam a coronha de uma metralhadora. Mostrou como o segurança que tinha matado o cãozinho ficava posicionado. Sempre atrás da porta. Sentado com um travesseiro atrás das costas e as plantas dos pés apoiadas nas laterais da porta. Uma posição desconfortável para evitar o sono e sobretudo porque disparar de baixo para o alto eliminaria com certeza qualquer um que estivesse parado diante da porta, sem que o segurança pudesse ser atingido. Pikachu me contou que, quando mataram o cão, para desculpar-se deram dinheiro à família e depois o convidaram a entrar no apartamento onde uma paranza inteira estava escondida. Lembrava-se de tudo, os quartos vazios, só com camas, uma mesa e a televisão.

Pikachu falava rápido, gesticulando muito e desenhando-me posições, movimentos dos membros da paranza. Nervosos, tensos, e com um personagem que tinha os “abacaxis” no colo. Os abacaxis são as granadas que os homens da paranza levam sempre consigo. Pikachu contou que tinha uma cesta cheia de abacaxis perto de uma janela. Os clãs camorristas sempre tiveram predileção por granadas. Por toda parte, os arsenais dos clãs eram repletos de granadas e de bombas para carro, todas provenientes do leste europeu. Pikachu contava que no quarto passavam horas jogando Playstation e ele tinha desafiado e ganhado de todos os membros da paranza. Vencia sempre e lhe prometiam que “um dia me levariam com eles para atirar de verdade”.

Uma das lendas do bairro, uma daquelas que não param de crescer, conta que Ugo De Lucia jogava obsessivamente Winning Eleven, o videogame de futebol mais célebre da Playstation. Em quatro dias, ele teria cometido —

segundo a promotoria — não só três homicídios, mas também terminado um campeonato de futebol no videogame.

O arrependido Pietro Esposito, conhecido como “Kojak”, longe de contar uma lenda, disse que certa vez entrou numa casa onde Ugo De Lucia estava deitado na cama diante da TV, comentando as notícias:

“Fizemos outras duas peças! E eles fizeram uma no Terceiro Mundo.”

A televisão era o melhor modo para acompanhar em tempo real a guerra sem ter que dar telefonemas comprometedores. Deste ponto de vista a atenção midiática que a guerra tinha trazido para Scampia possuía uma vantagem militar estratégica.

O que mais me chocava era o termo “peça”. Peça era o novo modo para definir um homicídio. Pikachu, quando falava dos mortos da guerra de Secondigliano, também falava das peças feitas pelos Di Lauro e das peças feitas pelos separatistas. “Fazer uma peça”: uma expressão emprestada do trabalho por empreitada, o assassinato de um homem equiparado à fabricação de uma coisa, não importa qual. Uma peça.

Eu e Pikachu começamos a passear e ele me contou sobre os garotos do clã, a verdadeira força dos Di Lauro. Perguntei onde eles se reuniam e ele se propôs a me acompanhar até lá, conhecia todos e queria me mostrar. Tinha uma pizzeria onde se encontravam à noite. Antes de prosseguirmos, passamos para pegar um amigo de Pikachu, um daqueles que há muito tempo faziam parte do Sistema. Pikachu o

adorava, descrevia-o como uma espécie de boss, era uma referência entre os garotos do Sistema porque tinha recebido a importante tarefa de dar de comer aos foragidos e, conforme dizia, de fazer as compras para a família Di Lauro. Chamava-se Tonino Kit Kat porque

devorava centenas de chocolates. Kit Kat comportava-se como um pequeno boss, mas eu me mostrava cético. Eu lhe fazia perguntas e ele respondia a contragosto, e de repente levantou a camisa. Tinha o tórax cheio de hematomas arredondados. No centro das circunferências violáceas apareciam bolinhas amarelas e esverdeadas de vasos capilares arrebitados.

“Mas o que é isso?”

“O colete...”

“Colete?”

“É o colete à prova de balas...”

“Mas coletes não fazem estas marcas negras...”

“As berinjelas são balas que eu tomei...”

Os hematomas, as berinjelas, eram fruto dos tiros de pistola que o colete parava um centímetro antes de conseguirem entrar na carne. Para adestrarem os rapazes a não terem medo de armas, faziam-nos vestir o colete e depois atiravam neles. Um colete, por si só, não basta para levar um indivíduo a não fugir de uma arma. Um colete não é vacina contra o medo. O único modo para afastar qualquer temor é mostrar como as armas podiam ser neutralizadas. Kit Kat me contou que os levavam para um descampado fora de Secondigliano. Faziam-nos vestir os coletes à prova de balas por baixo da camisa e depois um de cada vez descarregava meio pente de pistola neles.

“Quando uma bala chega, você cai no chão e não respira mais, abre a boca e puxa o ar, mas não entra nada. Não se consegue mesmo. São como socos no peito, parece que estouram... mas depois a gente se levanta e volta tudo ao normal, isso é que é importante. Depois da queda, você levanta.”

Kit Kat tinha sido treinado junto com outros a levar tiros, um treinamento para morrer, ou melhor, para quase morrer.

Eles são incorporados logo que se tornam capazes de ser fiéis ao clã. Têm de 12 a 17 anos, muitos são filhos ou irmãos de filiados, muitos

outros, ao

contrário, provêm de famílias pobres. São o novo exército do clã da Camorra napolitana. Vêm do centro histórico, do bairro Sanità, de Forcella, de Secondigliano, do bairro San Gaetano, dos Quartieri Spagnoli, de Pallonetto, são recrutados através de filiações estruturadas em diversos clãs. Em números são um verdadeiro exército. As vantagens para os clãs são múltiplas. Um garoto recebe menos do que a metade do salário de um filiado adulto de baixo nível, raramente é arrimo de família, não tem horário, não necessita de um salário regular e sobretudo está disposto a ficar o tempo todo na rua. As tarefas são diversas e de diferentes responsabilidades. Iniciam com a distribuição de droga leve, haxixe sobretudo. Quase sempre os garotos se posicionam nas ruas com maior movimento; depois, com o tempo, começam a vender comprimidos e recebem quase sempre em consignação uma Vespa.

Ao final, levam cocaína diretamente para as universidades, bares, para a frente de hotéis, estações do metrô. Os grupos de baby-pushers são fundamentais na economia flexível do tráfico porque dão menos na vista, vendem droga entre um jogo de futebol e uma corrida de Vespa, e frequentemente vão diretamente ao domicílio do cliente. O clã, em muitos casos, não obriga os garotos a trabalharem de manhã, para que possam, como de fato acontece, continuar a frequentar a escola. Mesmo porque, se decidissem abandonar a escola, seriam mais facilmente identificados.

Geralmente os garotos recrutados, depois de alguns meses, já começam a sair armados, um modo para defender-se e fazer-se valer, e também uma promoção que acena com a possibilidade de escalar o vértice do clã. As pistolas automáticas ou semiautomáticas eles aprendem a usar nos depósitos de lixo da região, ou nas cavernas subterrâneas de Nápoles.

Quando se tornam confiáveis e recebem o aval de um chefe de zona, recebem um encargo que vai muito além de um simples pusher: eles se tornam olheiros. Verificam, de uma certa rua da cidade que lhes é confiada, se

os caminhões que param para fazer entrega de mercadorias no supermercado, loja ou açougue são aqueles que o clã impõe ou, em caso contrário, avisam quando o atacadista ou distribuidor não é aquele predeterminado pelo clã.

Eles vigiam também os canteiros de obras, pois as empreiteiras

frequentemente entregam a obra ou parte dela a subempreiteiras do grupo camorrista, mas pode acontecer também de entregarem a empreiteiras “não aconselhadas”. Os clãs, para saber se as obras estão sendo entregues a empresas “externas”, necessitam de monitoramento contínuo e insuspeitável.

Este trabalho é entregue a garotos que observam, verificam e levam as notícias ao chefe de zona, recebendo dele as orientações de como proceder em caso de a empreiteira se “desgarrar”. Estes garotos têm comportamento e responsabilidades de camorristas maduros. Começam a carreira muito cedo, queimam etapas, e sua escalada aos postos de poder do clã está modificando radicalmente a estrutura genética destes. Chefes de zona ainda crianças, boss muito jovens tornam-se interlocutores imprevisíveis e impiedosos que seguem novas lógicas, impedindo a polícia e a Antimáfia de compreender a sua dinâmica. São rostos totalmente novos e desconhecidos. Com a reestruturação do clã projetada por Cosimo, setores inteiros de distribuição são comandados por jovens de 15 e 16 anos, que dão ordens a homens de 40 e 50 anos, sem se sentir minimamente submissos ou despreparados. Um rapaz, Antonio Galeota Lanza, interceptado por microfones dos carabinieri instalados no seu carro, com o som do rádio alto, conta como vive um pusher.

“... Todos os domingos à noite faço 800 ou 900 euros, mesmo se esse trabalho me leve a ter de lidar com cocaína, crack e quinhentos anos de cadeia...”

Cada vez mais os rapazes do Sistema buscam obter o que querem com o

“ferro”, que é como chamam a pistola, e o desejo de um celular, um carro ou uma moto ou um som facilmente se transforma em um assassinato. Na

Nápoles dos meninos-soldados, não é raro ouvir perto da caixa registradora das lojas, supermercados ou mercearias afirmações do tipo: “Pertencço ao Sistema de Secondigliano” ou “Pertencço ao Sistema dos Quartieri”. Palavras mágicas com as quais esses garotos pegam aquilo que querem e perante os quais nenhum comerciante jamais terá a coragem de cobrar o que é devido.

Em Secondigliano, essa nova estrutura de garotos foi militarizada.

Converteram-nos em soldados. Pikachu e Kit Kat me levaram até a casa de Nello, um pizzaiolo que estava encarregado de providenciar a

comida para os garotos do Sistema, quando eles terminavam o turno. Entrou um grupo logo que pus o pé na pizzaria. Eram desajeitados, gordos, inchados por causa do colete à prova de balas por baixo da camisa. Deixaram as motos estacionadas na porta e entraram sem cumprimentar ninguém. Pareciam, pelos movimentos e por causa do colete, jogadores de futebol americano. Cara de meninos, alguns tinham os primeiros fios de barba aparecendo, meninos de 13 a 16 anos. Pikachu e Kit Kat me convidaram para sentar-me com eles.

Ninguém pareceu se incomodar. Comiam e sobretudo bebiam. Água, Coca-Cola, Fanta. Uma sede incrível. Até com a pizza pareciam querer matar a sede. Pediram azeite e jogaram azeite e mais azeite dizendo que a pizza era seca. Tudo na boca deles tinha secado, da saliva às palavras. Lembrei-me de que eles vinham de uma noite de segurança e tinham tomado comprimidos de anfetamina para não dormir e para não parar para comer duas vezes ao dia. Cabe comentar que a MDMA, a anfetamina, foi patenteada pelo laboratório alemão Merck para ser ministrada aos soldados entrincheirados na Primeira Guerra. Aqueles soldados alemães que eram chamados de Menschenmaterial, material humano, porque conseguiam suportar o frio, a fome e o terror. Depois foi usada também pelos americanos para operações de espionagem. Agora esses pequenos soldados também têm sua porção de coragem e resistência artificial. Comiam sugando as fatias de pizza que

cortavam. Faziam um barulho parecido com aquele dos velhos que chupam a sopa da colher. Os rapazes começaram a falar enquanto mandavam vir garrafas de água. Fiz, então, um gesto que poderia ser punido com violência, mas arrisquei; afinal, embora cheios de chumbo, eram ainda garotos.

Coloquei no meio da mesa um gravador e disse em voz alta para todos, procurando cruzar o olhar com algum deles:

“Vamos, falem aqui pra dentro disso o que vocês quiserem.”

Meu gesto não pareceu estranho a ninguém, nem lhes veio à mente estar diante de um policial ou de um jornalista. Um deles começou a resmungar insultos ao gravador, mas um outro decidiu falar sobre a sua carreira. E

parecia não ver a hora de fazê-lo:

“Antes eu trabalhava em um bar, recebia 200 euros por mês; com as gorjetas chegava a tirar 250, e eu não gostava do trabalho. Eu queria

trabalhar no escritório com o meu irmão, mas não me contrataram. No Sistema, recebo 300 euros por semana, mas, se vendo bem, recebo também um percentual sobre cada tijolo (barra) de haxixe, podendo chegar a 350, 400 euros. Tenho que trabalhar muito, muito mesmo, mas no final sempre me dão um pouco mais.”

Depois de uma disparada de arrotos que dois deles quiseram registrar, o que se chama Sartore, combinação dos nomes Sasà e Totore, continuou:

“Antes eu estava sempre pelas ruas, e ficava de saco cheio de não ter uma Vespa e precisar andar a pé ou de ônibus. Eu gosto desse trabalho, todos me respeitam e posso fazer o que quiser. Mas agora me deram o ‘ferro’ e preciso estar sempre aqui. Terceiro Mundo, Casas dos Puffi. Sempre preso aqui, pra lá e pra cá. E eu não gosto disso.”

Sartore riu pra mim e depois gritou para o gravador:

“Quero sair daqui... digam isso ao professor!”

Tinham armado os garotos, dado uma pistola e um território pequeno no

qual deviam ficar e trabalhar. Kit Kat depois continuou a falar apoiando a boca nos buraquinhos do microfone, registrando até a sua respiração.

“Eu quero abrir uma empresa para reformar casas, ou mesmo uma loja, ou um negócio. O Sistema deve me dar o dinheiro para abrir. Depois eu cuido do resto, até mesmo de com quem devo me casar. Devo me casar com alguém daqui, uma modelo, negra ou alemã.”

Pikachu tirou um maço de cartas do bolso e quatro deles começaram a jogar. Os outros se levantaram, espreguiçando-se, mas nenhum tirou o colete.

Continuei a perguntar a Pikachu sobre as paranza, mas ele parecia cansado das minhas perguntas. Disse-me que uns dias antes tinham desmantelado uma, e que na casa ele tinha encontrado somente o MP3 que algum deles usava quando em ação. Pedi a ele que me emprestasse o MP3 e ele me sorriu como quem diz que não estava ofendido por eu ter pensado que ele era idiota de sair emprestando as coisas assim. Então, tirei 50 euros e ele me deu o aparelho. Eu coloquei logo no ouvido. Queria saber qual era o fundo musical de um assassino que providencia novos presuntos. Esperava música rap, rock pesado, heavy metal, mas em vez disso ouvi uma sequência de

músicas com arranjos melódico e pop. Na América se mata ouvindo rap; os assassinos de Secondigliano matam escutando canções de amor.

Pikachu começou a embaralhar as cartas e me perguntou se eu queria jogar, mas sempre fui incompetente com as cartas. Assim, me levantei da mesa. Os garçons da pizzeria tinham a mesma idade dos rapazes do Sistema, e os olhavam admirados, sem nem mesmo ter coragem de servi-los. Isso quem fazia era o proprietário. Aqui, trabalhar como garçom, ou num canteiro de obras, é um insulto. Além dos mesmos motivos de sempre — trabalho sem registro, sem férias, doenças não cobertas, dez horas em média por dia — não há esperança de melhorar de condição. O Sistema concede, pelo menos, a ilusão de que o esforço será reconhecido, de que há a possibilidade de subir

na carreira. Um filiado nunca será visto como um aprendiz, as moças nunca pensarão em casar-se com um falido. Esses garotos forrados de coletes, nessas roupas ridículas, parecidos com marionetes de futebol americano, não tinham em mente tornar-se Al Capone, mas Flavio Briatore; não um pistoleiro, mas um homem de negócios acompanhado de modelos; queriam tornar-se empresários de sucesso.

Em 19 de janeiro, morre Pasquale Paladini, de 45 anos. Oito tiros. No peito e na cabeça. Poucas horas depois disparam nas pernas de Antonio Auletta, de 19 anos. Mas o 21 de janeiro parece dar uma virada. A notícia corre solta, sem necessidade de imprensa. Cosimo Di Lauro foi preso. O rei da cosca^{a6}, o líder da matança, segundo as acusações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles. O comandante do clã, segundo os arrependidos.

Cosimo se escondia em um buraco de 40 metros quadrados, dormindo numa cama de colchão esburacado. O herdeiro de um patrimônio criminoso, capaz de faturar, só com o narcotráfico, 500 mil euros por dia, e que podia dispor a seu bel-prazer de uma mansão de 5 milhões de euros no coração de um dos bairros mais miseráveis da Itália, era obrigado a esconder-se num buraco fedorento e microscópico, não muito longe de seu palácio.

Uma mansão saída do nada, na via Cupa dell'Arco, vizinha à casa da família Di Lauro. Uma elegante chácara do século XVIII, reestruturada como uma villa de Pompeia. Corredores de água pluvial, colunas, estuques e gessos, tetos desenhados e escadarias. Uma villa de cuja existência ninguém suspeitava. Ninguém conhecia os verdadeiros proprietários. Os policiais estavam investigando, mas no bairro ninguém tinha dúvidas. Era de Cosimo.

Os carabinieri descobriram a villa por um acaso; subindo no muro alto, encontraram do lado de dentro alguns operários, que fugiram logo que viram os uniformes militares. A guerra não permitiu que a villa fosse terminada, que

fosse decorada com móveis e quadros, que se tornasse o palácio do rei, o coração de ouro do corpo corrompido da construção de Secondigliano.

Quando Cosimo ouviu os passos das botas de borracha dos carabinieri que estavam lá para prendê-lo, quando ouviu rumores dos fuzis, não tentou escapar, nem mesmo se armou. Pôs-se diante do espelho. Molhou o pente, passou-o no cabelo jogando-o para trás, depois amarrou-o num rabo de cavalo à altura da nuca. Vestiu uma camisa escura de gola alta e um impermeável preto. Cosimo Di Lauro se veste de palhaço do crime, de guerrilheiro da noite, desce as escadas imponente. Ele manca porque alguns anos antes caiu de moto e a perna defeituosa é a herança daquele acidente.

Mas quando desce as escadas pensa nisso também. Apoiando-se no antebraço de um dos carabinieri que o escoltam, consegue disfarçar seu defeito físico, caminhar com passo normal. Os soberanos militares das associações criminosas napolitanas não se apresentam como mafiosos de bairro, não têm os olhos esbugalhados e loucos de Cutolo, não acham que devem se comportar como Luciano Liggio ou como caricaturas de Lucky Luciano e Al Capone. Matrix, O Corvo, Pulp Fiction conseguem fazer entender o que querem e quem são com maior capacidade e velocidade. São modelos que todos conhecem e que não necessitam de muita explicação. O espetáculo é superior ao código enigmático dos sinais de olhos ou à circunscrita mitologia do crime de bairros mal-afamados. Cosimo olha fixamente para as câmeras de TV e as objetivas dos fotógrafos. Abaixa o queixo. Não permitiu que o encontrassem usando um jeans feio e uma camisa suja de molho, não aparenta medo como Riina quando é levado às pressas em um helicóptero, nem foi surpreendido com a cara cheia de sono como aconteceu com Misso, boss de Sanità. É um homem formado na sociedade do espetáculo e que sabe como entrar em cena. Apresenta-se como um guerreiro combativo fazendo sua primeira pausa. Como se estivesse pagando pelo excesso de coragem, pelo

zelo excessivo na guerra que comandou. É isso o que diz o seu rosto. Não parece que está sendo preso, mas que simplesmente está mudando o lugar do seu comando. Ao iniciar a guerra, sabia estar a caminho da prisão. Mas não tinha escolha. Ou guerra ou morte. E a prisão deve ser uma demonstração da sua vitória, o símbolo da sua

coragem capaz de dispensar qualquer espécie de defesa de si mesmo, desde que para salvar o sistema da família.

As pessoas do bairro, só de vê-lo, sentem o estômago queimar. Uma revolta começa, carros são virados, enchem-se garrafas de gasolina que são lançadas. A crise histórica não se destina a evitar a prisão como poderia parecer, mas a esconjurar vinganças. A anular qualquer possibilidade de suspeita. A mostrar para Cosimo que ninguém o traiu. Que ninguém revelou qualquer segredo, que o hieróglifo do seu esconderijo não foi decifrado graças aos seus vizinhos. É um enorme rito de pedido de desculpas, uma metafísica capela de expiação que as pessoas do bairro querem construir com as viaturas dos carabinieri incendiadas, cestas de lixo em barricadas, a fumaça preta dos pneus. Se Cosimo suspeitar, não terão tempo nem mesmo de fazer as malas, e o cutelo militar se abaterá sobre eles como a enésima esperada condenação.

Poucos dias depois da prisão do primogênito do clã, seu rosto arrogante encarando as câmeras da TV gira pelos celulares de centenas de rapazes e moças das escolas de Torre Annunziata, Quarto, Marano. Gestos de mera provocação, de banal agressividade entre adolescentes. É verdade. Mas Cosimo sabia. Por isso precisava agir daquele jeito para ser reconhecido como chefe, para tocar o coração das pessoas. É preciso saber usar a telinha, a tinta dos jornais, é preciso saber amarrar o seu rabo de cavalo. Cosimo representa claramente o novo empresário do Sistema. A imagem da nova burguesia desvinculada de qualquer freio, movida pela absoluta vontade de dominar todo o território do mercado, de meter a mão em tudo. Não renunciar a nada.

Fazer uma escolha não significa limitar o próprio campo de ação, privar-se de

outras possibilidades. Não para quem considera a vida como um espaço onde se pode conquistar tudo, mesmo correndo o risco de perder tudo. Significa, inclusive, levar em conta a possibilidade de ser preso, de acabar mal, de morrer. Mas não significa renunciar. Querer tudo e mais e o quanto antes. É

esta a força e o atrativo que Cosimo Di Lauro personifica.

Afinal, se todos, mesmo os mais zelosos com a própria segurança, terminam na gaiola da aposentadoria, se todos, mais cedo ou mais tarde, se descobrem traídos e terminam com uma babá polonesa, por que morrer de depressão à procura de um trabalho tedioso? Por que se

acabar num part-time atendendo telefone? Tornar-se empresário, sim. Mas de verdade. Capaz de negociar com todos e até com o nada. Ernst Jünger diria que a grandeza está sujeita à tempestade. O mesmo diriam os boss, os empresários da Camorra.

Estar no centro de cada ação, o centro do poder. Usar tudo como meio e a si mesmo como fim. Quem diz que isso é amoral, que não pode haver vida sem ética, que a economia possui limites e regras a serem seguidas, é simplesmente quem não conseguiu comandar, quem foi excluído do mercado. A ética é o limite do perdedor, a proteção do destronado, a justificativa moral para aqueles que não conseguiram jogar tudo e conquistar tudo. A lei tem os seus códigos estabelecidos, mas não a justiça, que é outra coisa bem diferente. A justiça é um princípio abstrato que todos têm, suscetível conforme se interpreta, de absolver ou de condenar cada ser humano: culpados os ministros, culpados os papas, culpados os santos e os ateus, culpados os revolucionários e os reacionários. Culpados por terem traído, matado, errado. Culpados por terem envelhecido e morrido. Culpados por terem sido ultrapassados e vencidos. Culpados perante o tribunal universal da moral histórica e absolvidos pelo da necessidade. Justiça e injustiça têm um só significado, se consideradas concretamente. Seja pela vitória ou pela derrota, pelo ato cometido ou sofrido. Se alguém nos ofende,

nos trata mal, está cometendo uma injustiça; se, ao contrário, nos reserva um tratamento de favor, nos faz justiça. Observando os poderes do clã, é preciso ater-se neste ponto de vista. Nestas malhas de juízo. Bastam. Devem bastar. É

esta a única forma real de avaliação da justiça. O resto é só religião e confessionário. O imperativo econômico é modelado sobre esta lógica. Não são os negócios que os camorristas perseguem. São os negócios que perseguem os camorristas. A lógica do empreendimento criminoso, a mentalidade dos boss coincide com o mais extremo neoliberalismo. As regras ditadas, as regras impostas, são as do mercado, do lucro, da vitória sobre todo concorrente. O resto é o zero, não vale nada. O resto não existe. Poder decidir sobre a vida e a morte de todos, poder promover um produto, monopolizar uma fatia de mercado, investir em setores de vanguarda, é um poder que se paga com a prisão ou com a vida. Ter poder por dez anos, por um ano, por uma hora. Não importa por quanto tempo: viver, comandar realmente, isto sim é que conta. Vencer na arena do mercado e conseguir olhar o sol com os olhos como fazia Raffaele Giuliano na prisão, boss de Forcella, desafiando-o, mostrando que seu olhar não ficava cego nem mesmo diante da luz primordial. Raffaele Giuliano teve a crueldade

de passar pimenta na lâmina de uma faca antes de esfaquear um parente de um inimigo seu, de modo a fazê-lo sentir queimações lancinantes, enquanto a lâmina lhe penetrava a carne, centímetro por centímetro. Na prisão, era temido, não por esta sua sede sanguínea, mas pelo desafio do olhar capaz de manter-se firme mesmo fixando o sol. Ter a consciência de ser um businessman destinado à morte ou à prisão perpétua, mas com obstinada vontade de dominar economias poderosas e ilimitadas. O boss é morto ou preso, mas o sistema econômico que ele gerou permanece e não para de mudar, de transformar-se, de melhorar e de alavancar lucros. Essa consciência de samurais liberais, que sabem que é preciso pagar para ter tal poder absoluto, encontra-se sintetizada

na carta de um garoto encarcerado em uma prisão para menores, uma carta que entregou a um padre e que foi lida durante um seminário. Lembro-me dela ainda de cor:

“Todos aqueles que conheço estão mortos ou estão presos. Eu quero me tornar um boss. Quero ter supermercados, lojas, fábricas, quero ter mulheres. Quero três carros, quero ser respeitado quando entrar em uma loja, quero ter armazéns em todo o mundo. E depois quero morrer. Mas morrer como alguém verdadeiro, alguém que verdadeiramente comanda. Quero morrer assassinado.”

Este é o novo tempo legado pelos empresários do crime. Esta é a nova potência da economia. Dominá-la sim, custe o que custar. O poder antes de qualquer coisa. A vitória econômica mais preciosa da vida. Da vida de qualquer um e até mesmo da própria.

Os garotos do Sistema começaram a se intitular até mesmo “mortos falantes”. Em uma escuta telefônica gravada para a ordem de prisão expedida pela Procuradoria Antimáfia, em fevereiro de 2006, um rapaz explica ao telefone quem são os chefes de zona de Secondigliano:

“São rapazes, mortos falantes, mortos vivos, mortos que se movem... Belos ou não, te pegam e te matam, mas a vida já está mesmo perdida...”

Chefes adolescentes, kamikazes dos clãs que não morrem por nenhuma religião, mas por dinheiro e poder, a qualquer preço, como o único modo de vida que vale a pena.

Na noite de 21 de janeiro, a mesma noite da prisão de Cosimo Di Lauro, foi encontrado o corpo de Giulio Ruggiero. Encontraram um

carro queimado, um corpo no banco do motorista. Um corpo degolado. A cabeça estava no banco de trás. Tinham-na cortado. Não com um golpe preciso de machado, mas com uma serra elétrica: aquela serra circular que os serralheiros usam para limar as soldas. O pior instrumento possível, e por isso

mesmo o mais clamoroso. Primeiro cortar a carne e depois serrar o osso da cervical. Devem ter feito o serviço ali mesmo, já que pelo chão havia pedaços de carne, como se fossem tripas. As investigações nem mesmo haviam começado, mas na região todos tinham certeza de tratar-se de uma mensagem. Um símbolo. Cosimo Di Lauro não podia ter sido preso se não tivesse sido traído. Aquele corpo decepado era, no imaginário de todos, o traidor. Só quem vendeu um chefe pode ser despedaçado daquela maneira. A sentença foi decretada antes das investigações terem início. Pouco importa se se diz a verdade ou se se trata apenas de uma intuição. Fiquei olhando aquele carro e aquela cabeça abandonada na via Hugo Pratt sem descer da Vespa.

Chegavam-me aos ouvidos os detalhes de como tinham queimado o corpo e como tinham cortado a cabeça, de como tinham enchido a boca de gasolina e colocado um estopim entre os dentes, de modo que, após terem metido fogo, esperaram que a cara dele explodisse. Liguei a Vespa e fui embora.

Em 24 de janeiro de 2005, quando cheguei, o morto já estava no chão sobre o calçamento. Um grupo de carabinieri caminhava nervoso diante da loja onde ocorrera a emboscada. A enésima. “Agora, um morto por dia é a cantilena de Nápoles...” disse um rapaz nervosíssimo que passou. Parou, tirou o chapéu na frente do morto e se foi. Quando os assassinos entraram na loja, eles já estavam com as pistolas nas mãos. Estava na cara que não queriam roubar, mas matar, punir. Attilio tentou se esconder atrás do balcão. Sabia que não adiantaria nada, mas esperou poder demonstrar que estava desarmado, que não tinha nada a ver com nada, que não tinha feito nada.

Compreendeu que aqueles dois eram soldados da Camorra, da guerra desejada pelos Di Lauro. Dispararam. Descarregaram nele seus pentes de balas e, depois do “serviço”, saíram com calma, alguém disse, como se tivessem acabado de comprar um celular e não massacrado um indivíduo.

Attilio Romanò está ali. Sangue por todo lado. Parece que sua alma se desprende por aqueles buracos de projéteis que lhe marcam todo o corpo.

Quando alguém vê tanto sangue pelo chão, começa a apalpar-se para conferir se não está ferido, se naquele sangue não está também o seu; inicia-se uma ânsia psicótica para assegurar-se de que não se está machucado. E, mesmo assim, não se acredita que um só homem possa ter tanto sangue, pois seguramente o seu próprio corpo possui muito menos. Quando finalmente se convence de que naquele sangue não está o seu, ainda não é o bastante. Sente uma espécie de hemorragia, as pernas faltam, a língua emplastra, as mãos derretem-se naquele lago denso, é preciso ainda que alguém o olhe dentro dos olhos para verificar o nível de anemia. Gostaria de parar uma enfermeira e pedir uma transfusão, de ter o estômago menos apertado e poder comer um bife, se conseguisse não vomitar. Deve-se fechar os olhos e não respirar. O

cheiro de sangue coagulado já impregnou todas as paredes da loja e tem um quê de enferrujado. Deve sair, ir para fora, tomar ar antes que joguem a serragem por cima, porque a mistura gera um odor ainda pior que derruba qualquer resistência ao vômito.

Não entendia realmente por que eu mais uma vez tinha decidido ir ao lugar do crime. De uma coisa eu estava certo: não é importante mapear o que aconteceu, reconstruir o drama terrível. É inútil observar os círculos que fazem com o giz em volta das cápsulas de bala, que até parecem jogo de bolinha de gude. É preciso, ao contrário, conseguir entender se sobrou alguma coisa. Isso talvez eu queira encontrar. Tento entender o que permanece ainda de humano: se há um caminho, um buraco cavado pelo verme da existência que possa desembocar numa resposta que dê um sentido real ao que está acontecendo.

O corpo de Attilio ainda se encontra no chão quando chegam os familiares. Duas mulheres, talvez a mãe e a mulher, não sei. No percurso,

caminham abraçadas, ombro a ombro; são as únicas a esperar que não tenha acontecido o que já sabem. Estão coladas, sustentam uma à outra, um momento antes de se encontrarem diante da tragédia. É naquele instante, nos passos da mulher e da mãe que vão ao encontro do corpo esburacado, que intuímos uma irracional, louca, bizarra confiança no desejo humano.

Esperam, esperam, esperam e esperam ainda que o que lhes disseram tenha sido um erro, uma mentira, um engano, um mal-entendido do sargento dos carabinieri que anunciou o ocorrido. Como se o obstinar-se mais tempo em acreditar pudesse realmente mudar o curso dos

acontecimentos. Naquele momento, a pressão arterial da esperança alcança uma máxima absoluta sem mínima alguma.

Mas não há nada a fazer. Elas gritam, urram, o pranto mostra a força da gravidade do real. Attilio está ali no chão. Trabalhava em uma loja de telefonia, e depois, para completar o orçamento, em um call center. Ele e sua mulher Natalia ainda não tinham tido um filho. Ainda não era o tempo certo, talvez faltassem recursos econômicos ou talvez esperassem poder fazê-lo crescer em outro lugar. Os dias se consumavam em horas de trabalho, e, quando tiveram uma primeira chance de economizar, Attilio acreditou que era uma boa coisa entrar de sócio naquele negócio onde encontrara a morte.

O outro sócio é parente distante de Pariante, o boss de Bacoli, um coronel de Di Lauro, um daqueles que se puseram contra ele. Attilio não sabe ou pelo menos subestima o fato, confia no seu sócio, basta-lhe saber que ele é uma pessoa que vive do seu trabalho, esfalfando-se muito, demais. Em suma, nestes lugares não se decide a própria sorte. O trabalho parece ser um privilégio, alguma coisa que, uma vez obtida, deve ser mantida, quase como uma espécie de sorte caída no meio do destino benévolo, mesmo que este trabalho exija 13 horas por dia, deixando meio domingo livre e mil euros por mês, que mal dão para pagar a prestação da casa. De toda forma, se apareceu

trabalho, é preciso agradecer e não ficar fazendo perguntas a si mesmo e ao destino.

Mas alguém suspeita. E aí a memória de Attilio Romanò corre o risco de acabar no meio da dos camorristas assassinados neste mês. Os corpos são os mesmos, mas as razões da morte, mesmo sendo diferentes, acabam associadas na mesma frente de batalha. São os clãs que decidem quem você é e que lugar ocupa no RISK. 7 Os lugares são determinados independentemente da sua vontade. Quando os exércitos descem para as ruas, não é possível traçar uma lógica da sua estratégia, o sentido são eles que dão; os motivos, as causas, também. Naquele momento, a loja onde Attilio trabalhava era expressão de uma economia ligada ao grupo dos Spagnoli, e ela devia ser derrotada.

Natalia, Nata, como a chamava Attilio, é uma moça em estado de choque por causa da tragédia. Estavam casados há apenas quatro meses, mas ela não se conforma. No funeral, não comparece o presidente da República, o ministro ou o prefeito para lhe estender a mão. Melhor assim, talvez. Poupa-se a encenação institucional. Mas o que paira sobre a morte de Attilio é uma injusta desconfiança. E a desconfiança é o consentimento silencioso dado à ordem da Camorra.

O enésimo consenso de sobre a atuação dos clãs. Mas os colegas do call center de Attila, como o chamavam pela sua violenta vontade de viver, organizam passeatas, obstinam-se a caminhar, mesmo que no percurso da manifestação possam ocorrer ainda outros assassinatos. Vão, acendem luzes, fazem as pessoas entenderem, refutam toda e qualquer ofensa, derrubam qualquer suspeita. Attila morreu trabalhando e não tinha nenhuma relação com a Camorra.

Na verdade, depois de todo assassinato, a suspeita recai sobre todos. A máquina do clã é perfeita demais. Não há erro. Há punição. E assim é ao clã que a confiança é dada, não aos familiares que não entendem, não aos colegas de trabalho, não à biografia de um indivíduo. Nesta guerra, as pessoas são

massacradas sem culpa alguma, são incluídas nos efeitos colaterais ou nos prováveis culpados.

Um rapaz, Dario Scherillo, 26 anos, foi morto em 26 de dezembro de 2004, enquanto caminhava de motocicleta, atingido por uma bala na cabeça e outra no peito, e deixado no chão, morrendo sobre o próprio sangue, que lhe impregna toda a camisa. Um rapaz inocente. Mas bastou-lhe ser de Casavatore, lugarejo martirizado por este conflito. Para ele, mais uma vez o silêncio, a incompreensão. Nenhuma epígrafe, nem placa, nem recordação.

“Quando se é morto pela Camorra, nunca se sabe”, me disse um velho que faz o sinal da cruz no lugar onde Dario caiu. O sangue no chão é de um vermelho vivo. Nem todo sangue tem a mesma cor. O de Dario é púrpura, parece ainda escorrer. Os montículos de serragem tentam absorvê-lo. Um carro, depois de algum tempo, aproveitando o espaço vazio, estaciona sobre a mancha de sangue. E tudo acaba. Tudo fica coberto. Foi assassinado para dar uma mensagem ao lugarejo, uma mensagem de carne fechada num envelope de sangue. Como na Bósnia, como na Argélia, como na Somália, como em qualquer confusa guerra interna, quando é difícil entender a que parte se pertence, basta matar o seu vizinho, o cachorro, o amigo ou um familiar seu.

Um ar de parentesco, uma semelhança são condições suficientes para tornar-se alvo. Basta passar numa determinada rua para receber de imediato uma identidade de chumbo. O importante é concentrar o mais possível a dor, a tragédia e o terror. Com o único objetivo de mostrar força absoluta, domínio incontestável, impossibilidade de oposição ao poder verdadeiro, real, imperante. Até que se crie o hábito de pensar como aqueles que poderiam ressentir-se de um gesto ou de uma palavra. Estar atentos, desconfiados, silenciosos, para

salvar a vida, para não tocar o fio de alta tensão da vendetta camorrista. Enquanto eu ia embora, enquanto levavam embora Attilio Romanò, comecei a entender. A entender por que não há momento em que

minha mãe não me olhe com preocupação, não compreendendo por que eu não vou embora, por que não fujo dali, por que continuo a viver nesse inferno. Procurava me lembrar de quantos foram os mortos, os assassinados, os feridos, desde que nasci.

Não seria necessário contar os mortos para entender a economia da Camorra; antes, pelo contrário, são os elementos menos indicativos do seu poder real, mas são o traço mais visível e aquele que consegue de imediato fazer raciocinar com o estômago. Comecei a conta: em 1979, 100 mortos; em 1980, 140; em 1981, 110; em 1982, 264; em 1983, 204; em 1984, 155; em 1986, 107; em 1987, 127; em 1988, 168; em 1989, 228; em 1990, 222; em 1991, 223; em 1992, 160; em 1993, 120; em 1994, 115; em 1995, 148; em 1996, 147; em 1997, 130; em 1998, 132; em 1999, 91; em 2000, 118; em 2001, 80; em 2002, 63; em 2003, 83; em 2004, 142; e em 2005, 90.

Três mil e seiscentos mortos desde quando nasci. A Camorra matou mais do que a máfia siciliana, mais do que a 'ndrangheta, mais do que a máfia russa, mais do que as famílias albanesas, mais do que a soma dos mortos vítimas do ETA na Espanha e do IRA na Irlanda, mais do que as Brigadas Vermelhas, do que os NAR, [8](#) e mais do que todas as mortes causadas pelo Estado na Itália. A Camorra matou mais do que todos. Ocorreu-me uma imagem. A do mapa-múndi que frequentemente aparece nos jornais, geralmente no Le Monde Diplomatique, aquele mapa que indica com um sinal de fogo todos os lugares da Terra onde há um conflito. Curdistão, Sudão, Kosovo, Timor Leste. Olhando a Itália do sul, somando o monte de carne que se amontoa em cada guerra que diz respeito à Camorra, à Máfia, à

'ndrangheta, aos Sacristi de Puglia ou aos Basilischi de Lucania, curiosamente não há nada, nenhum sinal de clarão no mapa-múndi. É aqui o coração da Europa, onde está localizada grande parte da economia da nação. Pouco importam as estratégias de ação. Necessário é que o monte de cadáveres

permaneça confinado na periferia, amassado nos grotões de cimento e lixo, nas fábricas clandestinas, nos depósitos de coca. E que ninguém mencione, que tudo pareça uma guerra de gangues, uma guerra entre maltrapilhos. E, então, compreendi o sorriso funesto de meus amigos que emigraram, de quando retornam de Milão ou de Pádua e não

sabem quem você se tornou.

Olham você de cima a baixo para sentirem se você é um *chiachiello* ou um *bbuono*. Um perdedor ou um camorrista. E ante a bifurcação das estradas, seja qual for a que você estiver percorrendo, não se vê nada de bom no final.

Voltei para casa, mas não consegui ficar quieto. Desci e comecei a correr, rápido, cada vez mais forte, os joelhos doíam, os tendões faziam tremer os glúteos, os braços pareciam desarticulados e se agitavam como os de uma marionete. Correr, correr e correr ainda. O coração bombava, na boca a saliva negava a língua e submergia os dentes. Sentia o sangue que inchava a carótida, percorria o peito, não tinha mais fôlego, inspirei todo o ar possível e logo expirei como um touro. Recomecei a correr, sentindo as mãos geladas, o rosto queimando, fechando os olhos. Sentia que todo aquele sangue que eu tinha visto pelo chão, perdido como uma torneira que vaza até arrebentar a carrapeta, eu tinha recuperado, sentia-o novamente no meu corpo.

Cheguei finalmente ao mar. Saltei sobre as pedras, na escuridão ofuscada pela névoa. Não se viam nem mesmo os faróis dos navios que atracam no golfo. O mar se agitava, algumas ondas começavam a chegar mais perto, pareciam não querer tocar a argila suja em que se transformara a areia da praia, mas tampouco voltavam ao abismo colossal do alto-mar. Permaneciam imóveis no vaivém da água, resistindo obstinadamente em uma impossível estabilidade, agarrando-se à crista de espuma. Paradas, não sabiam mais onde o mar ainda é mar.

Depois de algumas semanas, jornalistas começaram a chegar de toda parte.

De repente, a Camorra voltou a existir na região onde se acreditava que existissem apenas algumas gangues e trombadinhas. Secondigliano tornou-se, em poucas horas, o centro das atenções. Enviados especiais, repórteres das mais importantes agências, até mesmo uma equipe permanente da BBC.

Alguns garotos deixam-se fotografar ao lado de um cameraman que tem nos ombros uma câmera com o logotipo da CNN em destaque. “Os mesmos que cobriram Saddam” redigem em Scampia. Filmados por aquelas câmeras, logo se sentem transportados para o centro do mundo. Uma atenção que parece, pela primeira vez, conceder àquele lugar uma existência concreta. A matança em Secondigliano chama a

atenção que faltava às dinâmicas da Camorra há vinte anos. No norte de Nápoles, a guerra mata em tempo real, respeita os critérios jornalísticos da crônica, e em pouco mais de um mês acumula dezenas e dezenas de vítimas. Parece feita de propósito, para dar um morto a cada enviado. Uma fatia de sucesso para todos. Estagiários foram enviados em bando para ter sua primeira experiência. Microfones surgiram por todo lado para entrevistar traficantes, filmagens foram feitas nas feias esquinas do decadente bairro das Vele, de Scampia. Um jornalista até consegue entrevistar supostos pushers, enquadrando-os de costas. Quase todos dão uns trocados aos heroinômanos que lhes contam suas histórias. Duas moças, jornalistas, posam para uma foto diante de uma carcaça de automóvel queimada e ainda não removida. A sua primeira guerra como cronistas já tem o seu souvenir.

Um jornalista francês me telefona perguntando se deveria usar colete à prova de balas, pois queria ir fotografar a villa de Cosimo Di Lauro. As tropas circulavam de carro, fotografavam, filmavam como exploradores em uma floresta onde tudo aos poucos se transformava em cenário. Alguns jornalistas circulavam escoltados. O pior modo para descrever Secondigliano era fazer-se escoltar pela polícia. Scampia não é um lugar inacessível, a força desta zona do narcotráfico está justamente na sua acessibilidade total e garantida a

qualquer um. Os jornalistas que saem escoltados não podem conseguir mais do que a visão que já consta de qualquer reportagem batida das agências de notícias. Como estar diante do computador, com a diferença de estar em movimento.

Mais de uma centena de jornalistas em pouco menos de duas semanas. De repente, o mercado de drogas da Europa começa a existir. Os policiais de sempre veem-se assediados de perguntas, todos querem participar de operações policiais, ver pelo menos um traficante ser preso, uma casa revistada. Todos querem incluir nos seus 15 minutos de reportagem uma imagem qualquer de algemas e metralhadoras apreendidas. Muitos oficiais da polícia começam a liquidar os vários repórteres e neojornalistas investigativos, fazendo-os fotografar policiais à paisana que se fingem de pushers. Um modo para dar-lhes aquilo que querem sem perder muito tempo. O pior possível no menor tempo possível. O pior do pior, o horror do horror, transmitir a tragédia, o sangue, os intestinos, os tiros de metralhadora, os crânios massacrados, os corpos queimados. O pior que conseguem contar não passa do refugio do pior. Em Secondigliano, muitos cronistas acreditam que ali está o gueto da Europa, a miséria absoluta. Se conseguissem não ceder à pressa, iam se dar conta de estar diante dos pilares da economia, da mina escondida, das trevas de onde o coração pulsante

do mercado tira sua energia.

Eu recebia dos jornalistas televisivos as propostas mais inacreditáveis.

Alguns me pediram para colocar uma microcâmera na orelha e rodar pela cidade, pelas ruas “que eu conhecia”, seguindo as pessoas “que eu sabia”...

Sonhavam fazer em Scampia uma tomada de um reality show com homicídios e distribuição de drogas ao vivo. Um cinegrafista me deu um manuscrito que contava uma história de sangue e morte, onde o diabo do Novo Século seria concebido no bairro do Terceiro Mundo. Por um mês comi de graça todas as noites, convidado pelas tropas televisivas para submeterem-me a absurdas

iniciativas, para tentarem obter informações. Em Secondigliano e Scampia, durante o período da guerra vingativa, criou-se um verdadeiro assessoramento de acompanhantes, guias, explicadores oficiais, confidentes, comentaristas à reserva da Camorra. Muitos rapazes tinham uma tática.

Ficavam rondando por onde estavam os aparatos dos jornalistas, fingindo estar vendendo drogas ou fingindo-se de olheiros. Quando alguém da equipe se aproximava, logo se declaravam disponíveis para contar suas histórias, dar explicações, serem filmados. E logo também declaravam as tarifas: 50 euros pela entrevista, 100 euros por uma volta nos locais de tráfico, 200 para entrar na casa de algum traficante do bairro Vele.

Para compreender o ciclo do ouro não se pode olhar apenas a pepita e a mina. O certo era partir de Secondigliano e depois seguir o percurso do império dos clãs. As guerras da Camorra colocam as cidades dominadas pelas suas famílias no mapa geográfico, no interior da Campânia, conhecida como a terra do osso, território que também é chamado por alguns de faroeste da Itália. Onde vigora uma lenda violenta que diz que lá há mais metralhadoras do que garfos. Mas, apesar da violência que brota em períodos específicos, aqui se forma uma riqueza significativa cujo esplendor essas terras não veem senão muito de longe. Mas nada disso é contado, as tevês, os correspondentes, seus trabalhos, tudo é preenchido pela estética do subúrbio napolitano de má fama.

Em 29 de janeiro é assassinado Vincenzo De Gennaro. Em 31 de janeiro matam Vittorio Bevilacqua em uma loja de frios e embutidos. Em 1º de fevereiro, Giovanni Orabona, Giuseppe Pizzone e Antonio

Patrizio são assassinados. São mortos com uma estratégia antiga, mas sempre eficaz. Os killers fingem ser policiais. Giovanni Orabona tinha 23 anos e era atacante do time de Real Casavatore. Estavam caminhando, quando um carro os parou.

Tinha uma sirene no teto. Desceram dois homens com carteira da polícia. Os rapazes não tentaram fugir nem resistir. Sabiam como deviam comportar-se, deixaram-se algemar e entraram no carro. O carro depois parou de repente e os fez descer. Os três talvez não tenham entendido logo, mas, quando viram as pistolas, tudo ficou claro. Era uma emboscada. Não eram policiais, mas os Spagnoli. O grupo rebelde. Dois dos rapazes, de joelhos, receberam tiros na cabeça e morreram na hora, mas o terceiro, pelos rastos encontrados no local, tentou fugir com as mãos algemadas nas costas, e a cabeça como único meio de equilíbrio. Caiu. Levantou-se. Caiu de novo. Alcançaram-no, botaram a automática na sua boca. O cadáver tinha os dentes quebrados; o rapaz tentou morder o cano da pistola, por instinto, para quebrá-la.

Em 27 de fevereiro, de Barcelona chegou a notícia da prisão de Raffaele Amato. Estava jogando black jack em um cassino, procurando gastar dinheiro vivo. Os Di Lauro só tinham conseguido chegar no seu sobrinho Rosário, incendiando-lhe a casa. Amato, segundo as acusações do Ministério Público napolitano, era o chefe carismático dos Spagnoli. Crescera justamente na via Cupa Dell'Arco, a rua de Paolo Di Lauro e da sua família. Amato tornou-se um dirigente de peso quando intermediava o tráfico e geria as cotas de investimento. Segundo declarações de arrependidos e as investigações da Procuradoria Antimáfia, ele gozava de um crédito ilimitado junto a traficantes internacionais e conseguia importar toneladas de cocaína. Antes que os policiais encapuzados o imobilizassem com a cara no chão, Raffaele Amato já tinha sofrido uma prisão: quando foi levado de um hotel em Casandrino junto com outro dirigente do grupo e de um grande traficante albanês, que se fazia acompanhar de um intérprete de luxo, o neto de um ministro de Tirana, capital da Albânia.

Em 5 de fevereiro foi a vez de Angelo Romano. Em 3 de março, Davide Chiarolanza foi assassinado em Melito. Tinha reconhecido o assassino, talvez tivessem até marcado um encontro. Foi atingido enquanto tentava escapar em direção ao seu carro. Mas nem o Ministério Público, nem os carabinieri, nem a Justiça, ninguém consegue pôr fim às vinganças. As forças públicas reagem, abortam planos, mas não conseguem estancar a hemorragia da vendetta. Enquanto a imprensa prossegue com a crônica negra recheada de

interpretações e juízos de valor, um jornal napolitano publica a notícia de um pacto entre os Spagnoli e os Di Lauro, um pacto de paz momentâneo, selado com a mediação do clã Licciardi. Um pacto desejado pelos outros clãs de Secondigliano e talvez também por outros cartéis camorristas, que temiam que o silêncio de décadas sobre o seu poder pudesse ser interrompido pelos efeitos do conflito. Era necessário permitir novamente ao mundo legal ignorar os territórios dominados pelos criminosos. O pacto não foi escrito por nenhum dirigente carismático em uma noite na prisão, nem foi difundido às escondidas, mas publicado num jornal. Em um artigo assinado por Simone Di Meo, publicado no *Cronache di Napoli*, de 27 de junho de 2005, foi possível a qualquer um ler e compreender o pacto:

1) Os separatistas reivindicam a restituição das casas arrombadas em Scampia e Secondigliano, entre novembro e janeiro. Cerca de oitocentas pessoas foram obrigadas pelos Di Lauro a deixar suas casas.

2) O monopólio dos Di Lauro sobre o mercado da droga foi quebrado.

Não se volta atrás. O território deverá ser dividido de maneira equânime. A província aos separatistas; Nápoles aos Di Lauro.

3) Os separatistas poderão servir-se dos próprios canais para a importação da droga, sem mais recorrer obrigatoriamente à mediação dos Di Lauro.

4) As vinganças pessoais devem ser separadas dos negócios, ou seja, os negócios são mais importantes do que as questões pessoais. Se dentro de algum tempo se verificar uma vendetta ligada a essa guerra, esta não fará reacender as hostilidades, mas permanecerá no plano pessoal.

O boss dos boss de Secondigliano deve ter voltado, disseram por toda parte, da Puglia para o Canadá. Para encontrá-lo, o serviço secreto trabalha há meses. Paolo Di Lauro deixa rastros minúsculos, invisíveis, como o seu poder antes da guerra. Dizem que fez uma plástica numa clínica em Marselha, a mesma que teria operado o boss da Cosa Nostra, Bernardo Provenzano.

Voltou para selar ou para limitar os danos. Aqui já se sente sua presença, o ar mudou. O boss desaparecido há dez anos, que em um telefonema disse a um filiado que “devia retornar, mesmo se arriscando à prisão”. O boss fantasma tinha um rosto desconhecido até mesmo dos filiados, conforme pediu um deles num telefonema ao boss Maurizio Prestieri: “Por favor, deixe-me vê-lo só por um segundo, só um, eu dou só uma olhadinha e vou embora.”

Pegaram Paolo Di Lauro na via Canonico Stornaiuolo, em 16 de setembro de 2005, escondido na modesta casa de Fortunata Liguori, a mulher de um integrante do baixo escalão. Uma casa anônima como aquela em que se escondera seu filho Cosimo. Na floresta de cimento é mais fácil mimetizar-se, é possível viver sem um rosto e sem fazer barulho. O anonimato urbano é um anonimato total, mais do que o esconder-se em um fundo falso ou em um duplo fundo falso. A prisão de Paolo Di Lauro ocorreu num dia próximo ao do seu aniversário. Seu maior desafio foi ir à sua casa almoçar com a família, enquanto a polícia de toda a Europa o procurava. Ele foi, mas alguém o avisou a tempo. Quando os policiais entraram na villa da família, encontraram a mesa posta com o seu lugar vazio. Da segunda vez, entretanto, a divisão especial dos carabinieri, a ROS, deu um golpe certeiro. Quando entraram na casa-esconderijo, eles estavam muito agitados. Eram quatro

horas da manhã, depois de uma noite inteira de vigília... O boss, entretanto, não reagiu; pelo contrário, os acalmou.

“Entrem... eu estou calmo... não tem problema.”

Vinte viaturas escoltam o carro no qual o boss é recolhido, mais quatro batedores na frente, as motocicletas que antecipam o percurso, controlando para que tudo esteja tranquilo. A caravana passa veloz. O boss vai num carro blindado. Os trajetos para transportá-lo à prisão podiam ser três. Atravessar a via Capodimonte para depois passar velozmente ao longo da via Pessina e da piazza Dante, ou mesmo bloquear todo o acesso à avenida Secondigliano e ir dar na marginal para dirigir-se ao Vomero. Em caso de perigo máximo, tinham previsto um helicóptero para transportá-lo. Os batedores alertam sobre um carro suspeito. Todos esperam uma emboscada. Mas é alarme falso.

Transportam o boss para a prisão pela via Pastrengo, no coração de Nápoles.

O helicóptero pousa, e a poeira e a terra do jardim do centro da praça começam a agitar-se em um redemoinho de sacolas de plástico, pedaços de papel, folhas de jornal. Um redemoinho de lixo.

Não há perigo algum. Mas é preciso fazer alarde, mostrar que conseguiram pegar o maior de todos os boss, aquele que julgavam impossível de ser capturado. Quando chega o cortejo dos blindados, viaturas e batedores, os carabinieri, vendo que os jornalistas já se encontram presentes na entrada da delegacia, posam sentados na

porta do carro, nas janelas, empunhando as armas, os rostos cobertos, só os olhos e o emblema da polícia à vista. Depois do sucesso da prisão de Giovanni Brusca, não há policial que não queira fazer aquela pose para os jornalistas. O alívio das noites sem descanso, a satisfação pela presa capturada, o interesse das agências jornalísticas em darem a notícia em primeira mão. Quando Paolo Di Lauro desce do carro, não tem a audácia do seu filho Cosimo, que encarou as câmeras. Ele se dobra em dois, olhos baixos, deixando aos fotógrafos e câmeras apenas a careca. É talvez um modo

de se defender. Deixar-se fotografar por centenas de objetivas, por todos os ângulos, deixar-se filmar por dezenas de câmeras teria mostrado seu rosto a toda a Itália, talvez se revelando a vizinhos idiotas que o tinham visto, que lhes fora próximo. Melhor não agilizar as investigações, não revelar os próprios percursos clandestinos. Mas, para outros, sua cabeça baixa significa simples constrangimento por flashes e câmeras, o constrangimento de ser reduzido a um animal em exposição.

Depois de alguns dias, Paolo Di Lauro foi levado ao tribunal, na sala de audiência 215. Tomou seu lugar entre a multidão de parentes. A única palavra que pronunciou foi “presente”. Todo o resto articulou sem voz. Gestos, piscadelas, sorrisinhos tornam-se a sintaxe muda através da qual ele se comunica. Cumprimenta, responde, concorda. Nas minhas costas instalou-se um homem alto, de cabelos grisalhos. Paolo Di Lauro parecia me observar, mas, na realidade, tinha entrevisto aquele homem atrás de mim. Olharam-se por alguns segundos, depois o boss deu-lhe uma piscadela.

Parece que, depois de terem sabido da notícia da prisão, muitos vieram cumprimentar o boss que não viam há anos, pois desde sua fuga não tinham podido reencontrá-lo. Paolo Di Lauro usava uma calça e uma camisa polo escura. Nos pés, os Paciotti, os sapatos usados por todos os dirigentes dos clãs dessa região. Os carcereiros liberaram seus pulsos, tirando-lhe as algemas.

Para ele uma cela inteira. Na sala de audiências entram todos os chefes dos clãs do norte de Nápoles: Raffaele Abbinante, Enrico D’Avanzo, Giuseppe Criscuolo, Arcangelo Valentino, Maria Prestieri, Maurizio Prestieri, Salvatore Britti e Vincenzo Di Lauro. Homens e ex-homens do boss, agora divididos em duas facções: fiéis e Spagnoli. O mais elegante é Prestieri, casaco azul-claro e camisa Oxford azul-escura. É ele quem primeiro se aproxima do vidro de proteção que o separa do boss. Cumprimentam-se. Chega também Enrico D’Avanzo, conseguem até mesmo se falar entre as fissuras do vidro à prova de

balas. Muitos dirigentes não o viam há anos. Seu filho Vincenzo não o vê desde 2002, quando se tornou fugitivo, escondendo-se em Chivasso, no Piemonte, onde foi preso em 2004.

Não tirei os olhos do boss. Cada gesto e expressão que ele fazia me pareciam suficientes para encher páginas inteiras de interpretações, para criar novos códigos da gramática dos gestos. Com o filho, porém, há um estranho diálogo silencioso. Vincenzo levantou o dedo indicador da mão direita e apontou para o dedo anular da mão esquerda, como quem pergunta: e a aliança? O boss passou as mãos nas laterais da cabeça e depois fez um gesto como se estivesse dirigindo. Eu não conseguia decifrar bem os gestos. A interpretação que os jornais deram foi que Vincenzo tinha perguntado ao pai por que ele estava sem a aliança e o pai respondera que os carabinieri lhe tinham tirado todo o ouro. Depois dos gestos, os sorrisos, os movimentos labiais, as piscadelas e as mãos juntas sobre o vidro blindado. Paolo Di Lauro abriu um sorriso longo, olhando o filho. Deram-se um beijo através do vidro.

O advogado do boss, ao final da audiência, pediu permissão para que os dois pudessem dar um abraço. Foi concedido. Sete policiais os vigiaram:

“Você está pálido”, disse Vincenzo, e o pai lhe respondeu, olhando-nos olhos: “Há muitos anos que esta cara não vê o sol.”

Frequentemente os fugitivos chegam mesmo ao limite das forças antes de serem capturados. A fuga contínua mostra a impossibilidade de gozar da própria riqueza e isso faz o boss ficar ainda mais em simbiose com o próprio estado-maior, que se torna a única verdadeira medida do seu sucesso econômico e social. Os sistemas de proteção, a mórbida e obsessiva necessidade de planejar todo e qualquer passo o tempo todo, trancado em um lugar, moderando e coordenando os negócios e as empresas, fazem com que o boss em fuga seja como um refém do próprio negócio. Uma senhora na sala de audiências me contou um episódio da fuga de Di Lauro. Pelo seu aspecto

parecia uma professora, usava uma tintura mais amarela do que loura, com evidente crescimento das raízes castanhas. Quando começou a falar, tinha uma voz rouca e pesada. Falava sobre quando Paolo Di Lauro ainda girava por Secondigliano obrigado a mover-se com estratégias meticulosas. Parecia quase insatisfeita com as privações do boss. Disse que Di Lauro tinha cinco carros da mesma cor, modelo e placa. Saíam todos os cinco, quando ele devia se deslocar, mas obviamente ele estava em um só. Todos os cinco tinham escolta e

nenhum de seus homens sabia com certeza se ele estava naquele carro ou não. O carro saía da villa e eles se deslocavam em fila atrás dele para escoltá-lo. A mulher contava isso com um tom de profunda comiseração pelo sofrimento e solidão de um homem sempre obrigado a pensar que seria morto. Depois da tarantela de gestos e abraços, depois dos cumprimentos e sorrisinhos dos personagens membros do poder mais feroz de Nápoles, o vidro blindado que separava o boss dos demais estava cheio de marcas de todo tipo: impressões digitais, gordura, traços de lábios.

Menos de 24 horas após a prisão do boss, é encontrado na rotunda de Arzano um rapaz polonês que tremia como uma folha ao vento enquanto tentava, com muita dificuldade, jogar um enorme embrulho dentro da cesta de lixo da limpeza urbana. O polonês estava com manchas de sangue, e o medo tornava mais difícil cada um de seus gestos. O embrulho era um corpo.

Um corpo torturado, desfigurado de modo totalmente atroz, de uma maneira impossível. Uma bomba engolida e depois explodida no estômago teria feito menos estragos. O corpo era de Edoardo La Monica, mas não se distinguiam mais seus traços. Do rosto restavam somente os lábios, o resto estava todo desfeito. O corpo tomado de buracos estava cheio de crostas de sangue.

Tinham-no amarrado e depois, com um pau cheio de pregos, torturado, seviciado lentamente, por horas. Cada golpe em seu corpo era um furo, golpes

que não quebravam só os ossos, mas rasgavam a carne, os pregos que entravam e saíam. Tinham cortado suas orelhas, rasgado sua língua, quebrado seus pulsos, furado seus olhos com canivete enquanto ainda estava vivo, consciente. Para matá-lo, esmagaram seu crânio com um martelo e depois, com uma faca, inscreveram uma cruz nos seus lábios. Seu corpo deveria ser jogado numa lixeira para que o encontrassem já em putrefação, em meio à imundície, num depósito de lixo qualquer. A mensagem escrita em sua carne foi decifrada com clareza por todos, mesmo não havendo outras provas além da tortura sofrida. Cortadas as orelhas com as quais ouviu onde o boss estava escondido, quebrados os pulsos com que moveu as mãos para receber o dinheiro, arrancados os olhos com que viu, cortada a língua com a qual falou.

O rosto desfeito, que perdeu perante o Sistema, fazendo o que fez. Selados os lábios com uma cruz: fechados para sempre pela aliança que traiu. Edoardo La Monica tinha sido censurado. Um sobrenome pesadíssimo o seu, o de uma das famílias que tinha feito de Secondigliano uma terra da Camorra e uma mina de negócios. A família onde Paolo Di Lauro deu os primeiros passos. A morte de Edoardo La Monica parece-se com a de Giulio Ruggiero. Ambos esquartejados, torturados com meticulosidade poucas horas depois da prisão dos boss. Escalpelados, machucados, esquartejados, furados. Há anos não se via mais homicídio com tal diligente e sanguinária vontade simbólica: com o fim do poder de Cutolo e do seu assassino Pasquale Barra, conhecido como

“o nimale” (“o animal”), famoso por ter matado, na prisão, Francis Turatello e ter-lhe mordido o coração depois de arrancá-lo com as mãos. Esses rituais tinham sido extintos, mas a guerra dos clãs de Secondigliano os havia exumado, tornando todo gesto, cada centímetro de carne, cada palavra uma comunicação de guerra.

Em uma coletiva, os oficiais da divisão especial dos carabinieri, a ROS,

declararam que a prisão tinha sido possível a partir das peixarias da cidade onde o peixe preferido do chefe era comprado, a pezzogna. A história parecia mais feita para destruir a imagem de um boss poderosíssimo, capaz de mover centenas de seguranças, mas que, ao final, tinha sido apanhado por um pecado de gula. Nem mesmo por um segundo em Secondigliano, pareceu verossímil a tese da pezzogna. Muitos diziam que o SISDE⁹ era o único responsável pela prisão. O SISDE tinha intervindo, confirmaram as forças policiais, mas sua presença em Secondigliano era difícil, dificílima de acreditar. Sinais de alguma coisa que se aproximava muito da hipótese que seguiam alguns repórteres, ou seja, a de que o SISDE tivesse pago salário a diversas pessoas da região em troca de informação ou de não interferência; eu tinha realmente ouvido isso em pedaços de conversa de bar. Homens que tomavam café ou cappuccino com croissants pronunciavam frases do tipo:

“Já que você recebe dinheiro de James Bond...”

Ouvi duas vezes, naqueles dias, referências furtivas ou alusivas a 007, um fato muito pequeno e risível para dele se tirar qualquer conclusão, mas também muito incomum para passar despercebido.

A estratégia dos serviços secretos na prisão de Di Lauro poderia ter sido a de identificar os responsáveis técnicos pela vigilância, pagá-los de modo a deslocar todos os vigilantes e seguranças para outras zonas, impedindo-os de dar o alarme e fazer o boss fugir. A família de Edoardo La Monica desmente todo e qualquer possível envolvimento dele, afirmando que o rapaz nunca tinha feito parte do Sistema, que tinha medo dos clãs e dos seus negócios.

Talvez tenha pago no lugar de algum outro da sua família, mas a tortura cirúrgica parece ter sido aplicada para ser recebida e não para ser enviada através do seu corpo a algum outro.

Um dia vi um pequeno grupo de pessoas não muito longe de onde fora encontrado o corpo de Edoardo La Monica. Um rapaz começou a apontar

com o próprio anelar e depois tocava a testa e movia os lábios, sem emitir qualquer som. Me veio à mente, subitamente, como uma luzinha acesa diante das pálpebras, o gesto de Vincenzo Di Lauro na sala do tribunal, aquele gesto estranho, insólito, perguntando ao pai depois de tantos anos que não o via a respeito da aliança. Anel, em napolitano, aniello. Uma mensagem para indicar Aniello e o anelar como aliança. Ou seja, a fidelidade traída, como se se estivesse assinalando o código familiar da traição. Quem tinha falado.

Aniello La Monica era o patriarca da família que por anos era conhecida no bairro como os “anielli”, tal como os Gionta de Torre Annunziata eram chamados os “valentini” por causa do chefe Valentino Gionta. Aniello La Monica, segundo as declarações do arrependido Ruocco e de Luigi Giuliano, foi posto para fora justamente por seu afilhado, Paolo Di Lauro. Certo é que os homens dos La Monica são todos filiados aos Di Lauro. Mas esta morte atroz podia ser a punição pela vendetta daquela morte de vinte anos antes, uma vingança servida fria, gelada, com uma delação mais violenta do que uma descarga de metralhadora. Uma memória longa, longuíssima. Uma memória que parece compartilhada pelos clãs que, em Secondigliano, se sucederam na direção do próprio bairro onde reinam. Mas que permanece fundada em boatos, hipóteses, suspeitas, capazes talvez de produzir efeitos como uma prisão clamorosa ou um corpo torturado, porém nunca baseada na verdade. Uma verdade que deve ser sempre obstinadamente interpretada, como um hieróglifo que, dizem, é melhor não decifrar.

Secondigliano voltou a viver dos seus mecanismos econômicos de sempre.

Os Spagnoli e os Di Lauro estavam com todos os seus dirigentes na prisão.

Novos chefes de zona estavam emergindo, novos dirigentes muito jovens começavam a dar os primeiros passos nas esferas do comando. A palavra vingança desapareceu durante meses e começou a ser definida como

“Vietnã”.

“Aquilo... foi o Vietnã... por isso agora deve estar tranquilo.”

“Depois do Vietnã aqui todos têm medo...”

“O Vietnã acabou ou não?”

Fragmentos de frases pronunciadas nos celulares das novas leva dos clãs.

Telefonemas interceptados pelos carabinieri para chegar a prender Salvatore Di Lauro em 8 de fevereiro de 2006, o rapaz de 18 anos filho do boss que tinha começado a coordenar um pequeno exército de garotos para o tráfico. Os Spagnoli tinham perdido a batalha, mas aparentemente conseguiram seu objetivo de tornarem-se autônomos, com um cartel próprio e hegemônico, comandado por chefes muito jovens. Os policiais interceptaram um SMS que uma moça mandou para um jovem chefe de zona preso durante o período da vingança, que voltou ao tráfico logo depois de sair da prisão: “Parabéns pelo trabalho e volta ao bairro, me emociona a sua vitória, congratulações.”

A vitória era a militar, as congratulações por ter combatido ao lado da parte vencedora. Os Di Lauro estão presos, mas salvaram a pele e os negócios, pelo menos os familiares.

A situação se acalmou de repente depois das negociações entre os clãs e depois das prisões. Eu rodava por uma Secondigliano arrasada, pisoteada por muita gente, fotografada, filmada, abusada. Cansada de tudo. Conseguia parar diante de murais de Felice Pignataro, diante dos arcos de sol, das caveiras misturadas com palhaços. Murais que davam ao cimento armado uma sensação de ligeira e inesperada beleza. De repente, explodiram no céu fogos de artifício, e os estampidos obsessivos não acabavam mais. As tropas de jornalistas que estavam desmontando tudo para ir embora depois da prisão do boss correram para ver o que estava acontecendo. O último serviço importante, dois prédios inteiros em festa. Ligaram os microfones, os faróis iluminando os rostos, telefonaram às suas centrais para anunciar a

comemoração dos Spagnoli pela prisão de Paolo Di Lauro. Eu me aproximei para entender o que estava acontecendo, e um garoto me respondeu contente pela minha pergunta: “É para o Peppino que saiu do coma.” Peppino estava indo trabalhar um ano antes, quando a sua Ape, o três rodas que o levava ao mercado, começou a derrapar e capotou com ele. As ruas napolitanas são solúveis em água. Depois de duas horas de chuva, o basalto começa a boiar e o piche se dissolve como se misturado com o salitre. A Ape ficou com as rodas para cima e Peppino sofreu um gravíssimo traumatismo craniano. Para tirá-lo da ribanceira onde tinha ido parar a Ape, usaram um trator de fazenda.

Depois de um ano em coma, ele acordou, e, depois de alguns meses no hospital, recebeu alta para voltar para casa. O bairro inteiro festejava

seu retorno. Ele mal tinha descido do carro, enquanto o colocavam na cadeira de rodas, e já se ouviam os primeiros foguetes. As crianças pediam para ser fotografadas, enquanto lhe acariciavam a cabeça completamente raspada. A mãe de Peppino o mimava com carinhos e beijos muito violentos para suas forças debilitadas. Os repórteres trataram de telefonar novamente à redação para o desmentido, pois a serenata calibre 38 que eles queriam filmar tinha se transformado numa festa para um rapaz que sobrevivera ao coma profundo.

Voltaram para seus hotéis. Eu continuei. Eu me convidei para a festa, entrei na casa de Peppino, como um feliz clandestino numa festa alegre demais para ser perdida. Por toda a noite brindei à saúde de Peppino com todas as pessoas do prédio, espalhadas pelas escadas, no hall dos apartamentos, com as portas abertas, sem saber de quem eram as casas abertas com suas mesas cheias de coisas.

Completamente cheio de vinho me dispus a ir aos bares ainda abertos e voltar à casa de Peppino reabastecendo todos com garrafas de vinho tinto e Coca-Cola. Aquela noite, em Secondigliano, estava silenciosa e exausta. Sem jornalistas e helicópteros. Sem vinganças e vigias. Um silêncio que dava vontade de dormir, como depois do almoço sobre a areia da praia com os

braços cruzados debaixo da nuca, não pensando em mais nada.

Notas:

1. Coquetel à base de heroína. (N. E.)

2. Associação de ajuda aos desfavorecidos, marginais, sem domicílio fixo e drogados, criada em 1965

pelo padre dom Luigi Ciotti. (N. E.)

3. Bairros chiques de Nápoles, Roma e Milão. (N. E.)

4. Injetar-se cocaína por via intravenosa provoca o mesmo flash intenso que fumar crack. (N. E.)

5. Na acepção vulgar, este termo designa lanchas a motor utilizadas na pesca, em dupla, com a

respectiva tripulação. (N. E.)

6. Termo de origem siciliana que designa grupo organizado de mafiosos. (N. E.)

7. Jogo de mesa que simula um conflito internacional e envolve estratégias de guerra. (N.E.)

8. Núcleos Armados Revolucionários, grupo de extrema-direita considerado responsável por 23

homicídios. (N. E.)

9. SISDE — Serviço de Informação e de Segurança Democrática. (N. E.)



Mulheres

Eu tinha na pele o cheiro de alguma coisa indefinível. Como o cheiro de fritura que impregna a roupa quando se entra num bar e que depois, ao se sair, vai se atenuando lentamente, misturando-se aos venenos dos canos de descarga. Pode-se tomar dezenas de banhos, pôr

o corpo de molho, ficar na banheira por horas a fio com sais e bálsamos perfumados: não adianta nunca.

E não porque tenha entrado na carne como o suor dos estupradores, mas porque o fedor que exala do corpo já estava lá dentro, como que preso por uma glândula nunca antes estimulada, uma glândula adormecida que começa a funcionar de repente, mais por medo do que por pressentir a verdade chegando. Como se o corpo possuísse um mecanismo que avisasse quando se está cara a cara com a realidade. Com todos os sentidos alertas. Sem mediações. Uma realidade não dita, nem escrita, nem fotografada, pois é ali

que se compreende como funcionam as coisas, para onde rumo o presente.

Não há pensamento que possa atestar a verdade do que foi visto. Depois de ter presenciado com as próprias pupilas uma guerra da Camorra, as imagens, de tão numerosas, inflam a memória, sobrepondo-se, confundindo-se. Não se pode confiar muito no que se viu. Não há prédios destruídos ou serragem espalhada sobre sangue pela rua. Nenhum rasto. Como se aquela coisa toda só você tivesse vivido ou sofrido, e a qualquer momento alguém estivesse pronto para pôr o dedo indicador em riste na sua cara e afirmar: “Isso não é verdade.”

A aberração de uma guerra de clãs é que ela, com capitais que se afrontam, investimentos que se degolam e financiamentos que se devoram, encontra sempre uma motivação consoladora, um jeito de expulsar a sensação de perigo de dentro de casa, como se tudo ocorresse bem longe dali, quando na verdade tudo está acontecendo bem no hall de entrada. Tudo que acontece nessa guerra encontra motivos, razões que podem ser organizadas em um escaninho de sentidos mentalmente construído. Mas os cheiros... ah, os cheiros escapam, eles não podem ser arquivados, eles são a marca extrema e única de um patrimônio de experiência disperso. No nariz ficaram-me os odores; não só odores de serragem e sangue ou o da loção pós-barba que os meninos-soldados aplicam em suas faces ainda sem pelos, mas, sobretudo, os saborosos odores dos perfumes femininos. Eu os sinto bem debaixo das narinas; esses cheiros todos de desodorantes, laquê e perfumes adocicados.

As mulheres estão sempre presentes na dinâmica de poder dos clãs. Não é por acaso que a guerra de Secondigliano teve duas mulheres assassinadas com a ferocidade geralmente reservada somente aos boss. Teve também centenas de mulheres que desceram às ruas para

impedir as prisões de traficantes e seguranças, que incendiaram latas de lixo e puxaram policiais e carabinieri pelos cotovelos. Já as meninas, estas eu via correr toda vez que uma câmera de

TV apontava na rua; pulavam diante das objetivas, sorriam, cantarolavam alguma melodia, pediam para ser entrevistadas, ziguezagueavam em volta do cameraman, procurando para onde apontava a câmera e em qual dos vídeos apareciam. Afinal, nunca se sabe. Algumas delas podia ter a sorte de ser chamada para uma transmissão. As oportunidades aqui não caem do céu.

Têm que ser arrancadas à força do destino, arrancadas com os dentes, compradas ou cavadas de algum jeito. Devem acontecer, não importa como.

O mesmo vale para os rapazes. Nada pode ser deixado ao acaso, à casualidade do encontro, ao simples enamoramento. Cada conquista demanda uma estratégia. Porque as moças que não bolam suas estratégias arriscam uma tranquilidade perigosa de se verem apalpadas por todos com línguas insistentes até perfurarem suas bocas de dentes serrados. O jeans justinho, a camiseta colada: tudo deve fazer da beleza uma isca. A beleza é uma armadilha, mesmo sendo a mais agradável delas. E a ela se cede, se segue o prazer do momento, sem saber o que se vai encontrar. A moça será tanto mais bem-sucedida quanto mais conseguir se fazer cortejar pelo melhor rapaz, e uma vez que ele tenha caído na armadilha deverá conservá-lo, entretê-lo, suportá-lo, elogiá-lo, ainda que de nariz tapado. Deverá tê-lo para si. Todo. Certa vez, eu passava perto de uma escola. De uma moto desceu uma mocinha. Desceu lentamente para dar tempo a todos de observarem bem a moto, o capacete, as luvas, as botas, a tal ponto que demorou a pô-las no chão. Um inspetor da escola, um daqueles de sempre, que têm debaixo dos olhos muitas gerações de adolescentes, se aproximou dela e disse: “France, mas você já faz amor?” E depois se voltou para Angelo: “Você sabe que vai acabar na prisão de Poggioreale?”

“Fazer amor” não significa fazer amor, mas ficar noivo. Angelo tinha entrado há pouco no Sistema e não parecia ter encargos pouco importantes.

Portanto, segundo o inspetor, logo estaria preso. Antes que a mocinha tentasse defender o seu rapaz, já tinha pronta uma resposta. Uma daquelas tiradas da cartola: “E qual o problema? Eu não vou receber a mesada do mesmo jeito? Ele gosta realmente de mim...”

A mesada. Este é o primeiro sucesso da moça. A qualquer momento, quando seu namorado for preso, ela passará a receber um salário. A mesada é o salário mensal que os clãs dão aos familiares dos seus filiados. Estando comprometido, a mesada é destinada à noiva, ainda que seja conveniente —

para a certeza da reversibilidade do investimento — que ela esteja grávida.

Não necessariamente casada; basta uma criança, mesmo que ainda na barriga.

Se for só noiva, correrá o risco de que se apresente ao clã uma outra garota, mantida escondida até então. São garotas que provavelmente não sabiam uma da outra. Nesse caso, o responsável de zona deverá decidir entre repartir a mesada entre as duas, coisa arriscada porque gera muita tensão entre as famílias, ou deixar que o rapaz decida a qual garota a mesada deverá ser dada.

Na maior parte das vezes, havendo duas mulheres, decide-se não dar a mesada a nenhuma das duas e entregá-la diretamente à família do preso, resolvendo assim de imediato o problema. Matrimônio ou puerpério são os motivos que garantem os salários. O dinheiro é levado quase sempre em mãos, evitando deixar vestígios em contas bancárias. É levado pelos

“submarinos”. O submarino é a pessoa encarregada de distribuir as mensalidades. São chamados assim porque deslizam como submarinos pelos cantos das ruas. Tomam todo o cuidado para não serem vistos nem reconhecidos facilmente, pois podem ser chantageados, pressionados ou roubados. Surgem na rua de repente, chegando nas casas sempre por caminhos diferentes. O submarino cuida das mesadas dos níveis mais baixos do clã. Os dirigentes, ao contrário, pedem de quando em quando somas de dinheiro e tratam diretamente com os contadores. Os submarinos não fazem parte do Sistema, não são filiados; até poderiam, gerindo os salários, desfrutar

desse papel fundamental e aspirar crescer no clã. Mas são quase sempre aposentados, contadores autônomos, velhos administradores de bares que, trabalhando para os clãs, recebem um outro salário, complementando a pensão e sobretudo conseguindo sair de casa sem apodrecer diante da TV.

Batem à porta no dia 28 de cada mês, colocam uma sacola de plástico sobre a mesa e depois, de dentro do paletó, de um bolso cheio,

procuram o envelope no qual está escrito o nome daquele destinatário, o sobrenome do filiado morto ou preso, e o dão à mulher ou, se ela não está, ao filho mais velho.

Junto com a mesada levam quase sempre também mantimentos. Presunto, frutas, macarrão, ovos, um pouco de pão. Sobem as escadas com as sacolas roçando as paredes. Aquele roçar contínuo e os pés pesados são a campainha do submarino. Eles estão sempre carregados como jumentos, compram os mantimentos nas mesmas mercearias, na mesma banca de frutas e fazem um carregamento único que depois levam a todas as famílias. É possível saber quantas mulheres de presos ou viúvas de camorristas vivem numa rua, conforme o número de sacolas que o submarino carrega.

Dom Ciro foi o único submarino que consegui conhecer. É do centro histórico, cuidou dos salários de clãs agora dispersos, mas que lentamente, nessa nova fase fértil, procuram se reorganizar e não somente sobreviver.

Cuidou dos clãs dos Quartieri Spagnoli e, por alguns anos, também daqueles de Forcella. Agora trabalha eventualmente para o clã do bairro Sanità. Dom Ciro é capaz de encontrar, nos labirintos das ruelas napolitanas, casas, porões, sótãos, casas sem número, casas improvisadas no canto de algum prédio, a tal ponto que muitas vezes os carteiros, que se perdem continuamente, lhe confiam cartas para serem entregues naqueles locais. Dom Ciro tinha os sapatos gastos, principalmente no dedão e nos saltos. Aqueles sapatos eram realmente o emblema do submarino e símbolos autênticos dos quilômetros percorridos a pé por ruelas e subidas por caminhos sempre mais longos e

variados no interior de Nápoles, por causa da paranoia de serem seguidos ou roubados. Dom Ciro usava calças malcuidadas. Pareciam limpas, mas não passadas a ferro. Não tinha mais mulher, e a sua nova companheira era da Moldávia e muito jovem para ocupar-se realmente dele. Medroso mas não muito, olhava sempre para o chão enquanto falava comigo, o bigode amarelado, marcado pela nicotina, tal como eram marcados também os dedos indicador e médio da mão direita. Os submarinos dão mesada também a homens de mulheres que acabaram presas. É humilhante para esses homens receberem a mesada da mulher presa. Assim, para evitar falsas reprovações, gritos nos pátios, encenação de expulsões — feitas, porém, não sem antes pegarem primeiro a sacola e o envelope com o dinheiro —, para evitar tudo isso, o submarino vai à casa das mães das filiadas e atribui a elas o encargo de levar o dinheiro à família da detida. Os submarinos

escutam todo tipo de lamúrias das mulheres dos filiados. Lamúrias sobre o aumento das tarifas públicas, do aluguel, dos filhos que tomam bomba na escola ou que querem ir para a universidade. Eles escutam todos os pedidos, todos os problemas sobre as mulheres dos outros filiados que têm mais dinheiro do que elas porque os maridos delas, mais espertos, tinham conseguido atingir níveis mais altos no interior do clã. Enquanto falam, o submarino repete continuamente “eu sei, eu sei, eu sei”. Como para deixar desafogar melhor as senhoras, no final do discurso pronuncia somente dois tipos de resposta: “Não depende de mim”, ou ainda “Eu só entrego o dinheiro: quem decide não sou eu.” As mulheres sabem muito bem que os submarinos não decidem nada, mas têm a esperança de que, falando com eles, lamentando-se com eles, antes ou depois alguma coisa sairá da sua boca diante de algum chefe de zona, e talvez este se decida a aumentar os salários e conceder favores maiores. Dom Ciro estava de tal modo habituado a dizer “eu sei, eu sei, eu sei”, que qualquer um que lhe falasse qualquer coisa sobre qualquer assunto ele logo cantarolava “eu sei, eu

sei, eu sei”. Tinha levado mesada para centenas de mulheres da Camorra, tinha lembranças precisas de gerações de mulheres, mães, namoradas, e também de homens sozinhos. Historiografia viva dos comentários críticos a boss e políticos, Dom Ciro era um submarino silencioso e melancólico que realmente tinha feito da sua cabeça um corpo vazio onde ecoava, sem deixar vestígios, cada palavra ouvida. Enquanto eu lhe falava, ele andava me arrastando assim do centro até a periferia de Nápoles, depois se despediu e pegou um ônibus que o faria voltar ao ponto de onde tínhamos partido. Era tudo parte da estratégia para que eu não deduzisse nem de longe onde ele morava.

Para muitas mulheres, casar-se com um camorrista é como receber uma herança, ou significa um capital conquistado. Se destino e capacidade o permitirem, aquele capital frutificará, e as mulheres se tornarão empresárias, dirigentes, verdadeiros generais com um poder ilimitado. Se tudo for mal, permanecerão sozinhas, em salas de espera de prisões ou concorrendo com as escravas, para assim poderem pagar os advogados e dar de comer aos filhos —

isso quando o clã perde o poder e não consegue mais lhe dar mesada. As mulheres da Camorra, através do seu corpo, criam alianças; seu rosto e seu comportamento resumem e demonstram o poder da família, os véus negros em público nos funerais, os gritos durante as prisões, os beijos atirados entre barras de ferro durante as audiências nos tribunais.

O perfil das mulheres da Camorra parece compor-se de imagens conhecidas, mulheres capazes de fazer eco à dor e à vontade dos homens: irmãos, maridos, filhos. Não é bem assim. A transformação do mundo camorristico nos últimos anos levou também a uma metamorfose do papel feminino que, de identidade materna, de assistente da desventura, tornou-se verdadeira e própria figura de executiva, empenhada quase que

exclusivamente na atividade empresarial e financeira, delegando aos outros as tarefas militares e os tráficos ilegais.

Uma figura histórica de dirigente camorrista é, sem dúvida, a de Anna Mazza, viúva do padrinho de Afragola, uma das primeiras mulheres da Itália a ser condenada por associação mafiosa, como cabeça de uma das mais poderosas organizações criminosas e empresariais. Anna Mazza usufruiu, inicialmente, da aura do marido Gennaro Moccia, morto nos anos 1970. A

“viúva negra da Camorra”, como foi chamada, foi a verdadeira mente do clã Moccia por mais de vinte anos, capaz de estender por toda parte o seu poder, a tal ponto que nos anos 1990 foi enviada em prisão domiciliar para um local perto de Treviso, mas mesmo lá — segundo revelaram diversas investigações

— entrou em contato com a máfia de Brenta, procurando consolidar sua rede de poder, embora em total isolamento. Foi acusada, imediatamente após a morte do marido, de ter armado seu filho, ainda menor de 13 anos, e mandá-

lo executar o responsável pelo homicídio de seu pai. Mas, por insuficiência de provas, ela foi absolvida desta acusação. Anna Mazza levava a cabo uma administração vertical, empresarial e fortemente hostil a rebeldias, capazes de condicionar cada canto do território por ela dominado, como demonstra a destituição, em 1999, do presidente da Câmara de Afragola, por infiltração camorrista. Os políticos a seguiam, procuravam seu apoio. Anna Mazza era uma pioneira. Antes dela existira só Pupetta Maresca, a killer vingadora que se tornou célebre em toda a Itália na metade dos anos 1950, quando, grávida de seis meses, decidiu vingar a morte do marido Pascalone 'e Nola.

Mas Anna Mazza não foi só uma vingadora. Compreendeu que seria mais simples aproveitar-se do atraso cultural dos boss camorristas gozando de uma espécie de impunidade reservada às mulheres. Um atraso cultural que a livrava de emboscadas, invejas, conflitos. Nos anos 1980 e 1990, conseguiu dirigir a família com habilidade rumo à

prosperidade e aperfeiçoamento

contínuo das próprias empresas, às custas de vantagens derivadas de uma vertiginosa escalada no âmbito da construção civil. O clã Moccia se tornou, assim, um dos mais importantes na gestão de obras públicas, no controle de jazidas e na negociação de terrenos edificáveis. Todo o território napolitano, que se espalha por Frattamaggiore, Crispano, Sant'Antimo e depois Frattaminore, Caivano, é dominado pelos chefes de zona ligados aos Moccia.

Nos anos 1990, era já um dos pilares da Nova Família, o cartel que se opôs ao da Nova Camorra Organizada de Raffaele Cutolo e que superou os cartéis da Cosa Nostra pela quantidade de negócios e poder político. Com a queda dos partidos que obtiveram vantagem da aliança com as empresas dos clãs, os boss da Nova Família se tornaram os únicos a serem presos e condenados à prisão perpétua. Eles não queriam, contudo, pagar no lugar dos políticos que tinham ajudado e apoiado. Não queriam ser considerados um câncer de um sistema que, no entanto, tinham mantido de pé, sendo dele parte viva e produtiva, embora criminosa. Optaram pelo arrependimento. Nos anos 1990, Pasquale Galasso, boss de Poggiomarino, foi o primeiro personagem de altíssimo calibre empresarial a colaborar com a Justiça. Nomes, lógicas, capitais, uma espécie de arrependimento total, que foi paga pelo Estado com a tutela dos bens de sua família, e em parte também dos seus. Galasso revelou tudo que sabia. Foram os Moccia a família da grande confederação que tomou para si o encargo de fazê-lo calar-se para sempre. As palavras de Galasso teriam podido destruir o clã da viúva em algumas horas e em poucas sessões de revelações.

Tentaram corromper a sua escolta para que o envenenassem, planejaram eliminá-lo com tiros de bazuca. Depois das malogradas tentativas organizadas pelos homens, Anna Mazza intuiu, porém, ter chegado o momento de uma nova estratégia: propôs a dissociação, isto é, fez transmigrar o conceito de terrorismo para a Camorra. Os militantes das organizações armadas podiam dissociar-se sem se arrepender, sem revelar nomes e acusar mandantes e

executores. Dissociar-se era uma medida de afastamento ideológico, uma decisão da consciência, uma tentativa de deslegitimar uma prática política segundo a qual tão somente a recusa moral, oficializada, bastava para justificar a aplicação de penas. Para a viúva Mazza, era realmente a melhor maneira de eliminar qualquer perigo de arrependimento e, ao mesmo tempo, fazer crer que os clãs fossem exteriores ao Estado. Tomar distância ideológica da Camorra,

usufruindo das vantagens, da diminuição da pena, das melhorias das condições carcerárias, mas sem revelar mecanismos, nomes, contas correntes, alianças. Aquilo que para alguns observadores podia ser considerado uma ideologia, a ideologia camorrista, justamente para os clãs não era mais do que uma ação econômica e estratégica de um grupo de negociantes. Os clãs estavam se transformando: a retórica criminosa cessava, a mania cutoliana da ideologização do agir camorrista se esgotara. A dissociação podia ser uma solução ao poder letal dos arrependidos, que, mesmo cheio de contradições, era a brecha do ataque ao poder da Camorra. E

a viúva compreendeu o elevado potencial desse truque. Os filhos escreveram a um padre demonstrando o desejo de se redimirem. Um carro abarrotado de armas devia ser deixado em Acerra, em frente a uma igreja, como símbolo de

“dissociação” do clã, como o IRA faz com os ingleses. Deposição de armas. A Camorra, contudo, não é uma organização independentista, um núcleo armado, e suas armas não são o seu real poder. Aquele carro nunca foi encontrado e a estratégia da dissociação, nascida da mente de uma mulher, lentamente perdeu seu fascínio, não foi levada a sério pelo Parlamento e pela magistratura, nem tampouco sustentada pelos clãs. Os arrependidos tornaram-se cada vez mais numerosos e com verdades cada vez menos úteis, e as grandes revelações de Galasso recaíram em cheio sobre os aparatos militares dos clãs, deixando, porém, praticamente intactos os planos empresariais e políticos. Anna Mazza continuou a construção de uma espécie

de matriarcado da Camorra. As mulheres como verdadeiro centro do poder, e os homens como braços armados, mediadores e dirigentes só depois das decisões das mulheres. Decisões importantes, econômica e estrategicamente, cabiam à viúva negra.

As mulheres do clã garantiam maior capacidade empresarial, menor obsessão no que diz respeito à ostentação do poder e menor vontade de conflito. Mulheres, as dirigentes; mulheres, as suas guarda-costas; mulheres, as executivas do clã. Uma de suas “damas de companhia”, Immacolata Capone, ao longo dos anos fez fortuna no clã. Immacolata foi a madrinha de Teresa, a filha da viúva. Não tinha um aspecto de matrona com cabelos cacheados e faces arredondadas, como Anna Mazza. Immacolata era pequena, usava um corte de cabelo sempre arrumado, uma elegância sóbria. Não tinha nenhum traço da sombria aparência camorrista. Mas, em vez de procurar homens que lhe conferissem maior autoridade, eram os homens que se ligavam a ela

para ter proteção. Casou-se com Giorgio Salierno, camorrista envolvido nas tentativas de atraparlar o arrependido Galasso, e depois se ligou a um homem do clã Puca, de Sant'Antimo, uma família com um poderoso passado de poder ligado a Cutolo — um clã que se tornou célebre pelo irmão do companheiro de Immacolata, Antonio Puca. No seu bolso foi encontrada uma caderneta de anotações com o nome de Enzo Tortora, o apresentador de televisão acusado injustamente de ser um camorrista.

Quando Immacolata atingiu a maturidade econômica e administrativa, o clã estava em crise. Prisões e confissões de arrependidos tinham destruído o minucioso e preciso trabalho de dona Anna. Mas Immacolata aplicou tudo em cimento. Ela dirigia também uma fábrica de tijolos de cimento no centro de Afragola. A empresária fez de tudo para ligar-se ao clã dos Casalesi, que, mais do que qualquer outro, dominava o campo da construção civil, nacional e internacional. Segundo as investigações da DDA de Nápoles, Immacolata

Capone foi a empresária capaz de levar as empresas dos Moccia a reconquistarem a liderança no campo da construção civil. À sua disposição estava uma empresa chamada MOTRER, uma das mais importantes no setor de terraplenagem do sul da Itália. Tinha criado um impecável mecanismo —

ainda segundo as investigações mencionadas — com o consenso de um político local. O político abria licitações, um empresário as vencias e as dava à dona Immacolata em subempreitada. Creio tê-la visto somente uma vez, justamente em Afragola, enquanto entrava em um supermercado. Suas guarda-costas eram duas moças. Escoltavam-na seguindo-a com um Smart, o pequeno carro de dois lugares que toda mulher da Camorra possui. Pela espessura daquelas portas, entretanto, o Smart parecia blindado. No nosso imaginário, guarda-costas mulheres se parecem com fisiculturistas, com aqueles músculos avantajados que as tornam masculinas. Coxas trabalhadas, peitorais que engoliram os seios, bíceps hipertrofiados, pescoços de touro. As guarda-costas que eu vi, ao contrário, nada tinham daquilo. Uma baixinha de bunda grande e mole, usando uma tinta excessivamente preta no cabelo, e a outra, magra, espigada. As roupas chamaram minha atenção, eram muito bem cuidadas; ambas vestiam alguma coisa que lembrava as cores do Smart, um amarelo fluorescente. Uma delas usava uma camiseta da mesma cor do carro, enquanto a mulher ao volante estava de óculos de armação amarela.

Um amarelo que não podia ter sido escolhido ao acaso, nem tampouco usado por coincidência. Era um dos toques de profissionalismo. A

mesma tonalidade de amarelo que Uma Thurman usa como motociclista em Kill Bill, de Quentin Tarantino, filme onde, pela primeira vez, os protagonistas são mulheres criminosas de primeira linha. Aquele amarelo da roupa que Uma Thurman veste também está no cartaz do filme, com a espada de samurai desembainhada e que fica nos olhos e talvez também nas papilas gustativas.

Um amarelo assim tão falso que se torna símbolo. A empresa vencedora deve

transmitir uma imagem de sucesso. Nada é deixado ao acaso, nem mesmo a cor do carro ou alguma divisa nas guarda-costas. Immacolata Capone deu o exemplo num momento em que muitas mulheres com títulos e níveis diversos nos clãs, querendo escolta feminina, cuidavam de dar-lhes harmonia de estilo e imagem.

Alguma coisa para ela, porém, não ia nada bem. Talvez tivesse invadido territórios que não fossem seus, talvez conservasse segredos com os quais pudesse chantagear alguém. Não se sabe. O fato é que Immacolata Capone foi assassinada em março de 2004, em Sant'Antimo, a cidade do seu companheiro. Estava sem escolta. Talvez não pensasse estar correndo perigo.

A execução ocorreu no centro da cidadezinha. Os killers estavam a pé.

Immacolata Capone, quando percebeu que estava sendo seguida, começou a correr; as pessoas em volta pensaram que ela talvez tivesse sido roubada e estivesse perseguindo os ladrões, mas sua bolsa continuava a tiracolo. Ela corria apertando a bolsa instintivamente contra o peito para que não se soltasse ou caísse, o que tornaria mais difícil a corrida para salvar-lhe a vida.

Immacolata entrou num açougue, mas não teve tempo de refugiar-se atrás do balcão. Alcançaram-na antes e pousaram o cano da pistola em sua nuca. Dois tiros secos. O atraso cultural que poupava as mulheres do sacrifício e do qual Anna Mazza se aproveitara tinha sido superado. O crânio afundado pelos projéteis e o rosto imerso no sangue denso demonstraram o novo curso da política dos clãs: nenhuma diferença entre homem e mulher. Nenhum presumível código de honra. O matriarcado dos Moccia, porém, agiu lentamente, mantendo-se sempre pronto para os grandes negócios, controlando um território com investimentos meticulosos e transações financeiras de primeira ordem, dominando a aquisição de terrenos, evitando vinganças e alianças de clãs que pudessem vir a ter ingerência nos negócios da família.

Atualmente, sobre um território dominado por suas empresas, ergue-se o maior complexo Ikea da Itália, ou seja, o mais extenso canteiro de obras de alta velocidade do Mezzogiorno italiano está justamente na sua região. Pela enésima vez, em outubro de 2005, o prefeito do município de Afragola foi destituído por motivo de infiltração camorrista. As acusações são pesadas, de mais de 250 pessoas contratadas, todas ligadas por estreito vínculo de parentesco ao clã Moccia, escolhidas e solicitadas por um grupo de vereadores de Afragola ao presidente de uma grande empresa comercial.

Na decisão de destituir o conselho pesaram também algumas concessões de construção dadas em violação às normas. Há megaestruturas e terrenos de propriedade dos boss envolvidos, e fala-se também do hospital que deveria ser construído sobre terrenos adquiridos pelo clã Moccia, em concomitância com os debates na Câmara Municipal. Terrenos adquiridos a preço baixo, baixíssimo, que, depois de prontos para a construção do hospital, são vendidos obviamente a preços astronômicos. Um lucro de 600% sobre o preço inicial. Um lucro que somente as mulheres dos Moccia poderiam obter.

Mulheres em trincheiras para defender os bens e as propriedades do clã, como fez Anna Vollarò, neta do boss do clã de Portici, Luigi Vollarò. Tinha 29

anos quando os policiais se apresentaram para sequestrar mais um, o enésimo negócio da família, uma pizzaria. Ela pegou uma garrafa de gasolina, entornou no próprio corpo e, com um isqueiro, ateou fogo. Para evitar que alguém tentasse apagar as chamas, começou a correr como louca. Terminou batendo contra um muro, e o reboco empreteceu completamente, igual a um fio elétrico quando entra em curto-circuito. Anna Vollarò imolou-se para protestar contra o sequestro de um bem adquirido com capitais ilícitos, que ela considerava somente o resultado de um percurso empresarial normal, natural.

Na praxe criminosa, acredita-se que os que atuem através das armas desempenhem, uma vez alcançado o sucesso, o papel de empresários. Não é assim ou, pelo menos, nem sempre. Um exemplo disso é a luta de clãs em Quindici, uma pequena localidade, província de Avellino, que sofre há anos com a presença asfixiante e perene dos clãs Cava e Graziano. As duas famílias estão sempre em guerra, as mulheres constituem o verdadeiro fulcro econômico. O terremoto de 1980 destruiu o Valle di Lauro, e a chuva de milhões de liras para a sua

reconstrução deu origem a uma burguesia empresarial camorrista. Entretanto, em Quindici acontece alguma coisa a mais e diferente de tudo que se passa em todas as outras zonas da região da Campânia: não acontece só uma luta entre facções, mas uma vingança familiar que ao longo dos anos já registrou mais de quarenta emboscadas ferozes que aumentam as lutas entre os dois núcleos adversários. Ali se ergue uma carga de ódio insano que contagia, como uma doença da alma, todos os representantes das duas famílias, por diversas gerações. A cidadezinha assiste impotente à arena em que se descarregam massacres entre as duas facções. Os Cava, nos anos 1970, representavam uma costela dos Graziano. A luta nasceu quando chegaram a Quindici, nos anos 1980, 100 milhões de liras para a sua reconstrução pós-terremoto, uma cifra que acendeu o conflito por causa de discordâncias quanto às quotas de empreitadas e percentuais a repartir. Os capitais que chegaram fizeram ambas as famílias erguerem, através da gestão das mulheres dos dois clãs, pequenos impérios de construções. Um dia, quando o prefeito eleito pelos Graziano estava no seu gabinete, um comando dos Cava bateu à sua porta. Não dispararam logo, e deram tempo a ele de abrir a janela, sair do seu gabinete e escapar sobre os telhados das casas, fugindo do atentado. O clã Graziano teve eleitos uma fila de cinco prefeitos, dos quais dois mortos por assassinato e três destituídos pelo presidente da República, em razão de suas relações com a Camorra. Houve um momento, porém, em que as coisas pareciam poder mudar. Uma jovem farmacêutica,

Olga Santaniello, foi eleita prefeita. Somente uma mulher tenaz podia responder ao poder das mulheres dos Cava e dos Graziano. Tentou, de todos os modos, lavar a sujeira do poder dos clãs, mas não conseguiu. Uma gravíssima cheia, ocorrida em 5 de maio de 1998, avançou sobre todo o Valle di Lauro, inundando as casas de água e lama, fazendo as terras tornarem-se lagoas de barro, e as ruas próximas aos canais ficarem imprestáveis. Olga Santaniello morreu afogada. Aquela lama que a sufocou tornou-se duplamente prolífica para os clãs. A cheia trouxe mais dinheiro e, com os novos capitais, aumentou o poder das duas famílias. Houve a eleição de Antonio Siniscalchi, reconfirmado quatro anos depois por via plebiscitária.

Depois da primeira vitória eleitoral de Siniscalchi, da seção de votação saiu uma passeata, da qual participaram prefeito, vereadores e os seus aliados mais próximos. O cortejo chegou ao distrito Brosagro, desfilando diante da casa de Arturo Graziano, conhecido como “guaglione” (“Meninão”), mas não eram para ele os cumprimentos. Destinavam-se, sobretudo, às mulheres dos Graziano que, em fila na sacada da casa, em ordem de idade, recebiam as homenagens do novo

prefeito depois que a morte eliminara definitivamente Olga Santaniello. Em seguida, Antonio Siniscalchi foi preso numa blitz da DDA de Nápoles, em junho de 2002. Segundo as acusações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles, os primeiros fundos para a reconstrução foram destinados às ruas e muros das propriedades e da villa-bunker dos Graziano.

As vilas de Quindici, os esconderijos secretos, as ruas asfaltadas e a iluminação pública são obras da prefeitura que, com o dinheiro público, ajudava os Graziano a ficarem imunes a atentados e emboscadas. Os expoentes das duas famílias viviam entrincheirados atrás de muros altos e vigiados 24 horas por dia por câmeras de circuito fechado.

O boss Biagio Cava foi preso no aeroporto de Nice enquanto estava embarcando para Nova York. Uma vez na prisão, todo o poder passou para as

mãos da filha, da esposa, das mulheres do clã. Só as mulheres apareceram na rua, não eram somente as administradoras ocultas, as mentes, mas se tornaram também o símbolo oficial das famílias, a cara e os olhos do poder.

Quando as famílias rivais se encontravam, trocavam olhares carrancudos, olhares por cima dos ombros, num jogo absurdo em que perde quem baixa os olhos primeiro. A tensão na cidadezinha era altíssima quando as mulheres dos Cava compreenderam que era chegado o tempo de empunhar armas. De empreendedoras deviam tornar-se killers. Aprenderam a atirar nos pátios de suas casas, com música alta para encobrir os tiros das pistolas descarregadas contra sacos de amêndoas provenientes dos seus latifúndios. Já durante as eleições municipais de 2002, começaram a andar armadas pela cidade em seus Audi 80. Eram Maria Scibelli, Michelina Cava e as adolescentes Clarissa e Felicetta Cava, de 16 e 19 anos, respectivamente. Na via Cassesse, o carro das mulheres dos Cava cruzou com um carro dos Graziano. Nele estavam Stefania e Chiara Graziano, de 20 e 21 anos. Do carro das Cava começaram a disparar, mas as mulheres dos Graziano, como se estivessem esperando alguma emboscada, deram um cavalo de pau, aceleraram e escaparam. Os tiros atingiram as janelas laterais e fizeram buracos na lataria, mas não atingiram ninguém. As duas moças retornaram para casa aos gritos. A mãe das duas moças, Anna Scibelli, e o boss Luigi Salvatore Graziano, de 70 anos, patriarca da família, decidiram sair logo e vingar-se da afronta. Partiram todos num Alfa, e atrás deles um carro blindado com quatro pessoas armadas com metralhadoras e fuzis.

Interceptaram o Audi das Cava e o encheram de balas.

O carro de apoio, que impedia que o carro perseguido usasse qualquer via lateral para escapar, com uma ultrapassagem deu uma fechada, obrigando-as a frear. Mas as mulheres dos Cava, depois do confronto anterior em que dispararam balas, com medo de serem interceptadas tinham se livrado das armas, de modo que se encontravam indefesas quando foram interceptadas

pelos Graziano. Assim, pularam para fora do carro tentando escapar a pé. Os Graziano saltaram dos carros e dispararam contra elas. Uma chuva de chumbo atingiu pernas, cabeça, costas, seios, faces, olhos. Caíram todas por terra em poucos segundos, espalhando sapatos, com os pés para o ar. Os Graziano deduziram que estivessem todas mortas, conferiram os corpos, mas não se deram conta de que uma ainda estava viva: Felicetta Cava se salvou. Na bolsa de uma das Cava encontraram um frasco de ácido. Talvez, além de dispararem, quisessem também jogar ácido no rosto de suas inimigas.

As mulheres são, na sua maioria, mais capazes de encarar o crime como se fosse somente coisa de um momento, do juízo de alguém, de um degrauzinho pisado e logo superado. Isso as mulheres dos clãs mostram claramente. Elas se sentem ofendidas, ultrajadas quando chamadas de camorristas, criminosas.

Como se criminoso fosse só um julgamento sobre um ato, não um gesto objetivo, um comportamento. Mas somente uma acusação. Até hoje, diferentemente dos homens, nenhuma mulher boss da Camorra se arrependeu. Nunca.

Em defesa feroz dos bens de sua família, sempre esteve Erminia Giuliano, conhecida como Celeste por causa da cor de seus olhos, a bela e vistosa irmã de Carmine e Luigi, os boss de Forcella, que — segundo as investigações da promotoria — é a referência absoluta do clã quando se trata da gestão de bens imóveis e de capitais de investimento no setor comercial. Celeste encarna a imagem da napolitana clássica, da camorrista arrogante do centro histórico, os cabelos tingidos de louro platinado, os olhos claros e frios, sempre afogados como gemas em fortes traços de delineador preto. Ela dirigia as atividades econômicas e legais do clã. Em 2004, foram confiscados dos Giuliano os bens nascidos da sua atividade empresarial: 28 milhões de euros, o verdadeiro pulmão econômico do clã. Tinham um conjunto de cadeias de lojas em Nápoles e no interior, e uma empresa titular de uma marca que se

tornou famosíssima, por meio da habilidade da empresa e da proteção armada e econômica do clã. Uma marca que tem uma rede de franchising composta por 56 pontos de vendas na Itália, Tóquio, Bucareste, Lisboa e Tunísia.

O clã Giuliano, hegemônico nos anos 1989 e 1990, nasceu no ventre mole de Nápoles, em Forcella, o quarteirão que reivindica para si toda a mitologia da tradição, toda a lenda de ser o umbigo podre do centro histórico napolitano. Os Giuliano parecem um clã saído do nada, pouco a pouco emerso da miséria, do contrabando de prostitutas, das extorsões de porta em porta, e até dos sequestros. Uma dinastia enorme baseada em primos, netos, tios, parentes. Chegaram ao ápice do poder no final dos anos 1980 e agora são portadores de uma espécie de carisma que não tem como desaparecer. Ainda hoje, quem quiser comandar alguma coisa no centro histórico deve confrontar-se com os Giuliano. Um clã saído do colo da miséria e com horror de voltar a ser miserável. Uma das afirmações de Luigi Giuliano, o rei de Forcella, que mais demonstrou seu desgosto pela miséria, foi registrada pelo cronista Enzo Perez. Ele lhe disse: “Eu não estou de acordo com Tommasino, eu até gosto de presépio, mas são os pastores que me dão nojo!”

O perfil do poder absoluto do sistema camorrista assume cada vez mais os traços femininos. Mas também os seres mais sofridos, mais massacrados pelos tratores do poder são as mulheres. Annalisa Durante, morta em Forcella no dia 27 de março de 2004, num fogo cruzado, tinha 14 anos. Quatorze anos.

Quatorze. Repetir isso é como passar uma esponja de água gelada ao longo da coluna. Fui ao funeral de Annalisa Durante. Cheguei cedo à igreja de Forcella.

As flores ainda não tinham chegado, mas havia manifestações escritas por todo lado, mensagens de condolências, lágrimas, depoimentos dilacerantes de colegas de escola. Annalisa foi assassinada. Uma noite quente, talvez a primeira noite realmente quente dessa estação terrivelmente chuvosa,

Annalisa decidiu passá-la na entrada do prédio de uma amiga. Usava um vestidinho bonito e quente que aderiria ao seu corpo tonificado, já bronzeado.

Essas noites parecem feitas para encontrar namorados, e 14 anos para uma mocinha de Forcella é a idade propícia para começar a escolher um possível namorado a ser conduzido até o matrimônio. As moças de

14 anos do quarteirão popular de Nápoles já parecem mulheres vividas. Os rostos são fortemente maquiados, os seios são transformados em duríssimos melõezinhos pelos sutiãs push-up, calçam botas com saltos finíssimos que põem em perigo os tornozelos. Devem ser equilibristas para sustentar o vertiginoso caminhar sobre o basalto, pedra vulcânica que reveste as ruas de Nápoles — sempre inimiga de todo sapato feminino. Annalisa era bonita.

Muito bonita. Com a amiga e uma prima estava escutando música, todas três lançando olhares aos rapazes que passavam em suas motos, empinando, fazendo barulho com os pneus, empenhando-se em rachas perigosíssimos entre carros e pessoas. Um jogo de sedução atávico, sempre idêntico. A música preferida das moças de Forcella é a dos neomelódicos, cantores populares de um circuito que vende muito nos quarteirões populares napolitanos, mas também nos de Palermo e Bari. Gigi D'Alessio é o mito absoluto. O que conseguiu sair daquele pequeno circuito e impor-se em toda a Itália. Os outros, centenas de outros, permaneceram pequenos ídolos de bairro, divididos por zona, prédio, rua. Cada um tem o seu cantor. De repente, porém, enquanto o rádio solta no ar o agudo rouco dos neomelódicos, duas motos, acelerando ao máximo, perseguem alguém que escapa, devora a rua com os pés. Annalisa, sua prima e a amiga não entendem, pensam que estão brincando, talvez se desafiando. Depois os disparos. Balas batem e rebatem por todo lado. Annalisa cai por terra. Duas balas a atingiram. Todos fugiram. As primeiras caras que começam a sair de trás de balcões, sempre disponíveis a proteger transeuntes, começam a gritar

“ambulância, hospital”, e o quarteirão inteiro se enche de curiosidade e apreensão.

Salvatore Giuliano é um nome importante. Chamar-se assim parece já ser condição suficiente para comandar. Mas aqui, em Forcella, não é a recordação do bandido siciliano que confere autoridade a esse rapaz. É somente o seu sobrenome. Giuliano. A situação ficou pior depois da decisão de falar, tomada por Lovigino Giuliano, um arrependido. Ele traiu seu clã para evitar a prisão perpétua. Mas, como sempre acontece nas ditaduras, mesmo se o chefe sai de cena, nenhum outro, senão um dos seus homens, pode tomar o lugar. Os Giuliano, portanto, mesmo com a marca da infâmia, continuavam a ser os únicos em condições de manter relações com os grandes corredores do narcotráfico e impor a lei da proteção. Com o tempo, porém, Forcella se cansa. Não quer mais ser dominada por uma família de infames, não quer mais prisões e polícia. Quem quer tomar o lugar deles deve eliminar o herdeiro, deve impor-se oficialmente como soberano e

expulsar a raiz dos Giuliano, o sucessor, ou seja, Salvatore Giuliano, o neto de Lovigino. Aquela noite era o dia estabelecido para oficializar a hegemonia, para tirar de cena o pimpolho que estava crescendo e mostrar a Forcella o início de um novo domínio. Seguiram-no, esperaram, marcaram. Salvatore caminha tranquilo, mas se dá conta, subitamente, de estar na mira. Escapa. Os assassinos o seguem, ele corre, quer achar uma saída. Começam os disparos. Giuliano muito provavelmente passa na frente das três moças, aproveita-se delas como escudo e, na confusão, tira uma pistola e começa a disparar. Com alguns disparos consegue fugir, e os killers não o alcançam. Quatro foram as pernas que correram para dentro do prédio procurando refúgio. As meninas se olharam, falta Annalisa. Saem. Está no chão, sangue por todo lado, uma bala abriu-lhe a cabeça.

Na igreja, eu consigo me aproximar do altar. Lá está o caixão de Annalisa.

Dos quatro lados há guardas em uniforme de gala, uma homenagem da região da Campânia à família da moça. O caixão está cheio de flores brancas. Um celular, o seu celular, é colocado perto da base do féretro. O pai de Annalisa se lamenta, se agita, balbucia alguma coisa, se levanta, mexe as mãos nos bolsos.

Chega perto de mim, mas não é comigo que fala: “E agora? E agora?” E logo desata a chorar e todas as mulheres da família começam a gritar, a bater-se, a abaixar e levantar-se com gritos agudíssimos. Logo que o chefe de família para de chorar, todas as mulheres retomam o silêncio. De trás entrevejo os bancos com as meninas, amigas, primas, vizinhas de Annalisa. Elas imitam suas mães nos gestos, no pôr a mão na cabeça em sinal de inconformismo, nas cantilenas que repetem: “Isso não está acontecendo, não é possível.”

Sentem-se investidas de um papel importante: confortar. E disso nasce seu orgulho. Um funeral para vítimas da Camorra é uma iniciação comparável à primeira menstruação ou à primeira relação sexual. Tal como as suas mães, com esse evento tomam parte ativa na vida do bairro. Têm as câmeras de TV

viradas para elas, os fotógrafos, todos parecem existir para elas. Muitas dessas mocinhas se casarão dentro de não muito tempo com camorristas, de alto ou baixo grau. Pushers ou administradores. Killers ou contadores. Muitas delas terão filhos assassinados e farão fila na prisão de Poggioreale para levar notícias e dinheiro aos maridos presos. Agora, porém, são apenas meninas de preto, sem esquecer os jeans de cintura baixa e as calcinhas minúsculas aparecendo. É um

funeral, mas estão vestidas com capricho. Perfeito. Choram uma amiga, sabendo que esta morte fará delas mulheres. E, não obstante a dor, não viam a hora desse momento chegar. Penso no eterno retorno das leis desta terra. Penso que os Giuliano chegaram ao máximo do seu poder quando Annalisa não tinha nem nascido ainda e sua mãe era uma mocinha que convivia com mocinhas que depois se tornaram mulheres dos Giuliano e de seus aliados, e que, quando adultas, ouviram a música de D'Alessio,

ovacionaram Maradona, que, com os Giuliano, sempre compartilhou cocaína e festinhas. Memorável a foto de Diego Armando Maradona na piscina em forma de concha de Lovigino. Vinte anos depois, Annalisa morre enquanto estavam perseguindo e disparando contra um Giuliano, enquanto um Giuliano respondia ao fogo, usando-a como escudo ou talvez simplesmente passando ao lado dela. Um percurso histórico idêntico, eternamente igual.

Eterno, trágico, perene.

A igreja já está superlotada. A polícia e os carabinieri estão nervosos. Não entendo. Agitam-se, perdem a paciência por nada, caminham nervosos. Vejo alguns movimentos. Distancio-me da igreja e percebo que um carro dos carabinieri divide a turba de pessoas que acorrem ao funeral, um grupo de indivíduos muito bem-vestidos, sobre motos grandes e luxuosas, em carros sem capota, sobre Scooters possantes. São os membros do clã Giuliano, os últimos fidelíssimos de Salvatore. Os carabinieri temem que possam surgir insultos entre estes camorristas e a multidão, e que possa começar alguma briga. Por sorte não acontece nada, mas a presença dos Giuliano é profundamente simbólica. Atestam que ninguém pode dominar no centro histórico de Nápoles sem que eles queiram ou, pelo menos, sem a mediação deles. Mostram a todos que estão ali e ainda são os chefes, apesar de tudo.

O caixão branco sai da igreja, uma turba se aperta para tocá-lo, muitos desmaiam, os gritos ferozes começam a furar os tímpanos. Quando o féretro passa debaixo da casa de Annalisa, a mãe, que não conseguiu assistir à missa na igreja, tenta se jogar da varanda. Grita, agita-se, balança os braços, seu rosto está inchado e vermelho. Um grupo de mulheres a segura. A trágica cena de sempre acontece. Sejamos bem claros, o pranto ritual, as cenas de dor não são jogos ou fingimentos. Nada disso. Mostram, porém, a condenação cultural em que vive até agora grande parte das mulheres napolitanas, obrigadas ainda a apelar para fortes comportamentos simbólicos para atestar

a sua dor e torná-la reconhecível à comunidade inteira. Apesar de

tremendamente verdadeira, esta dor frenética aparentemente mantém as características de uma teatralização.

Os jornalistas se aproximam. Antonio Bassolino e Rosa Russo Iervolino estão aterrorizados, temem que o bairro possa revoltar-se contra eles. Não acontece, as pessoas de Forcella aprenderam a tirar vantagem da política e não querem fazer inimigos. Alguém aplaude as forças da ordem. Alguns jornalistas se excitam com este gesto. Carabinieri exaltados na terra da Camorra. Que ingenuidade. Aqueles aplausos foram uma provocação.

Melhor os carabinieri que os Giuliano. Eis o que querem dizer. Algumas câmeras de TV tentam colher testemunhos, aproximam-se de uma velhinha de aspecto frágil. Ela pega subitamente o microfone e grita: “Por causa daqueles... meu filho fará cinquenta anos de cadeia! Assassinos!”

O ódio contra os arrependidos é celebrado. A turba se espreme, a tensão é alta. Pensar que uma moça está morta porque decidiu ir ouvir música, junto com amigas, debaixo de um portão em uma noite de primavera faz o estômago revirar. Sinto náusea. Preciso ficar calmo. Devo entender, se possível. Annalisa nasceu e viveu neste mundo. Suas amigas falavam de uma escapada sua de moto com rapazes do clã, ela mesma teria se enamorado de um belo rapaz rico, capaz de fazer carreira no Sistema, ou talvez de um corajoso rapaz que se acabava o dia todo para ganhar um pouco de dinheiro.

O seu destino teria sido o de trabalhar em uma fábrica clandestina de bolsas, dez horas por dia, 500 euros por mês. Annalisa ficara impressionada com a marca na pele que têm as operárias que trabalham com couro. No seu diário registrou: “As moças que trabalham com bolsas têm sempre as mãos pretas, ficam o dia inteiro trancafiadas na fábrica. Até a minha irmã Manu, mas pelo menos o patrão não a obriga a trabalhar quando ela não se sente bem.”

Annalisa torna-se símbolo trágico porque a tragédia se completa no seu

aspecto mais terrível e consubstancial o assassinato. Aqui, porém, não existe um instante em que a tarefa de viver não se pareça com uma condenação à prisão, uma pena a ser descontada por meio de uma existência lenta, idêntica, veloz, feroz. Annalisa é culpada por ter nascido em Nápoles. Nada mais, nada menos. Enquanto o corpo de Annalisa é levado embora no caixão branco, a colega de banco de escola faz tocar o celular da amiga. Toca sobre o caixão: é o novo

réquiem. Um toque contínuo, depois musical, invocando uma melodia suave. Ninguém responde.

Segunda Parte





Kalashnikov

Passei os dedos em cima. Fechei também os olhos. Deslizava a ponta do dedo indicador sobre toda a superfície. De alto a baixo. Depois, quando tocava o buraco, meia unha não passava por ele. Fiz isso em todas as vitrines. Às vezes dava para enfiar o dedo inteiro nos buracos, outras vezes só a metade. Depois aumentei a velocidade, percorrendo a superfície lisa, desordenadamente, como se meu dedo fosse uma espécie de verme enlouquecido que entrava e saía dos buracos, passava por eles, correndo daqui para ali sobre o vidro, por pura diversão. Até que me cortei. Continuei passando o dedo na vitrine, deixando um risco aquoso vermelho-púrpura. Abri os olhos. Senti uma dor sutil, imediata. O buraco estava cheio de sangue. Parei de dar uma de idiota e comecei a chupar o ferimento.

Os furos dos kalashnikov são perfeitos. Ficam impressos violentamente

nos vidros blindados, escavando, furando, parecendo cupins que roem e fazem um túnel. Os tiros de fuzil vistos de longe dão uma estranha impressão, como se fossem dezenas de bolinhas nascidas no coração do vidro, entre as diversas camadas blindadas. Quase nenhum comerciante substitui os vidros depois de uma rajada de kalashnikov. Alguns espremem silicone dentro dos buracos, outros os cobrem com fitas adesivas pretas, mas a maior parte deixa assim como está. Uma vitrine blindada de uma loja pode custar até 50 mil euros, então é melhor ficar com esta decoração da violência. E depois, no fundo, quem sabe até se tornem uma atração para os clientes que se detêm em frente a elas, curiosos, perguntando-se o que terá acontecido, entretendo-se com o proprietário do lugar, quem sabe até comprando alguma coisa a mais do que planejavam. Em vez de substituir os vidros blindados, espera-se que na próxima rajada a vitrine imploda. Se isso acontecer, a seguradora pagará, porque, se de manhã cedo, ao chegarem, as mercadorias tiverem desaparecido, a rajada de fuzil passará a ser considerada um assalto.

Disparar em vitrines nem sempre é um gesto de intimidação, um recado através das balas, mas sim uma necessidade estratégica. Quando chegam novos lotes de kalashnikov, é preciso testá-los. Ver se funcionam, notar se os canos estão bem colocados, ganhar intimidade, verificar se os carregadores não emperram. Eles bem que poderiam experimentar os fuzis em alguma fazenda, sobre vidros de velhos carros blindados, sobre portas que não se abrem, mas testá-los na cidade talvez seja um modo de lembrar que não há nada que não possa ser deles, e que tudo, no fundo, é uma concessão momentânea, uma permissão que só eles podem dar. Uma permissão, nada mais do que uma permissão que pode ser revogada a qualquer momento. E

depois há também uma vantagem indireta, pois as vidraçarias com os melhores preços de vidros blindados são todas vinculadas aos clãs. Logo, quanto mais vitrines quebradas, mais dinheiro para as vidraçarias.

Na noite anterior, uns trinta kalashnikov tinham chegado do Leste. Da Macedônia. A rota Skopje-Gricignano d'Aversa, uma viagem rápida, tranquila, encheu as garagens da Camorra de metralhadoras e fuzis. A Camorra, tão logo caiu a cortina socialista, procurou os dirigentes dos partidos comunistas em decadência. Na mesa de negociações, tomaram assento representando o Ocidente poderoso, capaz e silencioso. Sabendo da crise, os clãs adquiriram informalmente dos países do Leste — Romênia, Polônia, ex-Iugoslávia — depósitos inteiros de armas, pagando durante anos os salários aos depositários, aos plantonistas, aos oficiais encarregados da conservação dos

armamentos. Em resumo, uma parte da defesa daqueles países foi sustentada pelos clãs. O melhor modo, na verdade, de esconder as armas é mantê-las nos quartéis. Por isso, no decorrer dos anos, não obstante as trocas de dirigentes, as lutas internas e as crises, os boss foram abastecidos, não pelo mercado negro de armas, mas pelos arsenais dos exércitos do Leste que estavam totalmente à sua disposição. Os fuzis, dessa vez, vinham empilhados em caminhões militares que ostentavam nas laterais o símbolo da OTAN. Grandes carretas roubadas das garagens americanas que, graças àquela inscrição, podiam rodar tranquilamente pela Itália. Em Gricignano d’Aversa, a base da OTAN é um pequeno colosso inacessível, plantado no centro de uma planície. Uma estrutura construída pelos Coppola, como de resto tudo nessa parte. Não se veem quase nunca os americanos. Os controles são raros. Os caminhões da OTAN têm máxima liberdade e, assim, quando chegaram com as armas na cidade, os motoristas até pararam para um café da manhã, até molharam o brioche no cappuccino enquanto perguntavam aos que encontravam onde podiam contratar “uns negros para descarregar a mercadoria rapidamente”. Essa palavra colocada assim, no final da frase,

“rapidamente”, todos sabem o que significa. As caixas de armas são só um pouco mais pesadas do que as de tomate. Os rapazes africanos podem ganhar

um extra depois do trabalho, recebendo dois euros por caixa, o quádruplo do que recebem nas fazendas por uma caixa de tomates ou de maçãs.

Certa vez, li numa revista da OTAN, dedicada aos familiares dos militares no exterior, um pequeno artigo dirigido a quem tivesse que vir a Gricignano d’Aversa. Traduza o trecho e o escrevi em uma agenda, para recordá-lo. Dizia:

“Para entender onde estão indo morar, devem imaginar os filmes de Sérgio Leone. É como o faroeste: há quem comande, há tiroteios, regras não escritas e inatacáveis. Mas não devem se preocupar, porque, em relação aos cidadãos e aos militares italianos, há muito respeito e hospitalidade. Em todo caso, só saiam do condomínio fechado se estritamente necessário.” Aquele jornalista ianque me ajudou a entender melhor o lugar onde vivo.

Naquela manhã, encontrei Mariano no bar, tomado de uma estranha euforia. Estava diante do balcão, excitadíssimo. Tomava um martíni nas primeiras horas da manhã.

“O que foi?”

Todos que iam chegando logo perguntavam. Até mesmo o barman se recusou a encher-lhe o quarto copo. Mas ele não respondia, como se os outros pudessem muito bem entender sozinhos.

“Eu ainda quero conhecê-lo, disseram que ainda está vivo. Mas será verdade?”

“O que é que é verdade?”

“Mas como é que ele fez? Vou pegar férias e vou conhecê-lo...”

“Mas quem? O quê?”

“Imagem: é leve e preciso, e pode disparar vinte, trinta balas, e nem sequer se passaram cinco minutos... é uma invenção genial!” Estava extasiado.

O barman o olhou como quem olha um menino que penetrou pela primeira vez uma mulher, traz no rosto uma expressão inconfundível, a mesma de Adão. Depois foi entender de onde provinha essa tal euforia. Mariano tinha

experimentado pela primeira vez um kalashnikov e ficara tão bem impressionado com o equipamento que queria conhecer pessoalmente o seu inventor, Mikhail Kalashnikov. Nunca tinha disparado em ninguém. No clã, ele assegurava a distribuição de certa marca de café em diversos bares do território. Era muito jovem, formado em economia e comércio, e já era responsável por dezenas de milhões de euros, já que são tantos os bares e as empresas de café que estão na rede comercial do clã. O chefe de zona, porém, não queria que seus homens, formados ou não, soldados ou dirigentes comerciais, não fossem capazes de disparar uma arma, e assim colocaram nas mãos deles o tal fuzil. De noite, Mariano tinha descarregado ao acaso balas em diversas vitrines, escolhendo os bares. Não era uma advertência, mas, enfim, mesmo que ele não soubesse por que estava atirando naquelas vitrines, os proprietários com certeza encontrariam um bom motivo. Afinal, há sempre um motivo para alguém se sentir em falta. Mariano falava do fuzil com um tom ameaçador e profissional: AK-47. O nome oficial do fuzil mais célebre do mundo. Um nome até simples, em que AK está para “avtomat kalashnikova”, ou “automática de Kalashnikov”, e 47 se refere ao ano da sua seleção como arma para o exército soviético. As armas frequentemente têm nomes cifrados, letras e números que deveriam selar a sua potência letal, símbolo da impiedade. Na realidade, são nomes banais dados por qualquer

suboficial encarregado de rubricar, no arsenal, tanto novas armas como novos parafusos. Os kalashnikov são leves e fáceis de manear, requerem uma manutenção muito simples. Seu forte consiste no municiamento intermediário: nem muito pequeno como os dos revólveres, para evitar perder potência de fogo, nem muito grande para evitar o coice e a escassa agilidade de uso e precisão da arma. A manutenção e a montagem são tão simples, que os rapazes da ex-União Soviética as aprendiam nos bancos de escola, na presença de um responsável militar, num tempo médio de dois

minutos.

A última vez que eu ouvira tiros de fuzil tinha sido alguns anos antes.

Perto da universidade de Santa Maria Capua Vetere, se não me falha a memória, há um cruzamento. Quatro viaturas fecharam o carro de Sebastiano Caterino, um camorrista de longa data, amigo de Antonio Bardellino, o capo dos boss da Camorra de Caserta nos anos 1980 e 1990, e o massacraram com uma orquestra de kalashnikov. Quando Bardellino desapareceu e a direção mudou, Caterino conseguiu escapar e livrar-se da matança. Durante 13 anos não saiu de casa, viveu escondido, pondo o nariz para fora à noite, camuflando-se, cruzando o portão de sua fazenda em carros blindados, vivendo a vida fora da sua cidade. Pensava ter encontrado uma nova identidade depois de tantos anos de silêncio. Acreditava que o clã rival, já esquecido do passado, não atacaria mais um velho líder como ele. E, assim, se pôs a erguer um novo clã em Santa Maria Capua Vetere, a velha cidade romana, que se tornara seu feudo. O sargento de San Cipriano D'Aversa, cidade de Caterino, quando chegou ao lugar do crime, disse uma única frase:

“Machucaram-no muito.” Aqui, de fato, o tratamento que reservam a alguém é avaliado com base nos golpes desferidos. Se matam com delicadeza, um tiro na cabeça ou na barriga, entende-se que foi uma operação necessária, cirúrgica, sem rancores. Fincar mais de duzentas balas no carro e mais de quarenta no corpo é um modo absoluto de eliminar o inimigo da face da Terra. A Camorra tem uma memória longuíssima e capaz de uma paciência infinita. Treze anos, 156 meses, quatro kalashnikov, duzentos tiros, uma bala para cada mês de espera. Em certos territórios, as armas carregam também os traços da memória, conservam em si mesmas, com ódio, uma condenação que depois cospem no momento justo.

Naquela manhã, eu passava os dedos pela decoração dos fuzis com a mochila nas costas. Estava pronto para viajar, ia ver meu primo em

Milão. É

estranho, mas com qualquer pessoa que se fale, qualquer que seja o motivo da viagem, basta dizer que se está partindo para logo se receber votos de boa sorte, cumprimentos e premonições entusiasmadas. “É assim que se faz. Você faz muito bem. Eu também faria a mesma coisa.” Não é necessário acrescentar o motivo da viagem. Significa algo melhor do que continuar vivendo nessa região. Quando me perguntam de onde sou, nunca respondo.

Gostaria de dizer do Sul, mas me parece muito evasivo. Quando alguém me pergunta no trem, olho para o chão e finjo não ter ouvido, e logo me vem à mente o livro *Conversa Sicília*, de Elio Vittorini, e corro o risco, se abro a boca, de repetir a fala de Silvestro Ferrato. Mas não é o caso. Os tempos mudam, mas os diálogos são os mesmos. Na viagem, porém, me aconteceu de encontrar uma senhora gorducha que mal cabia na poltrona do Eurostar.

Tinha embarcado em Bolonha com uma vontade incrível de falar para enganar o tempo e seu corpo. Insistia em saber de onde eu vinha, o que eu fazia, aonde ia. Tinha vontade de responder, mostrando-lhe a ferida no dedo, e ponto final. Mas deixei para lá. Respondi: “Sou de Nápoles.” Uma cidade tão falada, que basta pronunciar-lhe o nome para ninguém dizer mais nada. Um lugar onde o mal é totalmente mal e o bem, totalmente bem. Adormeci.

Na manhã seguinte, muito cedo, Mariano me ligou ansioso. Estava trabalhando como contador e administrador numa operação muito delicada que alguns empresários da nossa zona estavam fazendo em Roma. João Paulo II estava doente, talvez até já estivesse morto, mas ainda não tinham oficializado a notícia. Mariano me pediu para acompanhá-lo. Desci na primeira estação e retornei. Lojas, hotéis, restaurantes, supermercados precisavam, por poucos dias, de enormes, extraordinárias reposições de todo tipo de produto. Era uma oportunidade de ganhar muito dinheiro. Milhões de pessoas em pouquíssimo tempo desembarcariam na capital, andariam pelas ruas, em longas horas de caminhada, e iam precisar beber, comer,

comprar. Os preços podiam ser triplicados e podia-se vender a qualquer hora, até mesmo à noite, extraindo lucro de cada minuto. Mariano foi chamado por isso, propôs-me fazer-lhe companhia e por essa gentileza me daria algum dinheiro. Nada é de graça. Prometeram a Mariano um mês de férias para poder realizar seu sonho de ir à Rússia conhecer Mikhail Kalashnikov; tinha tido até mesmo garantias de um homem das famílias russas que tinha jurado conhecê-lo. Assim,

Mariano poderia encontrá-lo, olhar nos olhos dele, tocar a mão que tinha inventado aquela arma poderosa.

No dia do funeral do papa, Roma era um formigueiro. Impossível reconhecer as pessoas nas ruas, os percursos das calçadas. Uma única pele havia revestido de carne todo o asfalto, as entradas dos prédios, as janelas, uma lava de gente que parecia aumentar o próprio volume até fazer explodir os canais em que confluía. Por toda parte seres humanos. Em todo lugar. Um cão aterrorizado se escondeu tremendo debaixo de um ônibus, via todo o seu espaço vital violado por pés e pernas. Eu e Mariano paramos no patamar de um prédio. O único protegido de um grupo que tinha decidido cantar por seis horas seguidas uma cançãozinha inspirada em São Francisco. Sentamos e comemos um sanduíche. Eu estava exausto. Mariano, entretanto, não se cansava nunca, toda a energia para trabalhar sem descanso estava sendo paga e isto o fazia sentir-se totalmente ligado.

De repente, ouvi que me chamavam. Antes mesmo de voltar-me, já sabia de quem se tratava. Era meu pai. Há dois anos que não nos víamos, tínhamos vivido na mesma cidade sem nunca nos encontrarmos. Incrível encontrarmo-nos assim no labirinto de carne romano. Meu pai estava desconcertado. Não sabia como me cumprimentar e talvez nem mesmo sabia se podia fazê-lo como gostaria. Mas estava eufórico como quando se sabe que, em poucas horas, acontecerão coisas boas, coisas que não poderão se repetir e que deverão ser sentidas em profundidade, porém velozmente, por medo de

perder outras felicidades no pouco tempo que restar. Aproveitou que uma empresa romena tinha baixado os preços dos voos para a Itália, por causa da morte do papa, e comprou passagens para toda a família da sua companheira.

Todas as mulheres do grupo tinham um lenço no cabelo e um rosário enrolado no pulso. Impossível saber em qual rua estávamos, lembro-me somente de um enorme lençol que balançava entre dois prédios. “Décimo primeiro mandamento: Não empurres e não serás empurrado.” Escrito em doze línguas. Todos os novos parentes de meu pai estavam contentes.

Contentíssimos de participar de um evento assim tão importante como a morte do papa. Todos sonhavam com a regularização dos imigrantes. Sofrer pelo mesmo motivo, participar de uma manifestação assim imensa e universal era para aqueles romenos a melhor maneira de obter cidadania sentimental e objetiva da Itália,

antes mesmo da legal. Meu pai adorava João Paulo II, o fascínio daquele homem que fazia com que todos beijassem a sua mão o exaltava. Como ele conseguira, sem manifestas exigências e claras estratégias, chegar naquele poder com inigualável popularidade era algo que o intrigava.

Todos os poderosos se ajoelhavam perante ele. Para meu pai, isso bastava para admirar um homem. Eu o vi ajoelhar-se junto à mãe da sua companheira para recitar um terço improvisadamente na rua. Daquele monte de parentes romenos apareceu um menino. Entendi logo que era o filho do meu pai com Micaela. Sabia que ele tinha nascido na Itália para obter a cidadania, mas que, por exigências da família dela, sempre vivera na Romênia. Procurava manter-se agarrado à saia da mãe. Nunca o havia visto antes, mas sabia seu nome.

Stefano Nicolae. Stefano como o pai do meu pai, Nicolae como o pai de Micaela. Meu pai o chamava de Stefano, enquanto sua mãe e tios romenos o chamavam de Nico. Logo se chamaria somente Nico, mas meu pai ainda não tinha tido tempo de se render. Obviamente, o primeiro presente que ele recebeu do pai logo que desceu do avião foi uma bola. Meu pai via pela

segunda vez o filhote, mas o tratava como se tivessem vivido sempre juntos.

Pegou-o nos braços e se aproximou de mim.

“Nico agora vem morar aqui. Nesta terra. Na terra do pai.”

Não sei por que razão, mas o menino se entristeceu, deixou a bola cair no chão e eu consegui pegá-la antes que se perdesse irremediavelmente no meio da multidão.

Lembrei-me do cheiro misturado de maresia e poeira, cimento e lixo. Um cheiro úmido. Lembrei-me de quando tinha 12 anos na praia de Pinetamare.

Meu pai veio ao meu quarto logo que acordou. Talvez fosse domingo: “Você viu que seu primo já sabe atirar? E você? Sabe menos do que ele?”

Levou-me ao Villaggio Coppola, no litoral napolitano. A praia era uma mina abandonada de utensílios devorados pela maresia e envoltos em crostas de cal. Teria ficado ali o dia inteiro encontrando colheres, lenços, sapatos velhos, martelos sem ponta, mas eu não estava ali para

brincar no lixo. Meu pai passeava procurando os alvos, seus preferidos eram as garrafas. As de cerveja Peroni eram as suas prediletas. Colocou as garrafas no capô de um 127

queimado; havia muitos esqueletos de carros. As praias de Pinetamare eram usadas também para desova de carros usados em roubos ou assassinatos.

Ainda me lembro bem da Beretta 92 Fs do meu pai. Era toda arranhada, parecia grisalha, uma velha senhora pistola. Todos a conhecem como M9 não sei por quê. Ouço mencionarem a arma com esse nome: “Te meto uma M9 na cara; vou precisar sacar uma M9?” Meu pai pôs a Beretta na minha mão. Eu a achei muito pesada. A coronha da pistola é áspera, parece feita de lixa, pinica a palma da mão e, quando desembainhada, parece arranhar com os seus microdentes. Meu pai me mostrava como tirar o dispositivo de segurança, armar a pistola, esticar o braço, fechar o olho direito, se o alvo estava à esquerda, e apontar.

“Roberto, o braço deve estar relaxado mas firme. Ou seja, tranquilo mas não flácido... use as duas mãos.”

Antes de apertar o gatilho com toda a força de meus dois indicadores, um sobre o outro, fechei os olhos, levantei os ombros como se quisesse tapar os ouvidos com as omoplatas. O barulho dos disparos ainda hoje me causa um tremendo asco. Devo ter algum problema com os tímpanos. Fico aturdido por meia hora depois de um disparo.

Em Pinetamare, os Coppola, família de empresários muito importantes, construíram o maior conglomerado urbano ilegal do Ocidente. Oitocentos e sessenta e três mil metros quadrados ocupados com concreto, este é o Villaggio Coppola. Não pediram autorização. Nem precisavam. Neste território, as disputas por empreiteiras e as licenças são apenas maneiras de aumentar vertiginosamente os custos de produção, já que é preciso azeitar muitas etapas burocráticas. Assim, os Coppola foram diretamente com suas betoneiras. Toneladas de concreto armado tomaram o lugar de uma das matas litorâneas mais bonitas do Mediterrâneo. Foram construídos prédios de cujos interfonos se ouvia o mar.

Quando acertei finalmente o primeiro alvo da minha vida, experimentei um misto de orgulho e sentimento de culpa. Enfim, eu era capaz de atirar, finalmente capaz. Ninguém podia mais me fazer mal. Por outro lado, eu tinha irremediavelmente aprendido a usar um instrumento horrível. Um desses que, depois que se aprende a usar,

nunca mais se esquece. Assim como aprender a andar de bicicleta. A garrafa não explodiu completamente. Tinha até permanecido em pé, quebrada pela metade. A metade direita. Meu pai se distanciou de mim. Fiquei ali com a pistola, mas estranhamente não senti medo, embora cercado de espectros de lixo e metal. Estiquei o braço em direção ao mar e dei dois tiros na água. Atirar no mar me pareceu uma coisa corajosa. Meu pai chegou com uma bola de couro, impressa com a efígie de

Maradona. O prêmio pela pontaria. Depois se aproximou como sempre do meu rosto. Senti seu hálito de café. Estava satisfeito; agora, pelo menos, seu filho não sabia menos do que o filho de seu irmão. Fizemos a recitação de sempre, seu catecismo:

“Roberto, o que é um homem sem diploma e com uma pistola?”

“Um bobo com uma pistola.”

“Muito bem. O que é um homem com diploma e sem uma pistola?”

“Um bobo com um diploma.”

“Bravo. O que é um homem com diploma e com uma pistola?”

“Um homem, papai.”

“Muito bem, Robertino!”

Nico ainda dava passos incertos. Meu pai falava com ele em disparada. O

pequeno não entendia nada. Pela primeira vez ouvia o italiano, ainda que sua mãe tivesse sido bastante esperta fazendo-o nascer aqui.

“Parece com você, Roberto?”

Olhei-o com atenção. E fiquei feliz por ele. Não parecia comigo em nada.

“Para sorte dele, não!”

Meu pai me olhou com a expressão de desilusão de sempre, como se dissesse que nem mesmo como brincadeira ele ouvia de mim aquilo que lhe agradaria. Eu tinha a constante impressão de que meu pai estava sempre brigando com alguém. Como se ele tivesse que lutar numa batalha fazendo alianças, tomando precauções, planejando maquinações. Estar num hotel duas estrelas para meu pai era como

perder prestígio perante todos. Como se tivesse que prestar contas a uma entidade que haveria de castigá-lo com violência, se ele não vivesse na riqueza e com um comportamento autoritário e irônico.

“O melhor, Roberto, é não precisar de ninguém, é saber o que é certo, e ainda assim causar medo. Se você não causar medo em ninguém, se ninguém ao te ver sentir receio, então, no fundo, você não conseguiu crescer.”

Quando íamos comer fora em um restaurante, ele se sentia ofendido pelo fato de, frequentemente, os garçons servirem de imediato, mesmo se entrassem uma hora depois de nós, algumas pessoas da região. Os boss se sentavam e, decorridos poucos minutos, serviam todo o seu pedido. Meu pai os cumprimentava. Mas entre dentes estrilava a vontade de gozar do mesmo respeito. Respeito que consistia geralmente na inveja de ter igual poder, respeito e riqueza.

“Está vendo? São eles que mandam realmente. São eles que decidem tudo!

Há quem comanda as palavras e quem comanda as coisas. Você deve discernir quem comanda as coisas e fingir acreditar em quem comanda as palavras. Mas sempre deve ter a verdade dentro de si. Comanda realmente quem comanda as coisas.” Os comandantes das coisas, como os chamava meu pai, estavam sentados à mesa ao lado. Sempre tinham decidido a sorte dessa terra. Comiam juntos, sorriam. Nos anos seguintes se matariam, deixando rastros de milhares de mortes, como dados estatísticos dos seus investimentos financeiros. Os boss sabiam como contornar o mal-estar de serem servidos antes. Ofereciam o almoço a todos os presentes no local. Mas só depois de terem ido embora, temendo receber agradecimentos e bajulações. Todos teriam o almoço pago, exceto duas pessoas: o professor Iannotto e sua mulher. Não os tinham cumprimentado, e eles não tinham ousado oferecer-lhes o almoço. Mas se fizeram presentes, oferecendo, por intermédio de um garçom, uma garrafa de limoncello. Um camorrista sabe que deve cuidar até mesmo dos inimigos leais, já que são sempre mais preciosos do que os dissimulados. Quando meu pai queria me dar um exemplo negativo, citava o professor Iannotto. Tinham frequentado a escola juntos. Iannotto vivia numa

casa alugada, expulso do seu partido, sem filhos, sempre mal-humorado e malvestido. Dava aulas no ensino médio, e eu me lembro dele sempre brigando com pais que vinham lhe perguntar a qual amigo de escola particular deviam mandar os filhos repetentes para que eles fossem aprovados. Meu pai considerava o professor um

homem condenado. Um morto que caminhava.

“É como quem decide tornar-se filósofo e quem decide tornar-se médico; qual dos dois você acha que decide sobre a vida de uma pessoa?”

“O médico!”

“Isso mesmo. O médico. Porque pode decidir sobre a vida das pessoas.

Decidir. Salvá-las ou não. É assim que se faz o bem somente quando se pode fazer o mal. Se, ao contrário, você é um falido, um bobo, um que não faz nada, então você pode fazer só o bem, mas isso é voluntariado, um bem de meia-tigela. O bem verdadeiro é quando ele é escolhido diante da opção de poder fazer o mal.”

Eu não respondia. Nunca consegui entender o que realmente ele queria me demonstrar. E, no fundo, não consigo nem mesmo agora entendê-lo. Será talvez por isso que me formei em filosofia, para não decidir no lugar de ninguém? Meu pai trabalhou em ambulâncias, como jovem médico, nos anos 1980. Quatrocentos mortos por ano. Numa região onde se matavam até cinco pessoas por dia. Chegava com a ambulância, mas se o ferido estava no chão e a polícia ainda não tinha chegado eram obrigados a esperar para levá-lo. Isso porque, se os killers ficassem sabendo que o ferido não tinha morrido, voltavam, perseguiam a ambulância, faziam-na parar, entravam nela e terminavam o serviço. Tinha acontecido dezenas de vezes, e tanto os médicos quanto os enfermeiros sabiam que deviam ficar parados diante do ferido e esperar que os killers voltassem para terminar a operação. Uma vez, entretanto, meu pai chegou a Giuliano, um lugar populoso, que fica entre

Nápoles e Caserta, feudo dos Mallardo. O rapaz tinha 18 anos, ou talvez menos. Tinham disparado no tórax, mas uma costela havia desviado o tiro. A ambulância chegou logo em seguida porque já estava ali por perto. O rapaz se contorcia, urrava, perdia sangue. Meu pai o carregou. Os enfermeiros ficaram aterrorizados. Tentaram dissuadi-lo, era evidente que os killers haviam disparado sem mirar bem e tinham fugido em algum carro, mas sem dúvida voltariam. Os enfermeiros tentaram conter meu pai: “Vamos esperar. Eles voltam, terminam o serviço e então nós o carregamos na ambulância.”

Meu pai não se continha. Até para morrer há um tempo certo. E 18 anos não lhe pareciam tempo para morrer, nem mesmo para um soldado da Camorra. Colocou o rapaz no carro, levou-o ao hospital e

ele foi salvo. De noite, os assassinos, que não tinham encontrado o alvo como deviam, foram à sua casa. À casa de meu pai. Eu não estava lá, morava com minha mãe. Mas me contaram esse caso tantas vezes, truncado sempre no mesmo ponto, que eu me recordo dele como se eu também tivesse estado lá e tivesse assistido a tudo. Meu pai, parece, foi espancado até sangrar. Durante dois meses não apareceu para trabalhar. Por outros quatro meses não conseguiu olhar na cara de ninguém. Decidir salvar quem deve morrer significa querer partilhar a mesma sorte, porque aqui não se muda nada com a vontade. Não se trata de tomar uma decisão que possa resolver um problema, não se trata de uma tomada de consciência, de um pensamento, de uma escolha que possa realmente dar a sensação de se estar agindo da melhor maneira possível.

Qualquer que seja a coisa certa a fazer, ela será sempre a errada por algum motivo. Essa é a verdadeira solidão.

O pequeno Nico tinha voltado a rir. Micaela tem mais ou menos a minha idade. Ela também, quando disse que ia para a Itália, que ia embora de sua casa, recebeu votos de boa sorte de pessoas que não lhe perguntaram nada,

que não sabiam se ela ia trabalhar como prostituta, esposa, empregada doméstica ou outra coisa. Não sabiam mais nada, exceto que ia embora.

Condição suficiente para ser considerada uma pessoa de sorte. Nico, porém, obviamente nada pensava. Fechava a boca para o enésimo suco que a mãe lhe dava para engordá-lo. Meu pai, para fazê-lo comer, colocou a bola perto dos pés dele. Nico deu um chute com toda a força. A bola bateu nos joelhos, tíbias e pontas de sapatos de várias pessoas. Meu pai correu para recuperar a bola.

Sabendo que Nico o observava, fingiu que driblava uma freira que passava, mas a bola escapou novamente dos seus pés. O pequeno ria, ante centenas de tornozelos que ele via passar diante dos olhos, fazendo-o sentir-se em uma floresta de pernas e sandálias. Ele gostava de ver o pai, nosso pai, cansar-se com sua barriga para pegar aquela bola. Tentei levantar a mão para dar adeus, mas já uma parede de corpos me impedia. Seria impossível alcançar meu pai por uma boa meia hora. Era inútil esperar. Estava realmente tarde. Sua sombra nem mais se via, já que fora engolida pelo estômago da multidão.

Mariano conseguiu encontrar Mikhail Kalashnikov. Ficou um mês no Leste Europeu. Rússia, Romênia, Moldávia: férias-prêmio, presente do

clã. Eu o revi exatamente em um bar em Casal di Principe. O mesmo bar de sempre.

Mariano tinha um grande pacote de fotografias presas com elástico, como se fossem figurinhas de álbum para serem trocadas. Eram retratos de Mikhail Kalashnikov autografados com dedicatórias. Antes de partir, tirou dezenas e dezenas de cópias de uma fotografia de Kalashnikov na divisão do Exército Vermelho, com uma cascata de medalhas no peito; a ordem de Lenin, a medalha de honra da grande guerra patriótica, a medalha da Ordem da Estrela Vermelha, a ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho. Mariano conseguiu encontrá-lo graças à indicação de alguns russos que faziam negócios com os grupos da região casertana, e exatamente através deles tinha sido apresentado ao general.

Mikhail Timofeevič Kalashnikov vivia em um apartamento alugado em um pequeno lugarejo no sopé dos montes Urais, Izhevsk-Ustinov, que até 1991 não constava nem mesmo do mapa. Era um dos numerosos territórios mantidos secretos pela antiga URSS. Kalashnikov era a verdadeira atração do lugar. Criaram para ele uma ligação direta com Moscou, e tinha se tornado uma espécie de atração para turistas de elite. Um hotel perto da sua casa, onde Mariano se hospedou, fazia dinheiro hospedando todos os admiradores do general que esperavam na cidade o seu retorno de qualquer tour pela Rússia ou simplesmente para serem recebidos. Mariano entrou com a filmadora envolvida na palma da mão, na casa do general Kalashnikov e sua mulher. O

general permitira que ele filmasse, pedindo-lhe apenas para não tornar público o filme. Mariano obviamente concordou, sabendo sobretudo que quem tinha mediado o encontro entre ele e Kalashnikov conhecia seu endereço seu telefone, e a sua cara. Mariano se apresentou ao general com um pacote de isopor fechado com durex cheio de cabeças de búfalos estampadas.

Tinha conseguido conservar no porta-luvas do carro aquela caixa com mozzarella de búfala da zona rural do município de Aversa, imersa no leite.

Mariano me mostrava o pequeno filme da sua visita à casa de Kalashnikov no pequeno monitor que se abria ao lado da filmadora. O vídeo saltava, as imagens se agitavam, os rostos balançavam, cada zoom deformava olhos e objetos, a objetiva se fechava entre pulsos e polegares. Parecia o vídeo de uma excursão de escola feito enquanto se salta e corre. A casa de Kalashnikov parecia a datcha de Gennaro

Marino, ou talvez fosse simplesmente uma clássica datcha, mas a única que eu já tinha visto era justamente aquela do boss separatista de Arzano, e então me parecia uma construção igual. A casa da família Kalashnikov tinha as paredes atapetadas com reproduções de Vermeer, e os móveis estavam abarrotados de miniaturas e pequenos objetos

de cristal e madeira. O chão era completamente revestido de tapetes. A um certo ponto do filme, o general pôs a mão na frente da objetiva. Mariano me contou que, saltando com a filmadora e munido de uma boa dose de falta de educação, acabou entrando em uma sala que Kalashnikov não queria de modo algum que fosse parar no vídeo. Em uma caixa preta de metal presa na parede, bem visível atrás do vidro blindado, estava o primeiro modelo kalashnikov, o protótipo construído a partir de desenhos que — segundo a lenda — o velho general (então um desconhecido suboficial) tinha traçado sobre pedaços de papel quando internado em um hospital, ferido por uma bala e desejoso de criar uma arma que tornaria invencíveis os soldados com frio e fome do Exército Vermelho. O primeiro AK-47 da História, mantido escondido como o primeiro centavo ganho pelo tio Patinhas, a famosa number one atrás da vitrine blindada, a Número Um, era mantida distante das garras de Madame Min. Aquele modelo não tinha preço. Por aquela espécie de relíquia militar, muitos teriam realmente dado qualquer coisa. Logo Kalashnikov morrerá, e ela acabará sendo leiloada na Christie's, como as telas de Tiziano e os desenhos de Michelangelo.

Naquele dia, Mariano ficou a manhã toda na casa dos velhos Kalashnikov.

Seu contato russo devia ser realmente influente, já que o general depositava-lhe tanta confiança. A câmera filmou enquanto se sentavam à mesa e uma velhinha miúda abria o invólucro da caixa de mozzarella. Comeram com gosto.

Vodka e mozzarella. Mariano não quis perder nem mesmo esta cena, então pousou a câmera na cabeceira da mesa e filmou tudo. Queria uma prova segura do general Kalashnikov comendo a mozzarella do boss para quem trabalhava. A objetiva posta na mesa pegava de longe um móvel com fotografias de crianças em porta-retratos. Ainda que eu quisesse que aquele vídeo terminasse o mais depressa possível, já que me causava tonteira, não conseguia conter a curiosidade.

“Mariano, todos aqueles são filhos e netos de Kalashnikov?”

“Que nada! São filhos de gente que manda as fotos dos meninos que

têm o nome dele, gente talvez que se salvou graças a um fuzil seu, ou que simplesmente o admira...”

Assim como os cirurgiões, que recebem fotos de crianças que salvaram, foram curadas ou operadas por eles e as colocam em porta retratos sobre as mesas nos seus consultórios como lembrança do êxito de suas profissões, também o general Kalashnikov tinha na sala de casa as fotos das crianças que portavam o nome da sua criatura. Um jornalista italiano em Angola entrevistou um famoso guerrilheiro do Movimento de Libertação, que declarou: “Chamei meu filho de Kalash porque é sinônimo de liberdade.”

Kalashnikov é um velho de 84 anos, vigoroso e bem conservado. É

convidado para ir a toda parte, uma espécie de ícone móvel, substituto do fuzil mais célebre do mundo. Antes de se aposentar como general do Exército, ele recebia um soldo fixo de 500 rublos, na época mais ou menos um valor mensal de 500 dólares. Se Kalashnikov tivesse tido a possibilidade de patentear seu fuzil no Ocidente, agora estaria certamente entre os homens mais ricos do planeta. Calcula-se — com cifras aproximadas para menos —

que mais de 150 milhões de fuzis da família Kalashnikov foram produzidos, todos partindo do projeto original do general. Teria bastado que para cada fuzil produzido ele tivesse recebido um dólar, e agora ele estaria nadando em dinheiro. Mas essa trágica falta de dinheiro não o perturba, ele gerou a criatura, colocou nela seu sopro, e isso parece ser condição suficiente de satisfação. Ou talvez ele tenha algum proveito econômico. Mariano me contou que os admiradores depositavam dinheiro para ele de vez em quando: presentes em dinheiro, milhares de dólares na sua conta, além de doações valiosas da África, como uma máscara tribal de ouro presenteada por

Mobutu, e um trono de marfim entalhado enviado de presente de Bokassa; da China se dizia que tinha recebido até um trem, com locomotivas e vagões, doado a ele por Deng Xiaoping, que sabia das dificuldades do general para subir num avião. Mas isso eram só lendas, palavras lançadas em cadernetas de jornalistas que — não conseguindo entrevistar o general — entrevistavam os operários da fábrica de armas de Izhevsk.

Mikhail Kalashnikov respondia, automaticamente, sempre as mesmas respostas qualquer que fosse a pergunta, servindo-se de um inglês polido, aprendido quando já era adulto, usado como uma chave de fenda para desenroscar um parafuso. Mariano fazia-lhe perguntas

inúteis e genéricas —

uma maneira de diminuir o seu nível de ansiedade — sobre o fuzil: “Não inventei essa arma visando lucro, mas apenas e exclusivamente para defender a pátria mãe na época em que era necessário. Se eu pudesse voltar atrás, faria tudo de novo e viveria da mesma maneira. Trabalhei toda a vida e a minha vida é o meu trabalho.” Uma resposta que repete quando perguntado sobre seu fuzil.

No mundo não existe nada, orgânico ou inorgânico, objeto metálico, elemento químico, que tenha feito mais mortes do que o AK-47. O

kalashnikov matou mais do que a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki, mais do que o vírus HIV, mais do que a peste bubônica, mais do que a malária, mais do que todos os atentados dos fundamentalistas islâmicos, mais do que a soma dos mortos de todos os terremotos que já agitaram a crosta terrestre. Um número exponencial de carne humana impossível até mesmo de ser imaginado. Somente um publicitário conseguiu, num congresso, dar uma descrição convincente: ele disse que para imaginar os mortos feitos pelo fuzil seria preciso encher um recipiente com açúcar, fazendo cair grão a grão por um furo no pacote. Cada grão seria um morto do kalashnikov.

O AK-47 é um fuzil que consegue disparar nas condições mais diferentes.

Incapaz de travar, pronto a disparar mesmo sujo de terra, mesmo encharcado de água, fácil de carregar, com um gatilho macio que pode ser apertado até mesmo por uma criança. Acaso, erro, imprecisão, todos os elementos que fazem salvar a vida durante os conflitos parecem eliminados pela certeza do AK-47, um instrumento que impede que o destino tenha um papel. Fácil de usar, fácil de transportar, dispara com uma eficiência que permite matar sem qualquer tipo de treinamento. “É capaz de transformar até mesmo um macaco em combatente”, declarava Cabila, o temível líder político do Congo.

Nos conflitos dos últimos 30 anos, mais de 50 países usaram o kalashnikov como fuzil de assalto dos seus exércitos. Desgraças perpetradas com kalashnikov — segundo a ONU — aconteceram na Argélia, Angola, Bósnia, Burundi, Camboja, Chechênia, Colômbia, Congo, Haiti, Caxemira, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sri Lanka, Sudão e Uganda. Mais de 50 exércitos regulares possuem o kalashnikov, e é impossível fazer uma estatística dos grupos

irregulares, paramilitares e guerrilheiros que o utilizam.

Foram mortos sob o fogo do kalashnikov: Sadat, em 1981; o general Dalla Chiesa, em 1982; Ceausescu, em 1989. No Palácio de La Moneda, encontraram Salvador Allende com o corpo crivado de balas de kalashnikov.

E essas mortes de excelência são a verdadeira publicidade histórica do fuzil. O

AK-47 foi parar até mesmo na bandeira de Moçambique e em centenas de símbolos de grupos políticos, desde o Al-Fatah na Palestina até o MRTA no Peru. Quando Osama Bin Laden aparece na tela, nas montanhas, ele o usa como único símbolo ameaçador. Tornou-se acessório indispensável para diversos papéis: de libertador, de opressor, de guerrilheiro de exército regular, de terrorista, de sequestrador, de guarda especial de escolta de presidentes.

Kalashnikov criou uma arma eficientíssima, capaz de crescer a cada ano, uma arma que tem 18 variações e 22 novos modelos forjados a partir do projeto inicial. É o verdadeiro símbolo do liberalismo. Ícone absoluto. Poderia

tornar-se um emblema: não importa quem você é, não importa o que você pensa, não importa de onde você vem, não importa qual a sua religião, não importa contra ou a favor de que coisa você seja, basta que aquilo que você faz seja feito com o nosso produto. Com 50 milhões de dólares é possível comprar cerca de 200 mil fuzis. Ou seja, com 50 milhões de dólares é possível criar um pequeno exército. Tudo aquilo que destrói os vínculos políticos e de mediação, tudo que permite um enorme consumo e um poder em potencial poder torna-se vencedor no mercado; e Mikhail Kalashnikov, com a sua invenção, permitiu a todos os grupos de poder e de micropoder ter um instrumento militar. Ninguém, depois da invenção de Kalashnikov, pode dizer que foi vencido porque não tinha acesso a armas.

Desenvolveu-se uma relação de igualdade: armas para todos, massacre para cada um. A batalha não é mais um território só de exércitos. Em escala internacional, o kalashnikov fez o que os clãs de Secondigliano fizeram em nível local, liberalizando de maneira total a cocaína e permitindo a qualquer um tornar-se narcotraficante, consumidor, pequeno vendedor, liberando o mercado da mera intermediação criminosa e hierárquica. Da mesma maneira, o kalashnikov permite que todos se tornem soldados, todos, até crianças esquiladas, e transformou em generais das Forças Armadas pessoas que não conseguiriam guiar um rebanho de ovelhas. Comprar fuzis, disparar,

destruir pessoas e coisas, e tornar a comprar. O resto é só detalhe. O rosto de Kalashnikov é sereno em todas as fotos. Com a fronte oval eslava, tem olhos de mongol que, com a idade, tornam-se cada vez mais pequenas fendas sutis.

Dorme o sono dos justos. Deitar-se na cama talvez não feliz, mas sereno, as pantufas alinhadas no chão; mesmo quando está sério tem os lábios arqueados como o rosto de Palla di Lardo em Nascido para matar. Sorriem os lábios, mas não o rosto.

Quando olho os retratos de Mikhail Kalashnikov, penso sempre em Alfred

Nobel, famoso pelo prêmio homônimo, mas na realidade pai da dinamite. As fotos de Nobel nos anos seguintes à invenção da dinamite — depois que compreendeu o uso que fariam da sua mistura de nitroglicerina e argila —

retratam-no devastado pela ansiedade e com os dedos que lhe atormentavam a barba. Talvez eu esteja sugestionado, mas, quando olho as fotos de Nobel, as sobranceiras esticadas para o alto e os olhos perdidos parecem dizer uma única coisa: “Não queria. Eu pretendia só abrir montanhas, detonar maciços e criar galerias. Não queria o que veio a acontecer.” Kalashnikov tem, ao contrário, sempre um ar sereno, de um velho aposentado russo, com muitas recordações na cabeça. Imagino-o com o hálito de vodca contando coisas a algum amigo com quem viveu o tempo da guerra ou à mesa confessando-lhe que quando era jovem conseguia resistir na cama horas, fazendo sexo ininterruptamente. Sempre no jogo infantil das sugestões, o rosto de Mikhail Kalashnikov parece dizer: “Está tudo bem, não é problema meu, eu só inventei um fuzil. Como os outros o usam não é um assunto que me diga respeito.” Uma responsabilidade traçada nos limites da própria carne, circunscrita pelo gesto. O que a própria mão faz é que compete à própria consciência. É este um dos elementos que, acredito, fazem do velho general um ícone involuntário dos clãs do mundo inteiro. Mikhail Kalashnikov não é um traficante de armas, não tem nada a ver com as intermediações de aquisição do fuzil, não tem influência política, não possui personalidade carismática, mas leva consigo o imperativo cotidiano do homem da lei do mercado: faça o que for preciso fazer para vencer, o resto não lhe diz respeito.

Mariano trazia a tiracolo uma mochila e vestia um moletom com capuz: tudo autografado por Kalashnikov. O general tinha diversificado os investimentos e estava fazendo de si mesmo um empresário de talento.

Ninguém mais do que ele podia gozar de um nome assim, hiperconhecido.

Por isso, um empresário alemão investiu numa grife de roupas com a assinatura de Kalashnikov, e o general gostou de distribuir seu sobrenome, investindo também numa fábrica de extintores. De repente, Mariano interrompeu o filme e correu para fora do bar. Abriu o capô do seu carro, pegou uma mala militar e colocou-a sobre o balcão do bar. Eu temia que estivesse completamente louco na sua mística do fuzil. Temia que tivesse atravessado meia Europa com um fuzil no porta-malas e que quisesse desembulhá-lo ali no meio de todos. Mas, em vez disso, daquela mala militar saiu um pequeno Kalashnikov de cristal cheio de vodca. Era uma garrafa muito kitsch com uma tampa com ponta de fuzil. E assim, na zona rural de Aversa, todos os bares que eram abastecidos por Mariano, depois da sua viagem, tinham como proposta comercial a vodca Kalashnikov. Eu já imaginava a reprodução de cristal reinando entre os barmen da região napolitana, de Teverola a Mondragone. O filmezinho finalmente estava acabando e meus olhos — de tanto apertá-los para atenuar os graus de miopia

— doíam. Mas a última imagem era realmente imperdível: os dois velhinhos na porta de casa, com pantufas, davam adeus acenando para o jovem visitante tendo ainda na boca um último pedaço de mozzarella. Em torno de mim e de Mariano tinha-se juntado um grupo de rapazes que olhava o regressado como um privilegiado, uma espécie de herói do encontro. Alguém que havia conhecido Mikhail Kalashnikov. Mariano me olhou com uma expressão de cumplicidade fingida que eu nunca tinha tido com ele. Tirou o elástico das fotografias e começou a mostrá-las. Depois de ter passado uma dezena, separou uma delas: “Esta é para você. E não diga que eu não me lembro de você.”

Sobre o retrato do velho general uma dedicatória escrita com tinta preta:

“To Roberto Saviano with the Best Regards M. Kalashnikov.”

Os institutos internacionais de pesquisa econômica sempre precisam de dados e de produzi-los como alimento quotidiano para jornais, revistas e partidos políticos. É o caso do célebre índice “Big Mac”, que considera tanto mais desenvolvido um país quanto mais caro custa o sanduíche no McDonald’s. Para avaliar o estado dos direitos humanos, ao contrário, os analistas observam o preço pelo qual é vendido o kalashnikov. Quanto mais barato for o fuzil, mais os direitos humanos serão violados, o Estado de direito terá gangrena, a ossatura dos

equilíbrios sociais apodrecerá e federá.

Na África Ocidental, pode chegar a 50 dólares. No Iêmen, é possível até mesmo encontrar AK-47 usado de segunda e terceira mãos por 6 dólares. O

domínio dos clãs no Leste Europeu, sua mão sobre os arsenais de armas dos países socialistas em derrocada fizeram dos clãs casertanos e napolitanos os melhores pontos de referência para os traficantes de armas, junto com os bandos mafiosos calabreses, com quem estão em permanente contato.

A Camorra — gerindo uma grossa fatia do mercado internacional de armas — determinaria os preços dos kalashnikov, tornando-se indiretamente um juiz do estado de saúde dos direitos humanos no Ocidente. Como se drenasse o nível do direito, lentamente, como a gota que cai no cateter.

Enquanto os grupos criminosos franceses e americanos usavam a M16 de Eugene Stoner, o fuzil de assalto da Marinha, grande, desajeitado, pesado, um fuzil que precisa ser lubrificado, limpo, se não queremos que se trave nas mãos, na Sicília e na Campânia, de Cinisi a Casal di Principe, os kalashnikov, já nos anos 1980, passavam de mão em mão. Em 2003, das declarações de um arrependido — Raffaele Spinello do clã genovês, hegemônico em Avellino e redondezas — surgiu a relação entre os bascos do ETA — Pátria Basca e Liberdade — e a Camorra. O clã genovês é aliado aos Cava de Quindici e às famílias de Caserta. Não é um clã de primeira grandeza, e mesmo assim tinha condições de fornecer armas a um dos principais grupos armados europeus

que, no curso de uma luta de mais de três décadas, percorreu diversas estradas para abastecer-se de armas. Mas os clãs da Campânia eram interlocutores privilegiados. Dois etarras militantes do ETA, os bascos José Miguel Arreta e Gracia Morillo Torres, negociaram — segundo investigações da Procuradoria de Nápoles em 2003 — por dez dias, em uma suíte de um hotel em Milão, preços, percursos, trocas. Puseram-se de acordo. O ETA enviava cocaína através dos militantes da organização para receber, em troca, armas. O ETA teria baixado constantemente o preço da coca que obtinha através dos contatos com grupos guerrilheiros colombianos e assumia os custos e a responsabilidade pela chegada da mercadoria na Itália: tudo para manter contato com os cartéis da Campânia, talvez os únicos em condições de fornecer arsenais inteiros. Mas o ETA não queria só kalashnikov. Pedia armas pesadas, explosivos potentes e, sobretudo, lança-mísseis.

As relações entre a Camorra e guerrilheiros são sempre prolíficas. Até mesmo no Peru — sempre o lugar de preferência dos narcotraficantes napolitanos. Em 1994, o Tribunal de Nápoles expediu cartas rogatórias às autoridades peruanas para realizar investigações depois que uma dezena de italianos foram mortos em Lima. Investigações destinadas a descobrir as relações que os clãs napolitanos tinham mantido — por intermédio dos irmãos Rodríguez — com o MRTA, os guerrilheiros do lenço vermelho e branco amarrado como triângulo sobre o rosto. Eles também negociaram com os clãs — até eles. Coca em troca de armas. Em 2002, foi preso um advogado, Francesco Magliulo, ligado, segundo as acusações, ao clã Mazzarella, poderosa família de San Giovanni a Teduccio com um pied-à-

terre na cidade de Nápoles, no bairro Santa Lucia e Forcella. Tinham-no seguido, por mais de dois anos, nos seus negócios entre Egito, Grécia e Inglaterra. Um telefonema interceptado provinha de Mogadíscio, da casa do general Aidid, senhor da guerra da Somália que — contrapondo-se aos

bandos de Ali Mahdi — reduziu aquele país a um corpo dilacerado e fedorento para sepultar junto com os lixos tóxicos de meia Europa. As investigações sobre relações entre o clã Mazzarella e a Somália prosseguiram em todas as direções e, certamente, o elemento do tráfico de armas tornou-se uma pista fundamental. Mesmo os senhores da guerra tornam-se mocinhas ante a necessidade de abastecer-se de armas com os clãs da região da Campânia.

Em março de 2005 foi impressionante o poder de fogo encontrado em Sant’Anastasia, cidadezinha usada para as vinganças da região do Vesúvio.

Uma descoberta que se deu por acaso, um pouco por indisciplina dos traficantes que começaram a brigar na rua porque vendedores e transportadores não estavam de acordo sobre os preços. Quando chegaram os carabinieri e desmontaram os painéis no interior do furgão parado perto do local da briga, encontraram uma das maiores fábricas móveis jamais vistas.

Metralhadoras Uzi completas de quatro reservatórios, sete carregadores e 112

projéteis calibre 380, metralhadoras de origem russa e tcheca capazes de disparar 950 tiros por minuto. Seminovas, bem-cuidadas, a matrícula intacta, as metralhadoras tinham acabado de chegar da Cracóvia. Novecentos e cinquenta tiros por minuto era o poder de fogo

dos helicópteros americanos no Vietnã. Armas que teriam derrubado divisões inteiras de homens e tanques, e não baterias de fogo de famílias camorristas da região do Vesúvio.

A potência das armas torna-se assim a enésima possibilidade de deter as levadas de recrutas do poder real do Leviatã, que impõe autoridade em nome da sua potencial violência. Nos arsenais foram encontradas bazucas, granadas, minas anticarro, metralhadoras, mas são usados exclusivamente os fuzis kalashnikov, as metralhadoras Uzi e as pistolas automáticas e semiautomáticas. O resto faz parte do armamento para utilizar na construção da própria potência militar, para ser mostrado em campo. Com este potencial

bélico, os clãs não se contrapõem à violência legítima do Estado, mas pretendem monopolizar a violência. Na região da Campânia não há qualquer concessão à trégua, como a dos velhos clãs da Cosa Nostra. As armas são extensão direta das dinâmicas de acomodação dos capitais e dos territórios, a mistura de grupos de poder emergentes e de famílias concorrentes. Como se possuíssem com exclusividade o conceito de violência, a carne da violência, os instrumentos da violência. A violência torna-se um território deles, exercitá-

la significa adestrar-se ao seu poder, ao poder do Sistema. Os clãs têm até mesmo criado novas armas, desenhadas, projetadas e realizadas diretamente pelos seus integrantes. Em Sant'Antimo — ao norte de Nápoles —, em 2004, os agentes de polícia encontraram escondido em um buraco cavado no terreno, e depois coberto com gravetos de ervas, um fuzil estranho, envolto em um tecido de algodão impregnado de óleo. Uma espécie de fuzil mortífero do tipo caseiro, que no mercado pode ser encontrado a um preço de 250

euros: nada se comparado a uma semiautomática que tem um preço médio de 2.500 euros. O fuzil dos clãs é formado por um encaixe de dois tubos que podem viajar separados, mas uma vez reunidos tomam-se um fuzil mortal de canos cortados, carregado com cartuchos ou balas. Foi projetado a partir do modelo de um velho fuzil de brinquedo dos anos 1980, que disparava bolinhas de pingue-pongue quando se apertava violentamente o gatilho, deixando acionar uma mola interna. Um daqueles fuzis de brinquedo, como o

“Pimpamperi”, que adestrou milhares de meninos italianos nos jogos de salão. Mas dali, justo daquele modelo de brinquedo, provém aquele que aqui chamam só de “o tubo”. É composto de dois tubos, o primeiro de diâmetro maior e com cerca de 40cm de comprimento com um punho. Dentro é soldada uma grossa porca metálica, cuja

ponta faz o papel de obturador.

A segunda parte é constituída por um tubo que tem diâmetro inferior, capaz de conter um cartucho calibre 20 e um punho lateral.

Incrivelmente

simples e terrivelmente potente. Este fuzil tinha como vantagem não criar complicações depois de sua utilização: não é necessário fugir e destruir a arma depois do crime. Basta desmontá-lo e o fuzil volta a ser somente um tubo separado em dois, inócuo a qualquer eventual revista.

Antes da apreensão, ouvi um pobre cristão falar deste fuzil, um pastor, um daqueles cansados camponeses italianos que ainda andam com seus rebanhos pelos campos que circundam os viadutos das estradas e os prédios populares da periferia. Frequentemente este pastor encontrava suas ovelhas divididas em duas, mais dilaceradas do que cortadas, com seus corpos magros de ovelhas napolitanas de cuja manta se veem até mesmo as costelas, que mastigam erva impregnada de dioxina, que faz apodrecer os dentes e acinzentar a lã. O pastor acreditava que fosse um aviso, uma provocação dos seus miseráveis concorrentes de rebanhos doentes. Não entendia. Na realidade, os fabricantes do tubo experimentavam sobre animais leves a potência do tiro. As ovelhas eram o alvo melhor para perceberem de imediato a força dos projéteis e a qualidade da arma. E assim compreendia-se quão grande era o impacto, conforme as fazia saltar de pernas para o ar, rachadas ao meio como alvos em um videogame.

A questão das armas é mantida escondida no estômago da economia, fechada num pâncreas de silêncio. A Itália gasta em armas 27 bilhões de dólares. Mais dinheiro do que a Rússia, o dobro de Israel. A classificação foi feita pelo Instituto Internacional de Estocolmo para a pesquisa da paz, o SIPRI¹ A estes dados da economia legal se somam, segundo o EURISPES, ²

3.300 milhões é o volume de negócios de armas que estão nas mãos da Camorra, 'ndrangheta, Cosa Nostra e Sacra Corona Unita, significando que, seguindo o cheiro das armas que Estado e clã administram, chega-se a três quartos das armas que circulam em meio mundo. O cartel dos Casalesi é, sem dúvida, o grupo empresarial-criminoso capaz de fornecer referências, no

plano internacional, não só de grupos, como de exércitos inteiros. Durante a guerra anglo-argentina de 1982, a guerra das Malvinas, a Argentina viveu seu período de isolamento econômico mais agudo.

Assim, a Camorra entrou em negociação com a defesa argentina, tornando-se o canal através do qual fazia chegar as armas que ninguém teria lhe vendido oficialmente. Os clãs haviam se equipado para uma longa guerra, mas o conflito tinha se iniciado em março, e em junho já chegava ao fim. Poucos tiros, poucos mortos, pouco consumo. Uma guerra que servia mais aos políticos do que aos empresários, mais à diplomacia do que à economia. Aos clãs casertanos não convinha vender a baixo custo para obter um ganho imediato. No mesmo dia em que foi decretado o fim do conflito, o serviço secreto inglês interceptou um telefonema intercontinental entre a Argentina e San Cipriano d'Aversa. Duas únicas frases, suficientes, porém, para se compreender o poder das famílias casertanas e a sua capacidade diplomática.

“Pronto?”

“Sim.”

“Aqui a guerra acabou; e agora, o que devemos fazer?”

“Não se preocupe, haverá outras...”

A sabedoria dos poderosos implica uma paciência que frequentemente os empresários mais hábeis não têm. Em 1977, quando os Casalesi acertaram a aquisição de carros de combate, o serviço secreto italiano registrou que um Leopard — um tanque de guerra italiano — desmontado e pronto para ser expedido se encontrava na estação de Villa Literno. O comércio dos carros de combate Leopard foi, por muito tempo, um mercado administrado pela Camorra. Em fevereiro de 1986, expoentes do clã dos Nuvoletta negociavam, de um telefone grampeado, a aquisição de alguns Leopard com a então Alemanha Oriental. Mesmo com a prisão dos chefes, os Casalesi

permaneceram no plano internacional como referências não só de grupos, mas de exércitos inteiros. Uma informação do SISMI e do centro de contra espionagem de Verona de 1994 assinala que Zeljko Raznatovic, mais conhecido como o “tigre Arkan”, se relacionou com Sandokan Schiavone, capo dos Casalesi. Arkan foi eliminado em 2000 num hotel de Belgrado. Foi um dos criminosos de guerra sérvios mais procurados, capaz de invadir e destruir as aldeias muçulmanas da Bósnia, fundador de um grupo nacionalista, os Voluntários da Guarda Sérvia”. Os dois tigres se aliaram.

Arkan pediu armas para os seus guerrilheiros, e, sobretudo, a possibilidade de contornar o embargo imposto à Sérvia, fazendo entrar

capitais e armas sob a forma de ajuda humanitária: hospitais de campanha, medicamentos e equipamentos médicos. Entretanto, segundo o SISMI, o fornecimento — no valor total superior a dezenas de milhões de dólares — era pago, na verdade, pela Sérvia, mediante retiradas do próprio depósito junto a um banco austríaco, no montante de 85 milhões de dólares. Aquele dinheiro era, então, depositado para um aliado dos clãs sérvios e da Campânia, que deveriam providenciar o pedido a várias indústrias interessadas nos bens para doar como ajuda humanitária, pagando com dinheiro proveniente de atividades ilícitas e promovendo assim a reciclagem de seus capitais. Justamente nessa passagem entram em cena os Casalesi. São eles que colocam à disposição as empresas, os transportes, os bens para efetuar a operação de reciclagem.

Servindo-se de seus intermediários, Arkan, segundo as investigações, pediu a intervenção dos Casalesi para silenciar os mafiosos albaneses que poderiam arruinar sua guerra financeira, atacando pelo sul ou bloqueando o comércio de armas. Os Casalesi acalmaram seus aliados albaneses, dando armas e concedendo a Arkan uma guerrilha serena. Em troca, empresas, indústrias, negócios, lojas, granjas, criatórios foram adquiridos pelos empresários do clã por um preço ótimo e o empreendimento italiano se disseminou na Sérvia.

Porém, antes de entrar no fogo da guerra, Arkan consultou a Camorra. As guerras, da América do Sul aos Bálcãs, são feitas com as garras das famílias da Campânia.

Notas:

1. [Stockholm International Peace Research Institute: centro de pesquisas criado em 1966 e financiado](#)

[pelo governo sueco, cujas atividades visam os conflitos em curso e a cooperação entre os países.](#) (N.

E.)

2. [Istituto europeo di studi politici, economici e sociali: rede italiana de institutos de pesquisa, criada em](#)

1982. (N. E.)

Cimento armado



Há muito tempo eu não ia a Casal di Principe. Se para as artes marciais a pátria é o Japão, se para o surfe a pátria é a Austrália, se para os diamantes a capital é a República de Serra Leoa, para a Camorra a pátria é Casal di Principe. Nas províncias de Nápoles e Caserta, o fato de se ter nascido em Casale — outro nome para Casal di Principe — vale como uma espécie de garantia, de imunidade, de ser mais do que se é, como se emanado diretamente do umbigo da fúria dos grupos criminosos casertanos. Ali se goza de um respeito garantido, uma espécie de temor natural. Até Benito Mussolini quis eliminar essa espécie de marca de nascença, essa aura criminoso, e por isso rebatizou as duas localidades, San Cipriano d'Aversa e Casal di Principe com o nome de Albanova. Para inaugurar esta nova “alba”

de justiça, enviou dezenas de carabinieri encarregados de resolver o

problema

“a ferro e fogo”. Hoje, do nome Albanova não resta mais do que a estação enferrujada de Casale.

Pode-se ter passado horas esmurrando sacos de boxe, tardes inteiras debaixo de barras de peso exercitando os peitorais, pode-se ter engolido cápsulas e mais cápsulas de pílulas para aumentar os músculos que, diante de um sotaque justo, de uma gesticulação forte, é como se a imagem do próprio corpo caído no chão e coberto por lençóis brancos se materializasse. Há velhas expressões desse lugar que conseguem sintetizar bem a carga letal dessa mitologia violenta: “Camorrista se torna, mas casalese se nasce.” Ou há ainda a expressão usada quando se briga, quando o desafio se dá nos olhos, um instante antes de descerem o braço ou a faca, que revela uma visão da vida: “Viver ou morrer para mim é tudo a mesma coisa!” Muitas vezes a origem ou o lugar de nascimento podem ser favoráveis e usados como intimidação dissimulada. Podem até dar desconto em cinema ou algum crédito ante uma vendedora amedrontada. Mas acontece também de o lugar de origem representar uma carga discriminatória tão forte que se torna inútil explicar que nem todos de lá são mafiosos, que nem todos são criminosos e que os camorristas são uma minoria. Então, para encurtar a conversa e evitar explicações inúteis, o melhor é dizer que se nasceu em algum lugarejo vizinho, o mais desconhecido possível, de modo que possam ser afastadas eventuais ligações com os criminosos. Secondigliano, nesse contexto, torna-se, genericamente, Nápoles, Casal di Principe, Aversa ou Caserta. Há sempre um motivo de vergonha ou orgulho, que varia conforme o jogo, o momento, a situação; como se a procedência fosse um vestido, mas um vestido que decide quando ser usado.

A cidade de Corleone, em comparação com Casal di Principe, é uma fantasia de Walt Disney. Casal di Principe, San Cipriano d’Aversa, Casapesenna são, juntas, um território com menos de 100 mil habitantes, mas

com 1.200 condenados por incursão no artigo 416 bis¹ e com um número enorme de indiciados e condenados por colaboração externa em associação mafiosa. Esta terra sofre, desde tempos longínquos, o peso das famílias camorristas, uma burguesia violenta e feroz que possui no clã a sua vanguarda mais cruel e poderosa. O clã dos Casalesi — que tem o mesmo nome do lugar, Casal di Principe — é uma confederação que reúne em torno de si, em uma relação de autonomia federativa, todas as famílias camorristas do entorno casertano, desde Castelvolturmo, Villa Literno, Gricignano, San

Tammaro, Cesa, até a Villa di Briano, Mondragone, Carinola, Marcianise, San Nicola La Strada, Calvi Risorta, Lusciano e outras dezenas e dezenas de lugarejos. Cada um com seu chefe de zona, todos enquadrados na rede dos Casalesi. O

primeiro antepassado das famílias Casalesi, Antonio Bardellino, foi o primeiro, na Itália, a perceber que, a longo prazo, a cocaína suplantaria a heroína. Para a Cosa Nostra e para muitas outras famílias da Camorra, a heroína é que continuaria a ser a principal mercadoria. Os usuários de heroína eram vistos como verdadeiras caixas-fortes, enquanto a coca, nos anos 1980, tinha a característica de ser uma droga de elite. Antonio Bardellino percebeu, entretanto, que o grande mercado seria de uma droga que não matasse em pouco tempo, que pudesse agir como um aperitivo burguês e não como um veneno para rejeitados. Ele criou, assim, uma empresa de importação-exportação de farinha de peixe, que exportava para a América do Sul e importava em Aversa. Farinha de peixe que escondia toneladas de coca.

A heroína que Bardellino tratava era descarregada também na América do Norte, dentro de filtros para máquina de café expresso, comprados por John Gotti, chefe da máfia nova-iorquina. Certa vez, 67 quilos de heroína foram interceptados pela Divisão de Narcóticos americana, mas, para o boss de San Cipriano d'Aversa, isso não foi uma derrota. Telefonou para Gotti poucos dias depois: "Agora mandaremos o dobro por outros meios." Foi da zona

rural de Aversa que nasceu o cartel que soube se opor a Cutolo. As atrocidades da guerra que ele gerou ainda estão presentes no código genético dos clãs de Caserta. Nos anos 1980, as famílias cutolianas foram eliminadas com poucas, mas violentíssimas, operações armadas. Da família Di Matteo, quatro homens e quatro mulheres foram mortos em poucos dias. Da Casalesi deixaram vivo somente um menino de 8 anos. Da Simeone foram mortos sete, quase todos simultaneamente. De manhã a família estava viva, presente e forte, na noite do mesmo dia tinha desaparecido. Massacrada. Em Ponte Annicchino, em março de 1982, os Casalesi posicionaram uma metralhadora sobre uma colina, dessas usadas em trincheiras, e dispararam matando quatro do clã Cutolo.

Antonio Bardellino era filiado à Cosa Nostra, ligado a Tano Badalamenti, companheiro e amigo de Tommaso Buscetta, com quem tinha dividido uma villa na América do Sul. Quando os Corleonesi varreram do poder os Badalamenti-Buscetta, tentaram eliminar também Bardellino, mas sem sucesso. Os sicilianos, durante a primeira

fase de ascensão da Nova Camorra Organizada, tentaram eliminar também Raffaele Cutolo. Mandaram um killer, Mimmo Bruno, de barco, de Palermo, mas ele foi morto logo que pôs os pés fora do porto. A Cosa Nostra sempre teve, em relação aos Casalesi, uma espécie de respeito e subordinação, mas quando, em 2002, os Casalesi mataram Raffaele Lubrano — boss de Pignataro Maggiore, perto de Capua —, homem da Cosa Nostra, combinado diretamente com Totò Riina, muitos temeram o início de uma guerra de vingança. Lembrome de que, no dia seguinte ao do assassinato, o dono de uma banca de jornais, vendendo o jornal local, voltou-se para um cliente ruminando entre dentes seus temores:

“Agora, se os sicilianos também vierem, não teremos paz por três anos.”

“Quais sicilianos? Os mafiosos?”

“Sim, os mafiosos...”

“Eles têm mais é que se ajoelhar na frente dos Casalesi e chupar. Devem fazer só isso, chupar com vontade e basta.”

Uma das declarações que mais me aturdiram sobre os mafiosos sicilianos foi a de Carmine Schiavone, arrependido do clã dos Casalesi, em uma entrevista dada em 2005. Falava da Cosa Nostra como uma organização escrava dos políticos, incapaz de raciocinar em termos de negócios, como faziam os camorristas casertanos. Para Schiavone, a máfia queria colocar-se como um Contra-Estado, e isso não era um discurso de empresários. Não existe o paradigma Estado-Contra-Estado, mas somente um território em que negócios são feitos com, através e sem o Estado:

Nós vivíamos com o Estado. Para nós, o Estado devia existir e devia ser um Estado tal como é. Só que tínhamos uma filosofia diferente da dos sicilianos. Enquanto Riina vinha de um lugar isolado, de uma montanha, enquanto ele era um velho pastor de ovelhas, nós já tínhamos superado essa visão, queríamos conviver com o Estado. Se alguém no Estado se tornava um obstáculo, encontrávamos outro disposto a nos favorecer. Se era um político, não votávamos nele, se era alguém das instituições, encontrava-se um modo de lhe dar a volta.

Carmine Schiavone, primo do boss Sandokan, foi o primeiro a revelar os negócios do clã dos Casalesi. Quando decidiu colaborar com a justiça, sua filha Giuseppina lançou-lhe uma terrível condenação,

talvez até mais letal do que uma condenação à morte. Escreveu, de fato, algumas palavras duras nos jornais:

“É um grande falso, mentiroso, mau e hipócrita que vendeu os seus pecados. Uma besta. Nunca foi meu pai. Não sei nem mesmo o que vem a ser Camorra.”

Empresários. Assim se autodefinem os camorristas da região casertana: nada menos do que empresários. Um clã formado por administradores

violentos, diretores-killers, por construtores e proprietários de terras. Cada um com seu próprio bando armado, consorciados entre si e com interesses em todos os setores econômicos. A força do cartel dos Casalesi sempre foi a de negociar grandes lotes de drogas sem necessidade de alimentar um mercado interno. A grande praça romana é a sua referência de venda, mas muito mais relevante tornou-se seu papel de mediador na compra e venda de grandes lotes. Os atos da Comissão Antimáfia de 2006 registram que os Casalesi abasteciam de droga as famílias de Palermo. A aliança com os clãs nigerianos e albaneses permitiu sua emancipação na gestão direta da venda e do narcotráfico. Os pactos com os clãs nigerianos de Lagos e Benin City, as alianças com as famílias mafiosas de Pristina e Tirana, os acordos com os mafiosos ucranianos de Leopoli e Kiev liberaram os clãs Casalesi das atividades criminosas de primeiro nível. Os investimentos dos Casalesi recebiam tratamento privilegiado quando realizado nos países do Leste e para a aquisição de coca dos traficantes internacionais com base na Nigéria. Os novos líderes, as novas guerras, tudo veio depois da explosão do clã Bardellino, origem do poder empresarial da Camorra destas terras. Antonio Bardellino, depois de ter alcançado um domínio total em cada campo, legal e ilegal, do narcotráfico à construção civil, se estabeleceu em Santo Domingo com uma nova família. Deu aos filhos sul-americanos os mesmos nomes dos de San Cipriano: um modo simples e cômodo para não se confundir. Seus homens mais fiéis tinham nas mãos as rédeas do clã sobre o território. Saíram indenes da guerra com Cutolo, abriram empresas e ganharam autoridade, disseminaram-se para todo lado, na Itália setentrional e no exterior. Mario Iovine, Vincenzo De Falco, Francesco Schiavone “Sandokan”, Francesco Bidognetti “Cicciotto di Mezzanotte”, e Vincenzo Zagaria, eram os chefes da confederação de Casale. No início dos anos 1980, Cicciotto di Mezzanotte e Sandokan eram os responsáveis pelo setor armado do clã, mas eram também

empresários com interesses em diversas áreas, que já tinham amadurecido a ideia de dirigir o enorme cérebro multifacetado da

confederação.

Encontraram obstáculo, porém, em Mario Iovine — um boss muito ligado a Bardellino e relutante à possibilidade de autonomia. Puseram então em prática uma estratégia sibilina, mas politicamente eficaz. Usaram a rudeza da diplomacia camorrista — único modo que lhes permitiu realizarem seus objetivos: provocarem uma guerra interna no grupo.

Como conta o arrependido Carmine Schiavone, os dois boss pressionaram Antonio Bardellino a retornar à Itália e o convenceram a eliminar Mimì Iovine, irmão de Mario, que tinha uma fábrica de móveis e era formalmente alheio às dinâmicas da Camorra, mas que, segundo os dois boss, tinha feito muitas vezes o papel de informante da polícia. Para convencerem o boss, disseram-lhe que Mario estava disposto até a sacrificar seu irmão, desde que fosse para manter a salvo o poder do clã. Bardellino se deixou convencer e Mimì foi morto quando estava indo trabalhar na sua fábrica. Logo depois do assassinato, Ciccio di Mezzanote e Sandokan fizeram pressão sobre Mario Iovine para que ele eliminasse Bardellino, dizendo-lhe que ele tinha ousado matar seu irmão por suspeita, só por um boato. Um jogo duplo que conseguiu colocar um contra o outro. Começaram a se organizar para o passo seguinte.

Os homens de Bardellino estavam todos de acordo em eliminar o chefe dos boss, o homem que mais do que ninguém na Campânia tinha criado um sistema de poder criminoso e empresarial. O chefe foi convencido a afastar-se de Santo Domingo para sua casa no Brasil. Disseram-lhe que a Interpol estava na sua cola. No Brasil, em 1988, Mario Iovine foi vê-lo com o pretexto de pôr fim aos negócios de importação-exportação de farinha de peixe-coca. Uma tarde, Iovine, não encontrando sua pistola na calça, pegou uma maça e afundou o crânio de Bardellino. Enterrou o corpo num buraco cavado numa praia brasileira, onde nunca foi encontrado, nascendo assim a lenda de que

Antonio Bardellino, na verdade, está vivo ainda e gozando sua riqueza em qualquer ilha sul-americana. Completada a operação, o boss telefonou imediatamente para Vincenzo De Falco para comunicar a notícia e, assim, dar início à matança de todos os bardellinianos. Paride Salzillo, sobrinho de Bardellino e seu verdadeiro herdeiro no território, é convidado para uma reunião de cúpula, um summit, de todos os dirigentes do cartel de Casale.

Conta o arrependido Carmine Schiavone que o fizeram sentar na cabeceira da mesa, representando o tio. Depois, de repente, Sandokan

o agrediu e começou a estrangulá-lo enquanto seu primo, seu homônimo conhecido como

“Cicciarello”, e outros dois aliados, Raffaele Diana e Giuseppe Caterino, seguravam suas pernas e braços. Podiam tê-lo matado com um tiro de pistola ou com uma facada no estômago, como faziam os velhos boss. Mas era com as mãos que deveriam matá-lo, como se matam os velhos soberanos destituídos pelos novos. Desde quando, em 1345, Andrea de Hungria foi estrangulado em Aversa, em uma conjuração organizada por sua mulher, Giovanna I, e pelos nobres napolitanos comandados por Cario di Durazzo, que ambicionava o trono de Nápoles, no interior aversano o estrangulamento tornou-se o símbolo da sucessão ao trono, da sucessão violenta dos soberanos. Sandokan devia mostrar a todos os boss que ele era o herdeiro, que ele, pelo direito da truculência, era o novo líder dos Casalesi.

Antonio Bardellino criara um complexo sistema de domínio, e todas as células empresariais, que foram geradas no seu seio, não podiam permanecer por muito tempo concentradas nos compartimentos dirigidos por ele.

Tinham atingido a maturidade, deviam expressar seu poder, sem mais vínculos de hierarquia. Sandokan Schiavone tornou-se assim o líder. Tinha erigido um sistema muito eficiente ligado à sua família. O irmão Walter coordenava as baterias de fogo, o primo Carmine dirigia o setor econômico e financeiro, o primo Francesco foi eleito prefeito de Casal di Principe, e o

outro primo, Nicola, era o secretário de Finanças. Passos importantes para conseguir se afirmar na cidade, o que na fase de ascensão significa muito. O

poder de Sandokan se firmou logo nos primeiros anos do seu domínio também por meio de estreitas ligações políticas. Por causa de um conflito com a velha Democracia Cristã, em Casal di Principe os clãs apoiaram, em 1992, o Partido Liberal italiano, que teve ali a maior votação da sua história: de um ridículo 1% saltou, depois do apoio do clã, para 30%. Entretanto, todos os outros homens da primeira linha do clã eram hostis à liderança absoluta de Sandokan. Sobretudo os De Falco, grupo capaz de ter uma polícia própria, além de alianças empresariais e políticas. Em 1990, houve diversas reuniões de dirigentes Casalesi. Para uma delas foi convidado Vincenzo De Falco, apelidado de “o fuggiasco” (“o Fugitivo”). Os boss queriam eliminá-lo. Ele não apareceu. Foram, no lugar dele, os carabinieri, que prenderam os convidados.

Em 1991, Vincenzo De Falco foi morto — cravaram seu corpo de tiros, dentro do seu carro. A polícia o encontrou agachado sobre si mesmo, com o rádio no máximo volume tocando uma fita de Modugno, que ainda girava.

Depois dessa morte houve um racha entre as famílias da confederação dos Casalesi. De um lado, as famílias próximas a Sandokan-Iovine: Zagaria, Receia, Bidognetti e Caterino; do outro, as famílias próximas a De Falco: Quadrano, La Torre, Luise, Salzillo. Os De Falco responderam à morte de “o Fugitivo” matando Mario Iovine em Cascais, Portugal, em 1991. Cravaram-no de tiros enquanto estava em uma cabine telefônica. Com a morte de Iovine, o terreno ficou livre para Sandokan Schiavone. Foram quatro anos de guerra, massacres, quatro anos de matança contínua entre as famílias amigas dos Schiavone e as dos De Falco. Anos de desentendimentos, de alianças, de clãs que passavam de um lado para outro não foram suficientes para uma verdadeira solução para o caso, mas somente para uma divisão de territórios e poderes. Sandokan tornou-se o emblema da vitória do seu cartel sobre os de

outras famílias. Depois, todos os seus inimigos se converteram em seus aliados. Cimento e narcotráfico, racket, transportes, coleta de lixo e monopólio no comércio com imposições de fornecimento. Este era o território empresarial dos Casalesi de Sandokan. Os consórcios de cimento tornaram-se uma arma fundamental para eles.

Toda empresa do ramo da construção civil devia abastecer-se do cimento dos consórcios, e assim este mecanismo tornou-se fundamental para pôr em contato com os clãs todos os empresários construtores no território e todo tipo de negócio. O preço do cimento dos consórcios dirigidos pelos clãs, como declarado diversas vezes por Carmine Schiavone, conseguia ser muitíssimo vantajoso porque, além do cimento, os navios dos consórcios distribuíam armas aos países do Oriente Médio sob embargo. Este segundo nível de comércio ilegal permitia abater os custos do nível legal. Os clãs Casalesi ganhavam em cada passo da economia da construção, fornecendo cimento, fornecendo empreiteiras para a construção e recebendo um percentual — uma propina, como se diz — sobre os grandes negócios.

Propina que acabava sendo o ponto de partida, já que, sem ela, suas eficientes empresas não poderiam ocupar espaço, e nenhuma outra poderia fazê-lo sem grandes danos financeiros e com bom preço. O capital de giro que a família Schiavone dirige é calculado em cinco bilhões de euros. O patrimônio econômico do cartel das famílias Casalesi gira em torno de 30 bilhões de euros, entre bens imóveis,

móveis, ações, dinheiro, empresas de construção civil, fábricas de açúcar, de cimento, agiotagem, tráfico de drogas e de armas.

A Camorra de Casale tornou-se uma empresa polivalente; a mais confiável da região da Campânia em condições de participar de todo e qualquer negócio.

A quantidade de capital acumulado ilegalmente lhe permite crédito rápido que possibilita às suas empresas confundir a concorrência com preços baixos ou com intimidações. A nova burguesia camorrista de Casale transformou a

relação de extorsão em uma espécie de serviço agregado, o racket em uma participação na empresa da Camorra. Pagar uma mensalidade ao clã pode significar conceder-lhe, com exclusividade, dinheiro para os seus negócios, mas ao mesmo tempo pode significar receber proteção econômica perante bancos, caminhões entregando na hora certa, agentes comerciais respeitados.

O racket como um tributo devido pelo fornecimento de serviços. Essa nova concepção do racket é a que emerge da investigação de 2004 da delegacia de Caserta, que terminou com a prisão de 18 pessoas. Francesco Schiavone Sandokan, Michele Zagaria e o clã Moccia eram os mais importantes sócios da Cirio e da Parmalat na região da Campânia. Em toda a região de Caserta, em parte significativa também da região de Nápoles, em toda a região do Lácio, em parte da Marche e de Abruzzo, e em parte da Lucânia, o leite distribuído pela Cirio e depois pela Parmalat conquistou 90% do mercado.

Um resultado obtido graças à estreita aliança com a Camorra de Casale e às propinas que as empresas pagavam aos clãs para manter uma posição de proeminência. Diversas foram as marcas envolvidas, mas todas ligadas ao império Eurolat, empresa passada, em 1999, da Cirio de Cragnotti à Parmalat de Tanzi.

Os magistrados determinaram o sequestro de três concessionárias e diversas empresas de distribuição e venda de leite, todas, segundo a acusação, controladas pela Camorra de Casale. As empresas de leite estavam no nome de laranjas que agiam a mando dos Casalesi. Para obterem privilégio junto a clientes especiais, tanto a Cirio como depois a Parmalat negociaram diretamente com o cunhado de Michele Zagaria, foragido há uma década e dirigente do clã dos Casalesi. O tratamento de favor era conquistado sobretudo através de políticas comerciais. As marcas Cirio e Parmalat davam aos distribuidores um desconto especial — entre 4 e 6,5% em vez dos costumeiros 3%

aproximadamente —, além de vários prêmios de produção,

como também os supermercados e os varejistas podiam ganhar bons descontos sobre os preços: os Casalesi construíram, desse modo, um consenso difuso em relação ao seu predomínio comercial. Em assuntos aonde não chegassem a um pacífico entendimento e não prevalecesse o interesse comum, entrava em ação a violência: ameaças, extorsões, destruição de caminhões. Batiam nos caminhoneiros e lhes roubavam a carga das empresas concorrentes, botavam fogo nos depósitos. Um clima de medo por toda parte, tanto que nas zonas controladas pelo clã era impossível não só distribuir, mas também encontrar alguém disposto a vender marcas diferentes daquelas impostas pelos Casalesi. Quem pagava, enfim, eram os consumidores: porque em uma situação de monopólio e de mercado fechado, sem uma verdadeira concorrência, os preços finais fogem de qualquer controle.

O grande acordo entre as empresas nacionais de leite e a Camorra veio à tona no outono de 2000, quando um filiado dos Casalesi, Cuono Lettieri, começou a colaborar com o Ministério Público e a contar as relações comerciais estreitas dos clãs. A certeza de ter uma venda constante era o modo mais rápido e automático para se ter crédito junto aos bancos, era o sonho de toda grande empresa. Em uma situação desse gênero, Cirio e Parmalat eram, oficialmente, “partes ofendidas”, isto é, vítimas das extorsões, mas os investigadores se convenceram de que o clima dos negócios era relativamente calmo e que as duas partes, as empresas nacionais e os camorristas locais, agiam com recíproca satisfação.

Nunca a Cirio e a Parmalat denunciaram sofrer, na região da Campânia, as imposições dos clãs, se bem que, em 1998, um funcionário da Cirio tenha sido vítima de uma agressão na sua casa no Casertano, onde foi brutalmente agredido com um bastão na frente da mulher e da filha de 9 anos, simplesmente porque não tinha obedecido à ordem do clã. Nenhuma rebelião, nenhuma denúncia: a certeza do monopólio era melhor do que a

incerteza do mercado. O dinheiro distribuído para manter o monopólio e ocupar o mercado da Campânia devia ser justificado nos balanços das empresas: nenhum problema, portanto, no país da contabilidade criativa e da descriminalização dos falsos balanços. Notas frias, patrocínios falsos, falsos prêmios de fim de ano para os trabalhadores sobre os volumes de leite vendidos resolviam qualquer problema contábil. Em 1997, foram financiados, sob esse propósito, eventos que nunca existiram: a Festa da Mozzarella, a Música na Praça, até mesmo a Festa de San Tammaro, patrono de Villa Literno. A Cirio

financiava, como atestado de estima pelo trabalho desenvolvido, também uma sociedade esportiva dirigida, de fato, pelo clã Moccia, a Polisportiva Afragolese, além de fina rede de clubes esportivos, musicais, recreativos: a “sociedade civil” dos Casalesi no território.

O poder do clã nos últimos anos cresceu enormemente, chegando ao Leste Europeu: Polônia, Romênia, Hungria. Exatamente na Polônia, em março de 2004, foi preso Francesco Schiavone, o Ciccariello, primo de Sandokan, o chefe bigodudo e baixinho, uma das principais personalidades do comando camorrista. Era procurado por dez homicídios, três sequestros, nove tentativas de homicídio e numerosas violações de leis em matéria de armas, além de diversas extorsões. Pegaram-no, enquanto fazia compras com sua companheira romena, Luiza Boetz, de 25 anos. Ciccariello se passava por Antonio, um mero empresário italiano de 51 anos. Sua companheira devia ter intuído que alguma coisa não andava bem na sua vida, já que, para encontrá-

lo em Krosno, perto da Cracóvia, na Polônia, fez uma viagem tortuosa de trem, despistando eventuais perseguições da polícia. Uma viagem com várias etapas. Mesmo assim seguiram-na atravessando três fronteiras e depois, de carro, indo até a periferia da cidade polaca. Pegaram-no, quando já estava para sair, no caixa de um supermercado. Tinha raspado o bigode, alisado os cabelos crespos e emagrecido. Tinha se transferido para a Hungria, mas

continuava a encontrar sua companheira na Polônia. Tinha grandes negócios em andamento: criações de gado, aquisição de terras para edificações, negociações com empresários do lugar. O representante italiano do SECI —

Centro da Europa Sul-Oriental contra a criminalidade transfronteiriça

denunciara que Schiavone e seus homens iam frequentemente à Romênia, onde haviam viabilizado negócios de monta na cidade de Barlad (no leste do país), Sinaia (no centro), Cluj (oeste) e também no litoral do Mar Negro.

Ciccariello Schiavone tinha duas amantes: além de Luiza Boetz, Cristina Coremanciau, também romena. Em Casale, a notícia da sua prisão “por intermédio de uma mulher” pareceu uma gozação com o boss. O jornal local anunciou, quase como para desmoralizá-lo, “Ciccariello preso com a amante”. As duas amantes eram, na realidade, verdadeiras executivas que cuidavam dos investimentos dele na Polônia e na Romênia, tornando-se fundamentais para os seus

negócios. Cicciariello foi um dos últimos boss da família Schiavone a ser preso. Muitos dirigentes e filiados do clã dos Casalesi morreram no curso dos vinte anos de poder e vingança. O maxiprocesso

“Spartacus” — nome do gladiador rebelde que justamente daqui destas terras tentou a maior insurreição que Roma jamais conheceu — continha o sumário das investigações sobre o cartel dos Casalesi e todas as suas ramificações.

No dia da sentença fui ao Fórum de Santa Maria Capua Vetere. Enfiei a minha Vespa num espaçozinho entre dois carros e consegui entrar no Fórum.

Esperava encontrar câmeras e máquinas fotográficas. Havia pouquíssimas, e somente as dos jornais e tevê locais. Policiais civis e carabinieri, ao contrário, estavam por toda parte. Cerca de duzentos. Dois helicópteros sobrevoavam o Fórum a uma altura baixa, fazendo entrar o barulho das suas hélices no ouvido de todos. Cães farejadores de bomba, viaturas. Uma tensão altíssima.

E, no entanto, a imprensa nacional e as tevês estavam ausentes. O maior processo contra um cartel criminoso por número de acusados e condenações

foi completamente ignorado pela mídia. Os que trabalharam nessa operação conhecem esse processo, “Spartacus”, por um número — 3615 —, que é o número do processo dado à investigação com cerca de 1.300 inquiridos, feita pela DDA em 1993, a partir das declarações de Carmine Schiavone.

Um processo que durou sete anos e 21 dias, compreendendo 606

audiências. O processo de máfia mais complexo da Itália nos últimos 15 anos.

Quinhentas testemunhas ouvidas, além de 24 colaboradores da Justiça, entre os quais seis indiciados. Foram requisitados mais de noventa volumes e sentenças de outros processos, documentos, interceptações. Depois de quase um ano desde a blitz de 1995, abriram-se também as investigações-filhotes de

“Spartacus”: “Spartacus 2” e “Regi Lagni”, como, por exemplo, a respeito da recuperação dos canais construídos pelos Bourbon, no século XVIII, chamados canais bourbônicos, que desde então não recebiam reestruturação adequada. A recuperação dos Regi Lagni foi durante anos dirigida pelos clãs que geraram — segundo as

investigações — contratos públicos milionários destinados a reestruturar as velhas construções bourbônicas, cujos recursos foram desviados para empresas de construção civil que se tornariam poderosas na Itália nos anos seguintes. E depois o processo “Aima”, sobre as trapaças que os clãs Casalesi faziam nos famosos centros do scamazzo, ou seja, nos locais onde a Comunidade Europeia recolhia a fruta produzida em excesso, esmagando-a e dando em troca uma indenização aos agricultores.

Nas grandes crateras onde a fruta era jogada fora, os clãs jogavam lixo, ferro, entulho da construção civil. Antes, porém, toda essa porcaria era pesada como se fosse fruta. E recebiam, obviamente, o equivalente em indenização, enquanto a fruta dos seus pomares era normalmente vendida por toda parte.

Foram emitidos 131 mandados de confisco relativos a empresas, terrenos, fazendas agrícolas, num valor total de centenas de milhões de euros. Sofreram o embargo também dois times de futebol, o Albanova, que participava do

campeonato C2, e o Casal di Principe.

A investigação incluiu também a imposição, por parte do clã, da entrega de contratos de obras públicas a empresas ligadas à organização, com a consequente gestão de fornecimento de material de construção constituído por uma mistura de areia, argila e pedra, e atividades de terraplenagem. Um outro relevante capítulo da investigação concerne às falcatuas feitas em prejuízo da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em particular as que dizem respeito às contribuições obtidas ilicitamente no setor agroalimentar. E

ainda centenas de homicídios e alianças empresariais. Enquanto eu estava ali, esperando a sentença, como todos, pensava que aquilo não era um processo como outros, não um processo simples e comum contra famílias camorristas da província meridional. Aquilo parecia uma espécie de processo histórico, como um Nuremberg de uma geração inteira da Camorra, só que, diferentemente dos generais do Reich, muitos dos camorristas que ali estavam continuavam a comandar, a ser a referência de seus impérios. Um Nuremberg sem vencedores. Os acusados nas celas, em silêncio. Sandokan estava em videoconferência, imóvel no cárcere de Viterbo. Teria sido muito arriscado transportá-lo até ali. Na sala de audiências ouvia-se somente o balbuciar dos advogados: mais de vinte escritórios de advocacia envolvidos e mais de cinquenta profissionais entre advogados e assistentes tinham estudado, acompanhado, observado, defendido. Os

parentes dos acusados estavam todos amontoados em uma salinha ao lado da sala de audiências, todos atentos ao monitor. Quando o presidente daquela corte, Catello Marano, pegou as trinta páginas da sentença, fez-se silêncio. A respiração pesada, o engolir em seco, o tiquetaque das centenas de relógios, a vibração silenciosa de dezenas de celulares programados para não tocar. O silêncio era nervoso, acompanhado de uma orquestra de sons de ansiedade ao redor. O presidente começou a ler primeiro o elenco dos condenados, depois o dos absolvidos.

Vinte e um pegaram prisão perpétua, além de 750 anos de prisão infligidos.

Por 21 vezes o presidente repetiu a condenação de prisão perpétua, e frequentemente repetia também os nomes dos condenados. E mais outras setenta vezes leu os anos que outros homens, filiados e empresários, passariam na cadeia para pagar pela aliança com o terrível clã Casalesi. À uma e meia da tarde ele concluiu. Sandokan pediu para falar. Estava agitado, queria reagir à sentença, rebater a tese dos seus próprios defensores: a de que ele era um empresário vencedor, que aquilo era um complô de promotores invejosos e marxistas que considerava a força da burguesia rural de Aversa uma força criminosa e não seu fruto da capacidade empresarial e econômica.

Queria sair gritando que a sentença era uma injustiça. No seu raciocínio de sempre, todos os mortos da região de Caserta tinham sido envolvidos em vinganças devidas à cultura provinciana do lugar e não a conflitos da Camorra. Mas a Sandokan dessa vez não lhe foi permitido falar. Foi silenciado como um estudante barulhento. Começou a gritar e os juízes mandaram desligar seu microfone. Continuamos a ver um homem barbudo que gesticulava, até que o vídeo também foi desligado. A sala de audiências se esvaziou imediatamente; o helicóptero continuava a sobrevoar o bunker. É

estranho, mas eu não tinha a sensação de que o clã dos Casalesi tivesse sido derrubado. Muitos homens foram abatidos por uns anos de cadeia, os boss não saíam mais da cadeia pelo resto da vida e, com o tempo, alguns talvez viessem até a se arrepender para colaborar com a Justiça e gozar um pouco a vida fora das grades. A raiva de Sandokan devia ser aquela raiva que asfixia o homem de poder que possui na cabeça o mapa inteiro do seu império, mas não pode controlá-lo diretamente.

Os boss que decidem não se arrepender vivem de um poder

metafísico, quase imaginário, e devem fazer de tudo para esquecer os empresários que eles mesmos apoiaram e lançaram e que, não sendo membros do clã,

conseguem levar adiante os negócios sem ser percebidos. Os boss, se quisessem, poderiam eles também se arrepender, mas isso interromperia imediatamente a sua autoridade e colocaria em risco todos os seus familiares.

E ainda a coisa mais trágica para um boss é ele não conseguir, muitas vezes, sequer mapear o percurso do seu dinheiro e os seus investimentos legais.

Mesmo confessando, mesmo revelando o seu poder, nunca saberiam para onde teria ido o seu dinheiro. Os boss pagam sempre, não podem não pagar.

Matam, dirigem grupos armados, estão no primeiro anel de extração de capital ilegal e isto tornará seus crimes sempre identificáveis e não crimes invisíveis, como são os crimes econômicos dos colarinhos-brancos. No mais, os boss não podem ser eternos. Cutolo é sucedido por Bardellino; Bardellino por Sandokan; Sandokan por Zagaria; La Monica por Di Lauro; Di Lauro pelos Spagnoli e assim por diante. A força econômica do Sistema da Camorra está exatamente na contínua alternância de líderes. A ditadura de um homem nos clãs é sempre breve. Se o poder de um boss durasse muito tempo faria flutuar os preços, começaria a monopolizar os mercados, enrijecendo-os, faria investimentos sempre nas mesmas fatias de mercado, deixando de explorar novos espaços. Em vez de ser um valor agregado para a economia criminosa se tornaria obstáculo aos negócios. Por isso, logo que um boss chega ao poder, outros emergem como candidatos ao seu posto, com vontade e proposta de crescer sobre os ombros do gigante que eles mesmos contribuíram para criar.

O jornalista Riccardo Orioles, um dos mais atentos observadores das dinâmicas de poder, está sempre dizendo que: “A criminalidade não é o poder, mas um dos poderes.” Nunca haverá um boss que queira ter assento no governo. Se a Camorra fosse todo o poder, não haveria o seu business, que é essencial no mecanismo das relações entre legalidade e ilegalidade. Nesse sentido, cada prisão, cada maxiprocessos, parecem mais um modo para aproximar chefes, para interromper fases, do que uma ação capaz de destruir

um estado de coisas.

Os rostos publicados no dia seguinte pelos jornais, um ao lado do outro, os rostos dos boss, dos dependentes, dos rapazes filiados e de velhos delinquentes, representavam não uma quadrilha infernal de criminosos, mas vidrilhos de um mosaico de poder que ninguém, por vinte anos, pôde ignorar ou desafiar. Depois da sentença de “Spartacus”, os boss na prisão começaram a lançar ameaças implícitas e explícitas aos promotores, aos magistrados, aos jornalistas, a todos aqueles que eles consideravam responsáveis por terem transformado uma legião de empresários do cimento em uma manada de killers aos olhos da lei.

O senador Lorenzo Diana continuava a ser o alvo privilegiado desse ódio.

Com cartas enviadas a jornais locais, fizeram explícitas ameaças durante o curso do processo. Logo depois da sentença “Spartacus”, entraram na criação de trutas do irmão do senador e espalharam os peixes por todo lado, fazendo-os morrer lentamente, debatendo-se na terra, asfixiados pelo ar. Alguns arrependidos tinham até mesmo falado de tentativas de emboscadas por parte dos “falcões” da organização contra o senador. Operações depois contidas pela interferência dos setores mais diplomáticos do clã. Para dissuadi-los dessas tentativas, colocaram-lhe escolta. A escolta armada nunca foi um limite para os clãs. Não têm medo de carros blindados e policiais, mas a escolta é um sinal, o sinal de que aquele homem que querem eliminar não está sozinho, que não poderão se livrar facilmente dele como se se tratasse de um indivíduo cuja morte não atingiria senão o círculo da própria família.

Lorenzo Diana é um daqueles políticos que decidiu mostrar a complexidade do poder dos Casalesi e não denunciar genericamente os criminosos. Nasceu em San Cipriano d’Aversa, viveu observando de perto a emergência do poder de Bardellino e de Sandokan, as vinganças, os massacres, os negócios. Pode, mais que ninguém, falar daquele poder, e os clãs temem a sua consciência e a

sua memória. Temem que, de um momento para o outro, ele possa atizar a curiosidade da mídia nacional sobre o poder dos Casalesi, temem que na Comissão Antimáfia o senador possa denunciar aquilo que a imprensa ignora e trata como crimes de província. Lorenzo Diana é um daqueles raros homens que sabe que combater o poder da Camorra exige uma paciência infinita, a de recomeçar toda vez do início, retirar um a um os fios enrolados do novelo econômico para chegar ao coração do crime. Lentamente, mas com constância e raiva, mesmo quando toda a atenção se desfaz, mesmo quando tudo parece

realmente inútil e perdido em uma metamorfose que passa de mão em mão, sem se deixar abater.

Com o processo tendo chegado ao fim, parecia que entre os Bidognetti e os Schiavone poderia começar um conflito aberto. Por anos tinham se confrontado através de vários clãs a eles confederados, mas os negócios comuns até então tinham prevalecido sobre as diferenças. Os Bidognetti dispõem de potentes baterias de fogo, o seu território é o norte de Caserta, um domínio que chega até a costa da Domícia. Violentíssimos, em Castelvolturmo queimaram vivo um barman, Francesco Salvo, dono do lugar onde trabalhava, o bar Tropicana, punido por ter ousado substituir os videopôqueres dos Bidognetti por outros de um clã rival. Os homens de Mezzanotte chegaram a lançar uma bomba contra o carro de Gabriele Spenuso, enquanto ele passava pela estrada Nola-Villa Literno. Domenico Bidognetti determinou a eliminação de Antonio Magliulo em 2001, porque ele tinha ousado se insinuar, não obstante fosse um homem casado, para uma moça, prima de um boss. Amarraram-no numa cadeira em uma praia e, de frente para o mar, encheram a sua boca e o seu nariz de areia. Para respirar, Magliulo engolia e cuspiam areia e procurava soprá-la para fora do nariz.

Vomitava, mastigava, balançava o pescoço, emplastava com saliva os grãos, criando uma espécie de cimento básico, uma matéria colante que lentamente

o sufocou. A ferocidade dos Mezzanotte era diretamente proporcional ao seu poder empresarial. Ligados ao ciclo do lixo, os Bidognetti tinham estreitado

— segundo diversas investigações da DDA de Nápoles de 1993 e de 2006 —

alianças com a maçonaria derivada da P2. Revestiam com uma camada de tinta, ilegalmente e a preços muito convenientes, o lixo tóxico de empresários ligados à loja maçônica. Um sobrinho de Cicciotto di Mezzanotte, Gaetano Cerci, preso no meio da operação “Adelphi” sobre a ecomáfia, era o contato entre a Camorra de Casale e alguns maçons, e se encontrava muito frequentemente para fazer negócios diretamente com Licio Gelli. Negócios que os investigadores conseguiram descobrir nos documentos financeiros de uma única empresa envolvida, estimados em mais de 35 milhões de euros. Os dois boss, Bidognetti e Schiavone, na prisão, e com a prisão perpétua pelas costas, teriam podido desfrutar cada um da condenação alheia para pôr seus próprios homens no calcanhar do outro e tentar eliminar

o clã rival. Houve um momento em que tudo pareceu desmoronar num enorme conflito, daqueles que arrastam coleções de mortes todos os dias.

Na primavera de 2005, o filho mais novo de Sandokan foi a uma festa em Parete, território dos Bidognetti, e ali começou — segundo as investigações —

a paquerar uma moça, não obstante estivesse acompanhada. O rebento dos Schiavone estava sem escolta e acreditava que somente o fato de ser filho de Sandokan o tornaria imune a todo tipo de agressão. Não foi assim. Um grupinho de pessoas o arrastou para fora da casa e o encheu de tapas, socos e chutes no traseiro. Depois da surra, ele teve que correr para o hospital para suturar a testa. No dia seguinte, umas 15 pessoas, de moto e carro, se apresentaram na frente do bar Penelope, onde se encontravam geralmente os rapazes que tinham batido no rebento. Entraram com tacos de beisebol e arreventaram tudo, deixaram sangrando todos que estavam lá dentro, mas não conseguiram identificar os responsáveis pela afronta a Schiavone, que

muito provavelmente escaparam, talvez por uma porta de saída do bar. Então os encontraram pela rua e começaram a disparar, entre as pessoas, na praça, atingindo o abdômen de alguém que passava por ali. Em resposta, no dia seguinte um grupo chegou ao Café Matteotti de Casal di Principe, onde frequentemente se reúnem os jovens do clã Schiavone. Os motociclistas desceram lentamente, para dar tempo aos transeuntes de escapar, e começaram também eles a destruir tudo. Foram registrados espancamentos e mais de 16 facadas. O ar era pesado, uma nova guerra estava pronta para começar.

Para aumentar a tensão, chega a notícia inesperada da confissão de um arrependido, Luigi Diana, que já tinha declarado, segundo o jornal local, que Bidognetti era o responsável pela primeira prisão de Schiavone, que fora ele que tinha colaborado com os carabinieri revelando o esconderijo, na França, do boss. As baterias de fogo estavam se preparando e os carabinieri, prontos para recolher os cadáveres da matança. Tudo foi impedido pelo próprio Sandokan, com um gesto público. Não obstante o rígido regime do cárcere, ele conseguiu mandar uma carta aberta a um jornal local, publicada em 21 de setembro de 2005, logo na primeira página. O boss, como um verdadeiro homem de negócios preso, resolveu o conflito desmentindo o que tinha sido dito pelo arrependido, motivo de terem assassinado poucas horas depois um familiar seu:

“Quem cantou, aliás, quem pôs a boca no trombone, e permitiu minha

prisão na França, foi, como consta das provas, Carmine Schiavone, e não Cicciotto Bidognetti. A verdade é que tal indivíduo, que responde pelo nome do arrependido Luigi Diana, diz falsidades e quer trazer discórdia para tirar vantagens pessoais.”

Além disso, “sugere” ao diretor do jornal contar direito as notícias:

“Peço-lhe não se utilizar deste delator, muito, mas muito mercenário, e de

não incorrer no erro de transformar o seu diário de crônicas num jornal sensacionalista, que inevitavelmente perderia credibilidade, como um jornal concorrente seu, do qual não renovei a assinatura, coisa que, como eu, muitos farão, não comprando um jornal assim aparelhado.”

Com a carta, Sandokan deslegitima o jornal concorrente do cotidiano ao qual endereçou a carta, e oficialmente o elege seu novo interlocutor.

“Não comento nem ao menos o fato de que o jornal concorrente costuma escrever mentiras. O subscritor aqui é como água da fonte: transparente em tudo!”

Sandokan convidou seus homens a comprar o novo jornal e não mais o velho, e assim de dezenas de prisões em toda a Itália chegaram pedidos de assinatura para o novo jornal escolhido pelo boss e cancelamentos de assinaturas do jornal criticado. O chefe encerrou a sua carta de paz com os Bidognetti escrevendo:

“A vida pede sempre o que se é capaz de enfrentar. A estes chamados arrependidos a vida quer que eles prestem contas à lama. Como porcos.”

O cartel dos Casalesi não fora vencido. Estava até revigorado. Segundo as investigações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles, o cartel atualmente é dirigido por Antonio Iovine, conhecido como “o Menino” ou seja, o

“Prodígio”, porque chegou ao topo do clã quando ainda garoto, e Michele Zagaria, o boss administrativo de Casapesenna, conhecido como “Cabeça Torta”, por causa da irregularidade do seu rosto, mas que agora está sendo chamado de “Manera”. Ambos os boss estão foragidos há anos e incluídos na lista do Ministério do Interior entre os mais perigosos fugitivos italianos.

Nunca encontrados, porém sempre presentes nas suas cidadezinhas. Nenhum boss pode, por muito tempo, abandonar as próprias raízes, porque é sobre elas que todo o seu poder se constrói e todo o seu poder pode desabar.

Poucos quilômetros, cidades minúsculas, estradinhas estreitas de terra, fazendas perdidas nos campos, e mesmo assim é impossível pegá-los. Estão na cidade. Viajam em rotas internacionais e retornam à cidade na maior parte do ano. Estão aqui. Todos sabem. E mesmo assim não os pegam. Os esquemas de cobertura são tão eficientes que impedem a prisão. Suas casas continuam a ser habitadas por parentes e famílias. A de Antonio Iovine, em San Cipriano, parece um palacete oriental, enquanto a villa de Michele Zagaria é um verdadeiro complexo habitacional entre San Cipriano e Casapesenna, uma casa com uma cúpula de vidro no lugar do teto para permitir a entrada de luz e a alimentação do crescimento de uma árvore enorme que reina no centro da sala. A família Zagaria possui dezenas de empresas terceirizadas em toda a Itália e é — segundo os procuradores da DDA de Nápoles — a primeira empresa italiana no setor de compra e venda de terras. A mais importante, sem dúvida. Uma supremacia econômica que não nasce diretamente da atividade criminosa, mas da capacidade de equilibrar capitais lícitos e ilícitos.

Essas empresas conseguem apresentar-se de modo profundamente competitivo. Têm verdadeiras colônias criminais nas regiões da Emilia, Toscana, Umbria e Vêneto, onde o controle antimáfia é mais brando e permite a terceirização de ramos inteiros da empresa. Os Casalesi antes impunham uma taxa — o pizzo — aos empresários do norte da região da Campânia, mas agora dirigem diretamente o mercado. No território de Modena e no de Aretta, os Casalesi têm em mãos a maior parte da construção civil e levam com eles principalmente mão de obra casertana.

As investigações em curso mostram que as empresas de construção civil ligadas ao clã dos Casalesi se infiltraram nos trabalhos de estradas de alta velocidade ao norte, depois de tê-los feito ao sul. Como demonstra uma investigação coordenada pelo promotor Franco Imposimato, em julho de 1995, as grandes empresas vencedoras de licitações do TAV — Trem de Alta Velocidade — de Nápoles a Roma subempreitaram os trabalhos para a

Edilsud, ligada exatamente a Michele Zagaria, mas também a outras dezenas de empresas ligadas ao cartel de Casale. Um bom negócio, o da alta velocidade Nápoles-Roma, que levou cerca de dez bilhões de

liras.

As investigações demonstraram que o clã Zagaria já tinha feito acordos com a 'ndrangheta, máfia calabresa, para participar das licitações com as suas próprias empresas, tão logo a linha da alta velocidade alcançasse a região da Calábria. Os Casalesi estavam prontos, como estão agora. Uma costela do grupo de “soldados” de Casapesenna, no reinado de Casale, conseguiu penetrar — segundo as últimas investigações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles — em uma série de obras públicas no centro-norte, participando da reconstrução da Umbria depois do terremoto de 1997. Em cada grande contrato público e em todo canteiro de obras, as empresas da Camorra da região de Aversa podem dominar a paisagem: máquinas e equipamentos disponíveis nos canteiros; movimentação de terra, transportes, remoção de entulhos e mão de obra.

As empresas da província de Aversa estão sempre prontas para intervir: organizadas, econômicas, velozes, eficientes. As empresas de construção em Casal di Principe são, oficialmente, 517. Muitas delas são dirigidas diretamente pelos clãs, outras centenas se encontram em diversos distritos de Aversa, um exército pronto para cimentar qualquer coisa. Os clãs não parecem ter bloqueado o desenvolvimento do território mais do que ter desviado lucros para seus caixas. Num quadrado de poucos quilômetros, nos últimos cinco anos foram construídos verdadeiros troncos comerciais do cimento: um dos maiores cinemas multissalas da Itália, o Marcianise; o maior centro comercial do sul da Itália, em Teverola; o maior centro comercial da Europa, também em Marcianise, tudo numa região com altíssimas taxas de desemprego e com uma enxurrada contínua de emigrantes. Enormes conglomerados comerciais que mais do que não-lugares — como o teria

definido o etnólogo Marc Augè — pareciam inícios de lugar. Supermercados onde tudo pode ser comprado e consumido aceitam o dinheiro, que nunca encontraria uma origem legítima. Lugares onde se dá a origem legal do dinheiro, o batizado oficial. Quanto mais centros comerciais se constroem, mais canteiros de obras se iniciam, mais mercadorias se agregam, mais fornecedores trabalham, mais transportes chegam, mais velozmente o dinheiro conseguirá ultrapassar o terreno acidentado dos territórios ilegais e chegar aos legais.

Os clãs beneficiaram o desenvolvimento estrutural da província e estão prontos para tomar parte no saque. Esperando com ansiedade o início das grandes obras sobre o território: o metrô de Aversa e o

aeroporto de Grazzanise, que será um dos maiores da Europa e a ser construído a pouca distância das fazendas que foram de Cicciariello e de Sandokan.

Os Casalesi disseminaram seus bens pelo território. Somente os bens imóveis embargados pela DDA de Nápoles nos últimos cinco anos remontam a 750 milhões de euros. Os inventários são apavorantes. Só para a instrução do processo de “Spartacus” arrestaram 199 prédios, 52 terrenos, 14

sociedades, 12 automóveis e três embarcações. No curso dos anos foram arrestados de Schiavone e seus fiéis sócios, por causa de um inquérito de 1996, bens no valor de 450 bilhões de liras: empresas, villas, vinícolas, terrenos, prédios e automóveis de alta cilindrada (entre os quais o Jaguar no qual encontraram Sandokan, quando da sua primeira prisão). Arrestos que teriam destruído qualquer empresa, perdas que teriam quebrado qualquer empresário, verdadeiros massacres econômicos que teriam engolido qualquer grupo econômico. Qualquer um, mas não o cartel dos Casalesi. Toda vez que eu lia sobre os arrestos de imóveis, toda vez que tinha diante dos olhos a relação de bens que a DDA sequestrava dos boss, me vinha uma sensação de desconforto e cansaço, pois, para qualquer parte que eu olhasse, parecia que

tudo era deles. Tudo. Terras, búfalos, fazendas, minas, estacionamentos, fábricas de laticínios, hotéis e restaurantes. Uma espécie de onipotência camorrista. Eu não conseguia ver nada que não fosse propriedade deles.

Havia um empresário que, mais do que qualquer outro, tivera esse poder total, o de tornar-se dono de todas as coisas: Dante Passarelli, de Casal di Principe. Foi preso há alguns anos por associação criminosa, acusado de ser o contador do clã dos Casalesi. A acusação propôs a reclusão de oito anos e reclusão pelo Artigo 416 bis do Código Penal Italiano. Não era simplesmente um dos muitos empresários que faziam negócios com e por meio dos clãs.

Passarelli era o Empresário absoluto, o número um, o mais próximo, o mais confiável. Era um ex-açougueiro com grande tino comercial, e isso lhe bastava porque foi escolhido — segundo a acusação — para tornar-se o investidor de uma parte dos capitais do clã. Tornou-se atacadista e depois, industrial. De fabricante de massas tornou-se também empreiteiro da construção civil e depois do açúcar passou ao catering e, por fim, ao futebol. O patrimônio de Dante Passarelli, segundo uma estimativa da DIA, valia entre 300 e 400

milhões de euros. Boa parte daquela riqueza era fruto de participações acionárias e atraentes quotas de mercado no setor agroalimentar. Era da sua propriedade o Ipam, uma das mais importantes refinarias de açúcar italianas.

Era líder na distribuição de massas com a Passarelli Dante e filhos, que foi adjudicada na licitação para refeições de hospitais de Santa Maria Capua Vetere, Capua e Sessa Aurunca. Era proprietário de centenas de apartamentos, salas comerciais e galpões industriais. No momento de sua prisão, em 5 de dezembro de 1995, inúmeros bens foram embargados: nove prédios em Villa Literno; um apartamento em Santa Maria Capua Vetere; um outro em Pinetamare; um prédio em Casal di Principe. E mais: terrenos em Castelvoturno, em Casal di Principe, em Villa Literno, em Cancellò Arnone, o complexo agrícola La Balzana, em Santa Maria La Fossa, composto por 209

hectares de terreno, e quarenta construções rurais. E depois, a menina dos seus olhos, o Anfra III, um luxuosíssimo iate com dezenas de camarotes, convés de madeira de lei e banheira de hidromassagem a bordo, estacionado em Gallipoli. Com o Anfra III, Sandokan e seu sócio tinham feito um cruzeiro nas ilhas gregas. As investigações estavam levando a um progressivo confisco dos bens, quando Dante Passarelli foi encontrado morto, em novembro de 2004, caído da varanda de uma de suas casas. Foi sua mulher que encontrou o corpo. A cabeça desfeita, a coluna vertebral em pedaços. As investigações estão em andamento até hoje. Não se sabe ainda se foi uma fatalidade, ou uma conhecidíssima mão anônima que fez cair o empresário da varanda em construção. Com sua morte, todos os bens que deveriam passar para as mãos do Estado retornaram à família. O destino de Passarelli foi o de um comerciante que, por sua qualidade empresarial, recebeu capitais que nunca teria podido gerir, o que o fez ascender de maneira admirável. Depois, com os inquéritos nas costas, não conseguiu defender dos confiscos seu patrimônio.

Assim como a qualidade de empresário deu-lhe um império, perdas com os embargos deram-lhe a morte. Os clãs não permitiam erros. Quando contaram a Sandokan, durante uma audiência, que Dante Passarelli estava morto, o boss disse serenamente: “Que sua alma descanse em paz.”

O poder dos clãs continuava a ser o poder do cimento. Era sobre os canteiros que eu sentia, fisicamente, no estômago, toda a sua força. Por diversos verões trabalhei nos canteiros e, para tanto, não precisava mais do que dizer ao mestre de obras a minha origem para que ninguém me recusasse trabalho. A região da Campânia fornece os

melhores pedreiros da Itália, os mais experientes, rápidos e econômicos, e também os que dão menos trabalho. Um detalhe besta que eu nunca consegui entender muito bem é o fato de essa profissão poder render algum dinheiro somente se você estiver

disposto a dedicar-lhe toda força, cada músculo, cada energia e trabalhar em qualquer tempo, com capuz ou de calção. Aproximar-me do cimento, com as mãos e o nariz, foi o único modo para entender sobre o que se fundava o poder, o poder de verdade.

Porém, foi com a morte de Francesco Iacomino que entendi realmente os mecanismos da construção civil. Ele tinha 33 anos, quando o encontraram de uniforme no calçamento, entre a via Quattro Orologi e a Gabriele D'Annunzio, em Ercolano. Tinha caído de um andaime. Depois do acidente todos fugiram, todos, inclusive o engenheiro. Ninguém chamou a ambulância, temendo que pudesse chegar antes que escapassem. Então, enquanto escapavam, deixaram o corpo no meio da rua, ainda vivo, cuspiendo sangue dos pulmões. Esta milésima notícia de morte em uma das trezentas construções que brotavam todo ano nos canteiros da Itália ficou como que fincada em alguma parte do meu corpo. Com a morte de Iacomino, fui tomado de uma raiva que parece mais um ataque de asma do que um tique nervoso. Queria ter feito como o protagonista de *La vita agra*, de Luciano Bianciardi, que chega a Milão com vontade de fazer saltar pelos ares o enorme prédio da Pirelli, conhecido como Pirellone, para vingar os 48 mineiros da cidade de Ribolla, massacrados por uma explosão na mina, em maio de 1954, no poço Camorra, conhecido assim devido às péssimas condições de trabalho.

Eu também talvez devesse escolher um prédio, o Palácio, para fazer saltar pelos ares, mas antes de enfileirar-me na esquizofrenia do terrorismo, entrei na crise asmática da raiva e me soou aos ouvidos o Eu sei, de Pasolini, como um jingle musical que se repetia sem parar. E assim, em vez de escolher prédios para explodir pelos ares, fui para Casarsa, visitar o túmulo de Pasolini. Fui sozinho, embora estas coisas, para serem menos patéticas, devam ser feitas com alguém. Em bando. Um grupo de leitores fiéis, uma namorada. Mas, obstinadamente, fui só.

Casarsa é um belo lugar, daqueles que dá vontade de ganhar a vida sendo escritor, mas ao mesmo tempo é difícil imaginar na prática alguém que vá sair do seu canto, atravessar a linha do inferno e ir parar ali. Andei sobre o túmulo de Pasolini, não para fazer-lhe uma homenagem, nem para comemorar alguma coisa. Pier Paolo Pasolini: nome único e triplo, como dizia Caproni, não é o meu santo laico,

nem um Cristo literário. Eu queria mesmo era encontrar um lugar. Um lugar onde ainda fosse possível refletir sem vergonha sobre a possibilidade da palavra. A possibilidade de escrever sobre os mecanismos do poder, além das histórias, além dos detalhes. Refletir se ainda era possível dar nomes aos bois, apontar os rostos, um a um, revelar as provas materiais dos crimes e torná-las elementos para a arquitetura da autoridade estatal. Ver se ainda era possível farejar, como porcos fazem com trufas, as dinâmicas reais de consolidação dos poderes, sem metáforas, sem intermediações, somente com o barro da palavra escrita.

Tomei o trem de Nápoles para Pordenone, um trem lentíssimo de nome muito eloquente sobre a distância que devia percorrer: Marco Polo. Uma distância enorme parece separar o Friuli da região da Campânia. Partiu às dez para as oito e chegou em Friuli às sete e vinte do dia seguinte, atravessando uma noite muito fria, que não me deixou dormir nem mesmo um minuto. De Pordenone, de ônibus cheguei a Casarsa e desci, caminhando cabisbaixo como quem já sabe aonde vai, já reconhece a rua olhando para os sapatos.

Obviamente me perdi. Mas depois de ter caminhado em vão consegui chegar à via Valvasone, no cemitério onde estão sepultados Pasolini e toda a sua família. À esquerda, pouco depois da entrada, havia um canteiro de terra nua.

Eu me aproximei daquele quadrado, que tinha no centro duas pedras de mármore branco pequenas, e vi o túmulo: “Pier Paolo Pasolini (1922-1975)”.

Ao lado, um pouco mais afastado, o da mãe. Senti que estava menos sozinho, e ali comecei a balbuciar a minha raiva com os punhos cerrados até fazer

entrar as unhas na carne da palma da mão. Comecei a articular o meu eu sei, o eu sei do meu tempo.

Eu sei e tenho provas. Eu sei de onde se originam as riquezas e de onde tiram seu fedor. Fedor de afirmação e vitória. Eu sei como transpira o lucro.

Eu sei. E a verdade da palavra não poupa ninguém porque tudo devora e de tudo faz prova. E não deve arrastar contraprovas nem instruir processos.

Observa, avalia, olha, ouve. Sabe. Não condena ninguém à cadeia e as testemunhas não voltam atrás. Ninguém se arrepende. Eu sei e tenho

provas.

Eu sei onde as páginas dos manuais de economia se dissipam, transformando seus fractais em matéria, coisas, ferro, tempo e contratos. Eu sei. As provas não estão escondidas em nenhum pen-drive enterrado num buraco debaixo da terra. Não tenho vídeos comprometedores em garagens escondidas em locais inacessíveis na montanha. Não possuo documentos xerocados dos serviços secretos. As provas não podem ser confrontadas porque são parciais, filmadas pelo olhar, contadas com palavras e temperadas com emoções forjadas a ferro e fogo. Eu vejo, deduzo, olho, falo e, assim, testemunho: palavra feia que ainda pode valer quando revela “É mentira”, no ouvido de quem ouve as coisas. De quem ouve a cantilena das rimas balbuciadas pelos mecanismos do poder. A verdade é parcial e, no fundo, se fosse redutível a uma fórmula objetiva, seria química. Eu sei e tenho provas. E, então, conto essas verdades.

Procuro sempre acalmar essa ânsia que toma conta de mim toda vez que caminho, toda vez que subo escadas, pego elevadores, esfrego a sola em capachos ou atravesso portas. Não posso conter uma permanente agitação da alma a respeito de como foram construídos prédios e casas. E, se depois tenho alguém por perto a quem contar, tenho dificuldade em me conter sobre contar como se levantam andares e varandas até o teto. Não se trata de sentimento de culpa universal que me invade, nem do resgate moral de quem

foi apagado da memória histórica. Mais do que tudo, procuro aplacar aquele mecanismo brechtiano que tenho nas entranhas em vez de pensar nos pés e nas mãos da História. Em outras palavras, trata-se mais de pensar nas tigelas permanentemente vazias que levaram à tomada da Bastilha, do que nos proclamas dos girondinos e dos jacobinos. Não consigo deixar de pensar nisso. Tenho sempre este vício. Como alguém que, observando Vermeer, se detivesse mais a pensar em quem misturou as cores, quem esticou a tela no esquadro, colocou as pérolas nos brincos, do que a contemplar o retrato. Uma verdadeira perversão. Não consigo mesmo esquecer como funciona o ciclo do cimento, quando vejo um lance de escada, e não me distraio sobre como se montam os andaimes ao ver uma coluna de janelas. Não dá para fazer de conta que não é nada. Não dá mesmo para ficar só no revestimento, logo penso na argamassa e na pá de pedreiro. Será talvez porque quem nasce em certos meridianos tem relações particulares com algumas substâncias. Nem todas as matérias são percebidas da mesma maneira em todo lugar. Acredito que, no Qatar, o cheiro de petróleo e gasolina remeta a sensações e sabores que lembrem casas imensas, óculos de sol e limusines. O mesmo cheiro

ácido de carvão fóssil, em Minsk, talvez reporte a faces escuras, escapamento de gás e cidades poluídas, enquanto na Bélgica lembre o cheiro de alho dos italianos e a cebola dos magrebinos. O mesmo acontece com o cimento no sul da Itália, na região do Mezzogiorno. O cimento. Petróleo do sul. Tudo nasce do cimento. Não existe império econômico nascido no Mezzogiorno que não tenha passagem pelas construções: contratos públicos, empreiteiras, subempreiteiras, escavações, cimento, entulho, argamassa, tijolo, andaime, operários. O armamento do empresário italiano é este. O empresário italiano que não tem a base do seu império no cimento não tem esperança alguma. É

o trabalho mais fácil para fazer dinheiro no menor espaço de tempo possível, conquistar confiança, contratar pessoas em época de eleições, distribuir

salários, obter financiamentos, multiplicar o próprio rosto sobre as fachadas dos prédios edificadas. O talento do construtor é o do negociante e o da ave de rapina. Tem a paciência do beneditino compilador de documentos burocráticos, de esperas intermináveis, de autorizações sedimentadas como lentas gotas de estalactites. E tem ainda o talento da ave de rapina, capaz de planar sobre terrenos insuspeitáveis, arrebatá-los por pouco dinheiro e depois conservar até que cada centímetro seu e cada buraco possam ser vendidos a preços exorbitantes. Os empresários-rapinas sabem como usar bicos e garras.

Os bancos italianos sabem negociar crédito com os construtores, digamos, aliás, que os bancos italianos parecem ter sido construídos para os construtores. E até mesmo quando não têm méritos e as casas que construirão não serão suficientes como garantias, haverá sempre algum bom amigo que as garantirá por eles. A concretude do cimento e dos tijolos é a única verdadeira materialidade que os bancos italianos conhecem. Pesquisa, laboratório, agricultura, artesanato, os diretores de banco as imaginam sempre como territórios vaporosos, além do céu, sem presença de gravidade. Cômodos, andares, pilares, tomadas de telefone e elétricas, estas as únicas coisas concretas que reconhecem. Eu sei e tenho provas. Sei como foi construída meia Itália. E mais de meia. Conheço as mãos, os dedos, os projetos. E a areia.

A areia que levantou prédios e arranha-céus. Quarteirões, parques, vilarejos.

Em Castelvoturno, ninguém esquece as filas infindáveis dos caminhões que dilapidavam o rio Voltorno da sua areia. Caminhões em fila, que atravessavam as terras de pequenos produtores rurais que nunca antes tinham visto aqueles mamutes de ferro e borracha. Conseguiram permanecer lá, resistir sem emigrar, mas, sob os olhos deles, levavam embora, carregavam tudo. Agora aquela areia está nas paredes dos condomínios de Abruzzo, nos prédios de Varese, Asiago, Gênova. Agora não é mais o rio que vai para o mar, mas o mar que entra no rio. Agora, no Voltorno, se pescam percas, e não

existem mais camponeses por ali. Sem terras, começaram a criar búfalos, depois de búfalos se meteram em pequenas empresas de construção, contratando jovens nigerianos e sul-africanos para trabalhos sazonais, e quando não consorciados com empresas dos clãs encontraram a morte precoce. Eu sei e tenho provas. As empresas de extração são autorizadas a subtrair quantidades mínimas, mas na verdade mordem e devoram montanhas inteiras. Montanhas e colinas

moídas e emplastadas no cimento terminam em toda parte. De Tenerife a Sassuolo. A deportação das coisas seguiu a dos homens. Em uma trattoria de San Felice, em Cancellò, encontrei dom Salvatore, mestre de obras. Uma espécie de morto-vivo ambulante. Não tinha mais do que 50 anos, mas aparentava 80. Me contou que, durante dez anos, teve por trabalho misturar pó tóxico nas betoneiras de cimento. Com a interferência das empresas dos clãs, a eliminação desses pós tóxicos ocultados no cimento tornou-se a fórmula que permitiu que as empresas se apresentassem às concorrências públicas com preços de mão de obra chinesa.

Garagens, paredes e pilotis têm o veneno no peito. Nada acontecerá até mesmo quando algum operário, talvez norte-africano, inalar o pó morrendo alguns anos depois e acabar culpando a má sorte pelo seu câncer.

Eu sei e tenho provas. Os empresários italianos bem-sucedidos provêm do cimento. Eles mesmos são parte do ciclo do cimento. Eu sei que antes de virarem namorados de top models, empresários donos de iates, compradores de grupos financeiros, magnatas da imprensa, antes e por trás de tudo isso tem o cimento, as empreiteiras, a areia, a brita, os caminhões lotados de operários que trabalham de noite e desaparecem de manhã, os andaimes remendados, os falsos seguros. Na espessura das paredes é onde se apoiam os que arrastam a economia italiana. A Constituição deveria mudar. Escrever que se funda sobre o cimento e sobre os construtores. São eles o país. Não Ferruccio Parri, não Luigi Einaudi, não Pietro Nenni, não o comandante

Valerio. Foram os construtores de prédios que puxaram a Itália pelo escalpo, a Itália afundada pelo escândalo Sindona e pela condenação sem apelação do Fundo Monetário Internacional. Fábricas de cimento, empreiteiras, prédios e jornais.

É na construção civil que acabam os filiados que perdem o rumo. Depois que se faz uma carreira de killer, de chantagista ou de segurança de praça de distribuição de drogas, acaba-se na construção civil ou na coleta de lixo. Mais do que documentários e palestras na escola, poderia ser interessante pegar os novos afiliados pela mão e levá-los para dar um passeio pelos canteiros de obras, mostrando-lhes o destino que os aguarda. Caso se livrem da prisão ou da morte, estarão num canteiro de obras, envelhecendo e escarrando sangue e cal, enquanto os empresários e vendedores que os boss acreditavam dirigir estarão recebendo comissões milionárias. De trabalho se morre.

Continuamente. Pela velocidade das construções e a necessidade de

economizar todo tipo de equipamento de segurança e respeito a horários.

Turnos desumanos: nove, dez horas por dia, inclusive sábados e domingos.

Cem euros por semana, incluídas as horas extras noturnas, e as de domingo valem 50 euros para cada dez horas trabalhadas. Os mais jovens fazem até quinze horas. Talvez cheirando coca. Quando se morre nos canteiros, coloca-se em movimento um mecanismo concatenado. O corpo inerte é retirado do local e simulam um acidente na estrada. Colocam o corpo num automóvel e depois o atiram numa ribanceira ou buraco, não se esquecendo de incendiá-lo antes. A soma que o seguro pagará será dada à família como acerto rescisório.

Não é raro que, para simular o acidente, alguns simuladores também se firam gravemente, sobretudo quando se deve trombar um carro contra um muro antes de atear-lhe fogo com o cadáver dentro. Quando o mestre de obras está presente, o mecanismo funciona bem. Quando está ausente, geralmente o pânico toma conta dos operários. E, então, pega-se o ferido grave, o quase

cadáver, deixando-o perto de alguma rua em direção ao hospital. Passa-se com o carro, atropelando o corpo, e depois se foge. Quando o escrúpulo é excessivo, chama-se uma ambulância. Todos que participam do sumiço ou do abandono do quase cadáver sabem que o mesmo lhe farão os colegas, se acontecer de se esborrachar no chão depois de uma queda ou ferir-se gravemente. Sabe-se, sem dúvida, que quem está ao seu lado, em caso de perigo, o socorrerá imediatamente, apenas para livrar-se de você e lhe dará o tiro de misericórdia. E por isso há uma espécie de desconfiança nos canteiros.

Quem está ao seu lado poderá ser o seu carrasco, ou você o dele. Não o fará sofrer, mas será aquele que o deixará moribundo sozinho sobre uma calçada ou botará fogo num carro com você dentro. Todos os construtores sabem que funciona dessa maneira. E as empresas do sul dão garantias melhores.

Trabalham e desaparecem, e qualquer problema resolvem sem clamor. Eu sei e tenho provas. E as provas têm um nome. Em sete meses, nos canteiros de obras do norte de Nápoles, morreram 15 operários da construção civil.

Caídos, mortos debaixo de pás mecânicas, amassados por guas

dirigidas por operários extenuados pelas horas de trabalho. É preciso fazer tudo rápido.

Mesmo se os canteiros duram anos, as empreiteiras devem deixar o lugar para outras. Ganhar, fazer caixa e ir para outro lugar. Mais de 40% das empresas que operam na Itália são do sul. Do interior de Aversa, de Nápoles, de Salerno. Ao sul podem ainda nascer os impérios, as malhas da economia podem ser reforçadas e o equilíbrio da acumulação originária ainda não foi completado. Seria bom pendurar no sul, para os empresários que queiram se lançar no ramo do cimento e em poucos anos entrar nos salões romanos e milaneses, um cartaz de boas-vindas para desejar-lhe sorte, já que a multidão é muita e pouquíssimos navegam na areia movediça. Eu sei. E tenho provas. E

os novos construtores, proprietários de bancos e de iates, príncipes das colunas sociais e majestades de novas prostitutas escondem o seu lucro.

Talvez tenham ainda uma alma. Têm vergonha de declarar de onde vêm os próprios rendimentos. Nos seus países modelos, nos Estados Unidos, quando um empresário consegue tornar-se uma referência financeira, quando chega à fama e ao sucesso, é comum que convoque analistas e jovens economistas, para mostrar suas qualidades econômicas, revelar as estradas percorridas até a vitória no mercado. Aqui só o silêncio. E o dinheiro é só dinheiro. E os empresários vencedores da região de Aversa, terra adoecida pela Camorra, respondem sem vergonha a quem lhes interroga sobre o seu sucesso: “Tenho comprado a 10 e vendido a 300.” Alguém já disse que no Sul se pode viver como em um paraíso. Basta olhar o céu, e nunca, nunca ousar olhar para baixo. Mas não é possível. A expropriação de toda e qualquer perspectiva subtraiu também os espaços da visão. Cada perspectiva está em varandas, tetos, mansardas, condomínios, prédios conjugados, quarteirões embolados.

Não pensem que aqui alguma coisa pode cair do céu. Aqui só se desce. Se cai no abismo. Porque há sempre um abismo. Assim, quando caminho sobre escadas e cômodos, quando subo em elevadores, não consigo não sentir.

Porque eu sei. E é uma obsessão. E assim, quando me encontro entre os melhores e mais bem-sucedidos empresários, não me sinto bem, embora esses senhores sejam elegantes, falem com calma e votem na esquerda. Sinto o cheiro da cal e do cimento que sai de suas meias de fio Escócia, de suas abotoaduras Bulgari e de suas bibliotecas

abarrota­das. Eu sei. Eu sei quem tem cons­truído o meu país e quem o cons­trói tam­bém a­gora. Sei que ho­je à no­ite parte um trem da ci­dade de Régia Calábria que fará uma pa­rada em Nápoles à me­ia-noite e quinze, e que se­guirá di­re­ta­mente a Milão. Es­tará lotado. E, na es­tação, os furgões e car­ros imundos de pó re­crutarão os rapazes para no­vos can­teiros de obras. Uma emigração sem re­si­dência que nin­guém es­tu­dará e aná­li­sa­rá, já que per­ma­ne­cerá nas pegadas de cal, e só ali. Eu sei qual é a ver­dadeira Cons­ti­tu­ição do meu tempo. Qual é a ri­queza das

em­presas. Eu sei que a me­di­da de cada pi­lastra é o san­gue dos outros. Eu sei e tenho pro­vas. E não pou­po nin­guém.

Nota:

1. O artigo 416 bis do Código de procedimento penal italiano é que define o crime de associação de tipo

mafioso. (N. E.)

Dom Peppino Diana



Quando penso na história da luta entre os clãs de Casal di Principe, de San Cipriano, de Casapesenna e de todos os territórios dominados por eles de Parete a Formia, lembro-me dos lençóis brancos. Daqueles lençóis brancos pendurados nas varandas, amarrados aos parapeitos ou nas janelas. Branco, tudo branco, uma chuva de tecidos alvos. Simbolizaram o luto furioso de quando passou o funeral de dom Peppino Diana. Eu tinha 16 anos, era março de 1994. Minha tia me acordou, como sempre, mas com uma violência estranha — ela me acordou tirando-me o lençol no qual eu estava enrolado como quando se desembulha o salame da embalagem. Quase caí da cama.

Minha tia não disse nada e andava fazendo um barulho forte, como se desabafasse todo o seu nervosismo nos calcanhares. Amarrou os lençóis nos parapeitos das sacadas que davam para a rua com tal força

que nem mesmo

um tornado poderia levá-los. Escancarou as janelas, abriu até mesmo o menor dos basculantes. Tudo foi aberto. Entravam vozes, saíam ruídos da casa.

Lembro-me da passagem de um batalhão de escoteiros que trocaram seu ar feliz de bons filhos de família por uma cara fechada, amarrada aos seus bizarros lenços amarelos e verdes, como que para demonstrar que dom Peppino também era um deles. Nunca mais me aconteceu ver escoteiros assim tão nervosos e tão pouco atentos a todas aquelas formas de ordem e compostura que os acompanham sempre em suas longas marchas. Daquele dia, tenho somente pedaços de lembranças, uma memória talvez de pelo de dálmata, com algumas marcas. Dom Peppino Diana teve uma história estranha, uma daquelas que, uma vez conhecida, deve ser conservada em alguma parte do próprio corpo. No fundo da garganta, amarrada nos punhos, nos músculos do peito, nas coronárias. Uma história rara, por muitos desconhecida.

Dom Peppino estudou em Roma e ali deveria permanecer e fazer carreira, longe de casa, longe da terra de nascença, longe dos negócios sujos. Uma carreira clerical, de bom filho burguês. Mas, em vez disso, decidiu retornar inesperadamente a Casal di Principe, como quem não consegue deixar um hábito ou um cheiro só na lembrança. Talvez como quem experimenta permanentemente a sensação maníaca de ter que fazer uma coisa e de não conseguir encontrar paz até que a realize ou ao menos tente. Dom Peppino torna-se sacerdote da Igreja de San Nicola de Bari, ainda quando muito jovem, uma igreja que, pela estrutura moderna que aparentava, até na estética era perfeita para a sua ideia de compromisso. Andava pela cidade de jeans, e não de batina, como acontecia até então com os padres que endossavam uma autoridade triste como o hábito eclesiástico. Dom Peppino não escutava lamentações de famílias, não disciplinava as escapadelas dos machos, nem andava por aí confortando mulheres traídas; tinha mudado com naturalidade

o papel do padre de província. Decidiu se interessar pelas dinâmicas do poder, e não somente pelos corolários da miséria, não queria apenas fechar a ferida, mas compreender os mecanismos da metástase, frear a gangrena, bloquear a origem daquilo que fazia da sua terra uma mina de capitais e um trilho de cadáveres. Fumava também um cigarro de vez em quando em público. Em outros lugares poderia parecer um gesto normal. Mas nesse território, os padres tinham que ter comportamentos de falsas privações do supérfluo, e nas suas vidas privadas é que desafogavam suas pequenas fraquezas. Dom Peppino

decidiu deixar que sua cara se parecesse cada vez mais com ele mesmo, como uma garantia de transparência, numa terra onde os rostos, ao contrário, devem orientar-se para trejeitos, prontos para demonstrar o que representam, assessorados pelos sobrenomes que carregam o corpo, como poder suturado na epiderme. Tinha a obsessão das realizações; inaugurou um centro de acolhimento para oferecer comida e alojamento aos primeiros imigrantes africanos. Era necessário acolhê-los, evitar — o que aconteceria se não o fizesse — que os clãs chegassem primeiro e os tornassem seus soldados. Para realizar o projeto, usava também algumas economias pessoais acumuladas no magistério. Esperar ajuda institucional pode ser uma coisa tão lenta e complicada que se torna o mais real dos motivos da imobilidade. Desde quando era sacerdote tinha visto as trocas de boss, a eliminação de Bardellino e o poder de Sandokan e de Cicciotto di Mezzanotte, os massacres entre os bardellianos e os Casalesi, depois entre os dirigentes vencedores.

Um episódio que ficou famoso nas crônicas daquele período foi um cortejo de diversos automóveis que desfilou pelas ruas da cidade. Eram cerca de seis da tarde, quando uma dezena de carros fez uma espécie de carreata diante das casas dos inimigos. Os grupos vencedores de Schiavone andavam lançando insultos na frente das casas dos seus adversários. Eu era menino,

mas meus primos se lembram como se fosse hoje. Os carros andavam lentamente pelas ruas de San Cipriano, Casapesenna e Casal di Principe, e os homens sentavam-se como que a cavalo, sobre os parapeitos das janelas, com uma perna dentro do carro e a outra pendurada para fora. Todos com metralhadora na mão e de rosto descoberto. Andando a passo lento, o cortejo ia recolhendo pelo caminho outros filiados que saíam de suas casas com fuzis e semiautomáticas, e prosseguiram a pé atrás dos carros. Uma verdadeira manifestação pública e armada de membros de um bando contra os do outro.

Paravam debaixo das casas dos adversários ou de quem quer que tivesse ousado opor-se ao seu domínio.

“Desçam, seus homens de merda! Saiam de casa... se vocês têm colhões!”

Durou pelo menos uma hora esse cortejo. Circulou sem problemas com as portas das lojas e dos bares se abaixando no instante da sua passagem. Por dois dias foi um toque de recolher total. Ninguém saiu de casa, nem mesmo para comprar pão. Dom Peppino viu que era

necessário ter um plano de luta.

Era necessário traçar abertamente um percurso a seguir, não só testemunhar isoladamente, mas organizar os testemunhos e coordenar uma atitude nova da igreja no território. Escreveu, assinando junto com todos os padres da paróquia de Casal di Principe, um documento inesperado, um texto religioso, cristão, com um traço de desesperada dignidade humana, que permanece como um pronunciamento de palavras universais, capazes de superar os perímetros religiosos e fazer tremer a voz dos boss, que chegaram a ter medo daquelas palavras, mais do que de uma blitz da Procuradoria Antimáfia, de apreensão de escavadeiras e betoneiras, ou de grampos telefônicos interceptando planos de assassinatos. Era um documento vivo com um título romanticamente forte: “Pelo amor do meu povo não silenciarei.” Distribuiu o panfleto no dia do Natal. Não afixou os folhetos na porta da sua igreja. Não tinha, como Lutero, que reformar nenhuma igreja romana; Dom Peppino

tinha mais no que pensar: tentar trilhar uma estrada transversal aos poderes, a única capaz de pôr em crise a autoridade econômica e criminosa das famílias da Camorra.

Dom Peppino escavou uma trilha na encosta das palavras erodidas pelas escavadeiras da sintaxe, aquela força que a palavra pública, pronunciada claramente, podia ainda se permitir. Não teve a indolência intelectual de quem acredita que a palavra já tenha esgotado todos os seus recursos e seja capaz somente de preencher espaços entre um tímpano e outro. Palavra concreta, material agregado de átomos que intervêm no mecanismo das coisas, como argamassa para construção ou como ponta de picareta. Dom Peppino procurava uma palavra necessária como água para olhos sujos. O

silêncio nessa terra não é uma banal e taciturna homenagem representada por chapéus e olhares baixos. Tem muito mais a ver com o “não tenho nada a ver com isso”. O comportamento usual neste lugar, e não só aqui, é uma escolha de introspecção, que é o verdadeiro voto depositado na urna do estado de coisas. Assim, a palavra é um grito. Um grito calculado e lançado num tom agudo e alto contra um vidro blindado — com vontade de fazê-lo explodir.

“Assistimos impotentes à dor de muitas famílias que veem seus filhos se acabarem miseravelmente vítimas ou dirigentes de organizações da Camorra.[...] Hoje, a Camorra é uma forma de terrorismo que incute medo, impõe as suas leis e tenta se tornar componente endêmica na sociedade campânia. Os camorristas impõem com violência, armas em

punho, regras inaceitáveis: extorsões que têm transformado as nossas ruas cada vez mais em áreas subsidiadas sem nenhuma capacidade autônoma de desenvolvimento; percentuais de 20% ou mais sobre o trabalho da construção, que desencorajam até mesmo o mais audacioso dos empresários; tráficos ilícitos para a aquisição e distribuição de substâncias entorpecentes, cujo uso produz filas de jovens marginalizados e mão de obra delinquente à disposição das organizações criminosas; disputas entre diversas facções das organizações criminosas caem como verdadeiros flagelos devastadores das famílias da nossa região, dando exemplos negativos para uma faixa inteira de adolescentes, verdadeiros laboratórios da violência e do crime organizado [...]”

Dom Peppino tinha como prioridade recordar que precisava, diante da onda de poder dos clãs, não mais conter sua atividade no silêncio do confessionalário. Invocou a voz dos profetas para sustentar a necessidade prioritária de ir para as ruas, de denunciar, de agir como condição inexorável para dar sentido à própria existência.

“O nosso compromisso profético de denunciar não deve e não pode ser pequeno. Deus nos conclama a ser profetas.

O Profeta faz as vezes de sentinela: vê a injustiça, denuncia-a e invoca o projeto originário de Deus (Ezequiel 3,16-18);

O Profeta nos faz recordar o passado e serve-se dele para colher o novo no presente (Isaías 43);

O Profeta nos convida a viver e ele mesmo vive a solidariedade no sofrimento (Gênesis 8,18-23);

O Profeta indica como prioritária a via da justiça (Jeremias 22, 3 — Isaías 58).

Aos padres, nossos pastores e irmãos, pedimos que falem claro nas homilias e em todas as ocasiões em que se pede um testemunho corajoso. À Igreja, que não renuncie ao seu papel

“profético”, a fim de que os instrumentos da denúncia e da proclamação se concretizem na capacidade de produzir uma nova consciência no seio da justiça, da solidariedade dos valores éticos e civis.”

O documento não tinha a intenção de se apresentar correto aos olhos do mundo político, pois não só o considerava sustentado pelos clãs

como até mesmo unido a eles por objetivos comuns, e dele derivados em face da realidade social. Dom Peppino não queria acreditar que o clã fosse a escolha do mal feita por alguém, mas, ao contrário, via-o como resultado de condições precisas, de mecanismos claros, de causas identificáveis e corruptas. Nunca antes a Igreja, nunca antes ninguém nestas bandas tinha tido um papel tão esclarecedor.

“A desconfiança e o preconceito do homem do sul, em relação às instituições, decorre da secular insuficiência de uma política apta a resolver os pesados problemas que minam o Mezzogiorno, particularmente os problemas relativos ao trabalho, à casa, à saúde e à educação; nem sempre a suspeita é infundada, de uma cumplicidade com a Camorra por parte dos homens políticos que, em troca de apoio eleitoral, ou até mesmo por objetivos comuns,

asseguram coberturas e favores;

difundiu-se o sentimento de insegurança pessoal e de risco permanente, decorrente da insuficiente tutela judicial das pessoas e dos bens, da lentidão da máquina judiciária, da ambiguidade dos instrumentos legislativos [...], o que determina, não raro, o recurso à defesa organizada pelos clãs ou à aceitação da proteção camorrista; há falta de clareza no mercado de trabalho, para quem quer encontrar um emprego; trata-se de mais de uma operação de tipo camorrista-clientelista do que de defesa de um direito fundado na lei de agenciamento de mão de obra;

há falta ou insuficiência, mesmo nas ações pastorais, de uma verdadeira educação social, como se fosse possível formar um cristão maduro sem formar o homem e o cidadão maduro.”

Dom Peppino organizou uma marcha contra a Camorra no fim dos anos 1980, depois de um assalto em massa ao quartel dos carabinieri de San Cipriano d’Aversa. Dezenas de pessoas queriam destruir a delegacia e bater nos oficiais porque alguns deles tinham ousado interferir num litígio entre dois rapazes da cidade no meio de uma tarde de espetáculos durante os festejos do padroeiro. O quartel de San Cipriano fica espremido num beco, não havendo saída para quem quer que fosse. Entrevieram os chefes de zona do clã para acalmar a revolta, mandados diretamente pelo boss para salvar aqueles carabinieri. Na época, dominava ainda Antonio Bardellino, e seu irmão Ernesto era o prefeito da cidade.

“Nós, Pastores da Igreja da Campânia, não pretendemos nos limitar a denunciar essas situações; mas, no âmbito das nossas competências e

possibilidades, queremos contribuir para a sua superação, até mesmo mediante uma revisão e integração dos conteúdos e dos métodos da ação pastoral.

Dom Peppino começou a pôr em dúvida a fé cristã dos boss, a negar explicitamente que pudesse haver aliança entre o credo cristão e o poder empresarial, militar e político dos clãs. Em terra de Camorra, a mensagem cristã não é vista em contraposição à atividade camorrista: o clã, que destina a própria atividade ao benefício de todos os seus membros, considera o bem

cristão respeitado e seguido pela organização. A necessidade de matar os inimigos e os traidores é vista como uma transgressão lícita, o não matar inscrito nas tábuas de Moisés pode, na argumentação dos boss, ser suspenso se o homicídio acontecer por motivo de força maior, ou seja, para salvaguarda do clã, dos interesses dos seus dirigentes, do bem do grupo e, portanto, de todos. Matar é um pecado compreendido e perdoado por Cristo, se tal ato é de todo necessário.

Em San Cipriano d'Aversa, Antonio Bardellino fazia filiações mediante o ritual da picada, usado também pela Cosa Nostra; uma modalidade que pertencia a rituais que, progressivamente, foram desaparecendo. A ponta do dedo indicador direito do aspirante era furada com uma agulha, e o sangue, derramado sobre a imagem de Nossa Senhora de Pompeia. Depois, esta era queimada sobre uma vela e passada de mão em mão para todos os dirigentes do clã, que ficavam de pé ao longo de uma mesa. Se todos os filiados beijassem a Nossa Senhora, o novo apresentado se tornaria oficialmente membro do clã. A religião é uma referência constante para a organização camorrista, não somente como forma ritualística ou resíduo cultural, mas como força espiritual que determina suas escolhas mais íntimas. As famílias camorristas, e em particular os chefes mais carismáticos, frequentemente consideram o próprio agir como um calvário, um modo de carregar nos ombros o peso da dor do pecado, garantindo assim o bem-estar do grupo e dos homens sobre os quais reinam.

Em Pignataro Maggiore, o clã Lubrano pagou do próprio bolso a restauração do afresco de uma Nossa Senhora. Ela é conhecida como a Nossa Senhora da Camorra, já que a ela foram pedir proteção os mais importantes procurados da Cosa Nostra, que fugiram da Sicília para Pignataro Maggiore.

Não é difícil, de fato, imaginar Totò Riina, Michele Greco, Luciano Liggio ou Bernardo Provenzano reverenciando Nossa Senhora com a testa apoiada

sobre o encosto alto de uma cadeira, implorando iluminação nas suas ações e proteção nas suas fugas.

Quando Vincenzo Lubrano foi absolvido, organizou uma peregrinação com diversos ônibus a San Giovanni Rotondo, para agradecer a padre Pio, artífice, segundo ele, da sua absolvição. Estátuas de tamanho natural de padre Pio, cópias de barro e bronze do Cristo Redentor que reina de braços abertos sobre o Rio de Janeiro estão presentes em muitíssimas casas de boss da Camorra. Em Scampia, nos laboratórios de estocagem de droga, frequentemente são cortadas 33 barras de haxixe de cada vez, simbolizando a idade de Cristo. Depois, esperam-se 33 minutos, faz-se o sinal da cruz e retoma-se o trabalho. Uma espécie de homenagem a Cristo para lhes propiciar ganhos e tranquilidade. O mesmo acontece com os pacotinhos de coca que geralmente, antes da distribuição aos pushers, o chefe de zona asperge e com água benta de Lourdes, esperando que os lotes não matem ninguém, mesmo porque ele responderia pela péssima qualidade da mercadoria.

O Sistema Camorra é um poder que não envolve apenas corpos, ou só dispõe da vida de todos, mas que paira também sobre as almas. Dom Peppino quer começar a tornar claras as palavras, seus significados e seus limites de valores.

“A Camorra chama de “família” um clã organizado para fins delituosos, no qual a fidelidade absoluta é lei, excluída qualquer expressão de autonomia, e considera-se traição, digna de morte, não só o abandono da atividade, mas também a conversão à honestidade; a Camorra usa todos os meios para estender e consolidar tal tipo de “família”, instrumentalizando até mesmo os sacramentos. Para o cristão, formado na escola da palavra de Deus, por “família” entende-se somente um conjunto de pessoas unidas entre si por uma comunhão de amor, em que o amor é serviço desinteressado e afetuoso, em que o serviço exalta quem o oferece em quem o recebe. A Camorra pretende ter uma religiosidade sua, conseguindo, às vezes, enganar, além dos fiéis, os desprovidos ou os ingênuos pastores de almas.”

O documento tentou até mesmo entrar no mérito dos sacramentos.

Manter longe qualquer tipo de identificação entre a comunhão, o papel do padrinho, o casamento e as estratégias camorristas. Afastar dos símbolos religiosos os pactos e as alianças dos clãs. Só de pensar em pronunciar uma coisa do gênero, os padres do lugar teriam ido se esconder no banheiro, com medo, com dor de barriga. Quem expulsaria do altar um boss disposto a batizar o filho de um filiado?

Quem iria recusar celebrar um matrimônio, só pelo fato de ser fruto da aliança entre famílias? Dom Peppino foi muito claro.

“Não permitir que a função de “padrinho”, nos sacramentos que a exigem, seja exercida por pessoas cuja honestidade na vida pública e privada não seja notória, bem como sua maturidade cristã. Não admitir nos sacramentos quaisquer tentativas de exercer pressões indevidas na falta da necessária iniciação sacramental.”

Dom Peppino desafiou o poder da Camorra no momento em que Francesco Schiavone, Sandokan, estava foragido, quando se escondia no bunker debaixo da sua villa na cidade, enquanto as famílias Casalesi estavam em guerra e os grandes negócios do cimento e do lixo tornavam-se as novas fronteiras dos seus impérios. Dom Peppino não queria fazer o papel de padre consolador, que acompanha até a fossa os caixões dos jovens combatentes massacrados e balbucia “tenham coragem” para as mães vestidas de preto. Em uma entrevista, declarou: “Nós devemos questionar as pessoas para colocá-las em crise.” Tomou também posições políticas, esclarecendo que a prioridade era a luta contra o poder político como expressão do poder empresarial da ilegalidade; que seu apoio seria dado aos projetos concretos, às escolhas de renovação, que não haveria qualquer imparcialidade da sua parte. “O partido se confunde com o seu representante, frequentemente os candidatos favoritos da Camorra não têm nem política nem partidos, mas só um papel a jogar ou um posto a ocupar.” O objetivo não era vencer a Camorra. Como ele mesmo recordava, “vencedores e vencidos estão no mesmo barco”. O objetivo era, ao

contrário, compreender, transformar, testemunhar, denunciar, fazer o eletrocardiograma do poder econômico, como modo de compreender como dividir o miocárdio da hegemonia dos clãs.

Nunca, em nenhum momento da minha vida, me senti devoto, mas a palavra de dom Peppino tinha um eco que ressoava além do traçado religioso.

Inventava um método novo que refundava a palavra religiosa e política. Uma confiança na possibilidade de apertar com as mãos a realidade, não a deixando antes de fazê-la em pedacinhos. Uma palavra capaz de percorrer a rota do dinheiro, seguindo seu mau cheiro.

Acredita-se que o dinheiro não tenha cheiro, mas isso só é verdade na mão do imperador. Antes que chegue na sua mão, pecunia olet. Tem

fedor de latrina. Dom Peppino agia em uma terra onde o dinheiro deixava rastros do seu cheiro, mas por uma fração de segundo. No instante em que é extraído, antes que se torne outro, antes que possa encontrar legitimação. Odores similares são reconhecidos somente quando as narinas roçam naquilo de onde emanam. Dom Peppino Diana tinha compreendido que deveria ter olho vivo naquela terra, pegá-la pelas costas, pelos olhares, não distanciar-se para poder continuar a ver e a denunciar, e a entender onde e como as riquezas das empresas se acumulam e iniciam as matanças e os sequestros, as vinganças e os silêncios. Tendo na ponta da língua o instrumento, o único possível para tentar mudar o seu tempo: a palavra. E essa palavra, incapaz do silêncio, foi a sua condenação à morte. Seus killers não escolheram uma data por acaso. O

seu aniversário, 19 de março de 1994. De manhã cedinho. Dom Peppino não tinha ainda vestido o hábito. Estava na sala de reuniões da igreja, perto do escritório. Não foi reconhecido de imediato.

“Quem é dom Peppino?”

“Sou eu...”

A última resposta. Cinco tiros que retumbaram nas naves, duas balas que

lhe cobriram o rosto, e outras que perfuraram a cabeça, o pescoço e uma das mãos. Tinham mirado no rosto, os tiros foram dados à queima-roupa. Uma ogiva do projétil ficou no seu corpo, entre o paletó e a camiseta. Uma bala pegou no molho de chaves preso na calça. Dom Peppino estava se preparando para celebrar a primeira missa do dia. Tinha 36 anos.

Um dos primeiros que acudiu à igreja e encontrou o corpo ainda no chão foi Renato Natale, prefeito comunista de Casal di Principe. Tinha sido eleito havia apenas quatro meses. Não foi por acaso que aquele corpo caiu durante sua breve ou, melhor, brevíssima gestão política. Natale foi o primeiro prefeito de Casal di Principe que teve como prioridade absoluta a luta contra os clãs. Já abandonara, por protesto, a Câmara de Vereadores, porque, segundo ele, lá fora reduzido a uma função meramente ratificadora de decisões tomadas fora dali. De fato, um dia, em Casale, os carabinieri deram uma batida na casa de um vereador do município, Gaetano Corvino, e encontraram lá reunidos todos os dirigentes do clã dos Casalesi. Uma reunião que estava ocorrendo enquanto o vereador tinha ido à Câmara para participar de uma sessão legislativa. De um lado, os negócios da cidade; de outro, os

negócios por intermédio da cidade. Fazer negócios é o único motivo que os faz levantar da cama de manhã, tirar o pijama e permanecer de pé.

Sempre observei Renato Natale de longe, como se faz com aquelas pessoas que se tornam, sem querer, símbolos de uma ideia de compromisso, resistência e coragem. Símbolos quase metafísicos, irreais, arquetípicos. É

com um certo embaraço de adolescente que costumo ver seu modo de agir, criando ambulatórios para os imigrantes, pondo a boca no trombone durante os anos negros das guerras de vingança sobre o poder das famílias da Camorra de Casale e dos negócios envolvendo cimento e coleta de lixo. Já tinham tentado cooptá-lo, depois o ameaçaram de morte, dizendo que, se ele não parasse, seus familiares sofreriam as consequências. Mas ele continuava a

denunciar, de todo jeito, até mesmo panfletando pela cidade, cartas abertas que denunciavam o que os clãs estavam decidindo e impondo. Quanto mais agia com constância e coragem, mais aumentava a sua proteção metafísica. É

preciso conhecer a história política dessa terra para entender que peso específico têm os termos “compromisso” e “vontade”.

Desde quando foi promulgada a lei que demite os funcionários públicos por infiltração mafiosa, foram desfeitas administrações públicas na província de Caserta. Cinco delas ficaram sob intervenção por duas vezes. Carinola, Casal di Principe, Casapesenna, Castelvoturno, Cesa, Frignano, Grazzanise, Lusciano, Mondragone, Pignataro Maggiore, Recale, San Cipriano, Santa Maria la Fossa, Teverola, Villa di Briano, San Tammaro. Os prefeitos que se opõem aos clãs nesses lugares, quando conseguem se eleger apesar de todos os votos de escambo e de estratégias econômicas que rompem qualquer linha político-partidária, deparam-se depois com a tarefa de fazer as contas com os limites dos administradores locais, pouquíssimo dinheiro e total marginalidade. Devem começar a destruir, desmontando tijolo por tijolo.

Com recursos de pequeno município, devem enfrentar multinacionais, com delegacias de província, confrontar-se com enormes baterias de fogo. Como em 1988, quando Antonio Cangiano, vereador de Casapesenna, se opôs à penetração do clã em algumas obras públicas. Ameaçaram-no, agrediram-no, dispararam na sua coluna, em praça pública, na frente de todos. Ele não tinha deixado o clã dos Casalesi

agir. Então, os Casalesi não o deixaram mais caminhar. Condenaram-no à cadeira de rodas. Os presumíveis responsáveis pela emboscada foram absolvidos em 2006.

Casal di Principe não é uma cidade da Sicília dominada pela máfia, onde se opor a empreendimentos criminosos é tarefa árdua, sim, mas que tem ao seu lado cortejos de câmeras, jornalistas conhecidos ou em vias de se tornarem conhecidos, e proteção de dirigentes não mafiosos que de alguma

maneira conseguem aumentar o apoio à oposição feita. Aqui, tudo que se faz permanece no perímetro do próprio espaço, restrito, compartilhado por poucos. É justamente nessa solidão, acredito, que se molda aquilo que eu poderia chamar de coragem, uma espécie de armadura na qual não se pensa, mas que se carrega sem se dar conta. Vai adiante, faz aquilo que deve fazer, o resto não vale nada. Porque a ameaça não é sempre uma bala no meio da testa, nem toneladas de bosta de búfalo que descarregam na porta da sua casa.

Eles o minam lentamente. Um pouco por dia, até quando você se vê nu e só, acreditando que está combatendo alguma coisa que não existe, que é um delírio da sua cabeça. Você começa a acreditar nas calúnias de que o acusam, como a de que você é um insatisfeito que decide descarregar seus traumas em quem conseguiu alguma coisa na vida, e que, por mera frustração, decide chamá-los de camorristas. Jogam com você como se faz com o jogo de varetas. Tiram todas as varetas sem se tocarem. Assim, no final, você fica ali sozinho, e a solidão é que o trai até o último fio de cabelo. É um estado de ânimo que ninguém pode se permitir. É um risco, e se você baixa a guarda não consegue mais compreender os mecanismos, os símbolos e as escolhas.

Arrisca-se a não entender mais nada. E então deve ir fundo com todos os seus recursos. Deve encontrar alguma coisa que segure o estômago da alma para ir adiante. Cristo, Buda, o compromisso com a sociedade, a moral, o marxismo, o orgulho, o anarquismo, a luta contra o crime, a polícia, a raiva constante e perene, a própria região do Mezzogiorno. Alguma coisa. Não um gancho ao qual se agarrar. Mais do que isso, uma raiz enfiada na terra, inatacável. Na inútil batalha em que você está certo de fazer o papel de vencido, há alguma coisa que você deve preservar e ser consciente. Deve estar certo de que se fortalecerá graças ao seu esforço, que tem o sabor da loucura e da obsessão.

Aquela raiz principal que se enrosca no terreno eu aprendi a

reconhecer nos olhares de quem decidiu olhar na cara de certos poderosos.

As suspeitas do assassinato de dom Peppino caíram logo sobre o grupo de Giuseppe Quadrano, um filiado que se colocou ao lado dos inimigos de Sandokan. Havia também duas testemunhas: um fotógrafo que se encontrava ali para dar os parabéns a dom Peppino e o sacristão da igreja de San Nicola.

Logo que começou a circular a notícia de que a polícia suspeitava de Quadrano, o boss Nunzio De Falco, conhecido como O Lobo, que estava em Granada, na Andaluzia — território que lhe coube quando da partilha feita entre os Casalesi —, telefonou para a delegacia de Caserta solicitando um encontro com policiais para esclarecer as questões que diziam respeito a um integrante do seu grupo. Dois funcionários da delegacia de Caserta foram ao seu encontro em seu território espanhol. No aeroporto foram recebidos por sua esposa, que os levou de carro até uma belíssima villa andaluza. Nunzio De Falco os esperava, não na villa em Santa Fé, mas em um restaurante onde, com grande probabilidade, a maior parte dos clientes era composta de figurantes prontos para intervir, caso os policiais cometessem alguma imprudência. O boss logo esclareceu que os havia chamado para fornecer sua versão sobre o episódio, uma espécie de interpretação de um fato histórico e não uma delação, uma denúncia. Uma premissa clara e necessária para não manchar o nome e a reputação da família. Não podia colaborar com a polícia.

O boss declarou, sem rodeios, que quem matou dom Peppino Diana haviam sido os Schiavone, a família rival. Teriam matado o padre para fazer cair sobre os De Falco a responsabilidade pelo homicídio. O Lobo sustentou que nunca poderia dar ordem de matar dom Peppino Diana, uma vez que Mario, seu irmão, lhe era muito afeiçoado. De fato, dom Peppino Diana tinha conseguido fazer com que ele não se tornasse um dirigente do clã e havia tido com ele um diálogo para tirá-lo do Sistema Camorra. Era um dos resultados mais importantes de dom Peppino, mas o boss De Falco o usou como seu álibi. Para dar sustentação à tese de De Falco, falaram também Mario Santoro

e Francesco Piacenti, outros dois integrantes do clã.

Giuseppe Quadrano também estava na Espanha. Primeiro ficou hospedado na villa de De Falco, depois se estabeleceu em uma cidade perto de Valência. Queria criar seu próprio clã, tinha tentado fazer negócios com carregamento de drogas que deveriam servir de acelerador econômico para edificar um dos tantos clãs de empresários

criminosos do sul da Espanha.

Mas não conseguiu. No fundo, Quadrano sempre ocupara uma posição secundária. Entregou-se à polícia espanhola, declarando-se à disposição da Justiça. Desmentiu a versão que Nunzio De Falco tinha dado aos policiais.

Quadrano inseriu o homicídio no contexto da guerra de vingança que estava ocorrendo entre o seu grupo e o dos Schiavone. Quadrano era chefe de zona de Carinaro, onde os Casalesi de Sandokan mataram em pouco tempo quatro filiados, dois tios e o marido da sua irmã. Quadrano contou que tinha decidido, junto com Mario Santoro, matar Aldo Schiavone, um primo de Sandokan, para vingar a afronta. Antes da operação, telefonaram a De Falco, que estava na Espanha, pois nenhuma operação militar podia ser levada a cabo sem o consenso dos dirigentes. O boss de Granada mandou parar tudo, já que Schiavone, depois da morte do primo, tinha mandado massacrar todos os parentes de De Falco remanescentes na Campânia. O boss disse que mandaria Francesco Piacenti como mensageiro e organizador de uma ordem sua. Piacente fez a viagem Granada—Casal di Principe a bordo de sua Mercedes, o carro que nos anos 1980 e 1990 foi o símbolo desse território. O

jornalista Enzo Biagi ficou estupefato quando, no final dos anos 1990, obteve os relatórios de venda da Mercedes na Itália, para escrever um artigo. Casal di Principe estava entre as primeiras posições, na Europa, de automóveis adquiridos. Mas ele notou ainda uma outra coincidência: a área urbana com a maior taxa de homicídios da Europa era também Casal di Principe. Uma relação entre Mercedes e mortes por assassinato que poderia permanecer

como dado constante de monitoramento para os territórios da Camorra.

Piacenti — segundo a primeira revelação de Quadrano — passou a mensagem de que era preciso matar dom Peppino Diana. Ninguém sabia o motivo da decisão, mas todos tinham certeza de que “o Lobo sabia o que estava fazendo”. Piacenti declarou — segundo Quadrano, o arrependido — que ele mesmo teria cometido o homicídio, desde que Santoro ou algum outro do clã também tivesse ido com ele. Mario Santoro, ao contrário, titubeava. Ligou para De Falco dizendo que era contra o homicídio, mas no final aceitou para não perder o cargo de negociador do narcotráfico com a Espanha, cargo concedido pelo Lobo. Não podia recusar-se a cumprir uma ordem tão importante. Mas, ao mesmo tempo, matar um padre sem um motivo claro não era

assim tão simples. No Sistema Camorra, o assassinato deve ser necessário, como um depósito em banco, a aquisição de uma concessionária, a interrupção de uma amizade. Não é um gesto que se diferencie do próprio cotidiano: é parte do alvorecer e do entardecer de cada família, de cada boss, de cada filiado. Mas matar um padre, sem relação com as dinâmicas de poder, fazia balançar a consciência. Segundo a declaração de Quadrano, Francesco Piacenti se retirou dizendo que, em Casale, ele era muitíssimo conhecido e por isso não poderia participar. Mario Santoro, entretanto, aceitou, mas com a companhia de Giuseppe Delia Medaglia, filiado do clã Ranucci de Sant'Antimo, seu companheiro de outras operações. Segundo o arrependido, organizaram-se para o dia seguinte, às seis da manhã. Mas a noite foi agitada para todos. Não pegavam no sono, brigavam com as mulheres, irritavam-se.

Aquele padre causava mais medo do que os tiros dos clãs rivais.

Della Medaglia não se apresentou ao encontro, mas conseguiu contatar naquela noite Vincenzo Verde para que comparecesse em seu lugar. Os outros componentes do grupo não ficaram particularmente felizes com a escolha, pois Verde tinha crises epilépticas com frequência. Arriscava-se,

depois de ter disparado, a cair no chão em convulsão, com crises, língua cortada pelos dentes e muita baba na boca. Tentaram colocar no seu lugar Nicola Gaglione, mas ele se recusou categoricamente. Santoro começou a ter crises de labirintite. Não conseguia ter nenhuma ideia. Daí, Quadrano mandou seu irmão Armando acompanhar Santoro. Uma operação simples: um carro na frente da igreja que espera os killers retornarem a passo lento depois de terem feito o serviço. Como uma prece nas primeiras horas da manhã. Depois da execução, o grupo não teve pressa de fugir. Quadrano foi convidado na mesma noite para ir à Espanha, mas recusou. Sentia-se a salvo pelo fato de que o assassinato de dom Peppino era uma ação totalmente desvinculada da prática militar até então executada. E, como não era claro para eles o motivo daquela morte, não seria também claro nem mesmo para os carabinieri. Entretanto, logo que começaram as investigações, Quadrano se mudou para a Espanha. Ele mesmo declarou que Francesco Piacenti lhe revelara que Núncio De Falco, Sebastiano Caterino e Mario Santoro deviam excluí-lo, talvez porque suspeitassem que ele quisesse se arrepender, mas no dia em que decidiram matá-lo viram-no no carro junto com o filho, ainda pequeno, e o pouparam.

Em Casal di Principe, Sandokan ouvia cada vez mais o seu nome

associado à eliminação do sacerdote. Assim, ele fez saber aos familiares de dom Peppino que, caso seus homens tivessem colocado as mãos em Quadrano antes da polícia, tê-lo-iam cortado em três e jogado no altar da igreja. Mais do que uma vingança, era uma clara mensagem de não responsabilidade pela morte de dom Diana. Pouco depois, para reagir às declarações de inocência feitas por Francesco Schiavone na Espanha, ocorreu um encontro entre os homens do clã De Falco, no qual Giuseppe Quadrano propôs matar um parente de Schiavone, cortá-lo em pedaços e deixá-lo num saco fora da igreja de dom Peppino. Um modo para fazer com que a responsabilidade pelo assassinato

recaísse sobre Sandokan. Ambas as facções, mesmo não conhecendo uma a intenção da outra, tinham chegado à mesmíssima solução: cortar cadáveres e espalhar os pedaços é o melhor jeito para mandar um recado definitivo.

Enquanto seus assassinos falavam de cortar a carne para simular inocência, eu pensava ainda uma vez mais na batalha de dom Peppino, na importância da palavra. No quanto era real e incrivelmente novo e poderoso colocar a palavra no centro de uma luta contra os mecanismos de poder. Palavras na frente de betoneiras e fuzis. E não metaforicamente. Realmente. Ali para denunciar, testemunhar, ser. A palavra com a sua única armadura: pronunciar-se. Uma palavra que é sentinela, testemunha: verdadeira desde que não se perca jamais do seu curso. Uma palavra orientada dessa maneira só pode ser eliminada, matando.

Em 2001, o juizado de Santa Maria Capua Vetere condenou, em sentença de primeiro grau, à prisão perpétua Vincenzo Verde, Francesco Piacenti e Giuseppe Delia Medaglia. Giuseppe Quadrano tinha começado há muito uma obra destinada a desacreditar a figura de dom Peppino. Durante os interrogatórios, ele contava histórias sobre uma série de motivos do homicídio, destinadas a ligar o trabalho de dom Peppino às atividades criminosas. Contou que Núncio De Falco tinha dado armas para dom Diana e que ele, por sua vez, as dera, sem autorização, a Walter Schiavone, e por essa grave falta fora punido. Além disso, narrou um delito passional, isto é, que o mataram porque ele teria assediado a sobrinha de um boss. Da mesma forma que para influenciar no conceito a respeito de uma mulher basta defini-la como “puta”, acusar um padre de andar com ela é o caminho mais rápido para disseminar uma condenação contra ele. No final, ainda saiu com a história de que dom Peppino tinha sido morto por não ter cumprido o seu dever de padre, por não ter celebrado na igreja o funeral de um parente de

Quadrano. Motivos inverossímeis, risíveis, feitos com a tentativa de evitar que dom Peppino se tornasse um mártir, para não difundirem seus escritos, não considerá-lo uma vítima da Camorra, e sim um soldado dos clãs. Quem não conhece as dinâmicas do poder da Camorra geralmente acredita que matar um inocente seja um gesto de terrível ingenuidade por parte dos clãs, porque legitima e amplia o exemplo do morto, as suas palavras. Como uma confirmação da sua verdade. Erro. Nunca é assim. Morre-se em terra da Camorra apenas se se é envolvido em múltiplas suspeitas, e a inocência é uma hipótese longínqua, a última possível. É-se culpado até que se prove o contrário. A teoria do direito moderno, na terra dos clãs, fica de cabeça para baixo.

Um jornal local se fez de caixa de ressonância para a campanha de calúnias contra dom Peppino. Com títulos bem carregados em tinta, de modo que as letras ficavam até estampadas nos dedos quando se folheava o jornal: “Dom Diana era um camorrista”, e poucos dias depois: “Dom Diana com duas mulheres”. A mensagem era clara: ninguém podia brincar com a Camorra.

Quem o faz tem sempre um interesse pessoal, uma rixa, uma querela privada, farinha do mesmo saco.

Na defesa de sua memória estavam os amigos de sempre, os familiares e as pessoas que o seguiam, como o jornalista Raffaele Sardo, que cuidou da sua memória em artigos e livros, e a jornalista Rosaria Capacchione, que monitorou as estratégias dos clãs, as espertezas dos arrendidos, o seu poder complicado e bestial.

A sentença de segundo grau de 2003 colocou em discussão algumas passagens da primeira versão de Giuseppe Quadrano inocentando Vincenzo Verde e Giuseppe Delia Medaglia. Quadrano tinha confessado a verdade parcial, planejando — desde o primeiro momento — a estratégia de não declarar a própria responsabilidade. Mas o assassino foi ele, reconhecido por

algumas testemunhas e confirmado pelas perícias balísticas. Giuseppe Quadrano é o assassino de dom Peppino Diana. A sentença de segundo grau absolveu Verde e Delia Medaglia. O comando era composto por Quadrano e Santoro, que tinha função de motorista. Francesco Piacenti forneceu diversas informações sobre dom Diana e era o supervisor diretamente mandado da Espanha por De Falco para dirigir a operação. A prisão para Piacenti e Santoro foi confirmada também em segundo grau de apelação. Quadrano tinha até mesmo gravado ligações telefônicas para diversos filiados, onde mais de uma vez

repetia que não tinha nada a ver com o homicídio. Gravações que ele depois entregou à polícia. Quadrano entendia que a ordem de morte tinha partido de De Falco, e não queria ser descoberto como mero braço armado da operação. Muito provavelmente, todos os personagens envolvidos na primeira versão de Quadrano se apavoraram e não quiseram participar de nenhuma maneira do assassinato. Às vezes, metralhadora e pistolas não são suficientes para enfrentar um rosto desarmado e palavras claras.

Nunzio De Falco foi preso em Albacete, enquanto viajava num trem entre Valência e Madri. Ergueu um importante cartel junto a homens da

‘ndrangheta, a máfia calabresa, e alguns debandados da Cosa Nostra. Tentou também — segundo as investigações da polícia espanhola — dar uma estrutura de grupo criminoso a ciganos presentes no sul da Espanha.

Construiu um império: villas turísticas, cassinos, lojas, hotéis. A Costa do Sol conheceu um salto de qualidade na infraestrutura turística, desde que clãs Casalesi e napolitanos decidiram fazer dela uma pérola do turismo de massa.

De Falco é condenado em janeiro de 2003 à prisão perpétua como mandante da morte de dom Peppino Diana. Enquanto a sentença era lida no tribunal me deu vontade de rir. Uma risada que consegui conter, deixando inchar as bochechas. Não podia resistir ao absurdo que se materializava naquela sala. Nunzio De Falco estava sendo defendido pelo advogado

Gaetano Pecorella, que era, ao mesmo tempo, presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados e defensor de um dos ícones do cartel camorrista de Casale. Ria porque os clãs são tão fortes, que conseguem até revirar os axiomas da natureza e das fábulas. Um lobo defendido por uma ovelha. Mas o meu riso, talvez, fosse um delírio de cansaço, uma crise de nervos.

Nunzio De Falco tem o seu sobrenome estampado na cara. Tem, de fato, cara de lobo. A foto policial consiste num rosto longo coberto por uma barba rala e pontuda como um tapete de agulhas, além de orelhas com pontas.

Cabelos crespos, pele escura e boca triangular. Parece realmente um daqueles lobisomens da iconografia de horror. Um jornal local, o mesmo que tinha inventado as relações entre dom Peppino e o clã,

dedicou algumas primeiras páginas à sua qualidade de amante, ardentemente desejado por mulheres e moças. O título de primeira página, de 17 de janeiro de 2005, era eloquente:

“Nunzio De Falco, rei dos homens que põem a perder as mulheres.”

Casal di Principe (Ce)

Não são belos, porém agradam porque são boss, é assim. Caso se devesse fazer uma classificação entre os maiores boss playboys da província, o primeiro lugar iria para dois mal-afamados de Casal di Principe, evidentemente não tão belos quanto aquele que sempre foi o mais fascinante de todos, dom Antonio Bardellino. Seriam Francesco Piacenti, aliás, Narigão, e Nunzio De Falco, ou melhor, Lobo. Segundo o que se conta, o primeiro teve cinco mulheres, e o segundo, sete.

Naturalmente nos referimos não só a relações matrimoniais verdadeiras, mas também a relações duradouras das quais advieram filhos. Nunzio De Falco, de fato, parece que teve mais de 12

filhos de diversas mulheres. Mas particularmente interessante é que as mulheres em questão não são necessariamente italianas. Uma é espanhola, outra inglesa e uma outra ainda portuguesa. Em todo lugar onde se refugiavam, mesmo em período de fuga, constituíam família. Como marinheiros? Quase [...] não por acaso nos seus processos foram chamadas a testemunhar também algumas mulheres, todas belas e muito elegantes. É frequente também que o sexo frágil seja a causa da queda de tantos boss. Geralmente são elas que, indiretamente, conduzem à captura dos boss mais perigosos. Os investigadores, pressionando-as, conseguiram a captura de

boss do calibre de Francesco Schiavone Cicciariello [...]. Em suma, as mulheres são também o céu e o inferno dos boss.

A morte de dom Peppino foi o preço pago para a paz entre os clãs.

Também a sentença faz referência a essa hipótese. Entre os dois grupos em luta era preciso encontrar um acordo, e este talvez tenha sido selado na carne de dom Peppino. Como um bode expiatório sacrificado. Eliminá-lo significava resolver um problema para todas as famílias e ao mesmo tempo desviar a atenção das investigações dos seus negócios.

Ouvi falar de um amigo de juventude de dom Peppino, Cipriano, que teria escrito um discurso para ser lido no funeral, uma história inspirada em um artigo de dom Peppino, mas que não teve o menor

ânimo para mover-se naquela manhã. Fora embora da cidade muitos anos antes, vivia nos arredores de Roma e decidira nunca mais pôr os pés na Campânia. Disseram-me que a dor pela morte de dom Peppino o levara à cama por meses. Quando eu perguntava por ele a uma tia sua, ela respondia sistematicamente e com o mesmo tom fúnebre: “Se fechou. Não tem mais jeito, Cipriano se fechou nele mesmo!”

De vez em quando alguém se fecha. Por aqui não é raro ouvir dizer uma coisa desse gênero. Toda vez que escuto essa expressão me vem à mente Giustino Fortunato, que, nos primeiros anos de 1900, para conhecer a situação das cidades situadas nos Apeninos meridionais — caminhou a pé por meses, dormindo nas casas de trabalhadores braçais, escutando os testemunhos raivosos dos produtores rurais, aprendendo de que voz e de que cheiro era feita a questão meridional. Quando se tornou senador, retornava àqueles lugares e perguntava sobre as pessoas que tinha encontrado anos antes, aquelas mais combativas e que ele gostaria de envolver nos seus projetos políticos de reforma. Frequentemente, porém, ouvia dos parentes:

“Ele se fechou!” Fechar-se, tornar-se silencioso, quase mudo, como uma

vontade de fugir para dentro de si mesmo e parar de saber, de entender, de fazer. Parar de resistir é uma decisão de isolar-se que precede a depressão total. Cipriano também tinha se fechado. Contaram-me na cidade que ele começou a se fechar desde que se apresentou a uma entrevista de trabalho, para ser admitido como responsável pela área de recursos humanos numa empresa transportadora de Frosinone. Lendo o seu currículo em voz alta, o examinador se deteve em sua cidade de residência.

“Ah, sim, entendi de onde você vem! É a cidade daquele boss famoso...”

Sandokan, não?”

“Não, é a cidade de Peppino Diana!”

“Quem?”

Cipriano se levantou da cadeira e se foi. Para sobreviver, aceitou um trabalho numa editora em Roma. Consegui descobrir o endereço da sua mãe, mas ocorreu de encontrá-la por acaso, quando me vi atrás dela numa fila no supermercado. Ela deve tê-lo alertado da minha chegada porque Cipriano não atendia o interfone. Talvez soubesse sobre o que eu queria falar. Mas esperei no portão da sua casa por

horas, estava disposto a dormir ali mesmo.

Ele decidiu a descer. Com dificuldade me cumprimentou. Entramos num pequeno parque perto da sua casa. Ele me fez sentar num banquinho, abriu um caderno pautado, um daqueles da escola primária, com linhas estreitas, e por sobre aquelas páginas escritas à mão estava o discurso. Quem sabe se entre aquelas folhas havia também a grafia de dom Peppino. Não ousei perguntar. Um discurso que eu gostaria de assinar junto. Mas depois chegaram os assassinos, a morte, as calúnias, a solidão abissal. Começou a ler com um tom de frade herético, com gestos de profeta que anda pelas estradas a anunciar o Apocalipse:

“Não permitamos, homens, que as nossas terras se tornem lugares da Camorra, que se tornem uma única grande Gomorra a destruir! Não permitamos que homens da Camorra — não

animais e homens como todos — encontrem aqui uma energia ilícita para aquilo que alhures é lícito, não permitamos que o que lá se constrói aqui seja destruído. Criai o deserto em torno de vossas casas, não coloquais entre o que sois e o que quereis somente a vossa vontade absoluta.

Lembraai-vos. Então o SENHOR fez chover enxofre e fogo do céu sobre Sodoma e Gomorra. Ele destruiu aquelas cidades, toda a planície, todos os habitantes das cidades e tudo quanto crescia sobre aquele solo. Mas a mulher de Lot virou-se para olhar e tornou-se uma estátua de sal (Gênesis, 19, 12-29). Devemos arriscar a tornar-nos sal, devemos nos virar e olhar o que está acontecendo, o que se abate sobre Gomorra, a destruição total onde a vida é adicionada ou subtraída das vossas operações econômicas. Não vedes que esta terra é Gomorra, não vedes?

Lembraai-vos. Quando virdes, todo o seu solo será enxofre, sal, aridez, e não haverá mais semente, nem produto, nem erva de nenhuma espécie que nele cresça, como depois da ruína de Sodoma, de Gomorra, de Adma e de Seboim, que o SENHOR destruiu na sua ira e no seu furor (Deuteronômio 29, 22). Morre-se por um sim e por um não, entrega-se a vida por uma ordem e uma escolha de um qualquer, cumpris penas de dezenas de anos para alcançar um poder sobre a vida e a morte, ganhais montanhas de dinheiro que investireis em casas que não habitareis, em bancos onde nunca entrareis, em restaurantes que não serão vossos, em empresas que não dirigireis, comandais um poder sobre a vida e a morte procurando um domínio que consumireis escondidos debaixo da terra, com guarda-costas por

todos os lados. Matareis e sereis mortos numa partida de xadrez em que o rei não sois vós, mas quem de vós toma riqueza, fazendo-vos lutar uns contra os outros até quando ninguém poderá dar xeque-mate e haverá somente uma pedrinha no tabuleiro. E não será a vossa. Aquilo que devorardes de um lado cuspireis de outro, longe, fazendo como os pássaros que vomitam alimento na boca de seus passarinhos. Mas não são passarinhos aqueles que vós alimentastes, mas urubus, e vós não sois urubus, mas búfalos prontos para serem abatidos em um lugar onde sangue e poder são as palavras da vitória. É

chegado o tempo de deixarmos de ser uma Gomorra...”

Cipriano parou de ler. Parecia ter em mente todas as caras sobre as quais quisesse jogar aquelas palavras. Respirava com dificuldade, como um asmático. Fechou o caderno e se foi sem se despedir.



HOLLYWOOD

Em Casal di Principe dedicaram a dom Peppino Diana um “Centro de acolhida imediata e temporária para menores necessitados”, organizado em uma villa confiscada que pertencera a um membro do clã dos Casalesi, Egidio Coppola. Uma villa importante, da qual foi possível aproveitar um grande número de cômodos. A Agência para Inovação, Desenvolvimento e Segurança do Território (AGRORINASCHE), que reúne os municípios de Casapesenna, Casal di Principe, San Cipriano d’Aversa e Villa Literno, conseguiu transformar alguns bens dos camorristas em estruturas úteis para as pessoas daqueles municípios. As villas confiscadas dos boss, até quando não são realmente reutilizadas, continuam a ter a marca de quem as construiu e habitou. Mesmo quando abandonadas, conservam o símbolo do domínio.

Atravessando a periferia aversana, parece que temos sob os olhos uma espécie

de síntese de todos os estilos arquitetônicos dos últimos trinta anos. As mansões mais imponentes dos construtores e dos proprietários de terras servem de modelo para as casas dos empregados e comerciantes. Se as primeiras têm quatro filas de colunas dóricas de cimento armado, as segundas terão apenas duas e metade da altura das primeiras. O jogo de imitação faz com que se disseminem no território conjuntos de mansões que pairam em imponência, complexidade e inviolabilidade graças a uma busca de coisas estranhas e peculiares, como, por exemplo, reproduzir as linhas de um quadro de Mondrian no portão externo.

As villas dos camorristas são as pérolas de cimento escondidas nas ruas das cidades do casertano, protegidas por muros e câmeras. São dezenas e dezenas. Mármore e parquê, colunas e escadarias, lareiras com as iniciais dos boss gravadas no granito. Mas há uma mansão particularmente célebre, a mais elegante de todas ou simplesmente aquela que criou em torno de si mais lendas. Para todos da cidade é “Hollywood”. Basta pronunciar o nome que todos sabem do que se trata. Hollywood é a villa de Walter Schiavone, irmão de Sandokan, por muitos anos responsável pelo ciclo do cimento dominado pelo clã. Adivinhar a causa do nome não é difícil. É fácil adivinhar o tamanho dos aposentos e o luxo. Mas não é esse o motivo real. A villa de Walter Schiavone tem tudo a ver com Hollywood. Em Casal di Principe se diz que o boss pediu ao seu arquiteto para construir uma mansão idêntica àquela do gângster cubano de Miami, Tony Montana, no filme Scarface. O filme que ele viu e reviu tocou-o profundamente a ponto de identificar-se com o personagem interpretado por Al Pacino. E efetivamente seu rosto cavado até se assemelha, com algum esforço, ao rosto do ator. Tudo tem o tom de lenda.

Ao seu arquiteto, assim dizem pela cidade, o boss entregou diretamente o VHS do filme. O projeto deveria ser aquele do filme Scarface e mais nada.

Esta me parecia uma daquelas histórias que fomentam a ascensão ao poder de

todo boss, uma aura que mescla com lendas e verdadeiros mitos metropolitanos. Cada vez que alguém mencionava Hollywood havia sempre alguém que, quando menino, tinha visto os trabalhos de construção, todos em fila, nas bicicletas, a contemplar a casa de Tony Montana que lentamente despontava na rua, como que saída

diretamente de um telão. Aliás, uma coisa rara, porque, em Casale, os canteiros de obras das casas são retirados somente depois que se levantam os muros. Na história de Hollywood eu nunca acreditei. Vista de fora, a casa de Schiavone é um bunker, protegida por espessos muros com grades ameaçadoras em cima. Todo acesso é protegido por portas blindadas. Não se sabe o que é que está por detrás daqueles muros, mas deve ser algo muito precioso, dada a armadura da defesa.

Existe um único sinal externo, uma mensagem silenciosa, e está justamente na entrada principal. Nos lados do portão, que pareceria de uma fazenda do interior, há duas colunazinhas dóricas montadas sobre um tímpano. Não tem nada a ver com a disciplinada sobriedade das casinhas vizinhas, com os muros grossos e portões vermelhos. Na verdade, é uma marca de família: o tímpano neopagão, mensagem destinada a quem conhece a casa. Bastaria vê-lo para se ter a certeza de que aquela construção sobre a qual confabulavam há anos realmente existia. Pensei em entrar lá dezenas de vezes para ver Hollywood com meus próprios olhos. Parecia impossível. Até mesmo depois do confisco, ela era vigiada por seguranças do clã. Uma manhã, antes que fosse decidida sua utilização, criei coragem e entrei. Passei por um acesso secundário, longe de olhares indiscretos que pudessem se irritar com a intrusão. A mansão parecia imponente, bem-iluminada, a fachada incutia a mesma reverência que se experimenta diante de um monumento. As colunas sustentavam dois andares com tímpanos de diversas grandezas, organizados numa estrutura vertical decrescente, com um semicírculo fechado no centro. A entrada era um delírio arquitetônico: duas

enormes escadarias subiam como duas asas de mármore ao primeiro andar, cujo balcão dava para o salão de baixo. O pátio era idêntico àquele de Tony Montana. Havia também o terraço com uma entrada central para o escritório, o mesmo onde foi gravada a cena final de Scarface, uma chuva de projéteis. A villa é uma exibição de colunas dóricas em tons de rosa no interior e de verde-água no exterior. As laterais da construção são formadas por duplas colunatas atravessadas por preciosos acabamentos em ferro batido. Toda a propriedade mede 3.400m² com uma construção de 850m² disposta em três níveis. O valor do imóvel, no final dos anos 1990, era de cerca de 5 bilhões de liras, e agora a mesma construção tem um valor comercial de 4 milhões de euros. No primeiro andar há quartos enormes, em cada um existe, inutilmente, pelo menos um banheiro. Alguns luxuosos e enormes, outros pequenos e modestos. Há o quarto dos filhos, ainda com os pôsteres de cantores e jogadores de futebol colados nas paredes, e um quadrinho escurecido com dois pequenos anjinhos, que

talvez ficasse na cabeceira da cama. Um recorte de jornal: “O Albanova empunha as armas.” O Albanova era o time de futebol de Casal di Principe e San Cipriano d’Aversa, dissolvido pela Procuradoria Antimáfia em 1997, montado com o dinheiro do clã, um time-brinquedo para os boss. Aqueles recortes de jornal amarelecidos colados numa parede com reboco descascado eram o que tinha restado do filho de Walter, morto num acidente de automóvel quando ainda adolescente. Da sacada eram vistos o jardim da frente, com palmeiras espalhadas, e um laguinho artificial com uma pontezinha de madeira que conduzia a uma pequena ilha de plantas e árvores, circundada por um muro de pedras. Nessa área da casa, quando ainda lá morava a família Schiavone, corriam para cá e para lá os cães mastins napolitanos, mais uma das muitas características da mise-en-scène do poder. Nos fundos da mansão se estendia um gramado com uma piscina elegante desenhada como uma elipse distorcida que permitia às

palmeiras fazer sombra durante os dias de verão. Essa parte da villa foi copiada das termas de Venere, verdadeira pérola do Jardim Inglês da Reggia de Caserta. A estátua da deusa pousava delicadamente na superfície da água com a mesma graciosidade de uma estátua de Vauvitelli. A villa foi abandonada depois da prisão do boss, ocorrida em 1996, justamente nesses aposentos. Walter não fez como seu irmão Sandokan, que, procurado pela polícia, construiu debaixo da sua enorme mansão, no centro de Casal di Principe, um refúgio profundo e principesco. Sandokan, um fugitivo, se escondia em um pequeno forte sem portas nem janelas, com corredores e grutas naturais em condições de fornecer vias de fuga de emergência, mas também um apartamento de 100m² perfeitamente organizado.

Um apartamento surreal, iluminado por luzes de néon e pavimento de cerâmica maiólica branca. O bunker era munido de interfones com vídeos e tinha dois acessos impossíveis de serem descobertos de fora. Praticamente não havia portas, já que elas se abriam somente deixando deslizar paredes de cimento armado sobre trilhos. Quando havia perigo de buscas, o boss, da sua sala de jantar, através de um alçapão secreto no chão, tinha acesso a inúmeros túneis, melhor dizendo, 11 túneis, ligados entre si, que, no subterrâneo, constituíam uma espécie de “reduto”, derradeiro esconderijo, onde Sandokan mandou armar barracas de acampamento. Um bunker no bunker. Para pegá-

lo, em 1998, o DIA (Departamento Italiano Antimáfia) pesquisou por um ano e sete meses, tendo chegado até a destruir uma parede falsa com uma serra elétrica, que dava para o esconderijo. Só depois,

quando Francesco Schiavone foi preso, é que foi possível descobrir o acesso principal no depósito de uma casa na Rua Salerno, entre caixas de plástico vazias e instrumentos de jardinagem. No bunker não faltava nada. Havia duas geladeiras que continham gêneros alimentícios suficientes para matar a fome de pelo menos seis pessoas por uns dez dias. Uma parede inteira era ocupada por um

sofisticado equipamento estéreo, com videogravadores e projetores. A polícia científica da Delegacia de Nápoles levou dez horas para identificar os sistemas de alarme e de fechamento dos dois acessos. No banheiro não faltava a banheira de hidromassagem. Tudo debaixo da terra, vivendo como um rato entre alçapões e túneis subterrâneos.

Walter, entretanto, não se escondia debaixo da terra. Quando estava sendo procurado pela polícia, ia à cidade para as reuniões mais importantes.

Retornava à casa à luz do dia, com seu cortejo de guarda-costas, seguro da inacessibilidade da villa. A polícia o prendeu quase por acaso. Estavam fazendo as verificações de rotina. Oito, dez, doze vezes por dia, policiais civis e carabinieri geralmente vão às casas das famílias dos fugitivos, verificando, visitando, perseguindo, mas sobretudo procurando minar os nervos e tornar a família cada vez menos solidária com a decisão do parente de manter-se escondido. A senhora Schiavone recebia os policiais com gentileza e arrogância. Sempre serena ao oferecer chás e biscoitos, sistematicamente recusados. Uma tarde, porém, a mulher de Walter estava tensa quando atendeu o interfone, e como abriu o portão com uma lentidão incomum para os policiais, eles intuíram logo que naquele dia havia algo de anômalo.

Enquanto andavam pela villa, a senhora Schiavone os seguia grudada aos seus calcanhares em vez de lhes falar de debaixo da escadaria de modo que suas palavras ressoassem por toda a casa, como geralmente acontecia.

Encontraram camisas masculinas recém-passadas a ferro numa pilha em cima da cama, de tamanho muito grande para serem do filho do casal. Walter estava lá. Tinha voltado para casa. Os policiais entenderam e começaram a busca, espalhando-se pela casa para o cercarem. Encontraram-no, enquanto tentava escalar um muro. O mesmo muro que ele havia construído para tornar a sua casa impenetrável impediu-o de escapar com agilidade.

Encurralado como um ladrãozinho que tropeça pisando em falso na

parede lisa. A villa foi logo confiscada, mas durante seis anos ninguém tomou posse dela. Walter ordenou que tirassem tudo que fosse possível. Se já não podia mais estar à sua disposição, também não devia mais existir. Ou era sua, ou de ninguém. Mandou arrancar portas, desmontar fechaduras, retirar parquê e os mármore das escadas, dismantelar as preciosas lareiras, arrancar os azulejos do banheiro, retirar os corrimões de madeira maciça, os lustres, desmontar a cozinha, levar embora os móveis do século XVIII, os vitrais, os quadros. Deu ordem de encher a casa de pneus e tocar fogo de modo a arruinar as paredes, o reboco, comprometer a estrutura, as colunas. Até nisso parece ter deixado uma mensagem. A única coisa inalterada, que ficou intacta, foi a banheira construída no segundo andar, o verdadeiro “mimo” do boss. Uma banheira de príncipe construída no salão do andar superior. Instalada sobre um tripé, do rosto de um leão dourado escorria a água. Uma banheira bem-posicionada, atrás dela uma janela com arcos góticos que oferecia diretamente o panorama do jardim da mansão. Um traço do seu poderio de construtor e de camorrista, como um pintor que destrói a sua pintura, poupando porém a sua assinatura sobre a tela. Passeando lentamente por Hollywood, o que eu acreditava ser um exagero lendário me pareceu, no entanto, corresponder à verdade. Os capitéis dóricos, a imponência das estruturas da construção, o duplo tímpano, a banheira no salão e, sobretudo, as escadarias da entrada são a marca registrada da bela villa de Scarface.

Eu andava naqueles cômodos empretecidos sentindo o peito inchado, como se meus órgãos internos tivessem se tornado um único grande coração.

Sentia-o bater por toda parte e cada vez mais forte. A saliva tinha secado de tanto eu respirar para acalmar a ansiedade. Se algum segurança do clã que ainda vigiava a villa tivesse me surpreendido, teria me enchido de socos e eu poderia gritar como um porco na hora da morte que ninguém me ouviria.

Mas, evidentemente, ninguém me viu entrar ou talvez ninguém mais estivesse vigiando a mansão. Dentro de mim uma raiva crescente, na minha cabeça passavam as imagens monstruosas, em câmera lenta, dos amigos emigrados, daqueles recrutados pelos clãs e alistados no exército, as tardes preguiçosas nessa terra de deserto, a ausência de qualquer coisa exceto os negócios, os políticos atraídos pela corrupção e os impérios construídos no norte da Itália e em meia Europa, deixando aqui somente imundície e dioxina. E me veio a vontade de descontar em alguém. Eu precisava desabafar. Não resisti. Subi na borda da banheira e comecei a mijar lá dentro. Um gesto idiota, sim,

mas quanto mais a bexiga esvaziava, melhor eu me sentia. Aquela villa parecia a concretização de um lugar-comum, a realização de uma fofoca. Eu tinha a ridícula sensação de que, de um aposento qualquer, sairia Tony Montana, acolhendo-me com gestos largos e arrogância, e dizendo: “Tudo que eu tenho no mundo são os meus colhões e a minha palavra. Não os desrespeito por nada, entende?” Quem sabe se Walter não teria também sonhado e imaginado morrer como Montana, caindo do alto do seu salão de entrada, crivado de balas, em vez de acabar seus dias encarcerado, consumido pelo mal de Basedow que já estava lhe corroendo os olhos e fazendo-lhe explodir a pressão arterial.

Não é o cinema que perscruta o mundo criminoso para dele recolher os comportamentos mais interessantes. Acontece exatamente o contrário. As novas gerações de boss não têm uma trajetória estritamente criminosa, não passam os dias na rua tendo como referência o malandro do bairro, não levam uma navalha no bolso, nem têm cortes no rosto. Veem tevê, estudam, frequentam as universidades, formam-se, vão para o exterior e sobretudo se empenham no estudo dos mecanismos de investimento. O caso do filme O

poderoso chefe é eloquente. Nunca ninguém dentro das organizações criminosas, sicilianas ou campanas, tinha utilizado antes o termo padrinho,

fruto de uma tradução pouco filológica do termo inglês godfather. O termo usado para indicar um chefe de família ou um filiado sempre foi compare, compadre. Porém, depois do filme, as famílias mafiosas de origem italiana nos Estados Unidos começaram a adotar a palavra padrinho, substituindo as já não tão na moda, compare e compariello. Muitos jovens ítalo-americanos ligados às organizações mafiosas imitaram os óculos escuros, os gestos, as palavras solenes. O próprio boss John Gotti quis se transformar em uma versão em carne e osso de dom Vito Corleone. Também Luciano Liggio, boss da Cosa Nostra, se fazia fotografar levantando o queixo, como o chefe de família de O poderoso chefe.

Mario Puzo não se inspirou num boss siciliano, mas na história e no aspecto de Alfonso Tieri, um boss de Pignasecca — o mercado do centro histórico de Nápoles — que assumiu o comando, depois da morte de Charles Gambino, das famílias mafiosas italianas hegemônicas nos Estados Unidos.

Antonio Spavone, “o malommo” (“o homem mau”), o boss napolitano

ligado a Tieri, declarou em uma entrevista a um jornal americano que “se os sicilianos aprenderam a ficar calados, mudos, os napolitanos fizeram com que o mundo compreendesse qual deve ser o comportamento quando se comanda. Dar a entender com um gesto que comandar é melhor do que foder.” A maior parte dos arquétipos criminosos, do auge do carisma mafioso, vinha de apenas poucos quilômetros, na Campânia: Al Capone era campano de origem. Sua família era proveniente de Castellamare di Stabia.

Foi o primeiro boss a inspirar o cinema. Seu apelido, Scarface — por causa de uma cicatriz no rosto, filmado em 1983 por Brian De Palma para o filme sobre o boss cubano —, já tinha sido o título de um filme de Howard Hawks em 1932. Al Capone ia aos sets, chegava com a sua escolta cada vez que havia alguma cena de ação ou tomadas externas a que podia assistir. O boss queria ter certeza de que Tony Camonte, o personagem de Scarface inspirado nele,

não seria banalizado. E queria assemelhar-se, o máximo possível, a Tony Camonte, certo de que, depois da exibição do filme, ele é que se tornaria o emblema de Capone, e não mais Capone o seu modelo.

O cinema é uma fonte de onde extrair trejeitos. Em Nápoles, Cosimo Di Lauro é exemplar. Olhando seu jeito, todos deveriam se lembrar de The Crow (O corvo), de Brandon Lee. Os camorristas devem oferecer uma imagem criminosa que geralmente não possuem, e aí a buscam no cinema.

Articulando a própria figura sobre uma máscara hollywoodiana reconhecível, percorrem uma espécie de atalho para serem reconhecidos como personagens que devem ser temidos. A inspiração cinematográfica chega mesmo a condicionar escolhas técnicas, como o modo de apontar a pistola e disparar.

Uma vez, um veterano da polícia científica de Nápoles me contou como os killers da Camorra imitavam os dos filmes:

“Infelizmente, depois de Tarantino, eles pararam de disparar como manda a lei! Não disparam mais direito com a pistola. Seguram-na desequilibrada, de lado. Disparam com a pistola torta, como nos filmes, e esse hábito cria desastres. Disparam no baixo ventre, na virilha, nas pernas, ferem gravemente sem matar. Assim, são sempre obrigados a terminar com a vítima atirando na nuca. Um lago de sangue gratuito, uma barbárie totalmente supérflua para os fins da execução.”

As guarda-costas das mulheres dos boss se vestem como Uma Thurman em Kill Bill: cabelos louros e uniformes amarelos fosforescentes. Uma mulher dos Quartieri Spagnoli, Vincenza Di Domenico, por um breve período colaboradora da Justiça, tinha um apelido eloquente, Nikita, como a heroína killer do filme de Luc Besson. O cinema, sobretudo o americano, não é visto como o território distante onde as aberrações acontecem, não como o lugar onde o impossível se realiza, mas, ao contrário, como a vizinhança mais próxima.

Saí da villa devagar, tirando os pés dos zimbros, do mato alto e baixo que

tinha tomado conta do jardim inglês tão querido do boss. Deixei o portão aberto. Alguns anos antes, aproximar-se desse lugar teria significado ser identificado por dezenas de seguranças. Agora eu saía, caminhando com as mãos nos bolsos e a cabeça baixa, como quando se sai de um filme, ainda atordoado pelo que se viu.

Em Nápoles não é difícil entender por que o filme *Il camorrista*,¹ de Giuseppe Tornatore, é, sem dúvida, o filme que, mais do que qualquer outro, marcou o imaginário das pessoas. Basta ouvir os diálogos das pessoas, sempre os mesmos há anos:

“Digam ao professor que nunca o traí.”

“Eu sei bem quem é ele, mas sei também quem eu sou.”

“O Malacarne é um falso camorrista.”

“Quem manda em você?”

“Manda em mim quem pode me dar a vida e também pode me tirar.”

A música do filme tornou-se uma espécie de trilha sonora da Camorra, assobiada quando passa um chefe de zona, ou mesmo só para inquietar algum comerciante. Mas o filme chegou até mesmo nas discotecas, onde se dançam bem pelo menos três versões mixadas das mais célebres frases do boss Raffaele Cutolo, proferidas no filme por Ben Gazzarra.

Para decorar, dois rapazinhos de Casal di Principe, Giuseppe M. e Romeo P., repetiam alternando entre si os diálogos de *Il camorrista*. Faziam verdadeiras cenas tiradas do filme:

“Quanto pesa um picciotto?² Tanto quanto uma pluma ao vento.

Não tinham ainda habilitação para dirigir quando começaram a assediar grupos de meninos da sua idade, de Casale e San Cipriano d'Aversa. Não tinham habilitação porque nenhum dos dois tinha 18 anos. Eram dois malandrinhos. Espertinhos, palhacinhos, comiam deixando como gorjeta o

dobro da conta. Camisa aberta no peito com poucos pelos, um caminhada declamada em voz alta, como se cada passo devesse ser reivindicado. Queixo erguido, uma ostentação de segurança e poder, reais só na mente dos dois.

Andavam sempre juntos. Giuseppe fazia o papel do boss, sempre um passo à frente em relação ao compare. Romeo fazia o papel de seu guarda-costas, do seu braço direito, o homem fiel. Frequentemente Giuseppe o chamava de Donnie, como Donnie Brasco. Embora fosse um policial infiltrado, o fato de ter se tornado um mafioso verdadeiro, na alma, o salvava, aos olhos dos admiradores, deste pecado original. Em Aversa, faziam tremer os juvenzinhos que haviam tirado há pouco tempo a sua carteira de habilitação. Preferiam os casais, batiam no carro com a moto e, quando desciam para pegar os dados para o seguro, um dos dois se aproximava da moça, cuspiam na cara dela e esperavam que o namorado reagisse para poder bater nele até sangrar. Os dois desafiavam também os adultos, mesmo os importantes. Andavam na zona de influência deles e faziam o que queriam. Provinham de Casal di Principe, e isso deveria bastar. Queriam que todos soubessem que eram realmente pessoas temíveis e a respeitar, e qualquer um que se aproximasse deles devia olhar os próprios pés e não encontrar coragem nem mesmo de encará-los. Um dia, porém, passaram dos limites com a sua arrogância.

Desceram para a rua com uma metralhadora, encontrada sabe-se lá em qual arsenal dos clãs, e se postaram na frente de um grupo de rapazes. Deviam estar bem treinados porque dispararam contra o grupo, tomando cuidado para não acertar ninguém, mas somente para fazê-los sentir o cheiro da pólvora e o sibilar dos projéteis. Antes de disparar, porém, um dos dois recitou alguma coisa. Ninguém entendeu o que ele balbuciava, mas uma testemunha disse que parecia ser a Bíblia, e deduziu que os rapazes estivessem se preparando para serem crismados. Mas pelo pouco de frases ouvidas era evidente que não se tratava de um texto para a crisma. Era a

Bíblia, de fato, tomada não do catecismo, mas de Quentin Tarantino. Era o trecho pronunciado por Jules Winnfield em Pulp Fiction, antes de matar o rapazinho que tinha feito desaparecer a preciosa mala de Marcellus Wallace:

“O caminho do homem de bem é cercado de todos os lados pelas iniquidades do egoísmo e pela tirania dos homens maus. Abençoados os que, em nome da caridade e boa vontade, conduzem os fracos pelo vale das sombras, pois ele é o guardião de seu irmão e o salvador dos filhos perdidos. E eu vou atacar com vingança e fúria os que tentarem corromper e destruir meus irmãos. E quando minha vingança se abater sobre eles, saberão que eu sou o Senhor.” (Ezequiel, 25, 17)

Giuseppe e Romeo o repetiam como no filme e depois disparavam.

Giuseppe tinha um pai camorrista, primeiro arrependido, depois novamente ingressado na organização de Quadrano-De Falco, desafiada pelos Schiavone.

Um perdedor, afinal. Mas pensou que, recitando a parte justa, o filme da sua vida talvez pudesse mudar. Os dois sabiam de cor as passagens, as partes importantes de cada filme sobre a máfia. A maior parte das vezes batiam por causa de um olhar. Nas terras da Camorra, o olhar é parte de território, é como uma invasão do próprio quarto, como arrombar a porta da casa de alguém e entrar com violência. Um olhar é até mesmo algo pior do que um insulto. Atrever-se a encarar o rosto de alguém já é, de alguma maneira, uma provocação aberta:

“Ei, o que é, tá olhando o quê? Tô falando com você, tá olhando o quê?”

E depois desse famoso monólogo de Táxi Driver, começam os tapas e os socos no peito, daqueles que retumbam na caixa torácica e se ouvem mesmo a uma boa distância.

Os boss de Casale levaram a sério o problema desses dois rapazes. Rixas, bate-bocas, ameaças não eram facilmente toleradas: muitas mãos nervosas, muitas denúncias. Assim, fizeram com que fossem advertidos por alguns chefes de zona, que os chamaram num canto. Encontraram os dois num bar e

lhes disseram que estavam fazendo os boss perderem a paciência. Mas Giuseppe e Romeo continuavam no seu filme imaginário, batendo em quem quisessem, mijando nos tanques de gasolina dos rapazes da cidade. Foram advertidos uma segunda vez. Os boss queriam falar diretamente com eles, o clã não podia mais suportar esses comportamentos na cidade. A tolerância paternalista, comum nesses territórios, transforma-se em castigo, e assim deveriam dar uma esculachada geral neles em público, para que entrassem na linha. Ele esnobaram o convite, continuaram ali no bar, desleixados, grudados

no videogôquer e passando as tardes na frente da televisão, vendo e revendo os DVDs dos seus filmes, memorizando frases e posturas, modos de dizer e sapatos a usar. Os dois acreditavam realmente poder enfrentar qualquer um.

Mesmo quem fosse importante. Aliás, sentiam que justamente enfrentando quem fosse importante poderiam se tornar realmente temidos. Sem se impor limite algum, como Tony e Manny em Scarface. Não negociavam com ninguém, continuavam nas suas idas daqui pra lá e de lá pra cá, com as suas intimidações, que pareciam fazer deles os vice-reis do casertano. Os dois rapazinhos não escolheram entrar no clã. Nem mesmo tentaram. Era para eles um percurso muito lento e disciplinado, um aprendizado silencioso que não queriam fazer. E, além disso, há anos que os Casalesi inseriam as pessoas realmente importantes nos setores econômicos da organização, e certamente não na estrutura militar. Giuseppe e Romeo eram a antítese do novo soldado da Camorra. Sentiam-se capazes de surfar a onda da pior fama nos seus territórios. Não eram filiados, mas queriam gozar dos privilégios dos camorristas. Queriam que os bares lhes servissem gratuitamente, viam a gasolina para as suas motos como um tributo devido, suas mães deveriam ter as despesas pagas e, quando alguém ousava rebelar-se, chegavam de cara quebrando vidros, dando tapas em verdureiros e empregadas domésticas. Na primavera de 2004, alguns emissários dos clãs marcaram encontro com eles

na periferia de Castelvolturmo, zona de Parco Maré. Um território de areia, mar e lixo, tudo misturado. Talvez uma proposta animadora, algum negócio ou até mesmo a participação num assassinato. O primeiro e verdadeiro assassinato das suas vidas. Se não tinham conseguido atraí-los com ameaças, os boss agora tentavam encontrá-los com alguma boa proposta. Eu imaginava os dois nas suas motos em velocidade máxima, repassando as passagens significativas dos filmes, os momentos em que aqueles que são importantes devem se ajoelhar ante a obstinação dos novos heróis. Como os jovens espartanos, que iam para a guerra tendo em mente os gestos de Aquiles e Heitor. Nessas terras, mata-se e morre-se tendo em mente Scarface, Os bons companheiros, Donnie Brasco, O poderoso chefão. Cada vez que me acontece passar por Parco Maré, imagino a cena que os jornais contaram e que os policiais reconstruíram. Giuseppe e Romeo chegaram de moto muito antes do horário marcado. Cheios de ansiedade. Estavam ali esperando, quando se aproximou um carro. Desceu um grupo de pessoas. Os dois rapazes foram ao encontro deles para cumprimentá-los, mas imediatamente seguraram Romeo e começaram a espancar Giuseppe. Depois, apoiando o cano de uma

automática no peito dele, atiraram. Tenho certeza de que Romeo terá visto diante de si a cena de Os bons companheiros, quando Tommy DeVito é convidado a assumir a direção da Cosa Nostra na América e, em vez de ser acolhido em uma sala com todos os boss, levam-no para uma sala vazia e disparam na sua cabeça. Não é verdade que o cinema é mentira, não é verdade que não se possa viver como nos filmes e nem é verdade também que basta pôr a cara para fora da tela para se dar conta de que as coisas são realmente diferentes. Há um só momento em que as coisas são realmente diferentes, o momento em que Al Pacino se levantará da fonte em que os tiros de metralhadora fizeram com que seu dublê caísse e enxugará o rosto, limpando-se da cor de sangue, Joe Pesci lavará os cabelos e estancará a falsa

hemorragia. Mas isso não interessa, e, então, não se compreende quando Romeo vê Giuseppe no chão. Estou certo de que ele nunca mais poderá ter algum tipo de compreensão da exata diferença entre cinema e realidade, entre construções cinematográficas e o cheiro do ar, entre a própria vida e uma gravação. Chegou a sua vez. Disparam na sua garganta e terminam com um tiro na cabeça. Somando a idade deles, chegam no máximo a trinta anos. O

clã dos Casalesi tinha assim resolvido aquela excrescência microcriminosa alimentada pelo cinema. Não chamaram nem mesmo anonimamente a polícia ou uma ambulância. Deixaram que as mãos dos cadáveres dos rapazes fossem bicadas pelas gaivotas e os lábios e os narizes lambidos por cães vira-latas que circulavam sobre as praias de lixo. Mas isso os filmes não contam; param um momento antes.

Não há uma diferença real entre os espectadores dos filmes na terra da Camorra e qualquer outro espectador. Em qualquer lugar, as referências cinematográficas são seguidas como comportamentos a serem imitados. Se em outro lugar Scarface pode lhe agradar e você se sentir como ele no seu coração, aqui você pode ser Scarface, porém precisa sê-lo até o fim.

Mas as terras da Camorra são prolíficas também de apaixonados por arte e literatura, Sandokan tinha na sua villa bunker uma enorme biblioteca com dezenas de livros sobre dois temas: a história do reino das duas Sicílias e Napoleão Bonaparte. Schiavone se sentia atraído pelos valores do Estado bourbônico, orgulhando-se de ter antepassados entre os funcionários na Terra di Lavoro, fascinado pelo gênio de Bonaparte, capaz de conquistar meia Europa, a partir de uma miserável patente militar, quase como ele mesmo, general de um clã entre os mais poderosos da Europa, no qual tinha ingressado como soldado raso. Sandokan, com um passado de estudante de medicina,

preferia passar o tempo como fugitivo, pintando ícones religiosos e

retratos de Bonaparte e Mussolini. Encontram-se à venda ainda hoje, em lojas insuspeitas de Caserta, raríssimos rostos santos retratados por Schiavone, em que, no lugar do rosto de Cristo, Sandokan colocou o seu. Schiavone era um amante da literatura épica. Homero, o ciclo do rei Artur, e Walter Scott, suas leituras preferidas. Foi o amor por Scott que o inspirou a batizar um de seus numerosos filhos com o nome imponente e orgulhoso de Ivanhoé.

O nome dos descendentes se torna sempre traço da paixão dos pais.

Giuseppe Misso, boss napolitano do clã do bairro da Sanità, tem três netos: Ben Hur, Jesus e Emiliano Zapata. Misso, que durante os processos assumiu sempre um comportamento de líder político, de pensador conservador e rebelde, escreveu recentemente um romance, Os leões de mármore. Centenas e centenas de exemplares vendidos em Nápoles em pouquíssimas semanas, o relato numa sintaxe bem-cuidada, mas de estilo raivoso, da Nápoles dos anos 1980 e 1990 onde o boss se formou e de onde emerge a sua figura, descrita como aquela de um solitário combatente contra a Camorra do racket e da droga a favor de um código cavalheiresco da rapina e do furto não muito claro. Durante as várias prisões na sua longuíssima carreira criminosa, Misso sempre foi visto na companhia dos livros de Julius Evola e Ezra Pound.

Augusto La Torre, boss de Mondragone, é estudioso de psicologia e leitor voraz de Carl Gustav Jung e conhecedor da obra de Sigmund Freud. Dando uma olhada nos títulos que o boss pediu para receber na prisão saltam os olhos longas bibliografias de estudiosos de psicanálise, enquanto, nos seus depoimentos durante os processos, várias citações de Lacan se entrecruzam com reflexões sobre a escola da Gestalt. Um conhecimento que o boss sempre utilizou durante sua trajetória de poder, como uma inesperada arma empresarial e militar.

Um homem fiel a Paolo Di Lauro também está entre os camorristas amantes de arte e cultura: Tommaso Prestieri é o produtor da maior parte dos

cantores neomelódicos, bem como um refinado conhecedor de arte contemporânea. Mas os boss colecionadores são muitos. Pasquale Galasso tinha, na sua mansão, um museu privado de cerca de 300 peças de antiquário, cuja joia era o trono de Francisco I de Bourbon-Sicile, enquanto Luigi Vollar, conhecido como “o Califa”, possuía uma tela do seu pintor predileto, Botticelli.

A polícia prendeu Prestiere desfrutando o seu amor pela música. De fato, ele foi preso no Teatro Bellini, em Nápoles, enquanto assistia, ainda foragido, a um concerto. Prestiere, depois de uma condenação, declarou: “Sou livre na arte, não tenho necessidade de ser encarcerado.” Um equilíbrio feito de quadros e canções que permite uma impossível serenidade a um boss em desgraça como ele, que perdeu dois irmãos assassinados a sangue-frio.

Notas:

1. No Brasil, O Professor do Crime. (N.E.)
2. O grau mais baixo na hierarquia mafiosa, gíria da Camorra. (N. E.)

Aberdeen,
Mondragone



O boss psicanalista Augusto La Torre era um dos prediletos de Antonio

Bardellino: desde menino tomara o lugar do pai, tornando-se o líder absoluto do clã dos “Chiuovi”, como eram chamados em Mondragone. Um clã hegemônico no alto casertano, no baixo Lácio e ao longo de toda a costa da Domícia. Bateram de frente com os inimigos de Sandokan Schiavone, mas com o tempo demonstraram habilidade empresarial e capacidade de administrar o território, os únicos elementos capazes de romper relações conflituosas entre famílias da Camorra. A capacidade de fazer negócios reaproximou os La Torre dos Casalesi, e estes deram àqueles não só permissão para atuar em conjunto, como também autonomia. Augusto não era um nome ao acaso. Aos primogênitos da família La Torre costumava-se dar os nomes dos imperadores romanos. Mas inverteram a ordem histórica.

Na história romana, primeiro vem Augusto e depois Tibério, mas era o pai de Augusto La Torre que se chamava Tibério.

No imaginário das famílias dessas terras, tanto a villa de Cipião, o Africano, construída nas proximidades do lago Pátia, como as batalhas travadas por Aníbal em Cápuia, ou a força inatacável dos samnitas — o primeiro povo europeu a resistir às legiões romanas e fugir para as montanhas —, estão presentes como histórias de suas cidades, narrativas de um passado remoto do qual, porém, todos se sentem parte. Ao delírio histórico dos clãs contrapunha-se o imaginário difuso que reconhecia em Mondragone a capital da mozzarella. Meu pai mandava eu me empanturrar de mozzarella mondragonense, mas, na verdade, é impossível afirmar qual cidade tem a mozzarella mais gostosa. Os sabores são muito diversificados: vai do sabor doce e leve da mozzarella de Battipaglia, passando pelo salgado e consistente da mozzarella de Aversa, até o inconfundível sabor da mozzarella de Mondragone. Uma prova, porém, da qualidade da sua mozzarella, os fabricantes caseiros mondragonenses tinham. A mozzarella para ser boa deve deixar na boca um gosto final daquilo que os camponeses chamam de “o ciato’e bbufala” (“um hálito de búfala”). Se, depois de ter engolido um pedaço, não ficar na boca aquele sabor de búfala, então a mozzarella não é boa. Quando eu ia a Mondragone, gostava de passear pelo píer. Para a frente e para trás, antes que o derrubassem, era um dos meus destinos preferidos no verão. Uma língua de cimento armado construída no mar para atracação das barcas. Uma estrutura inútil, nunca utilizada.

Mondragone tornou-se repentinamente uma meta para todos os rapazes do casertano e da planície, que vai do sul de Roma até Nápoles, que queriam emigrar para a Inglaterra. Emigrar como oportunidade de vida, de ir finalmente embora, mas não como garçons, esfolados em um McDonald’s, ou barmen, pagos com algumas

cervejas escuras. Ia-se a Mondragone para

encontrar as pessoas certas, para conseguir agilizar aluguéis, bem como para se ter a oportunidade de ser recebido com pompa e interesse pelos proprietários locais. Em Mondragone era possível encontrar as pessoas certas para se trabalhar numa seguradora, numa imobiliária, e se lá aparecessem até mesmo trabalhadores braçais desesperados ou desempregados crônicos, os contatos certos os encaminhariam a contratos decentes e trabalho digno.

Mondragone era a porta para a Grã-Bretanha. No final dos anos 1990, ter um amigo em Mondragone significava ser avaliado pelo que se valia, sem necessidade de maiores referências ou recomendações. Coisa rara, raríssima, impossível na Itália e ainda mais no sul. Para ser levado em consideração e valorizado pelo que se é, por aqui é sempre preciso ter alguém que o proteja e que a proteção possa, se não favorecer, pelo menos fazer com que você seja levado a sério. Apresentar-se sem protetor é como andar sem braço e sem perna. Em suma, com alguma coisa a menos. Em Mondragone, entretanto, pegavam os currículos e analisavam a quem enviá-los na Inglaterra. Valia, de qualquer maneira, o talento e mais ainda como se decidia exprimi-lo. Mas isso só acontecia em Londres ou Aberdeen, não na Campânia, essa periferia provinciana da Europa.

Uma vez, um amigo meu, Matteo, decidiu tentar: ir embora de uma vez por todas. Economizou dinheiro, já que conseguira se formar com louvor, e estava cansado de trabalhar entre estágios e canteiros de obras para sobreviver. Tinham-lhe dado o nome de um rapaz de Mondragone que o ajudaria a partir, e ele estava certo de que, uma vez lá, teria a oportunidade de se apresentar a diversas entrevistas de trabalho. Acompanhei-o. Esperamos horas a fio pelo contato no local marcado para o encontro. Era verão. As praias de Mondragone estavam lotadas de turistas de toda a Campânia que não podiam se permitir a costa amalfitana, que não podiam alugar uma casa de praia no verão, e que por isso ficavam indo e vindo daqui para ali, para trás

e para a frente, entre cidades do interior e a costa. Até a metade dos anos 1980, ali se vendia a mozzarella em caixas de madeira cheias de leite de búfala fervendo. Os banhistas comiam-na com as mãos deixando o leite escorrer, e as crianças, antes de dar uma mordida na massa branca, lambiam a mão, saboreando o sal. Depois, pararam de vender mozzarella e chegaram os biscoitos e as fatias de coco. Naquele dia, o nosso contato atrasou duas horas.

Quando finalmente chegou, apresentou-se todo bronzeado e usando

uma sunga minúscula. Explicou que tinha tomado café da manhã muito tarde, então tinha tomado banho tarde e tinha se enxugado com atraso. Esta foi a sua desculpa, culpa do sol, em resumo. Nosso contato nos levou a uma agência de turismo. Tudo perto. Pensávamos que seríamos recebidos por um mediador, mas era necessário somente apresentar-se numa agência que nem mesmo era elegante. Não se tratava de uma daquelas com centenas de folhetos, mas de um buraco qualquer. Seus serviços, porém, eram acessíveis somente a quem fosse apresentado por um contato mondragonense. Se entrasse ali uma pessoa qualquer, seriam necessários os procedimentos normais de qualquer agência de turismo. Uma moça muito jovem pediu a Matteo o seu currículo e o inscreveu no primeiro voo disponível: Aberdeen era a cidade para onde o enviariam. Deram-lhe um folheto com uma lista de uma série de empresas nas quais ele poderia fazer uma entrevista de trabalho.

Aliás, a própria agência, em troca de algum dinheiro, marcou os horários das entrevistas com as secretárias dos responsáveis por recrutamento e seleção.

Nunca uma agência de trabalho temporário tinha sido assim tão eficiente.

Embarcamos para a Escócia dois dias depois, uma viagem rápida e econômica para quem provinha de Mondragone.

Aberdeen tinha ares caseiros. E não havia nada mais distante de Mondragone do que essa cidade escocesa. O terceiro centro urbano da Escócia, uma cidade escura, cinzenta, embora não chovesse muito lá como em

Londres. Antes da chegada dos clãs italianos, a cidade não sabia valorizar o tempo livre e o turismo, de modo que tudo que dissesse respeito a restaurantes, hotéis e vida social era organizado à triste maneira inglesa.

Hábitos idênticos, locais cheios de pessoas em torno de um balcão um dia só na semana. Foi — segundo as investigações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles — Antonio La Torre, irmão do boss Augusto, que inaugurou na Escócia uma série de atividades comerciais que, em poucos anos, se tornaram a menina dos olhos dos empresários escoceses. A maior parte das atividades do clã La Torre na Inglaterra são perfeitamente lícitas, como aquisição e gestão de bens imobiliários e comércio de produtos alimentícios com a Itália.

Um volume de negócios enorme, difícil de calcular em cifras. Em Aberdeen, Matteo procurava tudo que a Itália não lhe dera. Caminhávamos pelas ruas com satisfação, como se, pela primeira vez em nossas vidas, ter nascido na Campânia fosse condição suficiente para se aprumar. Nos números 27 e 29 do Union Terrace, eu me vi diante de um restaurante do clã, o Pavarotti's, de propriedade de Antonio La Torre e indicado nos guias turísticos online da cidade escocesa. Para Aberdeen, era um salão elegante, o ponto de encontro chique, o lugar onde se pode jantar bem e ideal para falar de negócios importantes. As empresas do clã foram divulgadas, também em Paris, como a expressão máxima do made in Italy na italianíssima feira gastronômica da capital francesa. Antonio La Torre, de fato, apresentou o restaurante na feira e expôs a própria marca. Um sucesso que fez de La Torre um dos primeiros empresários escoceses da Europa.

Antonio La Torre foi preso em Aberdeen em março de 2005, com um mandado de prisão italiano por associação e delinquência camorrista e extorsão. Por anos conseguira evitar tanto a prisão como a extradição, protegido por sua cidadania escocesa e pela falta de reconhecimento, por

parte das autoridades britânicas, dos crimes que lhe eram imputados. A Escócia não queria perder um dos seus mais brilhantes empresários.

Em 2002, o Tribunal de Nápoles emitiu uma ordem de prisão temporária para trinta pessoas ligadas ao clã La Torre. Com a ordem veio à tona que a associação criminosa ganhava vultosas somas de dinheiro através de extorsões, do controle de atividades econômicas e de obras públicas na sua área de atividade, para depois serem investidas no exterior, em particular na Grã-Bretanha, onde se criou uma verdadeira colônia do clã. Mas uma colônia que não era invasiva, não concorria usando mão-de-obra barata; ao contrário, injetara seiva econômica, revitalizando o setor turístico, impulsionando atividades de importação e exportação até então desconhecidas na cidade, e dando novo vigor ao setor imobiliário.

Mas a eficiência no plano internacional originária de Mondragone era personificada também por Rockefeller. Chamam-no assim no país pelo evidente talento nos negócios e pela liquidez que possui. Rockefeller é Raffaele Barbato, de sessenta e dois anos, natural de Mondragone. Talvez ele próprio tenha esquecido seu verdadeiro nome. Casado com uma holandesa até o final dos anos 1980, administrava seus negócios na Holanda, onde possuía dois cassinos frequentados por clientes de calibre internacional, desde o irmão de Bob Cellino, fundador das

casas de jogo de Las Vegas, até importantes mafiosos eslavos estabelecidos em Miami. Seus sócios eram um tal de Liborio, siciliano com ligações com a Cosa Nostra, e Emi, um holandês que depois se transferiu para a Espanha, onde abriu hotéis, apart-hóteis e discotecas. Foi Rockefeller uma das mentes — segundo as declarações dos arrependidos Mario Sperlongaro, Stefano Piccirillo e Girolamo Rozzera

que planejaram, junto com Augusto La Torre, procurar em Caracas os grupos de narcotraficantes venezuelanos que vendiam cocaína a preço competitivo com o dos colombianos, que eram os fornecedores dos napolitanos e de

Casalesi. Muito provavelmente Augusto tinha conseguido obter autonomia no setor de drogas, coisa raramente concedida pelos Casalesi. Era sempre Rockefeller que encontrava um lugar para Augusto dormir e descansar durante seu período de fuga na Holanda. Instalara-o perto de um campo de tiro. Assim, mesmo longe dos campos mondragonenses, o boss podia disparar nos pratos voadores para manter-se em forma. Rockefeller tinha uma enorme rede de relações, era um dos business men mais conhecidos, não só na Europa, mas também nos Estados Unidos, pelo fato de ser administrador de casas de jogos, possibilitando-lhe contato com mafiosos ítalo-americanos que viam na Europa um bom mercado para investir, já que estavam sendo expulsos, lenta mas progressivamente, do seu território pelos clãs albaneses cada vez mais hegemônicos em Nova York e cada vez mais aliados das famílias camorristas da Campânia, na Itália. Enfim, pessoas capazes de traficar drogas e de investir dinheiro em restaurantes e hotéis, através da porta aberta dos mondragonenses. Rockefeller, aliás, é o proprietário da praia particular, o balneário Adão e Eva, rebatizado de La Playa, um belo vilarejo turístico na costa mondragonense onde — segundo as acusações do Ministério Público

muitos filiados gostavam de se refugiar nos períodos de clandestinidade.

Quanto mais cômodo o refúgio, menos sofreriam a tentação de arrependimento para não terem mais que viver fugindo sempre. Os La Torre não perdoavam os arrependidos. Francesco Tiberio, o primo de Augusto, tinha telefonado para Domenico Pensa, que havia testemunhado contra o clã Stolder, e claramente o convidara a se retirar da cidade. “Soube pelos Stolder que você testemunhou contra eles, e como nós aqui da cidade não queremos informantes da Justiça, você deve ir embora de Mondragone; caso contrário, alguém irá

procurá-lo e cortar sua cabeça.”

O primo de Augusto tinha talento para aterrorizar pelo telefone quem ousava colaborar ou deixar escapar notícias. Com Vittorio Di Tella ele foi

explícito, dizendo-lhe para comprar um caixão.

“Compre um paletó de madeira, seu corno falastrão, que eu vou te matar.”

Antes dos arrependidos, ninguém podia imaginar o enorme volume de negócios dos mondragonenses. Entre os amigos de Rockefeller havia um tal de Raffaele Acconcia, mondragonense de nascimento, mas que vivia na Holanda, titular de uma cadeia de restaurantes, que, segundo o arrependido Stefano Piccirillo, era um importante narcotraficante de calibre internacional.

É justamente na Holanda que ele continua escondendo, talvez em algum banco, a caixa-forte do clã La Torre, milhões de euros faturados através de intermediações e comércio que os investigadores nunca encontraram. Em Mondragone, esta presumida caixa-preta tornou-se uma espécie de símbolo da riqueza absoluta do banco holandês e substituiu todas as referências da riqueza internacional. Não se diz mais “você está me confundindo com o Banco da Itália”, mas “você está me confundindo com o Banco da Holanda”.

O clã La Torre, com apoio na América do Sul e base na Holanda, tinha em mente dominar o tráfico de cocaína no mercado romano. Roma, para todas as famílias camorristas de Caserta, é a referência mais importante para o narcotráfico e para os investimentos em bens imóveis. Roma tornou-se uma extensão da província casertana. Os La Torre podiam contar com rotas de abastecimento que tinham sua base na costa da Domícia. As villas existentes na costa eram fundamentais para o tráfico, que antes era de contrabando de cigarros e depois passou a ser de tudo quanto é mercadoria. Naquela parte ficava a villa de Nino Manfredi, famoso ator italiano. Expoentes do clã foram até ele pedir que lhes vendesse a mansão. Manfredi tentou se opor de todos os modos, mas seu imóvel se encontrava em um ponto estratégico para atracarem as lanchas, e assim as pressões do clã aumentaram. Não lhe pediram mais para vendê-la, mas lhe impuseram cedê-la a um preço

estabelecido por eles. Manfredi chegou a procurar um boss da Cosa Nostra e divulgou a notícia, em janeiro de 1994, no telejornal Grl, mas os mondragonenses eram fortes e nenhum siciliano tentou negociar

com eles.

Foi somente se expondo na tevê e chamando a atenção da mídia nacional que ele conseguiu demonstrar a pressão a que tinha sido submetido por causa dos interesses estratégicos da Camorra.

O tráfico de drogas ia atrás de todos os outros canais de comércio. Enzo Boccolato, primo dos La Torre, proprietário de um restaurante na Alemanha, decidira investir na exportação de roupas. Junto com Antonio La Torre e um empresário libanês, adquiriam roupas em Puglia — já que a produção têxtil da Campânia é monopolizada pelos clãs de Secondigliano — e as revendiam na Venezuela, por meio de um mediador chamado Alfredo, assinalado nos inquéritos como um dos mais importantes traficantes de diamantes na Alemanha. Graças aos clãs camorristas da Campânia, os diamantes se tornaram, em pouco tempo, dada a sua alta variabilidade de preço e também pelo valor nominal que mantêm, o bem preferido para a lavagem de dinheiro sujo. Enzo Boccolato era conhecido nos aeroportos da Venezuela e em Frankfurt, e, na Alfândega, era protegido pelos empregados responsáveis pelo controle de mercadorias, que, muito provavelmente, não cuidavam somente do envio e da chegada das roupas, mas preparavam também o caminho para que fosse tecida uma grande rede de tráfico de cocaína. Aparentemente os clãs, depois de acumular grandes capitais, interrompem a sua atividade criminosa, desfazendo-se de alguma maneira de seu código genético, convertendo-o à legalidade. Tal como a família Kennedy na América, que no período da “lei seca” ganhou muito dinheiro com a venda de bebidas e depois cortou todas as relações com o crime. Mas, na realidade, a força do empresário italiano está justamente em continuar na mão dupla e em nunca renunciar aos proventos do crime. Em Aberdeen, chamam este sistema de

“scratch”. Como os rappers, como os DJs, que freiam com os dedos a rotação normal do disco sobre o prato. Da mesma forma, os empresários da Camorra param por um átimo a rotação do disco do mercado legal. Param-no, scratchano, para depois liberá-lo mais velozmente do que antes.

Nas diversas investigações da Procuradoria Antimáfia de Nápoles sobre os La Torre, vê-se que quando a rota legal sofre uma crise, aciona-se logo a via criminosa. Se falta liquidez, imprimem-se moedas falsas. Se são necessários capitais a curto prazo, recorre-se à venda de títulos do Tesouro falsos. A concorrência é aniquilada pelas extorsões, a mercadoria importada, isenta de impostos. Scratchare sobre o disco da economia legal permite que os clientes possam ter um padrão de

preços sempre satisfatório, que o dinheiro continue a circular e os produtos a ser consumidos. Scratchare comprime o diafragma que desponta entre a lei e o imperativo econômico, entre o que a norma proíbe e o que o lucro impõe.

Os negócios dos La Torre no exterior tornavam indispensável a participação, em vários níveis na estrutura do clã, de expoentes ingleses que chegavam até mesmo ao grau de filiados. Um desses é Brandon Queen, preso na Inglaterra, que recebe pontualmente o seu salário, décimo terceiro inclusive, de Mondragone. No mandado de prisão preventiva de junho de 2002, lê-se que “Brandon Queen está sistematicamente inserido no livro de pagamento do clã por expressa determinação de Augusto La Torre”. Aos filiados são normalmente garantidos, além da proteção física, o salário, a assistência jurídica e a cobertura da organização em caso de necessidade.

Todavia, para receber esse seguro diretamente do boss, Queen devia ter um papel vital na máquina de negócios do clã, tornando-se, sem dúvida, o primeiro camorrista de nacionalidade inglesa da história criminal italiana e britânica.

Eu ouvia falar de Brandon Queen havia muitos anos. Nunca o tinha visto, nem mesmo em fotografia. Como eu estava em Aberdeen, não podia deixar de perguntar por ele, o homem de confiança de Augusto La Torre, camorrista escocês, homem que sem dificuldades e conhecendo bem somente a sintaxe empresarial e a gramática do poder, conseguira se desvencilhar de velhas ligações com os antiquíssimos clãs das Highlands para entrar no clã de Mondragone. Em torno dos bares dos La Torre havia sempre grupinhos de rapazes do lugar; não eram criminosozinhos preguiçosos, amontoados diante de barris de cerveja à espera de qualquer briga ou chance de furto. Eram rapazes espertos, integrados nos diversos níveis de atividade das empresas legais. Transportes, publicidade, marketing. Perguntando por Brandon, não recebi olhares hostis ou respostas vagas, como se tivesse perguntado por um filiado numa povoação da região de Nápoles. Brandon Queen, ao que parece, todos conheciam desde sempre, ou então muito provavelmente tinha se tornado um desses mitos de que todas as línguas falam. Queen era o homem que tinha tido sucesso. Não era só um empregado, como eles, de restaurantes, lojas, empresas, imobiliárias, ou seja, um empregado com salário garantido.

Brandon Queen era alguma coisa a mais, tinha realizado o sonho de muitos rapazes escoceses. Não simplesmente participar de atividades legais, mas tornar-se parte do Sistema, parte operacional do clã.

Tornar-se camorrista para todos os efeitos, não obstante a desvantagem de ter nascido na Escócia, e portanto acreditar que a economia tem uma via de mão única, aquela via banal de todos, aquela que trata de regras e fracassos, de mera concorrência e de preços. Impressionava-me que no meu inglês lotado de sotaque italiano eles vissem, não o emigrante, não a deformação inconsistente de Jake La Motta, não o conterrâneo de invasores criminosos que vieram para tomar dinheiro das suas terras, mas o rasto de uma gramática que conhece o poder absoluto da economia, aquele em condições de decidir cada coisa e sobre cada

uma das coisas, capaz de não se impor limites, mesmo se arriscando à prisão perpétua ou à morte. Parecia impossível, mas, realmente quando falavam, eles demonstravam conhecer muito bem Mondragone, Secondigliano, Marano, Casal di Principe, territórios de que tinham ouvido falar como a epopeia de um país longínquo de todos os empresários que tinham transitado por aquela zona e pelos restaurantes onde trabalhavam. Nascer na terra da Camorra para aqueles meus conterrâneos escoceses significava uma vantagem, a de carregar consigo uma marca impressa a fogo que o orientava a considerar a própria existência como uma arena onde os negócios, as armas e até mesmo a própria vida são apenas e exclusivamente um meio para alcançar dinheiro e poder: aquilo pelo qual vale a pena existir e respirar, e que permite viver no centro do próprio tempo, sem ter de prestar contas a ninguém. Brandon Queen tinha conseguido, mesmo não tendo nascido na Itália, mesmo nunca tendo visto a Campânia, mesmo sem percorrer quilômetros de carro costeando canteiros de obras, aterros de lixo e fazendas de búfalas. Tinha conseguido se tornar um homem de verdade, de poder, um camorrista.

Mesmo sendo essa uma grande organização comercial e financeira internacional, ela não dera flexibilidade ao clã para controlar o território original. Em Mondragone, Augusto La Torre administrava o poder com grande severidade. Para fazer o cartel se tornar tão forte tinha se tornado impiedoso. Fazia com que chegassem da Suíça centenas de armas.

Politicamente tinha alternado diversas fases: primeiro, com uma grande presença na administração de obras públicas; depois, somente com alianças, contatos esporádicos, deixando que se consolidassem os seus negócios e que fosse a política a segui-los. Mondragone foi o primeiro município italiano a ter seu governo caçado por infiltração camorrista nos anos 1990. No decorrer dos anos, política e clã nunca ficaram realmente desligados. Um fugitivo

napolitano encontrou hospitalidade, em 2005, na residência de um candidato correligionário do ex-prefeito. Na Câmara de Vereadores, por longo tempo, esteve presente, no grupo majoritário, a filha de um guarda municipal acusado de cobrar propinas por conta dos La Torre.

Augusto tinha sido severo também com os políticos. Os opositores aos negócios da família deveriam sempre sofrer punições exemplares e impiedosas. A modalidade de eliminação física dos inimigos de La Torre era sempre a mesma, a tal ponto que, na gíria, o método militar de Augusto é conhecido como “alla mondragonese”. A técnica consiste em jogar em poços cavados em lugares ermos, profundos até a água subterrânea, o corpo já picado em dezenas de pedaços e depois atirar uma granada, de modo que fique totalmente dilacerado e a terra se incumba do resto que se mistura com a água. Isso foi o que Augusto La Torre fez com Antonio Nugnes, vice-prefeito democrata-cristão desaparecido em 1990. Nugnes constituía um obstáculo à intenção do clã de gerir diretamente contratos públicos municipais e intervir nos acontecimentos políticos e administrativos. Augusto La Torre não queria aliados, queria ser ele mesmo, em pessoa, a administrar todos os negócios possíveis. Era uma fase em que as decisões militares não eram particularmente ponderadas. Primeiro se disparava e depois se raciocinava. Augusto era muito jovem quando se tornou boss de Mondragone. O objetivo de La Torre era tornar-se acionista de uma clínica particular em vias de construção: a Incaldana, da qual Nugnes possuía um bem-nutrido pacote acionário. Uma das clínicas mais prestigiadas entre o Lácio e a Campânia, a um passo de Roma, que atraiu um bom número de empresários do sul da região do Lácio, resolvendo o problema da falta de estrutura hospitalar eficiente no litoral da Domícia e no interior daquela região. Augusto tinha imposto um nome ao conselho de administração da clínica, o nome de um afilhado seu, também empresário do clã, enriquecido

com a gestão de um aterro sanitário. Augusto queria que fosse ele a representar a família, Nugnes se opôs, pois entendeu que a estratégia dos La Torre não seria somente a de entrar em um grande negócio, mas em algo ainda maior. La Torre mandou um emissário ao vice-prefeito para tentar amolecê-lo e convencê-lo a aceitar as suas condições de gestão econômica dos negócios. Para um político democrata-cristão não era coisa escandalosa entrar em contato com um boss, tratar assuntos do seu poder empresarial e militar. Os clãs eram a primeira força econômica do território. Recusar uma relação com eles era como se um vice-prefeito de Turim se recusasse a ir a um encontro com um diretor da FIAT. Augusto La Torre não tinha em mente adquirir nenhuma quota da clínica a um preço vantajoso, como teria feito um boss diplomático, ele queria as quotas da clínica

gratuitamente. Em troca, garantiria que todas as suas empresas vencedoras dos contratos de serviços —

limpeza, alimentação, transporte, segurança — trabalhariam com profissionalismo e a um preço muito vantajoso. Assegurava que até suas búfalas fariam um leite melhor se aquela clínica se tornasse sua. Nugnes foi apanhado na sua fazenda agrícola com a desculpa de um encontro com o boss e levado a um açougue de Falciano del Massico. Esperando Nugnes —

segundo as declarações do boss — estavam, além do próprio Augusto, Jimmy, aliás, Girolamo Rozzera, e Massimo Gitto, Angelo Gagliardi, Giuseppe Valente, Mario Sperlongano e Francesco La Torre. Todos esperando que o assassinato fosse cumprido. O vice-prefeito, logo que desceu do carro, foi ao encontro do boss. Enquanto Augusto abria os braços para cumprimentá-lo, balbuciou uma frase a Jimmy, como depois confessou aos promotores públicos:

“Vem, chegou o tio Antonio.”

Uma mensagem clara e definitiva. Jimmy se aproximou das costas de Nugnes e disparou dois tiros que entraram pelas têmporas, e um outro tiro,

de misericórdia, foi disparado pelo próprio boss. Jogaram o corpo num poço de 40 metros de profundidade em campo aberto e depois duas granadas. Por anos nada se soube de Antonio Nugnes. Pessoas telefonavam dizendo tê-lo visto em toda a Itália, mas em vez disso estava em um buraco coberto por toneladas de terra. Treze anos depois, Augusto e os seus fiéis indicaram aos carabinieri onde poderiam encontrar os restos do vice-prefeito que tinha ousado opor-se ao crescimento da empresa dos La Torre. Quando os carabinieri começaram a recolher os restos, perceberam que não eram somente de um homem. Quatro tíbias, dois crânios, três mãos. Por mais de dez anos o corpo de Nugnes tinha estado ao lado do de Vincenzo Boccolato, um camorrista ligado a Cutolo, que depois da guerra se aproximou dos La Torre.

Boccolato foi condenado à morte porque, em uma carta enviada da prisão a um amigo, ofendia duramente Augusto. O boss a encontrara por acaso; enquanto andava pelo apartamento de um filiado e folheava papéis, reconheceu o seu nome e, curioso, pôs-se a ler a variedade de insultos e críticas que Boccolato lhe dedicava. Antes de concluir a leitura já o havia condenado à morte. Para matá-lo, mandou Angelo Gagliardi, um ex-cutoliano como ele, um daqueles em

cujo carro teria entrado sem suspeitar de nada. Os amigos são os melhores killers, aqueles que mais do que todos conseguem fazer um trabalho limpo, sem precisar correr atrás do alvo enquanto ele tenta escapar aos gritos. Em silêncio, quando menos se espera, ele aponta o cano da pistola na nuca e mete fogo. O boss queria que a execução fosse feita na intimidade da amizade. Augusto La Torre não suportava que a sua pessoa fosse ridicularizada, não queria que alguém, pronunciando o seu nome, pudesse associá-lo a uma risada. Ninguém deveria ousar.

Luigi Pellegrino, conhecido por todos como Gigiotto, era, ao contrário,

um daqueles que gostava de fofocar sobre tudo que dizia respeito aos poderosos da sua cidade. São muitos os rapazes que, na terra da Camorra, bisbilhotam os gostos sexuais dos boss, as orgias dos chefes de zona, as filhas liberadas dos empresários dos clãs. Mas, em geral, os boss toleram, têm realmente mais em que pensar, e, depois, é inevitável que haja mexericos sobre a vida de quem manda. Gigiotto fofocava sobre a mulher do boss, dizia tê-la visto encontrar-se com um dos homens de confiança de Augusto. Que a via ser acompanhada aos encontros com o seu amante pelo próprio motorista do boss. O número um dos La Torre, que tudo dirigia e controlava, tinha uma mulher que o chifrava bem debaixo do nariz e ele não se dava conta. Gigiotto contava suas fofocas com variações cada vez mais detalhadas e sempre diferentes. Invenção ou não, todos já comentavam na cidade as histórias da mulher do boss que saía com o braço direito de seu marido, e todos tinham o cuidado de citar a fonte: Gigiotto. Um dia, Gigiotto estava caminhando pelo centro de Mondragone, quando ouviu o ruído de uma motocicleta aproximar-se um pouco demais da calçada. Logo que ouviu a desaceleração do motor, começou a correr. Da moto partiram tiros, mas Gigiotto, ziguezagueando entre postes e pessoas, conseguiu fazer com que o killer, que estava sentado atrás do motociclista, descarregasse sua arma sem atingi-lo. O

motociclista, então, correu a pé atrás de Gigiotto, que se refugiou num bar escondendo-se atrás do balcão, sacou a pistola e disparou na cabeça dele na frente de dezenas de pessoas que, um instante depois do homicídio, se dispersaram silenciosa e velozmente. Segundo as investigações, quem quis eliminá-lo foi o dirigente do clã, Giuseppe Fragnoli, que, sem nem mesmo pedir autorização, decidiu tirar de campo a má língua que tanto estava enlameando a imagem do boss.

Na mente de Augusto, Mondragone, seus campos, a costa, o mar, deviam ser somente um escritório da empresa, um laboratório à disposição dele e de

seus empresários associados, um território de onde extrair matéria em benefício de suas empresas. Proibiu expressamente a distribuição de droga em Mondragone e na costa da Domícia. A ordem dos boss casertanos era dada a todos os seus subordinados e a qualquer um. A proibição provinha de um motivo moralista — o de preservar da heroína e da cocaína os próprios cidadãos —, mas sobretudo servia para evitar que, no seu território, o pessoal da droga enriquecesse e encontrasse fonte econômica imediata para se opor ao líder da família. A droga que o cartel mondragonense trazia da Holanda para os mercados do Lácio e de Roma era terminantemente proibida na cidade. Os mondragonenses tinham de ir de carro até Roma para comprar fumo, cocaína e heroína, que chegavam na capital pelos clãs de Nápoles, de Casalesi e de Mondragone. Gatos que corriam atrás do próprio rabo amarrado a uma cadeira bem longe. O clã criou um grupo para ser chamado formalmente nas centrais da polícia, assim como uma sigla, o GAD — Grupo Antidroga. Se pegassem alguém com um cigarro de maconha na boca, quebravam o seu nariz. Se a mulher de alguém descobrisse um papelote de cocaína, bastava que a notícia chegasse a alguém do GAD, que eles se encarregariam de fazer passar a vontade de cheirar, ao som de pontapés e socos na cara, além de proibirem os postos de gasolina de vender-lhe combustível para chegar até Roma.

Um rapaz egípcio, Hassa Fakhry, pagou duramente pelo seu vício de heroína. Era um guardador de porcos. Aqueles porcos pretos casertanos, uma raça rara. Porcos escuríssimos, mais do que as búfalas, baixos e peludos, uma sanfona de gordura, de onde se retiram linguiças magras, salames gostosos e costeletas saborosas. Trabalho infame o de porqueiro. Sempre a espalhar esterco e depois degolar os porcos, e recolher o sangue nas bacias. No Egito, ele era motorista, mas provinha de uma família de camponeses e por isso sabia como tratar os animais. Mas não os porcos. Era muçulmano e os

animais lhe causavam um nojo duplo. Melhor, porém, cuidar dos porcos do que ter que retirar a merda das búfalas o dia todo, como fazem os indianos.

Os porcos defecam a metade da metade e os chiqueiros são de um tamanho infinitesimal em relação aos estábulos bovinos. Todos os árabes sabem disso e por isso aceitam cuidar dos porcos, ainda que trabalhar com búfalas não faça desmaiar de cansaço. Hassa começou a injetar-se heroína. Às vezes ia de trem para Roma, comprava as doses e retornava à pocilga. Tornou-se um verdadeiro toxicômano e o dinheiro nunca lhe bastava. Assim, seu fornecedor o aconselhou a tentar vender heroína em Mondragone, uma cidade sem nenhum local

de venda de drogas. Ele aceitou e começou a vender em frente ao bar Domizia. Encontrou uma clientela capaz de fazê-lo ganhar em dez horas de trabalho o salário de seis meses como porqueiro. Bastou um telefonema do proprietário do bar, para pôr fim à atividade. Liga-se para um amigo, que liga para o primo, que o menciona ao seu compadre, que leva a notícia a quem se deve deferência. Um caminho do qual se conhecem somente os pontos inicial e final. Passados alguns dias, os homens dos La Torre, autoproclamados GAD, foram diretamente à casa dele. Para não deixá-

lo escapar entre porcos e búfalas, e constrangê-los a persegui-lo entre lama e merda, interfonaram para o seu casebre fingindo-se de policiais. Colocaram-no num carro e partiram. Não tomaram o rumo da delegacia. Logo que Hassa Fakhry entendeu que iam matá-lo, ele teve uma estranha reação alérgica, como se o medo tivesse desencadeado nele um choque anafilático. O corpo começou a inchar; parecia que alguém o estava bombeando violentamente. O

próprio Augusto La Torre, quando contou o sucedido aos juízes, parecia estupefato com aquela metamorfose: os olhos do egípcio ficaram minúsculos, como se o crânio os estivesse chupando, os poros punham para fora um suor denso como mel, e da boca lhe saía uma baba branca. Eram oito killers, mas somente sete dispararam. Um arrependido, Mario Sperlongano, declarou:

“Me pareceu uma coisa totalmente inútil disparar num corpo sem vida.” Mas sempre fora assim. Era como se Augusto estivesse embriagado com o seu nome, com o símbolo do seu nome. Atrás dele, atrás de cada ação sua deviam estar todos os seus legionários, os legionários da Camorra. Homicídios que podiam ser resolvidos com pouquíssimos executores — um, no máximo dois

— eram, ao contrário, levados a termo por todos os seus fidelíssimos.

Frequentemente pedia a cada um dos presentes para disparar pelo menos um tiro, mesmo se o corpo já fosse um cadáver. Um por todos e todos por um.

Para Augusto, todos os seus homens deviam participar, mesmo quando era supérfluo. O medo constante de que alguém pudesse a qualquer momento recuar levava-o a agir sempre em grupo. Podia acontecer de os negócios em Amsterdã, Aberdeen, Londres, Caracas subirem à cabeça de alguém e convencê-lo a agir sozinho. Aqui, a violência é o verdadeiro valor do comércio: renunciar a ela significa perder tudo. Depois do massacre, o corpo de Hassa Fakhry foi trespassado centenas

de vezes por seringas de insulina, as mesmas usadas pelos heroinômanos. Um recado na pele que todos, de Mondragone a Formia, entenderiam imediatamente. E o boss não encarava ninguém. Quando um filiado, Paolo Montano, chamado de Zumpariello, um dos homens mais fiéis da bateria de fogo, começou a drogar-se, não conseguindo mais se livrar da cocaína, ele o convocou por meio de um amigo de confiança a um encontro em uma chácara. Esperando no local, Ernesto Cornacchia deveria descarregar-lhe um pente inteiro, mas não quis disparar com medo de atingir também o boss, que estava muito perto da vítima.

Vendo-o hesitar, Augusto sacou a pistola e matou Montano. Os tiros, porém, pegaram de raspão Cornacchia, que preferiu tomar uma bala no corpo a se arriscar a ferir o boss. Zumpariello também foi jogado num buraco e explodido com granadas, “alla mondragonese”. Os legionários teriam feito tudo por Augusto: mesmo quando o boss se arrependeu, seguiram-no. Em

janeiro de 2003, depois da prisão da mulher, ele decidiu se arrepender.

Acusou a si mesmo e a seus fiéis de uns quarenta homicídios, permitiu que encontrassem nos campos mondragonenses os restos das pessoas que tinham dilacerado no fundo dos buracos, denunciou dezenas e dezenas de extorsões feitas por ele mesmo. Uma confissão centrada mais nos aspectos militares do que nos econômicos. Depois de pouco tempo, os fiéis Mario Sperlongano, Giuseppe Valente, Girolamo Rozzera, Pietro Scuttini, Salvatore Orabona, Ernesto Cornacchia e Angelo Gagliardi o seguiram. Os boss, uma vez na prisão, têm no silêncio a arma mais segura para conservar a sua respeitabilidade, manter formalmente o poder, mesmo que o regime de segurança máxima os afaste da gestão direta. Mas o caso de Augusto La Torre é particular: sendo seguido por todos os seus, não deveria temer, apesar da sua traição, que alguém massacrasse sua família, mesmo porque a sua colaboração perante a Justiça não pareceu ter sido determinante para atingir o império econômico do cartel mondragonense. Foi fundamental somente para compreender as lógicas das matanças e a história do poder na costa de Caserta e do Lácio. Augusto La Torre falou do passado, como muitos boss da Camorra. Sem os arrependidos, a história desse poder não poderia ser escrita.

Sem os arrependidos, a verdade dos fatos, os detalhes, os mecanismos só seriam descobertos dez, vinte anos depois, um pouco como se um homem entendesse só depois da morte como funcionavam os próprios órgãos vitais.

O risco do arrependimento de Augusto La Torre e do seu estado-maior é que se promovam grandes descontos de pena em troca da explicação de todos os fatos, é a possibilidade de que saiam do cárcere depois de alguns anos, conservando um poder econômico legal, tendo já transferido o poder militar a outros, sobretudo às famílias albanesas. Como se, para evitar a prisão perpétua e vinganças internas que visassem o poder, tivessem decidido usar o

seu conhecimento dos fatos, relatados com precisão e veracidade, como meios para continuar a viver somente do poder legal das próprias atividades.

Augusto nunca suportou a cela, não conseguiria resistir a décadas de prisão como os grandes boss, ao lado dos quais cresceu. Queria que o almoço do cárcere respeitasse a sua dieta vegetariana e, como adorava cinema, mas não era possível ter um videocassete na cela, mais de uma vez pediu a uma emissora de Umbria, onde se encontrava preso, que passasse nas telas da TV

as três partes de O poderoso chefão, quando estava com vontade de assistir, à noite, antes de dormir.

O arrependimento de La Torre sempre transpirava ambiguidade, pois

segundo os promotores — ele não conseguia renunciar ao seu papel de boss.

Como se as revelações do arrependimento fossem uma extensão do seu poder. Numa carta que Augusto fez chegar ao seu tio, ele assegurava tê-lo

“salvo” de qualquer envolvimento nas atividades do clã, ao mesmo tempo que, com uma hábil narrativa, ameaçava claramente a ele e a outros dois dos seus parentes, tramando a hipótese de que pudesse nascer em Mondragone uma aliança contra ele:

“Teu genro e o pai dele se sentem protegidos por pessoas que já estão mortas.”

Ainda que arrependido, da prisão de Áquila o boss pedia também dinheiro. Driblando os controles, escrevia cartas com ordens e pedidos que entregava sempre ao seu motorista Pietro Scuttini e à sua mãe. Aqueles pedidos, segundo os promotores, eram extorsões. Um bilhete em tom cortês, endereçado ao titular de um dos maiores laticínios da costa domícia, é a prova de que Augusto continuava a tê-lo à sua

disposição.

“Caro Peppe, peço-lhe um grande favor porque estou arruinado, mas só aceito se você quiser mesmo me ajudar; peço-lhe somente em nome da nossa velha amizade e não por outros motivos, e também se você me disser não,

fique tranquilo, eu o salvarei sempre! Preciso urgentemente de 10 mil euros e depois você deve me dizer se pode me dar mil euros por mês, que preciso para manter os meus filhos...”

O nível de vida a que a família La Torre estava habituada ia muito além da assistência econômica que o Estado garante aos colaboradores da Justiça.

Consegui compreender a movimentação de negócios da família somente depois de ter lido as cartas do megaconfisco executado sob determinação da magistratura de Santa Maria Capua Vetere em 1992. Apreenderam bens imóveis em valores atuais de cerca de 230 milhões de euros, 19 empresas por um valor de 323 milhões de euros, aos quais se acresceram outros 133 milhões de euros relativos aos equipamentos de trabalho e aos maquinários. Tratava-se de numerosas fábricas embrenhadas entre Nápoles e Gaeta, ao longo da zona domicia, dentre as quais uma de laticínios, uma refinaria de açúcar, quatro supermercados, nove mansões à beira-mar com construções em terrenos anexos, além de automóveis de alta cilindrada e motocicletas. Cada empresa tinha cerca de sessenta empregados. Os juízes determinaram também o arresto da sociedade que tinha contrato de coleta de lixo com o município de Mondragone. Foi uma operação gigantesca que anulava um poder econômico enorme, mas ainda assim microscópico em relação à variedade de negócios do clã. Arrestaram também uma mansão imensa, uma villa cuja fama chegou até Aberdeen. Quatro andares debruçada sobre o mar, piscina decorada com um labirinto subaquático, construída na zona de Ariana di Gaeta, projetada como a villa de Tibério, não o cabeça do clã de Mondragone, mas o imperador que se retirou do continente para ir governá-

lo da ilha de Capri. Nunca consegui entrar nessa casa, e a lenda e os mapas judiciais foram as lentes pelas quais eu soube da existência desse mausoléu imperial, colocado sob guarda das propriedades do clã da Itália. A zona costeira poderia ser uma espécie de espaço infinito sobre o mar, capaz de

permitir todo tipo de fantasia à arquitetura. Mas, com o tempo, a costa

casertana se tornou um amontoado de casas e casinhas construídas velozmente para acolher um turismo enorme vindo do baixo Lácio até Nápoles. Nenhum plano regulador sobre a costa domícia, nenhuma licença pública. Agora, as casinhas de Castelvoturno até Mondragone se tornaram os novos alojamentos onde albergar dezenas de africanos, enquanto os parques projetados, as terras que deviam receber novos conglomerados de casas e pequenos prédios para férias e turismo tornaram-se lixeiras incontroláveis.

Nenhuma cidadezinha costeira possui tratamento de esgoto. Um mar amarronzado banha agora as praias invadidas por imundície. Em poucos anos, cada longínqua sombra de beleza foi eliminada. No verão, alguns bares domícios se tornam verdadeiros bordéis, onde alguns de meus amigos se preparam para a caça noturna mostrando a carteira vazia. Não de dinheiro, mas de invólucro laminado com alma circular, ou seja, de camisinha.

Mostravam assim que ir a Mondragone para transar sem preservativo era coisa tranquila: “Essa noite vai sem!”

O preservativo mondragonense era Augusto La Torre. O boss tinha decidido vigiar até a saúde de seus súditos. Mondragone tornou-se uma espécie de templo para a segurança total da mais temida doença infecciosa.

Enquanto o mundo se contamina com HIV, o norte casertano estava estritamente sob controle. O clã mostrava-se muito atento e assim mantinha em observação os exames de todos. Até onde se sabia, tinha a relação completa de todos os doentes; afinal, o território não devia infectar-se. Assim, logo souberam que um homem próximo de Augusto, Fernando Brodella, tinha contraído o vírus do HIV. Podia ser arriscado, frequentava as moças da cidade. Não pensaram em confiá-lo a um bom médico nem pagar-lhe o tratamento adequado: não fizeram como o clã Bidognetti, que pagava o que fosse necessário nas melhores clínicas europeias aos próprios filiados,

confiando-os aos médicos mais hábeis. Brodella foi seguido e morto a sangue-frio. Eliminar os doentes para eliminar a epidemia: era essa a ordem do clã.

Uma doença infecciosa e também transmitida com atos menos controláveis, como o sexo, podia ser contida somente contendo o avanço dos infectados para sempre. Assim, com certeza, os doentes não contagiariam ninguém; o método: tirando-lhes a vida.

Os investimentos de capitais na Campânia também deviam ser seguros.

Compraram, então, uma mansão situada no território de Anacapri, uma estrutura que hospedava o quartel local dos carabinieri. Recebendo o aluguel deles, estavam certos de não incorrer em problemas desagradáveis. Os La Torre, quando entenderam que a casa ganharia mais com o turismo, desalojaram os carabinieri e dividiram o prédio em seis apartamentos com jardim e estacionamento, transformando-o num centro turístico, antes que a Antimáfia chegasse a confiscar tudo. Investimentos limpos, seguros, sem nenhum risco especulativo suspeito.

Depois do arrependimento de Augusto, o novo boss, Luigi Fragnoli, sempre fidelíssimo aos La Torre, começou a ter problemas com alguns filiados como Giuseppe Mancone, conhecido como “Rambo”. Ligeira semelhança com Stallone, corpo malhado de academia, Mancone estava criando um mercado de distribuição de drogas que em breve o tornaria uma referência importante, e daí a pouco poderia dar um chute nos velhos boss, que estavam com o carisma abalado depois do arrependimento de Augusto.

Segundo a Procuradoria Antimáfia, os clãs mondragonenses pediram à família Birra, de Ercolano, para contratar alguns killers. Assim, para eliminar

“Rambo”, chegaram a Mondragone, em agosto de 2003, dois killers ercolaneses. Chegaram em Scooters pouco ágeis, mas, no aspecto, totalmente ameaçadoras ao ponto de não se poder resistir a usá-las num assassinato.

Nunca tinham posto os pés em Mondragone, mas conseguiram identificar facilmente a pessoa a matar, que estava no Roxy Bar, como sempre. A Scooter parou. Desceu um rapaz que, com passo firme, se aproximou de “Rambo”, descarregou nele um pente inteiro e depois voltou correndo ao assento da moto:

“Tudo bem? Fez o serviço?”

“Sim, fiz, vai, vai, vai...”

Perto do bar havia um grupo de moças que estavam se organizando para as férias de agosto. Logo que viram o rapaz correndo, elas entenderam que não tinham confundido o barulho de uma automática com o de fogos de artifício. Todas se deitaram com o rosto no chão, temendo ser vistas pelo killer e assim se tornar testemunhas. Mas uma

não baixou o olhar. Uma delas continuou a fixar o killer sem baixar os olhos, sem amassar os seios no asfalto ou cobrir o rosto com as mãos. Era uma professora de escola primária de 35

anos. A mulher testemunhou, fez o reconhecimento, denunciou o assassinato.

Dentre os inúmeros motivos pelos quais poderia ter se calado, fazer de conta que não vira nada, voltar para casa e viver como sempre, estavam o medo, o terror das intimidações e ainda mais o sentido da inutilidade — ajudar a prender um killer, um entre tantos. Mas a professora mondragonense encontrou na montanha de razões para se calar uma única motivação para falar: a da verdade. Uma verdade que tem um sabor natural, como um gesto comum, normal, óbvio, necessário como a própria respiração. Denunciou sem pedir nada em troca. Não quis pagamento, escolta, não impôs o preço da sua palavra. Revelou o que tinha visto, descreveu o rosto do killer, os pelos da barba pontudos, as sobrelanceiras fartas. Depois de disparar, a Scooter fugiu pela cidade errando as ruas muitas vezes, entrando em ruas sem saída, voltando atrás. Mais do que killers, pareciam turistas esquizofrênicos. No processo desencadeado pelo testemunho da professora, foi condenado à

prisão Salvatore Cefariello, 24 anos, matador de aluguel do clã ercolanese. O

promotor que colheu o testemunho da professora a definiu como “uma rosa no deserto”, nascida numa terra onde a verdade é sempre a versão dos poderosos, onde raramente é declinada e só pronunciada como mercadoria rara a trocar por algum benefício.

Mas a confissão tornou a sua vida difícil, como se tivesse ficado presa num gancho, e toda a sua existência tivesse se desfiado junto com seu corajoso testemunho. Estava para se casar e foi abandonada, perdeu o trabalho, foi transferida para uma localidade protegida, com um salário mínimo pago pelo Estado, que só dava para sobreviver, uma parte da família se afastou dela e uma solidão abissal recaiu sobre suas costas. Uma solidão que explode violenta no cotidiano, quando se tem vontade de dançar e ninguém com quem dançar, o celular que não toca mais e os amigos que se afastam até que desaparecem de vez. Não é a confissão em si que dá medo, não é o fato de ter apontado um killer que gera escândalo. Não é assim banal a lógica da omertà.

O que torna escandaloso o gesto da jovem professora foi a sua escolha de considerar natural, instintivo, vital, o ato de poder testemunhar.

Possuir essa conduta de vida é como acreditar realmente que a verdade pode existir, mas isso, em uma terra onde verdade é o que dá vantagem e a mentira o que dá prejuízo torna-se uma escolha inexplicável. Aí acontece de as pessoas próximas se sentirem em dificuldade, se sentirem descobertas pelo olhar de quem renunciou às regras da própria vida, que elas aceitam integralmente.

Aceitam sem vergonha, porque afinal deve ser assim, porque é assim que sempre foi, porque não se pode mudar tudo com as próprias forças e então é melhor economizá-las e aderir à caravana e viver como é permitido viver.

Em Aberdeen dei de cara com o sucesso empresarial italiano. É estranho observar essas ramificações longínquas, conhecendo a sua origem. Não sei

como descrever, mas ter diante de si os restaurantes, os escritórios, as seguradoras, os prédios, é como sentir-se pego pelos tornozelos com a cabeça para baixo e o corpo balançado até deixar cair dos bolsos as moedas, as chaves de casa e tudo que pode sair das calças e da boca, até a alma se for possível comercializá-la. Os fluxos de capital vinham de toda parte, como auréola que se alimenta sugando energia do próprio centro. Sabê-lo não é a mesma coisa que vê-lo. Acompanhei Matteo a uma entrevista de trabalho. Obviamente o contrataram. Queriam que eu também ficasse em Aberdeen.

“Aqui basta que você seja o que é, Roberto...”

Matteo precisou ser natural da Campânia, daquela auréola, para ser valorizado pelo seu currículo, seu diploma e sua vontade de crescer. A mesma origem que na Escócia o levava a ser um cidadão com todos os direitos normais, na Itália o levava a ser considerado pouco mais do que um resto de gente, sem assistência, sem interesses, um perdedor que ia embora porque não havia escolhido o caminho certo. De repente, ele foi tomado por uma explosão de felicidade nunca vista antes. Quanto mais ele se empolgava, mais crescia em mim uma amarga melancolia. Nunca consegui me sentir distante, suficientemente distante de onde nasci, distante dos comportamentos das pessoas que odiava, realmente diferente das dinâmicas ferozes que destruíam vidas e desejos. Nascer em certos lugares significa ser como o filhote de cão de caça que já nasce com o odor de lebre no nariz. Contra toda vontade, corre-se atrás da lebre do mesmo jeito: mesmo que depois de tê-la alcançado, deixe-a escapar ao cerrar os caninos. E eu conseguia entender os caminhos, as ruas, as trilhas, com uma obsessão inconsciente, com uma maldita capacidade de compreender

até o fim os territórios conquistados.

Eu só queria ir embora da Escócia, ir para nunca mais voltar. Parti assim que pude. No avião foi difícil dormir, as turbulências e a escuridão do lado de fora da janelinha me apertavam a garganta como se uma gravata me

pressionasse com força diretamente o pomo-de-adão. A claustrofobia talvez não fosse devida ao lugar minúsculo, nem à escuridão do lado de fora da janelinha: mas à sensação de sentir-me esmagado em uma realidade de coisas que parecia um poleiro de feras famintas e amontoadas prontas para comer e serem comidas. Como se tudo fosse um único território com uma única dimensão e uma única sintaxe compreensível em qualquer lugar. Uma sensação de não ter saída, uma pressão para ser parte da grande batalha ou não ser. Retornei à Itália tendo em mente, claramente, as duas vias da estrada mais veloz do que qualquer outra. Nela circulam, num sentido, os capitais que vão desembocar na grande economia europeia e, no outro, os que levam tudo que em outros lugares é rejeitado para o sul. Assim os capitais entram e saem das malhas forçadas da economia aberta e flexível, e se alcança desenvolvimento em outras terras — algo no lugar onde se origina a metamorfose.

Os destroços imprestáveis incharam a barriga do sul da Itália, expandiram-na como a de um ventre grávido cujo feto nunca nasceria, mas abortaria dinheiro para depois subitamente engravidar de novo até abortar e novamente embuchar até minar o corpo, inchar as artérias, obstruir os brônquios, destruir os neurônios. Continuamente, continuamente, continuamente.

Terra dos fogos



Não é difícil imaginar. Criar mentalmente uma pessoa, um gesto ou qualquer coisa que não existe, não é difícil. Também não é difícil imaginar a própria morte. Difícil realmente é imaginar a economia em todas as suas dimensões. Os fluxos financeiros, os percentuais de lucro, as contratações, os débitos, os investimentos. Não há fisionomias a visualizar, coisas precisas a reter na mente. Podem-se imaginar as diversas regras da economia, mas não os fluxos, as contas bancárias, cada operação singular. Se se tenta imaginar a economia, corre-se o risco de ficar com os olhos fechados para concentrar-se e apertá-los até ver aquelas psicodélicas deformações coloridas na tela da pálpebra.

Sempre tentei reconstruir mentalmente a imagem da economia, algo que pudesse lhe dar o sentido da produção, da venda, as operações de

desconto e

de compra. Era impossível encontrar um organograma, uma representação figurativa adequada. Talvez o único jeito de representar a economia no seu curso fosse intuir o que ela deixava para trás, investigar suas marcas, os rastros que ela deixa, como restos de pele morta caídos no caminho que ela traça.

Os aterros sanitários são o emblema mais concreto de todo o ciclo econômico. Amontoam tudo, são os verdadeiros rastros do consumo, algo mais do que a pegada deixada por cada produto sobre a crosta terrestre. O sul é o ponto final de todo o lixo tóxico, dos dejetos inúteis, da escória da produção. Se o lixo que escapa à contabilidade do controle oficial — segundo uma estimativa da associação Legambiente — fosse incorporado em um único objeto, na sua totalidade ele constituiria uma cadeia montanhosa de 14

milhões de toneladas: praticamente como uma montanha de 14.600 metros com uma base de três hectares. O Mont Blanc mede 4.810 metros; o Everest, 8.844. Essa montanha de dejetos não contabilizados nos registros oficiais seria a maior montanha existente na Terra. Foi assim que imaginei o DNA da economia, suas operações comerciais, as subtrações e as somas dos comerciantes, os dividendos dos lucros: como essa enorme montanha. Uma cadeia montanhosa imensa que — como se tivesse explodido — se dispersou, sua maior parte no sul da Itália, nas primeiras quatro regiões com o mais alto número de crimes ambientais: Campânia, Sicília, Calábria e Puglia. As mesmas de quando se fala dos territórios com os maiores criminosos, com a maior taxa de desemprego e com a maior participação de candidatos nos concursos para voluntários do exército e das forças policiais. Um elenco sempre igual, perene, imutável. O território casertano, terra dos Mazzoni, entre a zona Garigliano e o Lago Patria, absorveu durante 30 anos toneladas de dejetos, tóxicos e comuns.

A zona mais atingida pelo câncer do tráfico de venenos encontra-se entre as cidades de Grazzanise, Cancellò Arnone, Santa Maria La Fossa,

Castelvoturno, Casal di Principe — quase 300 quilômetros quadrados de extensão — e no perímetro napolitano de Giugliano, Qualiano, Villarica, Nola, Acerra e Marigliano. Nenhuma outra terra no mundo ocidental teve uma carga maior de lixos variados, tóxicos e não tóxicos, despejados ilegalmente. Graças a esse negócio, o faturamento que caiu nos bolsos dos clãs e de seus mediadores atingiu, em quatro anos, 44 bilhões de euros. Um mercado que teve nos últimos tempos

um incremento total de 29,8 por cento, comparável somente à expansão do mercado da cocaína. Dos fins dos anos 1990 em diante, os clãs camorristas se tornaram os líderes continentais no escoamento de detritos. Desde o discurso feito no Parlamento pelo ministro da Defesa em 2002, já se falava claramente de uma mudança na coleta de lixo com a assinatura de um pacto empresarial com alguns especialistas nesse trabalho, destinado ao exercício de um controle total sobre o ciclo inteiro. No clã Casalesi, na sua dupla ramificação, uma dirigida por Schiavone Sandokan e a outra por Francesco Bidognetti — aliás, Cicciotto di Mezzanotte — divide-se o grande negócio, um mercado tão gigantesco que — mesmo com contínuas tensões — nunca os levou a um combate frontal. Mas os Casalesi não estão sós. Há o clã Mallardo, de Giugliano, um cartel habilíssimo em deslocar rapidamente o lucro de seus tráficos e capaz de veicular sobre o próprio território uma imensa quantidade de lixo. No território de Giugliano foi descoberta uma mina desativada repleta de lixo. A estimativa da quantidade despejada ali corresponde a cerca de 28 mil toneladas. Uma massa de respeito, imaginando-se uma fila de caminhões, um atrelado ao para-choques do outro, que vai de Caserta até Milão.

Os boss não sentem nenhum tipo de remorso por cobrir de venenos as próprias cidades, por deixar destruir as terras ao redor das próprias casas e dos próprios domínios. A vida de um boss é curta, o poder de um clã, entre vinganças, prisões, massacres e condenações, não pode durar muito. Entulhar

de detritos tóxicos um território, cercar as próprias cidades de montanhas de lixo, pode ser um problema somente para quem tem uma perspectiva de poder a longo prazo e responsabilidade social. Numa dimensão temporal imediata dos negócios, importa, ao contrário, somente a margem de lucro elevado e nenhuma contraindicação. A maior parte do tráfico de detritos tóxicos tem uma direção única: “norte-sul”. Desde os fins dos anos 1990, 18

mil toneladas de lixo tóxico saído de Brescia foram despejadas entre Nápoles e Caserta, e um milhão de toneladas, em quatro anos, foi acabar em Santa Maria Capua Vetere. Do norte, os detritos tratados nas instalações de Milão, Padova e Pisa são expedidos para a Campânia. A Procuradoria de Nápoles e a de Santa Maria Capua Vetere descobriram, em janeiro de 2003, graças às investigações conduzidas pelo promotor Donato Ceglie, que, em quarenta dias, mais de 6.050 toneladas de lixo da Lombardia chegaram a Trentola Ducenta, perto de Caserta.

A zona rural de Nápoles e de Caserta são mapas-múndi da imundície, medidores sensíveis da produção industrial italiana. Visitando aterros e pedreiras, é possível ver o destino de décadas inteiras de produtos industriais italianos. Sempre gostei de rodar de Vespa pelas estradinhas que custeiam os aterros. É como caminhar sobre resíduos de civilização, estratificações de operações comerciais, é como ladear pirâmides de produção, vestígios de quilômetros consumidos. Estradas rurais em geral terrivelmente asfaltadas para agilizar a chegada dos caminhões. Territórios onde a geografia dos objetos se compõe de um mosaico variado e múltiplo. Cada descarte de produção e atividade tem a sua cidadania nessas terras. Certa vez, um camponês estava arando um campo que tinha acabado de comprar nos confins entre Nápoles e Caserta. O motor do trator engasgava, era como se a terra naquele dia estivesse particularmente compacta. De repente, começaram a aparecer, junto aos sulcos feitos pela máquina, pedaços de papel. Era

dinheiro. Milhares e milhares de notas, centenas de milhares. O camponês deu um pulo do trator e começou a recolher freneticamente todos os pedaços de dinheiro, como um tesouro escondido quem sabe por qual bandido, talvez fruto de um grande roubo. Eram apenas notas cortadas e descoloridas. Notas trituradas provenientes do Banco da Itália, toneladas de pacotes de dinheiro muito usado, colocados fora de circulação. O tempo da lira tinha terminado debaixo da terra, os restos do velho papel-moeda deixavam o seu chumbo em um campo de couves-flores.

Perto de Villaricca, os carabinieri identificaram um terreno onde tinham sido amontoados papéis utilizados para a limpeza de tetas de vacas, provenientes de centenas de unidades pecuárias de Vêneto, Emília e Lombardia. As tetas das vacas são continuamente limpas, duas, três, quatro vezes por dia. Cada vez que precisam inserir as ventosas automáticas nas tetas para ordenhar, os empregados devem limpá-las. Geralmente, depois de algum tempo as vacas adoecem com mastite e patologias similares, e começam a secretar pus e sangue, mas elas não são colocadas em repouso: simplesmente, a cada meia hora é necessário limpá-las, ou então o pus e o sangue terminam no leite e barris inteiros se perdem. Quando eu passava pelas colinas de papel de limpeza de tetas, sentia cheiro de leite azedo. Talvez eu apenas estivesse sugestionado, talvez aquela cor amarelada dos papéis amontoados me deformasse também os sentidos. O fato é que esses detritos, acumulados em dezenas de anos, modificaram os horizontes, criaram novos odores, fizeram surgir silhuetas de colinas inexistentes, e as montanhas devoradas pelas minas receberam de improviso o volume que tinham perdido. Passear no interior da região da

Campânia é como absorver os cheiros de tudo quanto as indústrias produzem. Ao ver misturado na terra o sangue arterial e venoso das fábricas de todo o território, vem à mente alguma coisa parecida à bola de massinhas de modelar, com todas as cores disponíveis, feita pelas crianças. Perto de

Grazzanise acumulou-se todo o aterro sanitário da cidade de Milão. Por décadas, toda a sujeira do dia, recolhida nos carrinhos de lixo pelos garis milaneses, foi reunida e mandada para cá. Da província de Milão diariamente chegam na Alemanha 800 toneladas de lixo. A produção total é, porém, de 1.300 toneladas. Faltam, portanto, 500. Não se sabe onde vão parar. Com grande probabilidade, esses resíduos fantasmas são espalhados pelo Mezzogiorno. Há ainda os toners das impressoras a contaminar a terra, como foi descoberto pela operação de 2006, “Madre Terra”, coordenada pela Procuradoria de Santa Maria Capua Vetere. Entre Villa Literno, Castelvoturno e San Tammaro, os toners das impressoras dos escritórios da Toscana e da Lombardia eram despejados à noite por caminhões que oficialmente transportavam um tipo de fertilizante composto. O cheiro era ácido e forte, e se espalhava rapidamente toda vez que chovia. As terras estavam carregadas de cromo tóxico. Se inalado, ele se fixa nos glóbulos vermelhos e nos cabelos e provoca úlceras, dificuldades respiratórias, problemas renais e câncer de pulmão. Cada metro de terra tem a sua carga própria de lixo. Uma vez, um dentista amigo meu me contou que alguns rapazes levaram até ele alguns crânios. Crânios verdadeiros, de seres humanos, para que ele lhes limpasse dentes. Como pequenos Hamlet, os rapazes tinham em uma mão o crânio e na outra um maço de dinheiro para pagar a intervenção de limpeza dentária. O dentista os expulsava do seu consultório e depois me telefonava nervoso: “Mas em que merda de lugar eles pegam esses crânios? Onde é que eles acham isso?” Ele imaginava cenas apocalípticas, ritos satânicos, meninos iniciados na seita de Belzebu. Eu ria.

Não era difícil entender de onde vinham. Passando perto de Santa Maria Capua Vetere, uma vez furei o pneu da Vespa. Ele tinha se cortado passando sobre uma espécie de bastão afiado que eu acreditava ser um fêmur de búfalo.

Mas era muito pequeno. Era um fêmur humano. Os cemitérios fazem

exumações periódicas, retiram o que os coveiros mais jovens chamam de “os mais que mortos”, aqueles enterrados há mais de 40 anos. Pela regra, deveriam ser acondicionados, assim como os caixões e todo o material do cemitério, por empresas especializadas. O custo desse

procedimento é elevado e por isso os diretores dos cemitérios dão uma gorjeta aos coveiros para que eles escavem e depois colocuem tudo nos caminhões. Terra, caixões podres e ossos. Trisavós, bisavós, avós de quem sabe quais cidades amontoavam-se nas redondezas casertanas. Eram tantos, como veio a ser descoberto pelas NAS1

de Caserta, em fevereiro de 2006, que as pessoas, quando passavam perto, faziam o sinal da cruz como se estivessem olhando para um cemitério. Os meninos pegavam as luvas de cozinha de suas mães e — escavando com mãos e colheres — procuravam os crânios e as caixas torácicas intactas. Um crânio com dentes brancos, os vendedores dos mercadinhos das pulgas podiam comprar até por 100 euros. Uma caixa torácica intacta, por sua vez, com todas as costelas no lugar, por 300 euros. Tíbias, fêmures e braços não têm mercado.

As mãos sim, mas os pedaços se perdem facilmente na terra. Os crânios com os dentes negros valem 50 euros. Não têm um grande mercado; parece causar nojo à clientela a ideia da morte, quanto mais o fato de que o esmalte dos dentes lentamente comece a apodrecer.

Do norte em direção ao sul os clãs conseguem drenar de tudo. O bispo de Nola define o sul da Itália como o aterro clandestino da Itália rica e industrializada. A escória derivada da metalurgia térmica do alumínio, os perigosos pós dos filtros de fumaça, em particular aqueles produzidos pela indústria siderúrgica, pelas centrais termoeletricas e pelos incineradores. As borras decantadas de vernizes e seladoras, os líquidos fluidos contaminados por metais pesados, o amianto, as tem poluídas provenientes da atividade de saneamento que vão poluir outros terrenos não contaminados. E, ainda, os

resíduos produzidas pela sociedade ou pelos equipamentos perigosos de petroquímicos históricos, como os da ex-fábrica Enichem de Priolo, a lama dos curtumes da zona de Santa Cruz do no Arno, a lama das estações de tratamento de água de Veneza e de Forli, propriedade de sociedades de capital majoritariamente público.

O mecanismo de despejo de detritos ilícitos começa com empresários de grandes empresas ou também de pequenas empresas que querem pagar preços irrisórios para se livrar dos resíduos dos quais nada mais é possível extrair senão custos. Depois entram em ação os titulares de centros de armazenagem que aumentam os volumes e alteram seus conteúdos, recolhendo os detritos e em muitos casos misturando-os com lixo comum, diluindo a concentração tóxica e desclassificando, relativamente ao CER

(Catálogo Europeu dos Rejeitos), a periculosidade dos dejetos tóxicos.

Os químicos são fundamentais para rebatizar uma carga de lixo tóxico como imundície inócua. Muitos fornecem um formulário de identificação falso com códigos de análises mentirosas. Depois há os transportadores que percorrem o país para chegar ao lugar determinado para descarregar, e por fim há os descarregadores. Estes podem ser administradores de aterros autorizados ou proprietários de equipamento de decomposição onde os detritos são misturados para fazer adubo, mas podem também ser proprietários de minas abandonadas ou de terrenos agrícolas usados para escoamentos clandestinos. Onde quer que haja um espaço e um proprietário, ali pode estar um aterro. Elementos necessários para fazer funcionar todo esse mecanismo são os funcionários públicos que não fiscalizam, nem verificam as várias etapas das operações ou os que entregam a administração de minas e aterros a pessoas claramente inseridas nas organizações criminosas. Os clãs não fazem pacto de sangue com os políticos, nem se aliam com partidos.

Basta um funcionário, um técnico, um empregado, qualquer um que queira

aumentar o próprio salário, e assim, com extrema flexibilidade e silenciosa discrição, consegue-se que o negócio vá adiante, com lucro para todas as partes envolvidas. Os verdadeiros artífices das transações, porém, são os stakeholders, ou seja, os intermediários interessados no negócio. São eles os verdadeiros gênios criminosos do negócio do aterramento ilegal de lixos perigosos. Nesse território, entre Nápoles, Salerno e Caserta, se formam os melhores stakeholders da Itália. Por stakeholder se entende — na gíria das empresas — aquela figura envolvida no projeto econômico que, com a sua atividade, influencia direta ou indiretamente o resultado. Os stakeholders do lixo tóxico já são um verdadeiro grupo dirigente. E não foi raro eu ouvir dizer, nos deprimentes períodos de desemprego da minha vida: “Você é formado, competência você tem. Então, por que não tenta trabalho como stake?”

Para os formados do sul, sem pais advogados ou donos de cartório, é uma estrada certa para o enriquecimento e a satisfação profissional. Formados, boas-pintas, tornam-se negociadores depois de alguns anos nos Estados Unidos ou na Inglaterra e de especialização em política ambiental. Conheci um. Um dos primeiros e dos melhores. Antes de escutá-lo e observar seu trabalho, eu não entendia nada sobre a mina de ouro que é o lixo. Chamava-se Franco, conheci-o num trem, voltando de Milão. Era formado pela Universidade Bocconi e se tornou

um expert em políticas de recuperação ambiental na Alemanha. Uma das maiores habilidades dos stakeholders é saber de cor o CER e compreender como se movimentar no seu interior. Isso lhe permite saber como tratar o lixo tóxico, como contornar as normas, como apresentar-se à comunidade empresarial com atalhos clandestinos. Franco era originário de Villa Literno e queria me envolver no seu trabalho. Começou a me contar sobre seu ofício, partindo do aspecto exterior: normas e proibições para o sucesso de um stakeholder. Se estivesse ficando calvo ou tivesse o alto

da cabeça sem cabelos, devia evitar implante ou peruca. Era vedado, para se ter uma imagem de vencedor, usar cabelos longos ladeando a cabeça para cobrir os espaços vazios da parte careca. A cabeça deveria ser raspada ou, no máximo, ter uma rasa penugem de cabelos curtos. Segundo Franco, o stakeholder, se convidado para uma festa, devia estar sempre acompanhado de uma mulher e evitar se comportar como o inconveniente paquerador de todas as saias presentes. Se não tivesse uma namorada ou não tivesse uma à altura, o stakeholder deveria pagar uma acompanhante de luxo, daquelas mais elegantes. Os stakeholders do lixo se apresentam aos proprietários de empresas químicas, de curtumes, de fábricas de plástico e propõem suas tarifas.

O desmanche do lixo é um custo que nenhum empresário italiano sente como necessário. Os stakes repetem sempre a mesma metáfora: “Para eles é mais útil a merda que cagam do que os detritos a escoar, pelos quais devem desembolsar malas de dinheiro.” Não devem, porém, dar a impressão de estar oferecendo uma atividade criminosa. Os stakeholders colocam as indústrias em contato com os desmanchadores dos clãs e, mesmo de longe, coordenam cada passo da operação.

Há dois tipos de produtores de lixo: os que não têm outro objetivo senão economizar no preço do serviço, não dando a mínima para a confiabilidade das empresas a quem entregam o lixo, pois veem a sua responsabilidade acabada logo que fazem sair os galões de veneno do perímetro das suas empresas; e há aqueles ligados diretamente às operações ilegais, que escoam eles mesmos ilegalmente os detritos. Em ambos os casos, a mediação dos stakeholders é necessária para garantir os serviços de transporte e a indicação do lugar do descarregamento e a ajuda para indicar a quem procurar para a desclassificação do carregamento. O escritório dos stakeholders é o seu automóvel. Com um telefone celular e um notebook eles movimentam

centenas de milhares de toneladas de resíduos. Seu ganho é um

percentual sobre os contratos com as empresas, relativamente aos quilos entregues para processamento. Os stakeholders têm um preço variável. Os diluentes que, por exemplo, um stakeholder ligado aos clãs pode escoar vão de 10 a 30 centavos o quilo. O pentassulfeto de fósforo, 1 euro o quilo. A terra de varredura de estradas, 55 centavos o quilo; as embalagens com resíduos de dejetos perigosos, 1 euro e 40 centavos o quilo, podendo chegar a 2 euros e 30

centavos o quilo das terras contaminadas; os restos mortais dos cemitérios, 15

centavos o quilo; os fluff, ou seja, as partes não metálicas dos carros, 1 euro e 85 centavos o quilo, transporte incluso. Os preços propostos obviamente levam em conta as exigências dos clientes e as dificuldades de transporte. Os quantitativos administrados pelos stakeholders são enormes; as suas margens de lucro, exorbitantes.

A “Operação Houdini” de 2004 demonstrou que um único equipamento na região do Vêneto movia ilegalmente cerca de 200 mil toneladas de detritos ao ano. O custo de mercado para desmanchar corretamente os resíduos tóxicos impõe preços que vão de 21 a 62 centavos o quilo. Os clãs fornecem o mesmo serviço a 9 ou 10 centavos o quilo. Os stakeholders da Campânia conseguiram, em 2004, garantir que 800 toneladas de terra contaminada por hidrocarbonetos de propriedade de uma empresa química fossem tratadas ao preço de 20 centavos o quilo, transporte incluído. Uma economia de 80%

sobre os preços normais.

A força real dos mediadores, dos stakeholders que trabalham com a Camorra, é a capacidade de garantir um serviço completo, em todas as suas fases, enquanto os mediadores das empresas legais propõem preços maiores e sem transporte. Ainda por cima, os stakeholders quase nunca são membros dos clãs. Não têm qualquer utilidade. A não filiação, ao contrário, é uma

vantagem para as duas partes. Os stakeholders podem trabalhar para diversas famílias, como um batedor de beisebol independente, que não tem que se submeter a obrigações militares, regras específicas ou se tornar uma peça de batalha. Em cada operação do Ministério Público muitos são apanhados, mas as condenações nunca são muito pesadas, já que é difícil demonstrar a sua responsabilidade direta, dado que, formalmente, não fazem parte de nenhuma etapa da cadeia do escoamento criminoso de lixo.

Com o tempo aprendi a ver com os olhos dos stakeholders. Um olhar diferente daquele do construtor. Um construtor vê o espaço vazio como alguma coisa a preencher, procura encher o vazio; os stakeholders, ao contrário, pensam como encontrar o vazio no cheio.

Franco, quando caminhava, não observava a paisagem, mas pensava em como poderia enfiar alguma coisa dentro dela. Como ver tudo que existe como um grande tapete e procurar nas montanhas, ao lado das fazendas, uma nesga de terra para abrir e despejar tudo quanto possível embaixo dele. Uma vez, enquanto caminhávamos, Franco notou a área abandonada de um posto de gasolina e pensou imediatamente que os reservatórios subterrâneos poderiam hospedar dezenas de pequenos tambores de resíduos químicos. Um túmulo perfeito. E assim era a sua vida, uma contínua busca do vazio. Franco depois parou de trabalhar como stakeholder, de acumular quilômetros de estrada com o carro, de apresentar-se aos empresários do nordeste, de ser chamado ao telefone por meia Itália. Criou um curso de formação profissional. Seus alunos mais importantes eram chineses, vinham de Hong Kong. Os stakeholders orientais aprenderam com os stakeholders italianos a tratar com empresas de toda parte da Europa, a propor preços e soluções rápidas. Quando os custos da descarga de lixo aumentaram na Inglaterra, apresentaram-se os stakeholders chineses alunos do stackholder da Campânia.

Em Roterdã, a polícia portuária holandesa descobriu, em março de 2005, de

partida para a China, mil toneladas de lixo urbano inglês despachadas oficialmente como papel picado para reciclagem. Um milhão de toneladas de detritos hi-tech todo ano parte da Europa e é despejado na China. Os stakeholders deslocam essas toneladas de lixo até Guiyu, a nordeste de Hong Kong. Despejadas, enterradas, afundadas nos lagos artificiais. Como na região de Caserta. Poluíram rapidamente a região de Guiyu, de modo que seus lençóis freáticos estão completamente comprometidos, a ponto de a região ser obrigada a importar água potável das regiões vizinhas. O sonho dos stakeholders de Hong Kong é fazer de Nápoles o porto de descarte dos dejetos europeus, um centro de recolhimento flutuante, onde apinhar nos contêineres o ouro do lixo para sepultar nas terras da China.

Os stakeholders da Campânia eram os melhores, tinham batido a concorrência dos calabreses, dos puglieses e dos romanos porque, graças aos clãs, faziam para as descargas da Campânia enormes descontos sem interrupção. Em trinta anos de tráfico conseguiram processar de tudo, escoar cada coisa com um único objetivo: reduzir

os custos e aumentar a quantidade contratada. A investigação “Rei Midas”, de 2003, tomou o nome emprestado de um telefone grampeado de um traficante: “E nós, logo que tocamos a imundície, fazemos com que ela se transforme em ouro”, mostrando que cada passagem do ciclo do lixo recebia a sua quota de lucro.

Quando eu estava no carro com Franco, ouvia seus telefonemas. Ele dava consultas sobre como e onde escoar o lixo tóxico. Falava de cobre, arsênico, mercúrio, cádmio, chumbo, cromo, níquel, cobalto, molibdênio, passava dos resíduos de curtume aos de hospitais, dos detritos urbanos aos pneumáticos, explicava como tratá-los, tinha na cabeça listas inteiras de pessoas e lugares de escoamento a que recorrer. Eu pensava nos venenos misturados ao adubo, pensava nos túmulos para tambores contaminados escavados nos campos. Eu empalidecia. Franco percebeu.

“Você tem nojo desse trabalho? Robbè, por acaso você sabe que os stakeholders têm ajudado esse lugar de merda a entrar na Europa? Você sabe ou não? E você sabe quantos operários tiveram o emprego salvo pelo fato de eu fazer a empresa deles não gastar nada?”

Franco nasceu em um lugar que o treinou bem, desde menino. Sabia que nos negócios se ganha ou se perde — e não há espaço para outra coisa — e ele não queria perder, nem deixar que perdessem aqueles para quem trabalhava.

O que ele dizia a si mesmo e a mim, as desculpas que repetia, eram coisas horríveis, uma leitura ao avesso de como eu via o escoamento do lixo tóxico.

Juntando todos os dados que emergem da investigação conduzida, desde os fins dos anos 1990 até hoje, pela Procuradoria de Nápoles e pela Procuradoria de Santa Maria Capua Vetere, a vantagem econômica para as empresas que trabalham com descarregadores da Camorra é avaliada em 500 milhões de euros. E estou ciente de que as investigações descobriram somente um percentual parcial das infrações. Só de pensar nisso me dá vertigem. Muitas empresas setentrionais conseguiram crescer, admitir, tornar competitivo todo o tecido industrial da cidade, a ponto de poder levá-lo à Europa, livrando as empresas do custo do lixo proporcionado pelos clãs napolitanos e casertanos.

Schiavone, Mallardo, Moccia, Bidognetti, La Torre e todas as outras famílias ofereciam um serviço criminoso em condições de relançar a economia e torná-la competitiva. A operação “Cassiopeia”, de 2003,

demonstrou que toda semana partiam do norte para o sul quarenta carretas repletas de detritos (cádmio, zinco, borra de verniz, lama de depuradores, plásticos diversos, arsênico, produtos de siderurgia, chumbo), que — segundo a reconstrução dos investigadores — eram despejados, sepultados, jogados e enterrados. A direção norte-sul era a estrada preferida dos traficantes. Muitas empresas do Vêneto e da Lombardia, por intermédio dos stakeholders, adotaram um território na região napolitana ou casertana, transformando-o em um enorme

depósito de lixo. Estima-se que, nos últimos cinco anos, tenham sido escoados ilegalmente cerca de 3 milhões de toneladas de detritos de todo tipo na Campânia, dos quais um milhão somente na província de Caserta. A área casertana, no “plano regulador” dos clãs, foi destinada à sepultura de lixo.

Um papel relevante na geografia dos tráficos ilícitos tem sido desenvolvido pela Toscana, a região mais ambientalista da Itália. Ali se concentram diversos níveis dos tráficos ilegais, da produção à intermediação, todos descobertos em, pelo menos, três investigações: a operação “Rei Midas”, a operação “Mosca” e a denominada “Agricultura Biológica” de 2004.

Da Toscana não chegam somente consideráveis quantidades de lixo despachadas ilegalmente. A região se tornou uma verdadeira base operacional fundamental para toda uma série de indivíduos empenhados nessa atividade criminosa: dos stakeholders aos químicos coniventes, até os proprietários de equipamentos de misturação, que permitem fazer a miscelânea. Mas o território da reciclagem de lixos tóxicos está aumentando seus perímetros.

Outras investigações revelaram o envolvimento de regiões que pareciam imunes, como a Umbria e Molise. Lá, graças à operação “Mosca”, coordenada pela Procuradoria da República de Larino em 2004, se revelou o escoamento ilícito de 120 toneladas de resíduos especiais provenientes das indústrias metalúrgicas e siderúrgicas. Os clãs conseguiram triturar 320 toneladas de asfalto de estrada abandonado com altíssima densidade de alcatrão e encontraram um lugar de compostagem para misturá-lo à terra e, assim, ocultá-lo na área rural da Umbria. A reciclagem chega a metamorfoses capazes de ganhos exponenciais a cada etapa. Não bastava esconder os refugos contaminados, eles podiam ser transformados em fertilizantes, recebendo dinheiro com a venda dos venenos. Quatro hectares de terreno ao longo do litoral da região de Molise foram cultivados com adubo obtido dos

dejetos dos curtumes. Foram colhidas nove toneladas de grão contendo uma elevadíssima concentração de cromo. Os traficantes escolheram o litoral molisano — no trecho que vai de Termoli a Campomarino — para escoar clandestinamente detritos especiais e perigosos provenientes de diversas empresas do norte da Itália. Mas a região do Vêneto é o verdadeiro centro de estocagem, segundo as investigações coordenadas nos últimos anos pela Procuradoria de Santa Maria Capua Vetere. Durante anos tem alimentado os tráficos ilegais sobre o território italiano. As fundições setentrionais escoam os resíduos sem precauções, misturando-os ao composto usado para adubar centenas de campos agrícolas.

Os stakeholders da Campânia geralmente utilizam as estradas do narcotráfico que os clãs colocam à sua disposição para encontrar novos territórios para escavar, novos túmulos para encher. Na investigação “Rei Midas”, diversos traficantes estavam estabelecendo relações para organizar uma rota de lixo na Albânia e na Costa Rica. Enfim, todo e qualquer canal já se tornou possível. Tráfico em direção ao Leste, à Romênia, onde os Casalesi têm centenas e centenas de hectares de terreno; ou nos países africanos, Moçambique, Somália e Nigéria. Todos os países onde os clãs têm desde sempre apoios e contatos. Uma das coisas que mais me irritava era ver os rostos dos colegas de Franco, os rostos dos stakeholders da Campânia, sérios e preocupados nos dias do tsunami. Viam as imagens do desastre nos telejornais e empalideciam. Era como se cada um deles tivesse mulheres, amantes e filhos em perigo. Na realidade, em perigo havia alguma coisa de mais precioso: os seus negócios. Por causa da onda de maremoto, foram encontrados nas praias da Somália, entre Obbia e Warsheik, centenas de tambores entupidos de detritos perigosos ou radioativos despejados ali nos anos 1980 e 1990. A atenção dos meios de comunicação poderia complicar suas novas rotas de tráfico, as novas válvulas de escape. Mas o risco foi logo

remediado. As campanhas de beneficência para os refugiados desviaram a atenção dos tambores de veneno vomitados da terra e que flutuavam ao lado dos cadáveres. Até o mar estava se tornando território de escoamento contínuo. Cada vez mais os traficantes enchiam de lixo os porões dos navios e depois, simulando um incidente, deixavam-no afundar. O ganho era duplo. O

seguro pagava pelo incidente e o lixo ia contaminar o fundo do mar.

Enquanto os clãs encontravam espaço em todo lugar para o lixo, a administração da região da Campânia, depois de dez anos de intervenção do governo para afastar a infiltração camorrista, não

conseguia mais encontrar modo de escoar o seu próprio lixo. Enquanto na Campânia iam terminar os detritos de todo canto da Itália, o lixo dos seus municípios em situação de emergência tinha que ser enviado para a Alemanha, a um preço de escoamento cinquenta vezes superior àquele que a Camorra propunha aos seus clientes. As investigações assinalam ainda que, somente no território napolitano, de cada 18 empresas de recolhimento de lixo, 15 estão diretamente ligadas aos clãs camorristas.

O território está entulhado de lixo, e parece impossível encontrar uma solução. Por anos, os detritos foram amontoados em pacotes ecológicos, enormes cubos de lixo triturado e embalados com plástico branco. Só para escoar o acumulado até agora seriam necessários 56 anos. Ao que parece, a única proposta apresentada é a dos incineradores. Em Acerra, houve revoltas e protestos violentos contra a mera ideia de um possível incinerador naquela região. Sobre incineradores, os clãs têm uma posição ambivalente. De um lado, são contrários, já que gostariam de continuar a viver de aterros e dos incêndios que provocam, e também da emergência, que permite especular a mais sobre as terras de escoamento dos pacotes ecológicos, terras que eles

mesmos alugam. Por outro lado, se os incineradores forem aprovados, os clãs já estarão prontos para assumir contratos administrativos para a construção e, sucessivamente, para a gestão desses equipamentos. Lá onde as investigações oficiais ainda não chegaram, a população já está aterrorizada, nervosa, assustada, temendo que os incineradores possam se tornar chaminés permanentes de lixo de toda a Itália à disposição dos clãs, e, assim, todas as garantias sobre a segurança ecológica dos incineradores iriam frustrar-se diante dos venenos que os clãs queimariam de qualquer jeito. Milhares de pessoas estão em estado de alerta cada vez que se fala em reabrir um aterro já exaurido. Temem que possam chegar de toda parte dejetos tóxicos despachados como lixo comum, e por isso resistem ao extremo, até mesmo arriscando tornar a própria cidade um depósito descontrolado de uma nova escumalha. No sul do Olmo, perto de Salerno, quando o comissário regional, em fevereiro de 2005, tentou reabrir o aterro, começaram a se formar, espontaneamente, piquetes de moradores que impediam a chegada e o acesso dos caminhões ao aterro. Prisões contínuas, constantes, a todo custo.

Carmine Iuorio, 34 anos, durante uma noite terrivelmente fria, morreu congelado enquanto fazia seu turno de vigilância. De manhã, quando foram acordá-lo, tinha os pêlos da barba congelados e os lábios lívidos. Já era cadáver há, pelo menos, três horas.

As imagens de um aterro, de um precipício, de uma mina, se tornam cada vez mais sinônimos concretos e visíveis de perigo mortal para quem mora nas redondezas. Quando os aterros estão no limite, toca-se fogo no lixo. Há um lugar na região de Nápoles que já é chamado de terra dos fogos. O triângulo Giugliano-Villaricca-Qualiano. Trinta e nove aterros, dos quais 27 com material de alta periculosidade. Um território que aumenta 30 por cento ao ano. A técnica é aprovada e colocada em prática constantemente. Os mais

hábeis para organizar os fogos são os garotos ciganos, geralmente romenos.

Os clãs lhes dão 50 euros por monte queimado. A técnica é simples: cercam cada montão de lixo com os filmes das bobinas de videocassete, depois jogam álcool e gasolina sobre ele e, fazendo dos filmes um rastilho enorme, se afastam. Com um isqueiro botam fogo no filme, e tudo em poucos segundos se torna uma floresta em chamas, como se tivessem jogado bombas de napalm. Depois jogam no fogo restos de fundições, colas e borra de nafta.

Fumaça pretíssima e fogo contaminam de dioxina cada centímetro de terra. A agricultura desses lugares, que antes exportava verduras e frutas até para a Escandinávia, caiu drasticamente. Os frutos nascem doentes, as terras se tornam estéreis. Mas a raiva dos camponeses e a falência se tornam ainda um outro elemento de vantagem, já que os proprietários das terras, desesperados, vendem a preços baixos os próprios cultivos, e os clãs adquirem novas terras, novos aterros para despejar lixo a baixos, baixíssimos custos. Enquanto isso, morre-se de tumores, continuamente. Um massacre silencioso, lento, difícil de monitorar, já que há um êxodo em direção aos hospitais do norte para os que procuram viver o quanto possível. O Instituto Superior de Saúde assinalou que a mortalidade por câncer na Campânia, nas cidades dos grandes escoamentos de lixos tóxicos, aumentou nos últimos anos em 21%.

Brônquios que murcham, traqueias que começam a ficar vermelhas e depois a tomografia no hospital, as manchas pretas que denunciam o tumor.

Perguntando o lugar de proveniência dos doentes da Campânia, geralmente se descobre o percurso completo do lixo contaminado.

Uma vez decidi atravessar a pé a terra dos fogos. Cobri o nariz e a boca com um lenço, que mantinha amarrado no rosto, como faziam também os garotos romenos que andavam ali para atear fogo nos

montes. Pareciam bandos de caubóis entre desertos de imundície queimada. Eu caminhava

entre as terras devoradas pela dioxina, lotadas pelos caminhões e esvaziadas pelo fogo, para não entupir demais os buracos feitos.

A fumaça que atravessava não era densa, era como se fosse uma pátina grudenta que pousava na pele deixando uma sensação de umidade. Não muito longe dos fogos, havia uma série de casinhas, todas elas apoiadas sobre um enorme X de cimento armado. Eram casas construídas sobre aterros exauridos. Aterros clandestinos que — depois de terem sido utilizados até a borda, depois de neles ter sido queimado tudo que era possível — se exauriram. Cheios até não poder mais. Os clãs conseguiram reconvertê-los em terrenos edificáveis. De resto, oficialmente eram lugares de pasto e cultivo.

E assim levantaram graciosos aglomerados de casinhas. O terreno, porém, não era confiável, poderiam ocorrer desmoronamentos, tremores imprevisíveis, daí porque as malhas de cimento armado estruturadas como resistentes X de reforço tornavam seguras as habitações. Casinhas vendidas a preço baixo, embora todos soubessem que se apoiavam sobre toneladas de materiais tóxicos. Empregados, aposentados, operários, diante da possibilidade de terem uma casa, não iriam olhar a boca do terreno no qual se assentavam as pilastras das suas casas.

A paisagem da terra dos fogos tinha o aspecto de um apocalipse contínuo e repetido, rotineiro, como se no seu desgosto feito de percolação e pneus não houvesse mais nada com que se espantar. Nas investigações vinha assinalado um método para manter a salvo a descarga de material tóxico da interferência de policiais e agentes florestais, um método antigo, usado por guerrilheiros em todo canto do mundo: por partigiani. Usavam os pastores como vigias.

Pastoreavam ovelhas, cabras e algumas vacas. Os melhores pastores em circulação eram contratados para empurrar intrusos, mais do que cabritos e cordeiros. Logo que viam carros suspeitos, eles alertavam. O olhar e o celular eram armas inatacáveis. Eu os via geralmente andando daqui para ali com o

seu rebanho ressequido e obediente aos comandos. Uma vez me aproximei, queria ver as estradas onde os garotos descarregadores aprendiam a dirigir os caminhões. Os caminhoneiros já não queriam mais dirigir a carga até o local do despejo. A investigação “Eldorado”, de 2003, demonstrou que, cada vez mais, eram utilizados menores

para essas operações. Os caminhoneiros não se atreviam a entrar demais em contato com os restos tóxicos. E foi justamente um caminhoneiro que deu início à primeira importante investigação sobre o tráfico de lixo em 1991. Mario Tamburrino foi para o hospital com os olhos inchados, as órbitas parecendo gemas de ovo que as pálpebras não continham mais. Estava completamente cego, as mãos tinham perdido a primeira camada de epiderme, queimavam-lhe como se ele tivesse jogado gasolina sobre elas. Um tambor tóxico se abriu perto do seu rosto, e isso foi suficiente para cegá-lo e quase queimá-lo vivo. Queimá-lo a seco, sem chamas. Depois daquele episódio, os caminhoneiros pediam para transportar os tambores nas cargas das carretas, mantendo-os a distância com o reboque e jamais os tocando. Os mais perigosos eram os caminhões que transportavam o composto adulterado, fertilizantes misturados a venenos. Bastaria inalá-los para comprometer para sempre o aparelho respiratório. A última fase, quando as carretas deviam descarregar os tambores em alguns caminhõezinhos que, por sua vez, os despejariam diretamente na fossa do aterro, era a mais arriscada. Ninguém queria fazer isso. Os tambores nos caminhõezinhos eram amontoados uns sobre os outros e geralmente amassavam, deixando exalar seu conteúdo. Assim, logo que as carretas chegavam, os caminhoneiros nem sequer desciam. Deixavam que fossem esvaziadas. Depois os garotos levariam a carga ao seu destino. Um pastor me indicou uma ladeira onde treinavam a direção, antes da chegada da carga. Na descida lhes ensinavam a frear com dois travesseiros debaixo das nádegas para fazê-los chegar aos pedais. Quatorze, 15, 16 anos. Duzentos e cinquenta

euros por viagem. Eram recrutados em um bar, o proprietário sabia e não ousava sequer rebelar-se, mas revelava seu conhecimento sobre os fatos a qualquer um, diante dos cappuccinos e dos cafés expressos que servia.

“Aquela coisa que é colocada para eles carregarem, ainda mais se tiverem contato com ela enquanto respiram, os fará explodir. Esses meninos são mandados para a morte, não para dirigir caminhão.”

Os pequenos motoristas, quanto mais ouviam dizer que a atividade era perigosa, mortal, mais se sentiam à altura de uma missão importante.

Estufavam o peito e tinham um olhar destemido atrás dos óculos de sol.

Sentiam-se bem, aliás, cada vez melhor, e nenhum deles, nem mesmo por um instante, podia imaginar-se depois de uma dezena de anos fazendo quimioterapia, vomitando bile com estômago, fígado e tripas

em pedaços.

Continuava a chover. Em pouquíssimo tempo a água encharcou a terra que já não conseguia absorver mais nada. Impassíveis, os pastores foram se sentar como três padres tranquilos debaixo de uma espécie de telhado construído com chapas metálicas. Continuavam a olhar a estrada enquanto as ovelhas se punham a salvo, subindo uma colina de lixo. Um dos pastores empunhava um bastão que empurrava contra o telhado, inclinando-o, para evitar que se enchesse de água e lhes caísse sobre a cabeça. Eu estava completamente encharcado, mas toda a água que caía sobre mim não conseguia apagar uma espécie de fogo que me saía do estômago e se irradiava até a nuca. Procurava entender se os sentimentos humanos podiam enfrentar uma grande máquina de poder, se era possível conseguir agir de um modo, de um modo qualquer, de um modo possível, que permitisse salvar-se daquelas negociatas, que permitisse viver além das dinâmicas daquele poder. Eu me atormentava procurando responder se seria possível descobrir e entender tudo sem ser devorado, triturado. Ou se a escolha estava entre ser

responsável, ou simplesmente ignorar — e conseguir viver assim, serenamente. Talvez não houvesse outra saída senão esquecer, não ver. Ouvir a versão oficial das coisas, ouvir sem escutar, só distraidamente, e reagir com um lamento. Eu me perguntava se existiria alguma coisa ao meu alcance em condições de me proporcionar uma vida feliz, ou se eu deveria renunciar aos sonhos de emancipação e liberdade anárquica, e jogar-me na arena, enfiar uma semi automática na cueca e começar a fazer parte daquele mundo de negociatas, aquelas de verdade. Convencer-me de ser parte da estrutura interligada do meu tempo e mergulhar de cabeça, comandar e ser comandado, tornar-me uma fera do lucro, uma rapina das finanças, um samurai dos clãs, além de fazer da minha vida um campo de batalha onde não se pode tentar sobreviver, mas somente morrer depois de ter comandado e combatido.

Nasci na terra da Camorra, no lugar com o maior número de assassinatos da Europa, no território onde a violência está ligada aos negócios, onde nada tem valor se não gera poder. Onde tudo tem o sabor de uma batalha final.

Parecia impossível ter um momento de paz, não viver sempre dentro de uma guerra onde cada gesto pode se tornar um desgaste, onde necessidade se transforma em fraqueza, onde tudo deve ser conquistado arrancando a carne do osso. Na terra da Camorra, combater os clãs não é luta de classes, afirmação de direitos,

reapropriação de cidadania. Não é tomada de consciência da própria honra, tutela do próprio orgulho. É algo mais essencial, mais visceral. Na terra da Camorra, conhecer as estratégias de afirmação dos clãs, seus mecanismos de renda e seus investimentos significa entender como funciona o próprio tempo em cada medida e não somente no perímetro geográfico da própria terra. Posicionar-se contra os clãs se torna uma guerra pela sobrevivência, como se a própria existência, a comida que você come, os lábios que você beija, a música que você escuta, as páginas que

você lê não lhe dessem o sentido da vida, mas somente o da sobrevivência. E, assim, conhecer não é mais um traço de compromisso moral. Saber, entender, torna-se uma necessidade. A única possível para considerar-se ainda um homem digno de respirar.

Eu tinha os pés imersos no pântano. A água já havia subido até as coxas.

Sentia os calcanhares afundarem. Diante dos meus olhos flutuava uma enorme geladeira. Joguei-me em cima dela e abracei-a com força, deixando-me transportar. Veio-me à mente a última cena de Papillon, o filme com Steve McQueen baseado no romance de Henri Charrière. Eu também, como Papillon, parecia flutuar sobre um saco cheio de cocos secos, aproveitando a maré para fugir de Caiena. Era um pensamento ridículo, mas em certas horas não há nada que se possa fazer senão seguir nossos delírios como alguma coisa que você não escolhe, como algo que não escolhemos, que sofremos, e pronto. Tive vontade de berrar, queria gritar, queria rasgar os pulmões, como Papillon, com toda a força do estômago, romper a traqueia, com toda a voz que a garganta pudesse ainda soltar:

“Malditos filhos da puta, eu ainda estou vivo!”

Nota:

1. Núcleo Antisofisticazione e Sanità: equivalente à brigada de repressão das fraudes, em particular a

encarregada da luta contra crimes nas áreas alimentar e da saúde. (N. E.)

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.

Gomorra

Wikipédia do autor:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Saviano

Twitter do autor:

<https://twitter.com/robertosaviano>

Facebook do autor:

<https://www.facebook.com/RobertoSavianoFanpage/>

Youtube do autor:

<https://www.youtube.com/user/robertosavianoweb>

Instagram do autor:

https://www.instagram.com/robertosaviano_official/

Document Outline

- Rosto
- Créditos
- Dedicatória
- Epígrafe
- Sumário
- PRIMEIRA PARTE
 - O porto
 - Angelina Jolie
 - O Sistema
 - A guerra de Secondigliano
 - Mulheres
- SEGUNDA PARTE
 - Kalashnikov
 - Cimento armado
 - Dom Peppino Diana
 - Hollywood
 - Aberdeen, Mondragone
 - Terra dos fogos
- Colofon
- Gomorra